

ANTÓNIO COSTA PINTO

Série

5

Monumenta

FUCRS

ANTÓNIO COSTA PINTO

OS CAMISAS-AZUIS

ROLÃO PRETO E O FASCISMO EM PORTUGAL

OS CAMISAS-AZUIS

ROLÃO PRETO E O FASCISMO EM PORTUGAL

O Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto, expressão do fascismo enquanto movimento em Portugal, foi criado em 1932, em plena transição para um regime autoritário, representando o último combate de uma "família política" que desempenhou um papel importante no processo de crise e de derrube do liberalismo português, mas que foi secundarizada na edificação de uma alternativa ditatorial estável no início dos anos 30, o Estado Novo de Salazar.

António Costa Pinto
Instituto de Ciências Sociais,
Universidade de Lisboa

A nova produção da série *Monumenta* traz ao público acadêmico brasileiro uma das principais obras da historiografia portuguesa. Atualizada e preparada para o Brasil, a investigação proporciona uma reflexão única sobre as práticas autoritárias no contexto do período entre guerras, ampliando ainda mais os entendimentos sobre o estudo das direitas enquanto objeto de reflexão historiográfica e categoria analítica.

Leandro Pereira Gonçalves
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul



ISBN 978-85-5526-408-5



9 788555 264085

ISBN 978-85-397-0740-9



9 788539 707409

edipucrs

EDUPE edipucrs

Reitor

Pedro Henrique Falcão

Vice-Reitor

Socorro Cavalcanti

Conselho editorial

Adriana de Farias Gehrer

Amaury de Medeiros

Alexandre Gusmão

Álvaro Vieira de Mello

Ana Célia O. dos Santos

Aronita Rosenblatt

Belmiro do Egito

Carlos Alberto Domingos do Nascimento

Coordenadora

Sandra Simone Moraes de Araújo

Diretor Científico

Karl Schurster Veríssimo de Sousa Leão



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Chanceler

Dom Jaime Spengler

Reitor

Joaquim Clotet

Vice-Reitor

Evilázio Teixeira

Conselho Editorial

Presidente

Jorge Luis Nicolas Audy

Diretor da EDIPUCRS

Gilberto Keller de Andrade

Editor-Chefe

Jorge Campos da Costa

Augusto Buchweitz

Carlos Gerbase

Carlos Graeff-Teixeira

Gleny Terezinha Guimarães

Lauro Kopper Filho

Leandro Pereira Gonçalves

Luiz Eduardo Ourique

Luis Humberto de Mello Villwock

Paulo Rech Wagner

Valéria Pinheiro Raymundo

Vera Wannmacher Pereira

Wilson Marchionatti

OS CAMISAS- AZUIS

ROLÃO PRETO E O FASCISMO EM PORTUGAL

© EDIPUCRS, EDUPE 2016

DESIGN GRÁFICO [CAPA] Shaiani Duarte

DESIGN GRÁFICO [DIAGRAMAÇÃO] Rodrigo Valls

REVISÃO DE TEXTO Fernanda Lisbôa

Edição revisada segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.



EDIPUCRS
Editora Universitária da PUCRS
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 33
Caixa Postal 1429 – CEP 90619-900
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone/fax: (51) 3320 3711
E-mail: edipucrs@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/edipucrs



EDUPE
Editora da Universidade de Pernambuco
Av. Agamenon Magalhães S/Nº
Santo Amaro - CEP 50100-010
Recife - PE
Fone: (81) 3183-3724
E-mail: edupe@upe.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P659c Pinto, António Costa
Os camisas-azuis : Rolão Preto e o Fascismo em Portugal /
António Costa Pinto. – Porto Alegre : EDIPUCRS; Recife : EDUPE
2016.
390 p. – (Série Monumenta ; 5)
ISBN 978-85-397-0740-9 (EDIPUCRS)
ISBN 978-85-5526-408-5 (EDUPE)
1. Portugal História – Século XX. 2. Portugal – História Política.
3. Fascismo - Portugal. I. Título. II. Série.

CDD 946.9042

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

7	PREFÁCIO E AGRADECIMENTOS
15	1 AS ORIGENS DO FASCISMO PORTUGUÊS
17	1.1 O Integralismo Lusitano
32	1.2 Rolão Preto: o Valois português
54	1.3 Fascismo e Direita Radical nos Anos 20
105	2 A EMERGÊNCIA DO NACIONAL-SINDICALISMO
105	2.1 A Fundação do N/S
116	2.2 A Ideologia e o Programa Político N/S
131	2.3 Os Parâmetros da Ação Política do N/S
155	2.4 O N/S e o Fascismo Internacional
179	3 A ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL-SINDICALISTA
182	3.1 A Organização N/S
202	3.2 Dirigentes, Militantes e Aderentes
213	4 O N/S E O PARTIDO DE SALAZAR: ELEMENTOS PARA UMA COMPARAÇÃO
215	4.1 A UN e os Partidos Únicos das Ditaduras
225	4.2 UN e N/S – Elementos de Comparação
241	4.3 A Tensão N/S-UN – Alguns Episódios
249	4.4 Algumas Considerações Finais

253	5 “SEM O PODER”: DA TENSÃO COM SALAZAR À ILEGALIZAÇÃO
254	5.1 O N/S Visto de Fora
265	5.2 A Ofensiva de Salazar: Demarcação <i>Versus</i> Integração
274	5.3 A Crise Interna do Verão de 1933
283	5.4 A Cisão Pró-Salazarista
295	5.5 O N/S de Rolão Preto: Integração ou Exílio
309	6 “CONTRA O PODER”: OS ANOS DA CONSPIRAÇÃO (1934-1945)
310	6.1 A Organização Clandestina
316	6.2 Uma Oposição Fascista? O N/S Clamando por Liberdade
335	6.3 O Efeito da Guerra Civil da Espanha: 1936
341	6.4 Uma Subcultura Sobrevivente
348	6.5 Os Fascistas e o “Estado Novo”: Integração e Oposição
355	7 CONCLUSÃO: FASCISMO E SALAZARISMO
367	FONTES E BIBLIOGRAFIA

PREFÁCIO E AGRADECIMENTOS

Este livro tem como objecto o estudo da acção política dos fascistas portugueses na primeira metade do século XX, concentrando-se no Movimento Nacional-Sindicalista de Rolão Preto, a expressão mais significativa e derradeira de um movimento fascista em Portugal. A diversidade documental que sustentou a investigação para este livro permitiu, creio, uma análise diacrónica dos movimentos fascistas portugueses no quadro de um processo de transição do liberalismo ao autoritarismo.

Em uma primeira parte, estuda-se a emergência do fascismo na sociedade portuguesa do pós-guerra e a acção política do Nacional-Sindicalismo. No primeiro capítulo, abordam-se a fundação e a acção política do Integralismo Lusitano, principal movimento da direita radical portuguesa, e a formação política de Rolão Preto, chefe carismático do Nacional-Sindicalismo. Fornecem-se alguns elementos explicativos sobre o aparecimento tardio de um movimento fascista, bem como sobre as particularidades da queda da República liberal e da transição ao autoritarismo nos anos 20, discutindo-se algumas teses gerais sobre a origem e o desenvolvimento do fascismo, e a sua operacionalidade para a análise do caso português. No segundo capí-

tulo, estuda-se a fundação do Nacional-Sindicalismo no contexto da Ditadura Militar, e sistematiza-se o fundamental da sua ideologia e da sua acção política. Referem-se também as suas atitudes perante o fascismo internacional e as suas relações com os movimentos fascistas com que mais se identificaram.

Na segunda parte, procede-se a uma análise da natureza política e social do Nacional-Sindicalismo. No terceiro capítulo, caracteriza-se a estrutura organizativa do N/S e o perfil social e político dos seus dirigentes e aderentes. No quarto, fornecem-se alguns elementos de comparação entre o N/S e a União Nacional, o partido de criação governamental que sustentou a formação do “Estado Novo” de Salazar. Trata-se, em minha opinião, de um aspecto fundamental para a percepção das diferenças entre um partido fascista e um partido único autoritário.

A terceira e última parte retoma a perspectiva diacrónica e estuda o conflito entre os fascistas e o Salazarismo. No capítulo quinto, analisam-se as atitudes dos fascistas perante a formação do “Estado Novo” e o processo de “integração forçada” destes na nova ordem autoritária. No último, talvez o de mais difícil reconstituição empírica, observa-se a radicalização antissalazarista de uma parte do movimento, que conduziu à tentativa golpista de setembro de 1935. Conclui-se com alguns elementos sobre o papel dos Nacional-Sindicalistas no “Estado Novo”, alguns integrando-se no Salazarismo e outros sempre na oposição ao mesmo.

Resumido o plano do livro, importa salientar o que não se fez e apontar algumas limitações.

A não realização de estudos de âmbito local é, desde logo, a primeira. Durante a investigação, recolhi bastante informação sobre a origem e a acção política de vários núcleos N/S locais, mas resisti à tentação de tirar conclusões apressadas. No capítulo quatro, onde comparo o Nacional-Sindicalismo com o partido governamental, apenas utilizo alguns dos muitos dados que fui recolhendo. Trata-se, no entanto, de uma dimensão central, pois penso que muito do debate sobre o fascismo

passa pela caracterização da sua actuação política, sendo a esfera local um óptimo campo de observação.

Gostaria ainda de chamar a atenção para um problema que não sei se consegui resolver: o dos públicos. Este livro começou a ser escrito em inglês e acabou por ser finalizado em português de Portugal, o que não estava inicialmente previsto, visto ser baseado em uma tese de doutoramento. Tratava-se, assim, de apresentar um “estudo de caso”, assinalando as particularidades do caso português.

A realização desta investigação só foi possível devido ao cruzamento de três tipos de fontes documentais: as de carácter policial, provenientes do arquivo da PIDE/DGS e do Ministério do Interior; a correspondência interna, graças, fundamentalmente, à correspondência de Rolão Preto; e os testemunhos orais (já muito limitados, devido à morte da grande maioria dos dirigentes e militantes).

As primeiras permitiram colmatar lapsos de informação sobre movimentos políticos que não deixaram arquivos. Desde dados quantitativos sobre idades, perfis sociais e de carreira política, etc., dos dirigentes N/S, até à própria reconstituição da sua acção política, particularmente durante o seu período “clandestino”, o arquivo da PIDE/DGS foi um instrumento essencial. O arquivo do Ministério do Interior, também depositado no ANTT, permitiu-me uma visão mais rigorosa da estratégia inicial do Salazarismo e da influência local do N/S.

As segundas contribuíram para evitar uma abordagem formalista, estreitamente “colada” aos comunicados oficiais e às normas estatutárias, já submetidos à censura. Se, em elas, a imaginação histórica e outra metodologia poderiam eventualmente conduzir a resultados idênticos, a sua utilização permitiu uma reconstituição mais “viva” da vida política dos fascistas portugueses, das suas hesitações, do seu debate interno e das suas contradições tácticas, em uma conjuntura política de transição.

As terceiras cumpriram uma função limitada, quase exclusivamente de apoio informativo. O escasso número de sobreviventes não permitiu

um inquérito por amostra sobre as atitudes ideológicas dos militantes e dirigentes, à semelhança do que foi efectivado, por exemplo, por Héglio Trindade, no seu livro sobre a *Acção Integralista Brasileira*, talvez uma das melhores monografias sobre um partido fascista.¹

Resta-me finalizar, sublinhando que o objectivo fundamental do trabalho foi contribuir para uma melhor compreensão das condições de emergência do fascismo, enquanto variante de um largo espectro de soluções autoritárias no âmbito da crise do liberalismo e da democracia após a Primeira Guerra Mundial, testando alguns modelos analíticos à luz do caso português. Habitado a dúvidas periódicas sobre a importância deste tipo de investigações, encontrei uma citação que me convém, particularmente para abrir uma obra sobre um caso periférico como o que à frente é estudado. Diz ela que “*the study of the lesser-known fascist movement is, in itself, a most interesting occupation; for it is in the sidelines of fascism, away from the historical dominance of Hitler and Mussolini, that some new light can be thrown on the problem of fascism*”.² Mesmo que a luz seja escassa, espero pelo menos ter acrescentado alguma coisa.

*

Este livro é uma versão resumida e actualizada de uma dissertação de doutoramento apresentada no Instituto Universitário Europeu, Florença, em dezembro de 1992. Quer por razões de economia do texto, quer por razões comerciais, a sua longa introdução, de cerca de 180 páginas, foi retirada e publicada autonomamente.³ Para esta

¹ Héglio Trindade, *O Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30* (Rio de Janeiro: 1979).

² Cf. Stephen M. Cullen, “Leaders and Martyrs: Codreanu, Mosley and José António”, *History*, Vol. 71, October 1986, p. 430.

³ Cf. António Costa Pinto, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais* (Lisboa: 1992) e versão alargada em inglês, *Salazar's Dictatorship and European Fascism. Problems of interpretation* (New York: 1995).

edição brasileira, limitei-me à realização de uma pequena revisão à actualização bibliográfica, tentando reduzir o manuscrito ao essencial, e completei alguma informação que, entretanto, fui recolhendo. Agradeço, aliás, a Riccardo Marchi a leitura de alguma documentação do Arquivo Particular José Manuel Costa Figueira, ao Arquitecto João Paulo Delgado alguma informação sobre o grupo “ARS” do Porto, constituído por arquitectos que foram Nacionais Sindicalistas na sua juventude e a Leandro Pereira Gonçalves sobre as relações entre Integralistas Lusitanos e a Acção Integralista Brasileira. O projecto que desenvolvi posteriormente sobre Elites e Decisão Política nas Ditaduras da Época do Fascismo (www.fascismandpoliticaelites.ics.ul.pt/index.php) também me permitiu atualizar informação sobre Salazar e o Nacional Sindicalismo.

Os anos que passei em Florença e em Stanford foram fundamentais para a finalização deste estudo. Os principais agradecimentos vão para Stuart Woolf, meu orientador e responsável por este e outros projectos que desenvolvi em Florença, entre 1986 e 1989. Uma palavra também para Philippe Schmitter, que me convidou inicialmente a concorrer para o IUE, e com quem passei o ano de 1988-1989 no Center for European Studies, da Universidade de Stanford. Não será exagerado dizer que Philippe Schmitter foi, até agora, o mais interessante dos cientistas sociais estrangeiros que escreveram sobre a sociedade e a política portuguesa contemporânea, particularmente sobre o autoritarismo do século XX. Por uma simpática coincidência foi também na Universidade de Stanford, como Professor Visitante no Departamento de História, que terminei a revisão da primeira edição deste livro.⁴

Entre conversas, encontros em colóquios e, sobretudo, nas “margens” destes, devo a vários colegas e amigos muito dos temas desta tese

⁴ Cf. António Costa Pinto, *Os Camisas-Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914-1945* (Lisboa: 1994). Parte das obras de Rolão Preto aqui citadas foram entretanto republicadas com organização e notas de José Melo Alexandrino: *Rolão Preto, Obras Completas, 2 Vols.*, (Lisboa: 2015).

e de outros trabalhos que realizei. Nos EUA, quero salientar Stanley G. Payne e Juan J. Linz.

Stanley Payne foi o primeiro a convidar-me a apresentar uma comunicação sobre o tema em um colóquio realizado nos EUA, no início dos anos 80, inserindo-me na comunidade internacional. Quanto a Juan J. Linz (1926-2013), a sua proverbial criatividade intelectual e a importância das suas obras sobre o tema desta tese são por demais conhecidas. Às suas qualidades de politólogo e de académico, ele juntava também uma rara disponibilidade para ouvir e debater os trabalhos dos outros, provavelmente atrasando os múltiplos projectos que tinha sempre em curso.

Enquanto escrevia este livro, envolvi-me em vários projectos de alguma forma ligados ao tema do autoritarismo. Embora sempre dispersivos, o meu envolvimento na organização de muitos deles foi largamente positivo. Entre os que fui encontrando no quadro da minha colaboração em diversas iniciativas, algumas nem sempre com sucesso, quero salientar Gerhard Botz, Emilio Gentile, Roger Griffin, Aristotle Kallis, Stein U. Larsen, George L. Mosse, Henri Rousso e Zeev Sternhell, com quem discuti sobre temas de história e política.

O acesso a alguma documentação particular, como sublinhei atrás, foi decisivo para a investigação. Gostaria de agradecer a Rita Rolão Preto e ao meu amigo José Costa Pereira a consulta de documentos de Francisco Rolão Preto, e a Marinús Pires de Lima o acesso a documentos de Augusto Pires de Lima.

Alguns colegas forneceram-me informações e documentos que não se encontravam disponíveis na época. João Arsénio Nunes, sobre o Partido Comunista Português, nos anos trinta. Fátima Patriarca, sobre os sindicatos corporativos e sobre o Partido Socialista, no mesmo período. Simão Kuin, sobre os CAUR e a sua actividade em Portugal. Luís Nuno Rodrigues, sobre a Legião Portuguesa. Por motivos óbvios, para quem conheça as suas obras sobre o autoritarismo português, devo também bastante a Manuel Braga da Cruz.

Para terminar, confesso que não esperava o relativo sucesso editorial desta obra, primeiro da edição original em português, depois das edições norte-americana e italiana.⁵ Esta edição atualizada no Brasil deve muito ao professor Leandro Pereira Gonçalves, do Departamento de História da PUCRS, a quem queria agradecer.

Finalmente uma nota pessoal. A primeira edição foi dedicada ao meu pai, Belarmino da Costa Pinto, um advogado da oposição democrática ao Salazarismo, que a viveu toda: a sua redacção e, infelizmente para ele, o período histórico a que ela se refere. Queria dedicar esta nova edição aos meus filhos Filipe e Vicente, que terão mais que fazer do que se lembrar dela.

⁵ António Costa Pinto, *The Blue Shirts. Portuguese Fascists and the New State* (New York: 2000) e *Fascismo e Nazionalsindacalismo in Portogallo: 1914-1945* (Roma: 2001).

1 AS ORIGENS DO FASCISMO PORTUGUÊS

Em fevereiro de 1932, um grupo de estudantes fascistas criou em Lisboa um jornal académico, *A Revolução*. Quase todo o grupo fundador pertencia ao sector estudantil do Integralismo Lusitano (IL), movimento monárquico de direita radical fundado nos anos 10, sob inspiração da *Action Française*. Meses mais tarde, o grupo decidiu convidar para ser seu director Francisco Rolão Preto, o membro da Junta Central do IL que se encontrava mais próximo do ideal fascista do que todos professavam. Lançado no Verão desse ano, o Movimento Nacional-Sindicalista (N/S) rapidamente se organizou à escala nacional sob a chefia carismática de Rolão Preto.

O Nacional-Sindicalismo, expressão do fascismo enquanto movimento em Portugal, foi um fenómeno político tardio. Fundado em 1932, em plena transição para um regime autoritário, ele representa o último combate de uma “família política” que desempenhou um papel importante no processo de crise e de derrube do liberalismo português, mas que foi secundarizada na edificação de uma alternativa ditatorial estável no início dos anos 30. Tão estável, saliente-se desde já, que a

resolução desta crise acabaria por produzir a ditadura de direita mais longa da Europa no século XX.

Enquanto partido político, o N/S foi o ponto de unificação tardio de uma corrente fascista constituída a partir da ampla mas dividida família da direita radical portuguesa do pós-guerra. Nele desembocaram as franjas mais radicais de anteriores partidos e grupos de pressão ideológicos criados durante os últimos tempos da República parlamentar (1910-1926) e da Ditadura Militar de 1926. Em um curto espaço de tempo, edificaram uma organização, constituíram um núcleo não desprezível no Exército, manobram diversas tentativas golpistas contra Salazar, até serem ilegalizados e verem os seus dirigentes expulsos do país.

O fascismo português foi profundamente influenciado, política e ideologicamente, pelo Integralismo Lusitano. Ainda que na crise do pós-guerra emergissem movimentos menos marcados pela sua influência, no N/S, a começar pelo seu chefe e acabar na maioria dos militantes e dirigentes, a sua influência foi determinante. A sua capacidade de sintetizar uma nova ideologia reaccionária, que, apesar da óbvia influência estrangeira, foi bem legitimada no tecido cultural português, cumpriu aqui um papel decisivo.

A pujança ideológica do IL e a sua capacidade de penetração nas elites condicionaram pois o próprio desenvolvimento e a penetração do fascismo em Portugal. Como foi referido por Hermínio Martins, “*At the time when Italian Fascist and Nazi models assumed ‘world-historical’ importance, those most predisposed to learn and emulate them had all been grounded in the teachings and intellectual style of IL*”. De facto quase todas as tentativas de constituição de partidos fascistas (a última e mais bem-sucedida das quais foi o N/S) tiveram o IL como base que, deste modo, “*pre-empted the ground from other influences and paradigms of the extreme right*”.¹

¹ Cf. Hermínio Martins, “Portugal”. S. J. Woolf (edited by). *European Fascism* (New York: 1969). p. 305.

1.1 O INTEGRALISMO LUSITANO

Nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, um grupo de jovens monárquicos fundou uma revista e um clube político chamado Integralismo Lusitano. Colegas na Universidade de Coimbra quando se deu a revolução republicana de 5 de outubro de 1910, foi o derrube da monarquia constitucional que os fez passar de simples tertúlia literária à acção política. Alguns deles participaram nas primeiras revoltas monárquicas contra a recém-implantada República, a partir do território espanhol, e contactaram directamente, durante um breve exílio em França e na Bélgica, com a *Action Française*, sem dúvida a sua mais importante referência ideológica externa.

Regressados a Portugal, na sequência de uma amnistia, fundaram o movimento, que até 1916 se resumia a uma revista doutrinária, e iniciaram a sua campanha fundamentalmente no campo da luta ideológica. O principal teórico do IL, António Sardinha, nunca se exilou e só após a revolução se converteu ao catolicismo e à monarquia. Outros, como Rolão Preto, o mais jovem do grupo, pertenceram ao núcleo exilado e foram mais marcados pela influência cultural do principal movimento da direita radical francesa.²

Em 1916, quando o regime republicano forçou a participação de Portugal na guerra ao lado dos aliados, o IL organizou-se em movimento político, lançou um jornal diário e iniciou a vulgarização do seu programa político. O seu projecto poder-se-ia resumir ao da restauração de uma monarquia corporativa, antiliberal, descentralizada e tradicionalista. O Integralismo deixou uma marca intelectual profunda na cultura política portuguesa do século XX. Sendo, sem dúvida, marcado

² Sobre o IL *vide*: Manuel Braga da Cruz, *Monárquicos e Republicanos sob o Estado Novo* (Lisboa: 1987), e António Costa Pinto, “A Formação do Integralismo Lusitano (1907-17)”, *Análise Social*, Vol. XVIII, 1982, p. 1409-1419. Muito embora escrito por um jornalista republicano com intuítos de refutação ideológica existem dados factuais interessantes sobre o Integralismo na obra de Carlos Ferrão, particularmente nos dois primeiros volumes, *O Integralismo. Autópsia de um Mito* (Lisboa: 1964/1965). Das muitas sínteses pró-integralistas *vide* também Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano* (Lisboa: 1943).

pelo exemplo da *Action Française*, o IL conseguiu sintetizar de forma criadora e durável os fundamentos de um novo nacionalismo reaccionário especificamente português.

O IL fundou uma corrente intelectual baseada em numerosos estudos históricos sobre a identidade nacional portuguesa, reinventando a “tradição” de uma sociedade orgânica e corporativa de que Portugal medieval teria sido paradigma e que o liberalismo do século XIX, produto de “importação”, veio destruir. Para tal apoiaram-se nos esquecidos teóricos do pensamento contrarrevolucionário português do século XIX, ligados à corrente legitimista de D. Miguel.

Os primeiros integralistas eram bastante dogmáticos na questão da restauração do regime monárquico, o que dificultou bastante as suas relações com outras forças antiliberais, nomeadamente com os católicos tradicionalistas e com republicanos conservadores. Até 1918, muito embora colaborando pontualmente com outros sectores antidemocráticos, o IL participou fundamentalmente nos golpes monárquicos, elemento claramente desagregador das ligações reaccionárias.

1.1.1 A IDEOLOGIA INTEGRALISTA

Até 1910, a Universidade de Coimbra era o único polo de formação universitária do país e foi o centro de todos os movimentos políticos e ideológicos que dominariam a vida política portuguesa na primeira metade do século XX. Republicanos, monárquicos e católicos sociais fundaram em Coimbra os seus primeiros centros e formaram grande parte dos seus quadros dirigentes.

Os fundadores do Integralismo começaram a individualizar-se em Coimbra, ainda estudantes universitários, não na luta política activa, mas na vida literária e cultural. Alguns eram mesmo republicanos, como o seu fundador e principal teórico, António Sardinha.³ Os primeiros escritos

³ Como aliás outros futuros simpatizantes do IL como Martinho Nobre de Meio. A maioria era

desta tertúlia coimbrã inseriam-se no nacionalismo literário da viragem do século. Jacinto do Prado Coelho caracterizou-o pelo “abandono dos modelos franceses e o retorno às tradições nacionais, ao rusticismo sadio, à ingénua imaginação popular, à vernaculidade linguística”.⁴

Os integralistas eram conhecidos na comunidade estudantil de Coimbra pelo seu comportamento elitista e por um acentuado aristocratismo intelectual. A sua base social, sendo superior à média da comunidade estudantil, não era por si só grande elemento de distinção. Embora alguns proviessem da pequena aristocracia ou do latifúndio alentejano, nem todos possuíam fortuna familiar.⁵ Aliás, mais do que aristocratas por genealogia, no que não se distinguiam de muitos outros, eram-no, acima de tudo, por *elitismo de afirmação intelectual*.

A revolução de 1910 veio surpreendê-los nos últimos anos escolares, “já fortalecidos nas reflexões de Renan e Taine, por entre o fogo vivo dos livros da *Action Française*”.⁶ Datam destes anos as leituras de Le Bon, Barrès, Maurras e, através deles, do fundamental das produções nacionalistas do fim de século.⁷ Como António Sardinha lembrou mais tarde: “Charles Maurras disse um dia [...]: ‘*les lettres nous ont conduit à la politique [...] mais notre nationalisme commence pour être esthetique*’. Ao pensar um pouco nas nossas origens literárias [...] eu reconheço que também a nós as letras nos conduziram à política [...]”.⁸

A proclamação da República constituiu o elemento determinante da formação do integralismo enquanto ideologia. A República era “a

no entanto monárquica, como Alberto Monsaraz, Luis de Almeida Braga, etc. Cf. Ana Isabel Sardinha Desvignes, *António Sardinha (1887-1925). Um Intelectual no Século* (Lisboa: 2006).

⁴ Cf. Jacinto do Prado Coelho, “Neogarrettismo”, *Dicionário de Literatura* (Porto: 1976), vol. II, p. 711.

⁵ Exceptuando José Pequito Rebelo e Alberto Monsaraz que foram, de entre os fundadores, grandes contribuintes financeiros da organização.

⁶ Cf. Hipólito Raposo, *Folhas do meu Cadastro* (Lisboa: 1945), p. XXVII.

⁷ Cf. Barrès, Zeev Sternhell, *Maurice Barrès et le Nationalisme Français* (Paris: 1972).

⁸ Cf. António Sardinha, *Ao Ritmo da Ampulheta* (Lisboa: 1925), p. 147.

democracia da população” e significou a emergência reforçada dos grupos sociais urbanos no campo político. Para os integralistas, já imbuídos do nacionalismo tradicionalista, o regime saído da revolução de 1910 era a reprodução alargada dos “princípios de 1789”, contra os quais reagia a sua formação intelectual. Faltava-lhes ainda, como salientou um dos seus fundadores, “a sólida armadura de um sistema. Foi isso que se discutiu em 1913 e se consubstanciou em 1914 com o IL”.⁹

A Revolução republicana determinou a separação física do grupo, já que uns escolheram o caminho das revoltas monárquicas, participando nos batalhões de voluntários que tentaram restaurar a monarquia em 1911 e 1912, a partir da Galiza. Na sequência da derrota das incursões no Norte do país, alguns exilaram-se na França e na Bélgica. Mantendo-se sempre em contacto, os seus epistolários denotam a influência da *Action Française* que, se todos conheciam ao nível da produção ideológica, se tornou, nas novas circunstâncias políticas, um exemplo a seguir. Regressados a Portugal pouco antes do início da guerra na Europa, estes vão então organizar o IL.

António Sardinha, convertido ao catolicismo e à monarquia, lembrava em carta a Luis de Almeida Braga a ligação entre a sua produção literária e os seus projectos ideológicos. Planejando a sua obra *O Valor da Raça*, este afirmava o seu desejo de denunciar e desbaratar “as pesquisas inimigas da nossa história”, pois a “crise histórica que o nosso país atravessa reveste de exigências imperiosas o que noutras condições bem poderia ser apenas para a mocidade culta uma pacífica atitude psicológica. Hoje a Acção reclama-nos”.¹⁰ Já em plena redacção do programa do IL, Sardinha explicava ao seu correligionário o sentido da acção ideológica e política que deveria nortear o IL:

⁹ Cf. Hipólito Raposo, *op. cit.*, p. XXVII.

¹⁰ Cf. Luis de Almeida Braga, *Sob o Pendão Real* (Lisboa: 1942), p. 423-424.

A principiar pelo Rei, é necessário ensinar aos monárquicos o que é a monarquia. Nós temos um precedente nesse sentido. É a desacreditada literatura miguelista. Reabilite-se, e com a vulgarização do doutrinarismo da Action Française, completamente desconhecida entre nós, organize-se uma teoria contrarrevolucionária, que ensine a esta gente que a democracia é uma forma social inferior, implica a negação de todo o conceito selectivo, que só a realeza pode solucionar [...].¹¹

Organizados a partir de 1914, os integralistas iniciaram a sua campanha na esfera cultural, e foi neste terreno que se situaram, nos três primeiros anos da sua existência. A sua primeira preocupação foi a de legitimação histórica, inserindo a sua proposta no passado nacional, dando-lhe credibilidade e polarizando à sua volta as elites intelectuais a que se dirigiam.

As principais obras de referência do IL datam desta primeira fase. Os artigos de *A Nação Portuguesa* percorrem a história nacional, processam novas filiações e “descobrem” o pensamento contrarrevolucionário dos legitimistas do século XIX.

O nacionalismo de António Sardinha foi talvez o mais místico. Em *O Valor da Raça*, publicado em 1915, Sardinha chegou a teorizar um nacionalismo rácico, mais tarde abandonado, detectando no imaginário “Homo Atlanticus” a base da raça portuguesa.¹²

O nacionalismo tradicionalista dos integralistas repousava em uma interpretação da história que viu no Portugal medieval a fase de maior perfeição da sociedade. Foi este medievalismo rural, autonomista e artesanal, que os desvarios do Renascimento e das Descobertas puseram em causa, arrastando Portugal para a decadência, que a “cerrada higiene étnica” da Inquisição nem sempre pôde controlar. Até ao século XIX a história portuguesa seria a da luta entre localismo sadio e estrangeirismo. O próprio absolutismo luterano e germânico já transportava consigo a

¹¹ Cf. *Id.*, *ibid.*, p. 432-433.

¹² Cf. António Sardinha, *O Valor da Raça* (Lisboa: 1915).

revolução liberal, restando o facho da tradição nas mãos dos partidários de D. Miguel, o rei legitimista que perdeu a guerra civil com os liberais.

Esta visão apocalíptica da história pretendeu legitimar-se na produção das elites académicas e intelectuais portuguesas de finais do século.¹³ No campo da genealogia, e em sintonia com o panorama intelectual europeu, ela corporizou contribuições que provinham não apenas do pensamento contrarrevolucionário mas também das variantes elitistas da ideologia liberal. Utilizando a sistematização proposta por Nolte, poderemos

afirmar que esta genealogia remontava ao *conservadorismo cristão* (Maistre, Bonald), ao *liberalismo crítico* (Comte, Le Play, Renan, Taine) e ao próprio *conservadorismo radical* francês (La Tour du Pin, Barrès, etc.).¹⁴

Foi via *Action Française* ou mais propriamente via síntese maurrasiana que os futuros integralistas apreenderam esta produção intelectual, à semelhança de outros grupos de idêntica natureza, particularmente nos países latinos. “Todos eles” – salienta Eugen Weber – “nasceram sob a inspiração de estudantes e admiradores das classes superiores, que se inflamaram pela *Action Française* num momento em que, insatisfeitos com a situação que os envolvia, procuravam um guia intelectual”.¹⁵

Como dizia Sardinha, estigmatizando a fraqueza dos conservadores, o seu objectivo era dotá-los com “um corpo doutrinário”, sem o qual estes se achariam “impossibilitados de vencer”: “há uma mística republicana. Mas não há uma mística reaccionária”.¹⁶ Foi esta nova “mística reaccionária” que o IL construiu nas vésperas da Grande Guerra.

Reduzido a uma versão simples, o IL construiu uma alternativa coerente ao liberalismo republicano, dotada da sua dogmática própria e codificada em programa político. Em um extenso artigo publicado na

¹³ Cf. António Sardinha, *No Princípio Era o Verbo* (Lisboa: 1924).

¹⁴ Cf. Ernst Nolte, *Three Faces of Fascism* (New York: 1964).

¹⁵ Cf. Eugen Weber, *L'Action Française* (Paris: 1964), p. 556.

¹⁶ Cf. António Sardinha, *op. cit.*, (Lisboa: 1945), p. 193.

Nação Portuguesa, Pequito Rebelo traçou um quadro – República Democrática versus Monarquia Integral – que sintetizava o projecto integralista.

À pretensa soberania popular (“multidão com a sua baixa psicologia e as suas inferiores reacções de sentimento”¹⁷) opunham a Nação organizada e hierarquizada segundo a tradição. Ao sufrágio universal opunham a representação corporativa dos núcleos tradicionais: a família, os municípios, as profissões. O parlamento seria substituído por uma Assembleia Nacional representativa destas “forças vivas”, com um carácter consultivo e técnico. À centralização do Estado liberal, destruidor da vida local e causador da urbanização desenfreada, opunham a descentralização anticósmopolita e ruralizante, que permitisse ao “país eminentemente agrícola o cumprimento da sua missão histórica”.¹⁸ A representação corporativa era também solução para a economia liberal e para a “agitação desastrosa da sua luta de classes”.¹⁹

Apesar de serem críticos ferozes do constitucionalismo monárquico do século XIX, os primeiros integralistas mantiveram-se fiéis à ideia da restauração da monarquia. Mas foram outros princípios, que o pós-guerra iria provar serem dissociáveis, aqueles que mais rapidamente tiveram eco em sectores significativos das elites culturais e políticas.

O corporativismo constituiu o elemento central da sua alternativa ao liberalismo. Um corporativismo integral que seria a base da restauração da monarquia. O esforço de legitimação histórica e de fundamentação teórica do corporativismo excedeu largamente outros elementos do anti-liberalismo do IL e ficou bem expresso nas centenas de estudos eruditos e cartilhas de divulgação publicadas pelos seus diversos dirigentes.²⁰

¹⁷ Cf. José Pequito Rebelo, *Pela Dedução à Monarquia* (Lisboa: 1945). p. 62.

¹⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 61.

¹⁹ *Id.*, *ibid.*, p. 74.

²⁰ Cf. por exemplo Alberto de Monsaraz, *Cartilha Monárquica* (Lisboa: 1916). Sobre Alberto de Monsaraz e o IL, cf. Nuno Simão Ferreira, “Alberto de Monsaraz e o Integralismo Lusitano: pensamento e acção”, *Lusíada* n. 2, 2005, p. 253-308.

Se os primeiros textos dos integralistas denotavam um anticapitalismo de matriz ruralizante e tradicionalista, como que simbolizando a ameaça de uma modernização dominada pelos “plutocratas” e pelas indústrias sugadoras de mão de obra barata vinda dos campos, a sua progressiva aproximação ao poder, sobretudo com a Ditadura Sidonista de 1918 levaram-nos também a responder à “questão social” com o “sindicalismo orgânico”.

Outro aspecto fundamental da sua doutrinação junto das elites conservadoras referiu-se à reabilitação da ideia de ditadura e da legitimidade do rompimento com a ordem estabelecida. A “monarquia orgânica” dos integralistas não escondia a sua apologia da hierarquia e da ordem e, ainda que a legitimidade tradicional do rei escondesse a figura do ditador, a sua organização da representação política pressupunha a abolição de todos os mecanismos democráticos.

A apologia da violência também não deixava de contrastar com a passividade que caracterizava os conservadores desde a implantação da República. “Falta-lhes a escola da violência” – escrevia Sardinha – “e com a violência falta-lhes tudo: a finalidade [...]. Nós integralistas, não somos conservadores – dada a passividade que a palavra traduz. Somos antes renovadores”.²¹

Para além desta apologia da violência política, de que aliás não seriam grandes cultivadores na prática, os integralistas desenvolveram polémicas ideológicas que ficaram conhecidas na época, nomeadamente com intelectuais republicanos. Apesar de terem chegado a participar conjuntamente de uma revista com intelectuais do grupo da *Seara Nova*, liberais críticos que desempenharam uma função semelhante no campo da esquerda republicana, estes desenvolveram polémicas “históricas” e políticas com seareiros como António Sérgio ou Raul Proença.

²¹ Cf. António Sardinha, *op. cit.*, p. 193.

Muito embora sofrendo alterações fascizantes no pós-guerra, a ideologia dos fundadores do IL permaneceu imbuída de um antiliberalismo tradicionalista, de um nacionalismo de matriz “histórica” e de um ruralismo de reacção à industrialização. O socialismo e o comunismo eram para eles uma variante do liberalismo e da democracia e não lhes mereceram nunca grande atenção ideológica. A maçonaria e o republicanismo Jacobino e anticlerical foram os seus grandes inimigos.

Codificadas em programa político, as posições integralistas representaram uma típica manifestação de uma ideologia de reacção à modernização, em um país da periferia da Europa industrializada. Justamente por isso a sua capacidade de penetração nos polos ameaçados por esta estava destinada ao sucesso, sobretudo quando a intervenção na guerra veio desestabilizar o frágil regime republicano. A sua intervenção política foi no entanto elitista, constituindo uma pequena rede nas Universidades e reorganizando velhos núcleos da notabilidade monárquica de província. Independentemente das oscilações da sua penetração difusa em outros sectores, estes serão sempre os seus bastiões mais seguros até aos anos 30.

1.1.2 A ACÇÃO POLÍTICA DO IL

O Integralismo Lusitano nunca se transformou em uma liga política com uma solidez organizativa equiparável à *Action Française*. Para além de factores subjetivos e ideológicos, a própria configuração do sistema político republicano dificilmente o poderia permitir. Apesar de, para efeitos de propaganda, o IL falar de “democracia” a propósito da República, a verdade é que o sistema eleitoral de sufrágio restrito (apenas os alfabetizados votavam) e a hegemonia caciqueira do Partido Democrático conduziram os próprios partidos conservadores republicanos a uma clara incipiência organizativa. Qualquer veleidade de mobilização eleitoral do mundo rural estava-lhes vedada. Aliás os

próprios partidos republicanos conservadores não ultrapassavam o nível do agrupamento de “notáveis” com uma frágil malha partidária.²²

A vida política do IL conheceu três grandes fases: a primeira, que vai da sua fundação até à ditadura sidonista de 1917-18, caracterizada por uma actividade quase exclusivamente ideológica; a segunda, até 1922, data da suspensão das suas actividades, marcada pela tentativa de criar um movimento político organizado; a terceira, mais difusa, definida pela proliferação descentralizada dos seus núcleos, até à dissolução da sua Junta Central em 1932.

Foi o golpe de Sidónio Pais em 1917 que ditou a organização do IL em movimento político. Sidónio Pais, muito embora republicano, convidou vários simpatizantes integralistas para pastas ministeriais e adoptou alguns dos seus objectivos programáticos no seu esboço de representação corporativa. Por outro lado, ao tentar organizar a partir de cima um partido de apoio ao seu regime, para o qual convidou os católicos e os monárquicos, “forçou” os integralistas à organização autónoma. Estes nomearam mesmo, nas listas monárquicas, alguns deputados e senadores em 1918, nomeadamente António Sardinha e Pequito Rebelo.²³

Em fevereiro de 1917, tinha surgido o diário *A Monarquia*, que inaugurou a fase de propaganda do IL, mas a sua estrutura partidária, ensaiada várias vezes, ficaria sempre embrionária. Este aparelho, no entanto, sobreviveu bastante mais tempo do que seria de esperar dada a sua fluidez, o número de interrupções de actividade e mesmo de cisões que haveria de sofrer nos anos 20.

Nomeada a Junta Central, formada pelos fundadores e praticamente inalterada até à sua autodissolução em 1932, a malha partidária seguia a divisão administrativa do país, com Juntas Provinciais e Juntas Municipais. Na realidade, estas Juntas constituíram-se

²² Cf. Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)* (Coimbra: 2008).

²³ Cf. Miguel Dias Santos, *Os Monárquicos e a República Nova* (Coimbra: 2003).

fundamentalmente nos distritos e concelhos rurais do Centro e Norte de Portugal. Para além do Alentejo, também representado, a esmagadora maioria estava concentrada no Interior, Centro e Norte, onde esta malha se estendia ao nível concelhio. Nos grandes centros urbanos, apenas existiam as Juntas Escolares, organizações de estudantes universitários.

De uma forma geral, para estes núcleos distritais e concelhios, foram escolhidos elementos da notabilidade local, maioritariamente proprietários rurais, muitos dos quais da pequena aristocracia. Recuperaram-se ainda alguns membros do partido legitimista, na sua maioria “senhores da terra”, se não em poder económico pelo menos em poder social. Foram eles os sustentáculos financeiros do movimento e os contribuintes líquidos da imprensa local e nacional. À medida que alguns licenciados integralistas se foram instalando profissionalmente nas sedes de concelho, estes assumiram alguma preponderância militante, sempre sob a “protecção” dos primeiros.

As instruções de organização do IL, publicadas em 1921, definiram-no como um movimento “*Nacionalista*, por princípio, *Sindicalista* (corporativista) por meio, *monárquico* por conclusão”. “Não é” – reafirmavam – “um novo partido que se prepara para assumir o poder; pelo contrário, é uma corrente de opinião que procura libertar a Nação das ciientelas partidárias”.²⁴ A sua organização seguiu o modelo das ligas do período antes da guerra, com uma direcção inamovível e um conjunto de organismos provinciais e locais sob o estrito controlo da direcção e sem mecanismos electivos. Foi então adoptada como bandeira da organização a Cruz de Cristo, mais tarde utilizada pelo Nacional-Sindicalismo.²⁵

Sob a influência dos sectores mais radicais e fascizantes, foram criados no pós-guerra alguns núcleos de empregados e mesmo de operários,

²⁴ Cf. Integralismo Lusitano, *Instruções de Organização Aprovadas pela Junta Central* (Lisboa: 1921). p. 5.

²⁵ *Idem*, p. 3.

mas a sua presença foi fugaz e não alterou a configuração anteriormente descrita. Os seus dirigentes, a começar por António Sardinha, desaparecido precocemente em 1924, nunca esconderam a sua desconfiança das massas e do populismo. No fundamental, estes formaram-se culturalmente contra a sua emergência e não cederam nos anos 20, em termos organizativos, às pressões fascizantes de alguns sectores mais jovens.

Foi também no pós-guerra que o IL chegou a propor à *Action Française* a realização de um congresso internacional de organizações congéneres para debater a criação de uma liga internacional latina contra a “tirania democrática” e a maçonaria.²⁶ Proposta que seria mal recebida por Maurras, sempre desconfiado de qualquer internacionalismo.²⁷

Vários factores contribuíram para a fluidez organizativa do IL. O primeiro prendia-se desde logo com a sua ideologia, pois o IL definia-se como um grupo elitista e encarava a intervenção golpista pró-restauração da monarquia como tarefa primordial. Muito embora valorizando positivamente, por exemplo, a ditadura de Sidónio, estes participaram nas insurreições monárquicas de 1918 e 1919, logo após a sua morte. Vários dirigentes foram mesmo feridos e conheceram o exílio após estas batalhas.

Um segundo factor prendia-se com o seu extremo dogmatismo nas querelas monárquicas. Este sectarismo reflectia-se também nas suas relações com outros sectores conservadores, nomeadamente com os católicos sociais. A criação do Partido do Centro Católico e a sua participação nas eleições parlamentares, reconhecendo assim o regime republicano, motivaram polémicas azedas e o quase corte de relações.

²⁶ Convém salientar que o IL marcou não só alguns grupos brasileiros que iriam desembocar na *Acção Integralista Brasileira*, como ainda foi uma das referências da *Acción Española* (1931), com quem mantiveram estreitas relações. Cf. Hélgio Trindade, *O Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30*, 2ª edição (São Paulo: 1979), p. 251; Leandro Pereira Gonçalves, *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português* (São Paulo: 2012), e o capítulo “Acción española y el integralismo lusitano”, Raul Morodo, *Acción Española. Orígenes ideológicos del franquismo* (Madrid: 1980), p. 176-192.

²⁷ Cf. Hipólito Raposo, *Dois Nacionalismos* (Lisboa: 1929), p. 143 e Eugen Weber, *op. cit.*, p. 541.

Acabaria por ser uma fractura no interior dos monárquicos que levaria à suspensão da incipiente organização do IL. Na sequência das hesitações do Rei D. Manuel, exilado em Londres, face às sublevações de 1918, os integralistas romperam a sua fidelidade ao Rei e foram negociar um pacto com o pretendente legitimista ao trono.²⁸ Tal posição provocou desde logo uma cisão no Integralismo, criando os que permaneceram fiéis ao Rei a Acção Tradicionalista Portuguesa, em 1921. Um ano mais tarde, em Paris, o pretendente legitimista assinou um pacto reconhecendo como Rei D. Manuel, nas costas dos integralistas. Foi então suspensa a actividade política do IL, por decisão da própria Junta Central, e dada liberdade de actuação aos seus filiados.

Nessa “liberdade” de actuação a partir de 1922 esteve, porventura, um dos factores de penetração dos integralistas nas diversas áreas das forças conservadoras. Muito embora refractários a organizações de tipo milicial, estes abandonaram pelo menos o restauracionismo monárquico sistemático e começaram a participar em organizações unitárias de direita radical, associações patronais e conspirações militares. Como assinalou Manuel Braga da Cruz, “a sua força ideológica e respectiva influência nos meios conservadores cresceram assim na razão inversa do enfraquecimento da sua organização política”.^{29 34}

As Juntas Escolares permaneceram em actividade e denotaram, a partir de outubro de 1922, uma crescente referência ao fascismo italiano e, em 1923, à ditadura de Primo Rivera. Muito embora fiéis publicamente ao ideário monárquico, a perspectiva da sua restauração foi-se diluindo. A própria imprensa oficial ia revelando esta tendência. Em 1923, em um número destinado a manter o título do jornal, o órgão do IL afirmava em abertura:

²⁸ Sobre toda esta polémica, António Sardinha, *Processo de um Rei* (Porto: 1937).

^{29 34} Cf. Manuel Braga da Cruz, “O Integralismo...”, *op. cit.*, p. 147.

Mussolini em Itália e Primo de Rivera em Espanha são o triunfo estrondoso daquelas verdades e daqueles métodos que desde 1914 o Integralismo Lusitano aconselha a todos os bons portugueses. [...] possuímos também nós uma doutrina de salvação [...] E se não houver rei, que haja um Ditador, porque será chefe o que primeiro devolver Portugal ao rumo suspenso dos seus destinos eternos!³⁰

Os próprios dirigentes da Junta Central começaram a participar de organizações “unitárias” de direita radical como a Cruzada Nuno Álvares Pereira, ao lado de católicos e sidonistas. Colaboraram também na politização das associações patronais, particularmente no sector agrícola, e começaram a escrever muitos dos manifestos de tentativas falhadas de golpes militares conservadores.

As associações patronais iniciaram um processo de progressiva intervenção na vida política no pós-guerra. Perante as ameaças de reforma agrária proposta por alguns sectores da esquerda republicana, o seu peso organizativo cresceu significativamente. Pequito Rebelo, fundador e membro da Junta Central, desempenhou um papel activo na organização de interesses da grande agricultura alentejana, criando a Liga Católica dos Agricultores Alentejanos e, mais tarde, na viragem antirrepublicana da Associação Central da Agricultura Portuguesa.³¹

A mais concreta das contribuições dos integralistas para a queda da República foi desenvolvida no seio dos militares. Não tanto pela intervenção directa de algum seu sector no interior das forças armadas, mas justamente pela diluição do restauracionismo monárquico, por um lado, e da constante influência ideológica, por outro. Evidentemente que os integralistas estiveram longe de ser os únicos a influir no processo de intervenção militar que culminou no golpe de 1926, mas a sua pre-

³⁰ Cf. *A Monarquia*, 26/10/1923, p. 1.

³¹ Cf. Kathleen C. Schwartzman, *The Social Origins of the Democratic Collapse. The First Portuguese Republic in the Global Economy* (Lawrence, Kansas, 1989), e António José Telo, *A Primeira República. Vol.2 – Como cai um regime* (Lisboa: 2011).

sença continuada no interior das Forças Armadas permitiu-lhes, após o afastamento da corrente republicana imediatamente após o golpe, a maior proximidade do poder em toda a sua vida política.

Praticamente desde a sua fundação que o IL se encontrou no meio das conspirações militares de direita. Logo em 1916, dada a sua posição germanófila, colaboraram em uma tentativa de levantamento contra a participação na guerra ao lado dos aliados. Mas seria durante a ditadura de Sidónio que estreitaram os laços com os jovens da academia militar que constituíram a incipiente guarda pretoriana do ditador. Dispondo de uma simpatia crescente junto dos jovens oficiais monárquicos, os integralistas eram encarados com desconfiança pela maioria, pouco preocupada pelos pruridos de restauração da monarquia.

No pós-guerra, no entanto, a situação alterou-se radicalmente. A queda de Sidónio e a restauração do regime liberal arrastaram para a órbita da direita radical uma boa parte dos jovens militares sidonistas que não tinham participado na “caça” ao monárquico. Por outro lado, esta revolta monárquica seria como que o dobre de finados das tentativas restauracionistas, e os integralistas colocavam-se agora atrás de todos os candidatos militares de direita a chefiar o derrube da república. Muita da solidariedade que obterão dos “tenentes” do 28 de Maio cria-se nestas tentativas golpistas do pós-guerra. Os próprios oficiais monárquicos simpatizantes do IL participam, agora sem condições, das conspirações.

Vemos assim integralistas a escreverem as proclamações e a participarem como elementos civis de ligação em diversas tentativas de golpe, nomeadamente no imediato antecessor do 28 de Maio, desencadeado a 18 de Abril de 1925. Dotados de uma formação política superior à fraca média dos militares, eles foram dando algum conteúdo ideológico mais preciso à “ordem nas ruas”. Por outro lado, dada a vasta coligação que participará no golpe, estes consolidam os contactos com os “tenentes” mais radicais e com o instável general Gomes da Costa, que haveria de o chefiar.

Sob o ponto de vista estritamente organizativo, o IL nunca se recuperou da autodissolução de 1922. Alguns anos mais tarde, a morte do seu líder incontestado, António Sardinha, dificultou ainda mais a tentativa de reconstituição da organização nas vésperas do golpe. Os restantes elementos da Junta Central retomaram a actividade partidária e reorganizaram as Juntas locais na província, mas, no meio de várias deserções, restavam, em 1926, a Junta Central e uma rede informal de simpatizantes, um núcleo estudantil considerável e os contribuintes de província.

Muito embora com um papel importante na primeira fase da Ditadura Militar, a nova situação política determinou novas clivagens na já diluída esfera de influência integralista. A opção fascista colocou-se à grande parte do sector juvenil e dos simpatizantes militares. O núcleo duro da Junta Central irá manter-se fiel à monarquia, apoiando todos os projectos de instauração de uma nova ordem corporativa e radicalmente antiliberal. Viram com desconfiança a ascensão de Salazar e as formalmente híbridas instituições políticas por ele criadas. Boa parte da rede diluiu-se em diversas organizações fascizantes, entretanto fundadas, e terminaria no Nacional-Sindicalismo. Alguns elementos da chamada segunda geração integralista aderiram de imediato à ordem salazarista, como Marcello Caetano, sucessor de Salazar no fim da década de 60. Mas, em 1932, Rolão Preto, ao mesmo tempo em que aceitava a dissolução da Junta Central da qual era o elemento mais jovem, fundou o Nacional-Sindicalismo.

1.2 ROLÃO PRETO: O VALOIS PORTUGUÊS

1.2.1 A FORMAÇÃO INTEGRALISTA

Rolão Preto foi o mais jovem dos fundadores do Integralismo Lusitano. Estudante monárquico emigrado, ele foi o primeiro secretário da *Alma Portuguesa*, revista publicada na Bélgica, em 1913, por jovens monár-

quicos exilados, alguns dos quais tinham participado das incursões antirrepublicanas de 1911 e 1912.³² Com 17 anos apenas (nascera em 1896, na Beira Baixa), Preto foi o secretário de redacção deste primeiro órgão do integralismo, uma das muitas publicações fundadas por estudantes emigrados na França e na Bélgica, sob influência directa da *Action Française*.³³

O próprio Preto visitaria regularmente a sede parisiense do principal movimento da direita radical francesa. “Eu estava em Lovaina” – disse mais tarde – “e ia muitas vezes a Paris antes da Primeira Guerra. Visitava a *Action Française*, na rue de Rome, onde conheci Charles Maurras, Bainville, Pujo, Léon Daudet... Passava noites com eles”.³⁴ Maurras, no entanto, sendo, como para muitos outros integralistas portugueses, o ponto de partida da sua formação política e intelectual, seria ultrapassado nos anos 20 por outras influências mais duradouras.

Dois nomes de gerações e universos políticos diversos, cujos percursos se cruzaram nos anos 10, reconheceu sempre terem sido seus inspiradores: Sorel e Valois. Sobretudo o primeiro foi para ele o grande mestre. Como reafirmou muitos anos mais tarde, “foi ele que fez talvez tudo”³⁵.

Não negando a profunda influência de Maurras na formação inicial do IL, esta tinha-se dissipado no pós-guerra e, nos anos 20, era o Valois dissidente pró-fascista que continuava como referência. “Os Integralistas, sim” – disse na sua última entrevista – “eram discípulos de Maurras. Os Nacionais Sindicalistas não: estávamos desligados da *Action Française*. [...] Valois, sim, esse interessava-nos, mas Valois desligara-se de Maurras, era

³² Apenas se publicaram dois números em maio e setembro de 1913.

³³ Sobre a influência da AF nos países latinos, vide Eugen Weber, *op. cit.* (Paris: 1964), particularmente o capítulo “Les amis étrangers”, p. 525-547.

³⁴ Cf. Entrevista a João Medina, 27 de junho de 1975, in *Salazar e os fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo. A história de um conflito (1932-1935)* (Lisboa: 1977), p. 185-186.

³⁵ *Id.*, *ibidem*. A bibliografia sobre Sorel é vastíssima. Para uma introdução vide: J. R. Jennings, *Georges Sorel. The character and development of his thought* (London: 1985).

um dissidente da *Action Française*".³⁶ O itinerário intelectual e político de Rolão Preto do Integralismo ao fascismo não fez deste um dissidente do IL, por razões que à frente veremos, no entanto o seu percurso foi de algum modo comparável ao do fundador do *Le Faisceau*.

Por razões de estudo (acabaria por adquirir um bacharelato em Direito na Universidade de Toulouse nos anos da guerra), Rolão Preto não regressou com os seus colegas a Portugal, quando, em 1914, uma amnistia eliminou o mandado de captura por participação nas revoltas monárquicas de 1911 e 1912. Apesar de membro fundador do IL, não fez por isso parte da primeira Junta Central, criada em 1916, por se encontrar ainda em Toulouse, apenas integrando o órgão máximo três anos mais tarde.

Regressado a Portugal nas vésperas do golpe de Estado de Sidónio Pais e quando o IL debatia a sua passagem de grupo de pressão ideológico a movimento político, Preto rapidamente se afirmou como responsável pela área "social" do movimento. Ao contrário dos outros fundadores do IL, a começar pelo próprio António Sardinha, Preto demarcou-se destes desde logo pelo primado da acção política sobre a mera intervenção ideológica e cultural, que até aí tinha caracterizado a breve vida do movimento.

Interessados em legitimar historicamente o seu "nacionalismo integral", a maioria dos fundadores do IL, como vimos atrás, dedicaram à fundamentação nacional da sua monarquia tradicionalista, descentralizadora, corporativa e antiliberal, uma boa parte do seu labor intelectual. António Sardinha foi talvez o mais criativo neste processo de redescoberta dos clássicos do pensamento contrarrevolucionário português do século XIX e de "reinvenção" histórica do passado nacional. A "questão social" e a ameaça do "socialismo" constituíram para ele, como para a maioria da primeira geração integralista, um derivado desse regime decadente e fonte de todos os males que constituía para o IL o "liberalismo".

³⁶ *Id.*, *ibidem*.

Muito embora compartilhando com os fundadores do IL esta formação intelectual, o exílio mais prolongado e a aventura da guerra levaram o seu elemento mais jovem a um contacto mais próximo com o pré-fascismo intelectual francês e, caso raro, se não único nos fundadores do IL, com o italiano. A influência do neonacionalismo italiano, de Corradini, da *Idea Nazionale*, e das gestas de D’Annunzio, marcaram também decisivamente este dirigente integralista.³⁷

Guerra, “Nação”, Socialismo e “Sindicalismo Orgânico” serão os temas de base do publicismo de Preto na imprensa integralista, após o seu regresso a Portugal. Artigos e livros essencialmente de crónica política e de agitação, cheios de frases feitas e fórmulas simples, com poucas preocupações, erudição e investigação, mais patentes nos escritores e “historiadores” integralistas. Com a fundação do diário integralista *A Monarquia*, em 1917 (pelo qual chegou a ser responsável em 1920), Preto assinou regularmente crónicas sobre a situação internacional e “a questão social”, tornando-se no início dos anos 20 o responsável pela “acção sindical” do integralismo.

Apesar de comungar da dogmática integralista sobre a “questão do regime”, colocando a restauração da monarquia como elemento central do derrube do liberalismo, Preto utilizava, nos artigos regulares no diário integralista, um vocabulário político e um modelo de argumentação menos historicista, ultramontano, ruralista e tipicamente contrarrevolucionário, comum nos fundadores do IL. A própria temática “social” e “operária” que progressivamente dominou a sua actividade política no seio do movimento levou-o, nos seus artigos de 1918 a 1919, ao estudo do socialismo e do marxismo, da III Internacional e da Revolução Russa, ou seja do fenómeno revolucionário e de mobilização de massas.

³⁷ Como veremos adiante, um dos primeiros fascistas portugueses, Homem Cristo Filho, tinha publicado uma revista com o mesmo nome em Portugal em 1915, com colaboração de integralistas. Cf. Cecília Barreira, *Nacionalismo e Modernismo. De Homem Cristo Filho a Almada Negreiros* (Lisboa: 1981) e Miguel Castelo-Branco, *Homem Cristo Filho. Do anarquismo ao fascismo* (Lisboa: 2001).

Enquanto António Sardinha e boa parte dos fundadores reinventavam uma “monarquia corporativa medieval”, afirmavam a superioridade do princípio da aristocracia de sangue sobre o da burguesia e se preocupavam em travar a caótica industrialização, mãe da urbanização dissolvente, em nome de uma vocação rural portuguesa, Preto introduziu a convergência de Sorel e Valois na resposta nacionalista à crise do liberalismo e à ameaça “revolucionária”, que poderia também atingir Portugal. Esta sua viragem “sindicalista” não faria dele, no entanto, um crente no progresso tecnológico e na modernização como alguns outros fascistas, mantendo-se sempre no campo de uma estratégia preventiva de reacção a ela.

Essa marca tradicionalista nunca desapareceu do seu discurso e acção políticas, mesmo sob a linguagem “revolucionária” do fascismo que assumiu nos anos 30. No seio do movimento integralista, no entanto, ele introduziu alguns elementos que, se fossem assumidos pela globalidade do movimento, o que nunca aconteceu, o conduziriam directamente ao fascismo, nos anos 20.

1.2.2 A GRANDE GUERRA: O NACIONALISMO

O nacionalismo de Preto, como o do Integralismo em geral, nunca se afastou da tradição cultural latina, inicialmente de matriz francófona, elemento dominante na cultura das elites portuguesas. Muito embora o nacionalismo alemão e, mais tarde, o próprio nazismo, constituíssem um elemento dinamizador importante na sua acção política dos anos 30, Preto não sofreu qualquer influência daquele, e a própria descoberta do Nacional-Socialismo foi relativamente tardia.

Ao neonacionalismo francês das vésperas da Grande Guerra veio também juntar-se a mística da acção dos nacionalistas italianos. A sua admiração pelo primeiro levou-o mesmo a expressões “universalistas” do género: “A França é o centro do mundo, a luz latina que se torna intensa e radiante luz universal”, raras nos seus companheiros do IL,

sempre preocupados com a fundamentação nacional dos seus ideais.³⁸ No mesmo artigo, sobre a “vaga nacionalista” europeia, congratulava-se pelos êxitos da *Idea Nazionale*, ao mesmo tempo em que começou a utilizar uma expressão que se tornaria célebre nos seus comícios fascistas dos anos 30: “Isto irá, por Deus!”.

Em carta a Corradini, que publicaria em 1920, Preto mostrava-se crente no renascimento deste novo nacionalismo antidemocrático que refundasse uma nova época clássica nos países latinos. “Devemos crer” – escrevia – “no triunfo da ordem latina, da ordem clássica que abraçará e irmanará todos os povos herdeiros da civilização romana – França, Espanha, Itália e Portugal.”³⁹ Preto manter-se-á sempre na esfera cultural deste neonacionalismo latino, profundamente marcado pela mitologia imperial e civilizacional dos povos herdeiros da latini-dade, obreiros da descoberta do mundo, “colonizadores e guerreiros”. Os seus primeiros artigos para o diário integralista eram, no entanto, muito mais orientados para o imediato, procurando ver na guerra a reafirmação de um nacionalismo autoritário como única solução para o novo mundo dela resultante.⁴⁰

Para Rolão Preto, a guerra constituiu a prova da falência não só da ideologia liberal e do pacifismo que lhe era imanente como ainda do socialismo da II Internacional. Ela provou o carácter primordial do interesse nacional e a falência das ideologias socialistas que ensaiavam sobrepor clivagens sociais transversais às nações. Ela veio acordar “o sentido histórico do patriotismo através de leis ocultas da existência e do devenir nacional”, destruindo “a quimera do universalismo socialista”.⁴¹ Ela veio repor “a lei divina da luta universal” como afirmação dos

³⁸ Cf. Rolão Preto, “A Vaga Nacionalista”, *A Monarquia*, 9/12/1919, p. 1.

³⁹ Cf. Rolão Preto, *A Monarquia é a Restauração da Inteligência* (Lisboa: 1920), p. 3. Vide a resposta de Enrico Corradini, *op. cit.*, p. 4.

⁴⁰ Vide entre muitos o seu “Para onde vais, Democracia?”, *A Monarquia*, 10/10/1919, p. 1.

⁴¹ Cf. Rolão Preto, *op. cit.*, p. 13.

“eternos princípios da vida”. Foi “este grande princípio da autocriação nacionalista ou da diferenciação automática das nações, que a conflagração europeia de tão profundas consequências confirmou de uma maneira inequívoca”.⁴²

A guerra veio também confirmar empiricamente, “pelo critério do útil”, o que os ideólogos do nacionalismo autoritário afirmavam desde a viragem do século, restaurando

a verdade dos velhos postulados da histórica concepção orgânica das sociedades nacionalistas: o dever que solidariza as classes e os indivíduos na comum aspiração a que uma linha de fronteiras dá corpo e significação própria; a ideia de sacrifício necessário que disciplina os espíritos tornando-os partes integrantes e funcionais do organismo-nação.⁴³

Rolão Preto preocupou-se menos com a *démarche* historicista herdada do pensamento contrarrevolucionário e legitimista, maioritária no Integralismo, procurando fundamentar na guerra a ruptura irreversível que catapultou o nacionalismo como única alternativa à crise do universo liberal e à ameaça revolucionária. Foi a guerra que evidenciou a virtude do nacionalismo, “como única maneira de, dentro do quadro da civilização actual, fazer identificar e coincidir o interesse do indivíduo, com a sociedade a que pertence”.⁴⁴ O mesmo nacionalismo orgânico que, como “doutrina social” podia ordenar “o instinto egoísta do homem, não considerando o indivíduo como *fim* da organização social, mas sim como *função* da nação”.⁴⁵

Por último, o nacionalismo afigura-se desde logo como único antídoto à ameaça revolucionária do pós-guerra. O desafio dos nacionalistas

⁴² *Idem*, p. 11.

⁴³ *Idem*, p. 9.

⁴⁴ *Idem, ibidem*.

⁴⁵ *Idem*, p. 10.

seria pois o de provar à classe operária que ela era “parte” orgânica da nação e de que o “sentimento” que a ligava à “sua terra” era mais forte que a ténue “solidariedade das classes sobre as fronteiras, solidariedade meramente subjectiva e puramente dogmatizada pelos especuladores da metafísica revolucionária”.⁴⁶ Igual dilema “nacionalizador”, eventualmente mais grave, se colocava também à “internacionalizada” burguesia. Uma burguesia que se “desnacionalizou” ao longo do século XIX, fundamentalmente nas suas vertentes “financeira e comercial”, com as suas sociedades anónimas e a internacionalização do capital. Também para ela a guerra veio limitar o seu “internacionalismo” especulador e, “se esta burguesia não vê, não sente, não ouve, contra ela faremos triunfar a nação, apesar dela e contra ela esmagaremos a democracia que traz nos seus flancos perniciosos a Revolução que se avizinha”.⁴⁷

1.2.3 O SINDICALISMO ORGÂNICO

Nada na origem social ou no percurso político de Rolão Preto permitia entrever a sua fixação na “questão social” ou na “classe operária”. Ao contrário de Valois, um ex-anarquista de origem social modesta, reconvertido à *Action Française*, Rolão Preto não se demarcava dos restantes dirigentes integralistas em termos de origem social ou de percurso intelectual.⁴⁸ No entanto, o fundamental da sua actividade política entre 1918 e 1934, data da ilegalização do Nacional-Sindicalismo, foi dominado pela tentativa de subtrair a classe operária portuguesa ao socialismo, anarcossindicalismo e, mais tarde, ao comunismo, de a “nacionalizar” através do “sindicalismo orgânico”. Em 1918, tentando conciliar “sindicalismo e monarquia”; nos anos 30, brandindo com o

⁴⁶ *Idem*, p. 13-14.

⁴⁷ Cf. Rolão Preto, “A Revolução”, *A Monarquia*, 25/11/1919, p. 1.

⁴⁸ Sobre as origens de Valois, cf. Allen Douglas, *From Fascism to Libertarian Communism. Georges Valois against the Third Republic* (Berkeley: 1992).

mesmo “corporativismo integral”, agora dirigido não pelo Rei mas por uma chefia carismática de tipo fascista.

A inspiração ideológica inicial de Rolão Preto, fundador do sector “sindical” do Integralismo, remonta mais uma vez à breve aventura “operária” da *Action Française* do período antes da guerra. Na fugaz convergência do *Cercle Proudhon* (1911), e no Valois soreliano e monárquico do *La Monarchie et la classe ouvrière*, temperado pela cartilha do “corporativismo integral” do Integralismo Lusitano.⁴⁹ Em uma perspectiva ideológica, esta operação de recuperação era tanto mais tentadora quanto alguns aspectos do anticapitalismo ruralista e anticosmopolita do IL pareciam conciliar-se melhor em um país francamente industrializado, com uma classe operária recente e pouco concentrada, desconhecendo as grandes unidades fabris, como era o Portugal de 1918.

Justamente por isso, Rolão Preto ainda aconselhava serenidade perante o impacto da Revolução Russa e a ameaça revolucionária que pairava “lá fora”. Em diagnóstico onde laivos sociológicos marxistas se uniam a uma visão do mundo do proprietário rural, Preto observava a sociedade urbana portuguesa (vide Lisboa) e sublinhava que não existia “por agora (...) perigo de cataclismo que subvertesse as nossas condições sociais”.⁵⁰ A primeira razão prendia-se com a própria debilidade e fraca concentração do capital e quase desconhecimento do grande capitalismo industrial.

É realmente excessiva e tirânica a força do capitalismo nacional? Não é; e não é pela razão manifesta de que as grandes empresas como aquelas que lá fora se impõem ao Estado e

⁴⁹ A produção do *Cercle*, bem como as obras de Valois, desempenharam uma marca visível nos escritos iniciais de Rolão Preto, sobretudo *La Monarchie et La Classe Ouvrière* (Paris: 1914). Sobre o *Cercle* e a primeira fase de Valois vide Yves Guchet, *Georges Valois. L'Action Française, Le Faisceau, La République Syndicale*, 2ª edição (Paris: 1990), p. 11-106; Zeev Sternhell, *La Droite Révolutionnaire, Les origines françaises du fascisme, 1885-1914* (Paris: 1987), p. 348-400; Paul Mazgaj, *The Action Française and Revolutionary Syndicalism* (Chapel Hill: 1979).

⁵⁰ Cf. Rolão Preto, “Serenamente”, *A Monarquia*, 13/3/1918, p. 1.

livremente podem tiranizar os que lhes caem no sorvedouro dos seus tentáculos ambiciosos são em Portugal desconhecidas (PRETO, 1918, p. 1).

Em Portugal predomina ainda, “em muito maior escala que na maioria dos países europeus, a fortuna do pequeno proprietário rural e urbano. Ora não há melhor entrave para a revolução que uma numerosa pequena burguesia naturalmente interessada no equilíbrio geral”. A própria classe operária “que lá fora pela importância das massas sindicalizadas é realmente formidável e pode constituir um perigo grave (...) não tem entre nós nem por sombras um significado tão ameaçador como se lhe empresta ou procura emprestar”.⁵¹

Esta “serenidade” não o impedirá de esgrimir a “ameaça revolucionária” interna como elemento legitimador dos primeiros movimentos fascistas a que estará associado. No entanto, a “questão operária” era para ele uma variável do “caos” da República liberal, verdadeiro inimigo a abater.⁵² Rolão escrevia, aliás, em plena ditadura de Sidónio Pais, e os integralistas pensavam ainda na restauração da monarquia a curto prazo. Mas a própria ditadura de Sidónio, com os seus laivos corporativos de inspiração integralista, constituía uma boa base para repensar “o fracasso de todas as tentativas feitas até agora junto dos operários pelos partidos conservadores”, e encontrar “uma convergência fundamental entre as nossas ideias e as aspirações sindicalistas”.⁵³

O programa do “Sindicalismo Orgânico” derivou do modelo “corporativo integral” que deveria substituir os clássicos mecanismos de representação do liberalismo. Apesar de sofrer inúmeros aprofundamentos, poucas alterações sofreu desde que foi elaborado por Rolão

⁵¹ Cf. *Ibidem*.

⁵² Vide os seus artigos de 1919 a 1920 em *A Monarquia*, particularmente, “A Revolução” (25/11/1919); “Política de amadores – de crise em crise” (9/1/1920); “A república encravada” (23/1/1920); “A derrocada, Greves e Revolução” (5/3/1920); “A Revolução Nacional” (22/7/1920).

⁵³ Cf. Rolão Preto, “Sindicalismo e monarquia”, *A Monarquia*, 6/8/1918, p. 1.

Preto e outros integralistas no imediato pós-guerra, acompanhando o lançamento do sector “sindical” do IL.

A nova utopia proposta pelo IL à pequena burguesia e muito particularmente à classe operária era a da “sociedade orgânica” engrandecedora da “Nação”. Alguns elementos do anticapitalismo dos Integralistas eram utilizados para justificar o antídoto: a crescente “desnacionalização” do capitalismo cujas centrais não conheciam fronteiras e ameaçavam destruir as realidades nacionais; a industrialização selvagem que criava um proletariado miserável manipulado pelas ideologias socialistas e revolucionárias; uma classe política corrompida pelo capital internacional. Este antídoto foi assim acompanhado por um discurso “social” de protecção às classes trabalhadoras, de limites de exploração e de valorização do seu lugar simbólico na “produção nacional”.

Proclamando a “*Nação eterna* razão primeira da nossa existência social”, era o “interesse superior desta” que determinava a abolição da livre concorrência, o reforço da intervenção económica do Estado, a organização corporativa de proprietários e operários em “sindicatos” que representassem e regulassem os interesses das partes. “Negamos” – referia Preto nos seus “doze princípios da produção” – “a dissociação dos elementos da Produção nacional, isto é, negamos a existência isolada das classes, artifício que põe em litígio os componentes necessários dum mesmo todo”.⁵⁴ Alguns princípios do pré-anticapitalismo do IL apareceram então como medidas moralizadoras e protectoras dos próprios operários. “Condenamos” – referia o IV princípio – “a liberdade de trabalho, a livre concorrência, a liberdade de comércio, por contrários à produção. Não consideramos direitos sem obrigações”.

Ao contrário do capitalismo, que ignorava as tensões sociais, e do socialismo, que se servia de uma classe para destruir as outras, o “sindicalismo orgânico” estabelecia o “equilíbrio” entre elas, servindo-se

⁵⁴ Cf. Rolão Preto, *op. cit.*, p. 139.

para isso das “boas fórmulas sindicalistas e corporativas cujo passado se radica nos melhores tempos da harmonia social e do trabalho nacional”.⁵⁵

Este programa do “sindicalismo nacional”, como de resto a sua indissociável ligação à mitologia da “nação”, foi ainda influenciado pelo nacionalismo italiano de Corradini e Rocco. Percorrendo os seus artigos de *A Monarquia*, a sua obra *A Monarquia é a restauração da Inteligência* (1920) e alguns textos que deveriam servir de base a um livro nunca publicado, *A Monarquia Social*, não é difícil confirmar a influência decisiva destes contributos ideológicos do fascismo italiano.

Uma influência precoce que contrabalançava a desilusão com que Preto verificava a relativa menoridade e marginalidade com que os dirigentes da *Action Française* encaravam a aventura “sindicalista” de Valois. Maurras, sobretudo, sempre se interrogou sobre a vantagem destas aberturas ao “sindicalismo”. Como escreveu alguns anos mais tarde, ele espantava-se nos anos da guerra com a indiferença de alguns “marechais” da AF quando estes respondiam às suas perguntas sobre a necessidade de organizar a acção junto do operariado “com a afirmação de que a vitória do movimento viria sem o esforço que eu julgava indispensável tentar nos meios sindicalistas”.⁵⁶ Preto só voltaria a entusiasmar-se com o movimento francês em 1922, quando Valois retomou a sua aventura corporativa com a “Confédération de l’Intelligence et de la Production Française” e com a campanha pela convocação dos “Estados Gerais”, percurso que o levaria à ruptura fascista do *Le Faisceau*.⁵⁷

Aos nacionalistas italianos que ele considerava, ainda em 1919, como os “integralistas” de Itália, os nacionalistas da “saída do Siste-

⁵⁵ *Idem*, p. 147.

⁵⁶ Cf. Rolão Preto “Crónica Social”, *A Nação Portuguesa*, 2ª série, nº 6, dezembro de 1922, p. 274.

⁵⁷ Rolão Preto congratulava-se em 1922 pela acção do “genial autor” da *Economie Nouvelle*, afirmando que “longe vai ainda o tempo em que após o incidente Ferrer a AF perdia a boa vontade de muitos discípulos de Sorel” (*Idem*, p. 274). Sobre a CIPF e a campanha pela convocação dos *Etats Generaux*, vide Yves Guchet, *op. cit.*, p. 155-168.

ma” que, a partir de 1914, proclamaram a ruptura com o liberalismo, foi buscar Rolão Preto temas mobilizadores que o reaccionarismo da AF só muito timidamente se preparava para aceitar.⁵⁸ Mais do que a mística nacionalista de Corradini, foram as propostas de Alfredo Rocco sobre a organização do “sindicalismo nacional”, como forma de integrar as massas no Estado a construir sobre as cinzas do regime liberal, que o inspiraram.⁵⁹

Como sublinhou Emilio Gentile, “diversamente dos reaccionários e dos conservadores tradicionais, Rocco aceitava a presença das massas na sociedade contemporânea e pensava que, na sociedade de massas, o absolutismo estatal deveria servir-se das organizações sindicais para controlar e dominar este novo protagonista do mundo moderno”.⁶⁰ Era o reconhecimento desta necessidade, definitivamente consagrada pela crise do pós-guerra, que aproximava Preto das preocupações dos nacionalistas italianos, menos ligados ao passadismo restauracionista da AF e de alguns integralistas portugueses.

Muito embora alguns aspectos do neonacionalismo e do “sindicalismo nacional” dos nacionalistas italianos tenham sido inspirados pela ideologia “orgânica” da AF, o próprio Rocco sublinhou que esta precisava de uma “revisão” mais orientada para o futuro no caso italiano. Como salientou Lyttelton, “Rocco conferiu um novo significado à ideia de organização corporativa, vista já não como uma utopia medieval, interessada unicamente na agricultura e no artesanato, mas como uma moderna forma de organização das forças produtivas” de uma

⁵⁸ Rolão Preto congratulava-se com a vitória eleitoral dos “nossos camaradas” e “integralistas” italianos nas eleições de 1919. Cf. Rolão Preto, “A Vaga Nacionalista”, *A Monarquia*, 9/12/1919, p. 1. Sobre os nacionalistas italianos, cf. Alexander J. De Grand, *The Italian Nationalist Association and the Rise of Fascism in Italy* (Lincoln and London: 1978).

⁵⁹ Sobretudo o manifesto de *Política*, da autoria de Rocco, em 1918, e as suas intervenções ao Congresso Nacionalista de Roma em Abril de 1919. Vide, sobre o tema, Roberto Vivarelli, *Storia delle origini del fascismo. L'Italia dalle grande guerra alla marcia su Roma*, Vol. I (Bologna: 1991), p. 291-298, e reprodução do manifesto, p. 594-607.

⁶⁰ Cf. Emilio Gentile, *Il Mito Dello Stato Nuovo Dall'Antiquolittismo al Fascismo* (Bari: 1982), p. 190.

sociedade em industrialização acelerada, que os próprios nacionalistas projectavam como factor positivo.⁶¹ Apesar de ainda marcado pelo tradicionalismo da IL e da AF, Preto encontrou aqui melhor inspiração para a sua estratégia preventiva de enquadramento dos “produtores”.

O projecto corporativo do IL desenvolvido por Preto previa um vasto conjunto de instituições sindicais de operários e patrões de base regional e por área de produção, complementado por “Câmaras Sindicais” que deveriam regulamentar salários, arbitrar os conflitos de trabalho e representar os sectores respectivos nos organismos superiores do sistema. Seria fastidioso (e quase impossível, dadas as múltiplas variantes) referir em pormenor todos os organigramas do projecto que doravante constituiria a plataforma programática dos primeiros sindicatos integralistas. Inicialmente vago e muito esquemático, ele seria constantemente refeito nos anos 20, sendo nos anos 30 adaptado e muito desenvolvido, quando se transformou na plataforma central do Nacional-Sindicalismo. Ele foi, no entanto, utilizado como bandeira de agitação e propaganda desde o final da guerra, permitindo ao IL dispor de uma linguagem nova, em que o aristocratismo elitista se metamorfoseava em “anticapitalismo”, radicalizando os temas antiplutocráticos estritamente associados ao liberalismo republicano.

Com a sua chegada à direcção do diário integralista, em 1920, na sequência da prisão do seu director, Preto multiplicou a actividade jornalística, escrevendo os editoriais e assinando artigos de comentário internacional, quase todos virados para a “questão social”. Esta direcção efectiva do jornal permitia-lhe também publicar quase diariamente orientações sobre a formação do sector “sindical”, iniciada nesse ano. Até à suspensão da actividade política do IL em 1922, ditada por conflitos internos no campo monárquico, Rolão Preto dedicou-se

⁶¹ Cf. Adrian Lyttelton, *La conquista del potere, Il fascismo dal 1919 al 1929* (Bari: 1974), p. 32.

a erguer estes primeiros sindicatos integralistas que, como adiante se verá, obtiveram maior eco em certas camadas da pequena burguesia dos serviços do que na classe operária propriamente dita.

1.2.4 A DESCOBERTA DO FASCISMO ITALIANO: 1922

Rolão Preto, como de resto a generalidade da direita radical portuguesa (com a provável prudência do Centro Católico), acolheu entusiasticamente a marcha sobre Roma, mas já antes da conquista do poder observava a nova síntese que o fascismo representava, ao unir os princípios ideológicos dos seus camaradas do nacionalismo italiano com o primado da acção política “revolucionária”.

Os companheiros de jornada que Rolão Preto reconhecia como seus em Itália eram, desde 1914, os nacionalistas de Corradini, os “integralistas” italianos. Só a partir de 1921 é que Preto começou a referir-se às aventuras dos “*fasci di combattimento*”, fundados dois anos antes. Até aí as suas referências situavam-se nos nacionalistas e nas campanhas de D’Annunzio.⁶²

Rolão Preto começou a apoiar o fascismo quando este ultrapassou a sua confusão ideológica inicial, tornando-se uma força política e eleitoral, em 1921.⁶³ A grande admiração que desde logo expressou ia para o método de acção política, para o primado da acção. Quanto à ideologia, em sua opinião, o fascismo apenas teria reafirmado os princípios que já eram os dele e dos nacionalistas. “O nosso sindicalismo orgânico – escrevia em julho de 1922 – é, na sua essência, a base do actual pensamento sindical dos amigos de Mussolini.”⁶⁴

⁶² Cf. os artigos de Rolão Preto, “Alma Nova” e “Fiume – Cosa fatta capo ha”, *A Monarquia*, 26/9/1919 e 12/11/1919. Sobre esta fase da vida política de D’Annunzio, vide Michael A. Ledeen, *The First Duce, D’Annunzio at Fiume* (Baltimore and London: 1977).

⁶³ Sobre esta primeira fase, cf. Emilio Gentile, *Storia del partito fascista, 1919-1922. Movimento e milizia* (Bari: 1989).

⁶⁴ Cf. Rolão Preto, “Crónica Social”, *Nação Portuguesa*, 2ª série, nº 1, julho de 1922, p. 34.

Preto seguiu atentamente os relatos da violência política das delegações do partido fascista e apoiou o “seu método de combate temeroso” e a sua “propaganda activa”. Não deixava, no entanto, de referir a sintonia entre os fascistas e os nacionalistas, ou mais concretamente a adopção dos princípios dos últimos pelos primeiros.

Acompanhando o avanço do fascismo no verão de 1922, Preto assumiu-se imediatamente como seu defensor em polémica com um jornalista e padre nas páginas do jornal *A Época*.⁶⁵ Este debate foi, cremos, o primeiro debate sobre a natureza do fascismo italiano em órgãos da opinião pública autoritária portuguesa.

Ao longo de uma série de artigos publicados no verão de 1922, Preto defendia a legitimidade subversiva do fascismo, a sua actuação “fora da lei”. “É contra a ordem constitucional, contra a Lei estabelecida, contra os princípios que orientam o próprio Estado que o fascismo batalha e impõe a sua razão.”⁶⁶ Respondendo às primeiras críticas que lhe foram feitas por defender estes “bolchevistas de extrema direita”, sublinhava que

o método de combate do fascismo, por mais exagerado e violento, por mais ilegal e temeroso que ele tenha sido, é o único método que, nesta hora de tremenda batalha entre a Nação e a Anti-Nação [sic], entre o Bolchevismo e o Nacionalismo, pode trazer a vitória às elites activas que formam quadrado em torno da bandeira da Pátria.⁶⁷

Referindo-se ao “excesso” dos fascistas, o padre “Santa Cruz” exprimia as dúvidas dos católicos conservadores ante a natureza inicial do fascismo e, confessando-se também ele “sindicalista neomediévico de formação corporativista”, reafirmava os seus receios de que este “grupo de ataque” contra o bolchevismo possuísse um nocivo “nacionalismo

⁶⁵ Sobre o movimento católico nos anos 20, cf. Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo* (Lisboa: 1980).

⁶⁶ Cf. *Época*, 24/8/1922.

⁶⁷ *Idem*, 16/9/1922.

exagerado, moderno e pagão”.⁶⁸ Reafirmava também o “grande erro do fascismo”, ao querer “converter processos de ocasião em meios constantes de acção e propaganda, mantendo assim a Nação sob uma pressão de violência que a prejudica enormemente”.⁶⁹

Rolão Preto condenou algumas “absurdas tropelias” da acção fascista, nomeadamente contra os católicos, mas observava que elas representavam a via para a imposição do programa nacionalista e citava Rocco para sublinhar que estes tinham um conteúdo “altamente moral”: “*ricondere nelle masse assecate dalla demagogia socialista il sentimento nazionale*”.⁷⁰

Em um ponto, no entanto, quer Rolão Preto quer “Santa Cruz” estavam de acordo, por razões diferentes: a impossibilidade de “organizar, no nosso país, neste momento, um movimento com as características do partido de Mussolini”.⁷¹ Apesar de proclamar que “um dia virá em que nós, o nacionalismo português, marcharemos também sobre Roma”, Rolão Preto manteve-se reservado sobre as possibilidades de êxito desse tipo de acção política em Portugal.⁷²

Refira-se ainda o relativo desconhecimento de Rolão Preto sobre o tipo de organização do fascismo italiano, para além dos aspectos mais salientes da sua acção política violenta. A própria estruturação de um modelo organizativo fascista, adoptada por todos os partidos dos anos 30, só se codificou como modelo no final da década, quando o Partido Nacional Fascista se reorganizou após a tomada do poder, e o Partido Nacional Socialista Alemão retomou algumas das suas características.⁷³

⁶⁸ *Idem*, 31/8/1922.

⁶⁹ *Idem*, 25/10/1922.

⁷⁰ *Idem*, 16/9/1922.

⁷¹ *Idem*, 13/11/1922.

⁷² Cf. Rolão Preto, “Crónica Social”, *Nação Portuguesa*, 2ª série, nº 6, dezembro de 1922.

⁷³ Sobre a organização política do fascismo até à tomada do poder, cf. Paolo Pombeni, *Demagogia e Tirannide. Uno studio sulla forma-partito del fascismo* (Bologna: 1984), pp. 19-122 e Emilio Gentile, *Storia del Partito...*, p. 461-543.

Muito embora fazendo do fascismo italiano o exemplo mais citado de derrube da ordem liberal, a partir de 1922, Preto não cedeu ao mimetismo de importação. A seu ver, o integralismo dispunha da ideologia e de uma base organizativa para um fascismo português, e algumas especificidades da conjuntura política portuguesa não favoreciam a sua implantação. No entanto, como lhe lembrava em lamento Alberto Monsaraz, que em 1922, de novo no exílio em Paris, descobria o fascismo italiano e Mussolini: “parece-me que em Portugal os meios reaccionários ainda não compreenderam” o génio do fundador do fascismo italiano.⁷⁴

Quanto à acção política, Rolão Preto chegou um pouco mais tarde à conclusão que, em plena polémica, lhe seria lembrada pelo seu desconhecido opositor do Centro Católico: “A acção do Fascismo na ocasião dos tumultos e excessos bolchevistas foi uma acção militar. Fizeram os fascistas o que faria um Exército regular que soubesse cumprir o seu dever”.⁷⁵

1.2.5 UMA CHEFIA ADIADA: PRETO E OS PRIMEIROS MOVIMENTOS FASCISTAS PORTUGUESES

No início de 1922, Preto estava concentrado na organização do sector sindical do IL, acção que veio a ser perturbada com a sua autossuspensão da actividade política, em maio desse ano, como sequela da questão dinástica atrás assinalada. Esta suspensão dissolveu parcialmente o primeiro embrião de uma organização fascizante a partir do IL.

Após uma primeira cisão provocada por militantes que permaneceram fiéis ao Rei D. Manuel, o IL procurou reforçar a sua organização, criando secções distritais e locais e dando liberdade a Rolão Preto para

⁷⁴ Cf. Nuno Simão Ferreira, “Alberto de Monsaraz e a vaga dos nacionalismos e dos radicalismos político-autoritários europeus do Pós-Primeira Guerra Mundial: um rumo até ao fascismo”, *Lusitana*, Série II, n. 4, 2007, p. 279.

⁷⁵ Cf. *Época*, 13/11/1922.

fundar as suas secções “sindicais”.⁷⁶ Em 1921, Preto criou o Conselho Económico Central da organização, destinado a coordenar este sector, à medida que se começaram a criar sindicatos integralistas. No início do ano seguinte, surgiu o jornal *Revolução*, “jornal monárquico-sindicalista” destinado a servir de porta-voz deste sector sindical.⁷⁷ A começar pelo título e a acabar no programa, esta primeira experiência fascizante lançou as bases do futuro Nacional-Sindicalismo.

O jornal foi fundado por elementos mais jovens do IL e dirigia-se directamente à classe operária e à pequena burguesia. Rolão Preto desenvolveu aqui o seu conceito de “monarquia social”. Publicaram-se guias de criação dos sindicatos integralistas e pretendeu-se responder periodicamente a *A Batalha*, diário da CGT anarcossindicalista. O programa do IL foi popularizado na *Cartilha do Operário*. Uma nova linguagem com “camaradas”, “revolução” e “burguesia” esforçava-se por apontar a esta classe “perturbada pelo internacionalismo” a via para o seu reencontro com o “nacionalismo”, também ele antipoder.

Esta linguagem e esse propósito “subversivo” causavam dúvidas e apreensões no seio do tradicionalismo conservador, pelo que Rolão Preto consagrava parte do seu tempo a explicar o alto sentido patriótico desta recuperação do “proletariado”. Tentava assim justificar a sua acção de rompimento total com o legalismo republicano e de demarcação dos que se recolhiam “à falsa atitude do desprezo burguês por tudo que cheire a reivindicações e aspirações proletárias”.⁷⁸

Em Março de 1922, preparava-se o “manifesto dos Sindicatos Integralistas”, mas a sua expressão era relativamente fraca. Em Lisboa,

⁷⁶ Cf. Rolão Preto, “Abaixo os Partidos, Viva a Nação. O Sindicalismo Orgânico”, *A Monarquia*, 30/5/1921, p. 1 e “Movimento Social. A organização sindical Integralista”, *A Monarquia*, 20/12/1921, p. 1-2.

⁷⁷ N.º 1, 5/2/1922. Sobre este semanário “monárquico-sindicalista”, vide Cecília Barreira, “Sindicalismo e integralismo: o jornal ‘A Revolução’ (1922-23)”, *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), 1981, p. 827-838.

⁷⁸ Cf. Rolão Preto, “A Acção Social do Integralismo”, *A Revolução*, n.º 5, 5/3/1922, p. 2.

um Sindicato Misto da Construção Civil, um dos Empregados do Comércio, um dos Empregados Bancários e um, ainda em organização, dos Metalúrgicos.⁷⁹ Alguns outros, espalhados pelo país, eram de duvidosa existência, como o dos Empregados do Comércio da Covilhã. Exceptuando o da Construção Civil, dirigido aliás por um empreiteiro, dentro da filosofia de criar sindicatos mistos de operários e patrões, a organização integralista não conseguiu qualquer implantação fora da área dos serviços.

Este movimento foi abruptamente interrompido pela “traição” que para o IL representou a assinatura do Pacto de Paris entre representantes do Rei D. Manuel e dos herdeiros do candidato legitimista, reconhecendo os direitos do primeiro ao trono. A Junta Central integralista proclamou a autodissolução do movimento, e o IL, apesar de retomar a actividade doutrinária no final desse ano, nunca se recomporá em termos organizativos. Era duvidoso que os dirigentes mais importantes do IL, nomeadamente António Sardinha, alguma vez tivessem pretendido ultrapassar a acção elitista que até então os caracterizara, mas, pelo menos para Rolão Preto, desapareceu a primeira oportunidade de “fascizar” o IL.

A suspensão da actividade do IL poderia permitir, e permitiu, a participação de integralistas em grupos, entretanto, formados, directamente inspirados pelo fascismo, cuja base provinha dos republicanos sidonistas. Preto, no entanto, manteve-se fiel ao IL, quer por razões ideológicas, quer por dúvidas sobre as possibilidades de êxito de um movimento deste tipo, apesar de constituir uma referência para os jovens de IL e de ter sido convidado a assumir a direcção de vários projectos de constituição de movimentos fascistas.

Em 1923, Preto recusou a direcção do Nacionalismo Lusitano, movimento dirigido por João de Castro Osório e directamente inspirado

⁷⁹ Cf. *A Revolução*, nº 5, p. 2.

pelo fascismo italiano.⁸⁰ Temendo que o IL permanecesse dogmático na questão da restauração da monarquia, “alarmando os que estão prontos a aceitar uma ditadura nacionalista”, sendo republicanos, Castro Osório tentou várias vezes convencer Preto a defender o seu projecto junto da direcção integralista.⁸¹ Pouco tempo depois, convidava-o a assumir a direcção do seu movimento: “Sendo a organização nacionalista a verdadeira organização do Estado feita de fora para dentro, convém que desde o início a sua organização corporativa seja orientada em tudo por quem seja capaz de a organizar segundo as condições e os princípios necessários”.⁸²

Tentando recuperar a organização sindical integralista, João de Castro pretendia criar uma “Confederação Nacional do Trabalho”, “que temos de opor à C.G.T.”, a central sindical anarcossindicalista.⁸³ A direcção integralista, no entanto, não forneceu aos “Nacionalistas Lusitanos” o apoio material e político que estes pediam, e o próprio Preto, descrente nesta aventura subsidiada por alguns sectores do patronato que rapidamente desapareceu, manteve apenas um apoio distante.

Com a progressiva participação dos militares na vida política, Preto, como aliás a direcção integralista, virou-se para a constituição de núcleos nas Forças Armadas, participando em várias conspirações conservadoras do pós-guerra. Seria impossível fazer aqui um balanço de todas elas, desde as que não ultrapassaram a mera manobra de bastidores até às que saíram para a rua. O abandono das tentações de construir uma organização política própria diminuiu o sectarismo e a prioridade restauracionista da monarquia, vindo a permitir ao IL o reforço da sua influência ideológica e política. Os integralistas começa-

⁸⁰ *Vide supra.*

⁸¹ Cf. carta de João de Castro Osório a Rolão Preto de 11/10/1923, Arquivo Rolão Preto (doravante ARP).

⁸² Cf. carta de João de Castro Osório a Rolão Preto, s.d., ARP.

⁸³ *Idem.*

ram a unir-se com outros sectores da direita radical, particularmente os sidonistas, no Exército, participaram na reorganização das várias associações patronais, nomeadamente na agricultura, e tomaram o lugar em organizações políticas como a Cruzada Nuno Álvares, que após algumas hesitações iniciais se transformou, em meados dos anos 20, em um fórum ideológico e político de defesa do fascismo, muito embora com uma intervenção elitista.

Em finais de 1923, o “Vamos a isto!” da acção política de Preto referia-se mais aos militares do que a organizações civis. Algumas destas, aliás, consideravam-se organizações de apoio civil a golpes militares.⁸⁴ Mais rapidamente do que outros dirigentes, ele ultrapassou a “questão do regime” e iniciou a procura de caudilhos militares susceptíveis de dirigir a coligação conservadora. Em 1925, esteve com Filomeno da Câmara no golpe de 18 de Abril de 1925, e a 28 de Maio de 1926, acompanhou Gomes da Costa até Lisboa.⁸⁵ Só em 1926, imediatamente a seguir ao golpe que derrubou o parlamentarismo republicano, Rolão Preto se associou à constituição de um movimento fascista, já com os “tenentes do 28 de Maio”.

O falhanço da constituição do IL como organização política, o abandono da restauração da monarquia como objectivo imediato e a dispersão dos filiados, aliados à morte prematura do seu chefe e principal ideólogo, António Sardinha, permitiram a Preto e à reduzida componente fascista a coexistência pacífica no interior da “família” integralista. Uma família que perdia alguns dos dogmas ideológicos mais queridos da geração fundadora à medida que engrossava em simpatizantes, estudantes e jovens militares, mais marcados pelo exemplo do fascismo.

⁸⁴ Cf. Rolão Preto, “Vamos a isto! Os triunfos do Fascismo e de Primo de Rivera aproximam a hora resgatadora do Luzismo”, *A Monarquia*, 26/10/1923, p. 1.

⁸⁵ Cf. José Plácido Machado Barbosa, *Para além da Revolução... a Revolução. Entrevistas com Rolão Preto* (Porto: 1940), p. 108.

Foi a vitória do golpe militar de 1926 que guindou Rolão Preto à ribalta política. Seria aliás no agitado mês de junho, durante o brevíssimo consulado do general Gomes da Costa, chefe militar do movimento que derrubou a República parlamentar, o período da sua carreira política em que Preto esteve mais perto do poder. Em conjunto com jovens militares que rodeavam o velho general, este ensaiou imediatamente a constituição de uma organização política com pretensões milíciais, que pudesse servir de máquina de apoio a um golpe palaciano, destinado a colocar no governo da Ditadura elementos próximos do IL.

1.3 FASCISMO E DIREITA RADICAL NOS ANOS 20

As características mais salientes da emergência do fascismo na sociedade portuguesa do pós-guerra são, por um lado, a precocidade com que o exemplo do seu primeiro paradigma externo (o fascismo italiano) foi difundido e, por outro, a debilidade e a fragmentação da sua expressão partidária.

O primeiro referencial político do fascismo em Portugal constituiu-se em torno da breve ditadura de Sidónio Pais, estabelecida em 1917 e derrubada um ano depois, após o assassinio do seu chefe ter colocado o país à beira da guerra civil, com uma revolta monárquica no Norte. Sidónio Pais, um militar e professor universitário reconvertido à vida política, membro do partido republicano conservador, deputado e ex-embaixador em Berlim, dirigiu o golpe de Dezembro de 1917, com um programa relativamente simples: retirar Portugal da guerra.⁸⁶ Após algumas hesitações programáticas, Sidónio enveredou por um presidencialismo autoritário. Ao mesmo tempo em que limitou a actividade dos partidos republicanos, alterou a lei eleitoral proclamando o sufrágio universal e fez-se plebiscitar presidente. Inspirado pelo IL,

⁸⁶ Cf. Armando Malheiro da Silva, *Sidónio e Sidonismo*, 2 Vols., (Coimbra: 2006).

apresentou um esboço de representação corporativa, tentou agregar alguns partidos conservadores em um partido único, permitindo apenas a organização autónoma dos monárquicos e do pequeno partido católico. Após algumas hesitações iniciais perante o novo regime, dada a sua pretensão de afastar Portugal da guerra, os sindicatos foram violentamente reprimidos, enveredando por uma tentativa de greve geral.

O discurso político de Sidónio, em plena crise de abastecimentos devida à guerra, foi o do antiplutocratismo, da luta contra as oligarquias partidárias, e o de um nacionalismo messiânico. Sidónio conseguiu unir conjunturalmente monárquicos e republicanos conservadores, ao mesmo tempo em que utilizou os seus recursos carismáticos de forma extremamente eficaz, rodeando-se de um grupo de jovens oficiais do exército que o acompanhavam nas manifestações. Após o seu assassinio por um sindicalista rural em finais de 1918, declarou-se uma revolta monárquica no Norte, os republicanos mobilizaram o universo urbano e várias unidades militares declararam-se neutrais, permitindo a vitória dos democráticos e o regresso ao regime constitucional.

O sidonismo constituiu no pós-guerra uma referência para o fascismo português, sobretudo para os jovens oficiais, intelectuais e estudantes republicanos de direita, que criaram diversos partidos onde o exemplo do partido de Mussolini era crescentemente referido. Seria fastidioso apontar todos estes grupos e grupúsculos, mas vale a pena salientar os mais significativos e caracterizar o seu programa político e a sua base social.

Muito destes grupos não podem sequer ser rigorosamente caracterizados como fascistas. O conceito de direita radical é mais apropriado para definir a sua natureza, ainda que a percepção do fascismo, agora entendido como o partido de Mussolini, e a mescla de elementos ideológicos que ele unificou, estivessem presentes. Alguns deles partiram do sidonismo, unindo intelectuais, estudantes e jovens oficiais, de origem republicana e laica. Outros, como vimos, vieram do Integralismo. Uma

das características mais salientes de algumas destas organizações é a crescente participação de militares, fundamentalmente oficiais do exército. Algumas delas foram mesmo fundadas por oficiais ou contaram com um número extremamente elevado de militares nos seus órgãos dirigentes.

Para dar uma ideia da crescente participação dos militares nestes grupos, refira-se como exemplo o *Centro Sidónio Pais* (1920), que, com uma direcção de 33 membros, possuía 19 militares, na sua maioria oficiais do exército. Igual presença de oficiais era detectada na direcção do partido neossidonista, o *Partido Nacional Republicano Presidencialista* (1921). Estes militares uniram-se rapidamente, na actividade conspiratória, com os participantes na Grande Guerra, na Flandres ou em África. O seu ponto de união programática é a ordem na vida política e social, ao qual se juntam diversas reivindicações corporativas (fundamentalmente salariais).

Nas primeiras tentativas golpistas dos anos 20, estes dois sectores – o sidonista e o da Flandres – já se encontravam unidos, acompanhados por um segmento civil onde pontificava o intelectual nacionalista. Muitos destes intelectuais eram activos participantes no movimento modernista português, caso de António Ferro, que mais tarde moderou os seus ímpetos fascistas como chefe da propaganda do regime de Salazar. Menos marcados pelo IL, foram divulgadores activos do fascismo italiano.⁸⁷

Em 1923, surgiram as primeiras publicações que se reivindicavam “do fascismo português”, e criou-se o primeiro partido fascista, o *Nacionalismo Lusitano*.⁸⁸ Não se trata aqui já de mera actividade ideológica,

⁸⁷ Vide, por exemplo, *O Imparcial*, jornal neossidonista, onde António Ferro escrevia “bilhetes de pêsames à República gagá e titubiante” e os artigos sobre o fascismo italiano de novembro de 1922. Cf. também sobre o jovem Ferro, Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)* (Lisboa: 1994).

⁸⁸ Vide António Costa Pinto, “O Fascismo e a Crise da Primeira República: os Nacionalistas Lusitanos (1923-25)” *Penélope, Fazer e desfazer história*, nº 3, junho 1989, p. 44-62.

mas da criação de um movimento milicial, virado para a acção de massas. Poucos meses antes Rolão Preto, responsável pelo sector “social” do IL, ensaiara, como vimos atrás, a criação de uma secção “sindical”. A começar pelo nome do jornal e o seu programa político, e a acabar no seu principal dirigente, poucas diferenças se notavam quando o N/S foi fundado em 1932. O mesmo Rolão Preto foi também convidado para chefiar os “nacionalistas lusitanos”. As tentativas de criação destes partidos fascistas foram, no entanto, condenadas ao falhanço, desaparecendo rapidamente quando, em abril de 1925, os militares desencadearam o primeiro golpe sério contra o regime liberal republicano.

1.3.1 O NACIONALISMO LUSITANO

O Nacionalismo Lusitano, fundado em 1923, foi a primeira tentativa de criar um movimento fascista, fora da órbita do Integralismo, no quadro da República parlamentar. O seu porta-voz, *A Ditadura*, teve como subtítulo “periódico do fascismo português”. A sua vida foi breve; criado em 1923, estava quase desactivado quando se desencadeou o golpe militar de 18 de Abril de 1925, antecessor imediato do derrube da República parlamentar.

Ao contrário das experiências “sindicalistas” do *Revolução*, a iniciativa de criação do Nacionalismo Lusitano partiu de intelectuais mais distantes da órbita do IL e com uma forte componente republicana, cujo processo de “fascização” tem mais a ver com a ditadura de Sidónio Pais. Apesar de criado quando o IL se tinha dissolvido enquanto movimento político, o seu fundador, João de Castro Osório, procurou desde logo o apoio dos dirigentes do IL e convidou Rolão Preto a participar na aventura.

Castro Osório era filho de uma conhecida figura republicana, Ana de Castro Osório. Recém-licenciado em Direito, estreou-se no campo

literário com algumas peças de teatro de cariz ultranacionalista.⁸⁹ Foi ele o autor do programa político do movimento, que fundou com Raul de Carvalho. Este último provinha das organizações neossidonistas e tinha sido membro da polícia política de Sidónio. As suas ligações com as associações patronais e bancos possibilitaram algum apoio financeiro aos N/L.

Em julho de 1922, João de Castro participou de uma tentativa abortada de golpe militar promovida por sidonistas e integralistas, o que lhe valeu uma curta estadia na prisão.⁹⁰ Após a sua libertação lançou-se na fundação do movimento. Em junho de 1923, fundou o *Portugal*, órgão da *Acção Nacionalista*, com sidonistas e radicais de direita de formação integralista.⁹¹

O manifesto da *Acção Nacionalista* apelava para a organização de um novo sindicalismo contra “os mercenários que vivem à custa do suor dos operários”.⁹² Era aliás com o epíteto de neossindicalistas que o principal órgão do movimento sindical português, *A Batalha*, alertava contra o perigo desse tipo de organizações. Em 1923, o tema do fascismo começou a ocupar lugar de destaque na imprensa operária portuguesa, quer na anarcossindicalista, quer na do jovem Partido Comunista Português, mas os artigos, quase sempre traduções, referiam-se fundamentalmente à emergência do fascismo em outros

⁸⁹ Como, por exemplo, *Rainha Santa – elegia* (Lisboa: 1923). Em 1925, o boletim da Cruzada Nuno Álvares Pereira definia-o como “fascista”. Abandonou a vida política activa depois do golpe de 28 de maio de 1926, mas colaborando com as instituições do Estado Novo, nomeadamente com a Legião Portuguesa e com o Secretariado da Propaganda Nacional. Cf. Ália Rosa C. Rodrigues, *João de Castro Osório: Tragédia e Política* (Coimbra: 2012).

⁹⁰ Este golpe foi referenciado em várias memórias, nomeadamente as de Alfredo de Freitas Branco, visconde do Porto da Cruz, jovem integralista que seria nos anos trinta secretário regional do Nacional-Sindicalismo na Madeira. Cf. Visconde do Porto da Cruz, *Paixão e Morte de Sidónio* (Funchal: 1928), p. 80-82. O porta-voz do movimento apresentou como justificação do falhanço do golpe, traições de última hora e a divisão entre monárquicos e republicanos. Cf. *Portugal* n.º 4, 23/6/1923, p. 5.

⁹¹ Tendo com primeiro director Augusto Ferreira Gomes, *Portugal* (n.º 1, 2/6/1923).

⁹² Este manifesto foi imediatamente denunciado em *A Batalha*, 5/7/1923, p. 1.

países europeus. Contrastando com esta posição, *A Batalha* denunciou desde o início a formação do N/L, interrogando-se desde logo sobre o financiamento do grupo:

Entenderam alguns cavalheiros snobs a quem o nacionalismo fascista subiu à cabeça [...] que haveriam de lançar em Portugal a semente vil do banditismo político que em Itália vem dando há meses os seus frutos venenosos. E como o nosso país [...] está bem educado pelas escorrências lamacentas da monarquia e pelos erros dos homens da República é possível que tal germine, cresça e floresça.

A CGT denunciou também a formação de milícias e a sua origem sidonista: “temos também conhecimento que se andam arregimentando indivíduos para fazerem parte das hostes combativas do fascismo. Sabemos também que dentro da organização fascista se encontram antigos elementos sidonistas que a ele deram a sua adesão”.⁹³

As preocupações do órgão anarcossindicalista não eram infundadas pois, como vimos atrás, um dos objectivos centrais do novo movimento seria a constituição de uma “Confederação Nacional do Trabalho”, para a qual Castro convidou Rolão Preto. As conversações que travaram com a direcção integralista, no entanto, não tiveram sucesso, e João de Castro não contou com o apoio do IL para a sua organização. Em agosto de 1923, o *Centro do Nacionalismo Lusitano* apresentou o seu Conselho Supremo, e *A Ditadura* tornou-se seu porta-voz.

Os primeiros manifestos do movimento, definindo o seu programa para a conjuntura política de 1923, eram entusiasmantes para as associações patronais: “ditadura nacional; restabelecimento da pena de morte, extinção da GNR”, anunciando-se que, “em todas as cidades se constituirá a milícia fascista, composta por voluntários sem qualquer remuneração”, como resposta aos “crimes de sindicalistas e comunistas”.⁹⁴

⁹³ Cf. *A Batalha*, 26/7/1923, p. 1.

⁹⁴ Cf. *O Imparcial*, 26/7/1923, p. 1.

A ritualização da militância adoptou o modelo fascista. Ao aderir à organização, o iniciado jurava uma proclamação que sintetizava o programa:

como português quero que o governo da nação seja forte e nacional e se liberte das sociedades secretas, das clientelas políticas, dos bandos de especulação, responsáveis pela crise nacional; que seja assistido de representação directa das forças sociais da Nação, transformando o actual sistema de representação nacional das forças sociais, municipais e profissionais organizadas; que sejam livres e privilegiados a família, a corporação, o município, a igreja; que o Exército seja fortalecido e dignificado para a defesa nacional; que a propriedade seja protegida nos seus direitos e obrigada a cumprir os seus deveres para com a Nação e muito particularmente para com os trabalhadores, [comprometendo-se os aderentes a] colocar-se ao lado de qualquer governo português contra a agressão estrangeira e o bolchevismo, obedecer ao chefe do Nacionalismo-Lusitano na prática de todos os actos de serviço nacional voluntário, fazer toda a propaganda para que os portugueses venham a organizar-se em volta dos princípios do Nacionalismo-Lusitano contra as oligarquias políticas e plutocráticas que tiranizam e aniquilam a Nação.⁹⁵

Os partidos da esquerda republicana e o movimento sindical exigiram imediatamente a dissolução do N/L ao Ministério do Interior. *A Força* acusava-os de arregimentarem “jovens irresponsáveis armados”, definindo o núcleo inicial das “hostes fascistas do Loreto” como “monárquicos integralistas, republicanos foragidos de vários grupos, nomeadamente do grupo sidonista, militares novos cheios de aspirações, sindicalistas foragidos dos sindicatos profissionais, anarquistas sem ideal”.⁹⁶

Tal caracterização do perfil político dos seus aderentes não estaria longe da realidade, mas a sua acção foi escassa. No campo da actividade antioperária, apenas foi denunciada uma tentativa de assalto à sede da *Batalha*. A imprensa da esquerda republicana ainda viu “um numeroso

⁹⁵ Cf. *A Ditadura*, 4/1/1924, p. 2.

⁹⁶ Cf. *A Força*, 4/11/1923, p. 2.

grupo de fascistas com distintivos nos braços a passar à noite na zona da Trindade”, em um dia agitado, mas o único papel visível que estes grupos cumprirão será o de darem apoio civil a tentativas golpistas.

A *Revolução Nacionalista* constituía o programa adoptado pelos N/L.⁹⁷ A demarcação em relação ao IL radicava fundamentalmente na ultrapassagem do problema do “regime”, ignorando a questão da restauração da Monarquia. Em todo o resto, a diferença é pouco significativa, limitando-se a radicalizar temas preexistentes.

Ao mergulhar na história recente da “corrente nacionalista” em Portugal, João de Castro encontrava duas componentes ideológicas no seu movimento: o IL e Sidónio.

Um, o Integralismo, representa a reacção intelectual, o outro, o ano de Sidónio Pais, representa a reacção espontânea e sentimental das energias nacionalistas. Acrescentaremos a este dois grandes movimentos da alma portuguesa a reacção intelectual nacionalista, e a criação do novo pensamento religioso português, realizado nos poetas e artistas, e teremos uma síntese dos movimentos que preparam o nacionalismo perfeito de hoje.⁹⁸

No segundo caderno da “Biblioteca de Acção Nacionalista”, João de Castro reflectia sobre o modelo ideal de chefe, que Sidónio não soube ser “por preconceitos liberais de educação, não podendo por isso ser [...] o ditador antiliberal. É o messias mas não o político realizador”.⁹⁹ Para o jovem dirigente fascista, um chefe terá de unir as qualidades de animador das almas com as de um “compreensivo autoritarismo” que o levem a organizar, com as energias populares por ele despertadas, uma construção política.

⁹⁷ Cf. João de Castro, *A Revolução Nacionalista* (Lisboa: 1922).

⁹⁸ *Idem*, p. 42-43.

⁹⁹ *Idem*, p. 30-31.

O programa integralista foi desfolhado do seu “aristocratismo monárquico” por não permitir uma mobilização de massas. Ao referir a genealogia ideológica do seu movimento, João de Castro reivindicava-se também do autoritarismo republicano, nomeadamente da *Ditadura Revolucionária* de Basílio Teles, e ultrapassava a querela do regime que considerava pouco importante e elemento de divisão das forças antidemocráticas.

No capítulo dedicado à “construção da autoridade”, João de Castro apontava três medidas essenciais da alternativa autoritária ao liberalismo: ditadura política, “transformação técnica do governo” e representação corporativa. Previa-se a substituição do parlamento por uma Câmara com representação provincial, das associações patronais e sindicais, academias culturais e de um conjunto de “valores superiores” escolhidos directamente pelo ditador. No campo económico e social, a “transformação da luta social em colaboração social” passaria pela proibição da greve e do *lock out* e pela “repressão de toda e qualquer propaganda que tenda a explorar as massas populares para fins anti-nacionais e comunistas”, agrupando as forças em presença “por grupos de produção e não por classes”.¹⁰⁰

No campo social defendia-se ainda a família através do pátrio poder, a indissolubilidade do casamento e as modificações das leis sobre a herança, de modo a manter o património familiar. O catolicismo passaria a religião oficial do Estado: “a acção portuguesa fez-se amparada pela fé católica, por isso o nacionalismo português tem de ser católico – católico por necessidade social”.¹⁰¹

A que grupos sociais se dirigiam estes primeiros fascistas portugueses? O primeiro número do *Portugal* dava a resposta: “precisamos de criar um pensamento político completo do nacionalismo, de o aplicar

¹⁰⁰ *Idem*, p. 65.

¹⁰¹ *Idem*, p. 59.

ao estudo de todos os problemas, de o propagar de todos os modos nas classes populares e nas classes médias conservadoras”.¹⁰²

O discurso político da imprensa fascista dirigia-se sobretudo às classes populares, ensaiando também o típico apelo ao ex-combatente e à juventude. O manifesto do *Portugal* dirigia-se ao

povo que trabalha – mais digno da pátria do que as altas classes e a burguesia que a ia deixando a perder – chamamos para o nosso lado na grande obra do progresso e da libertação [...] fugi aos ditadores vermelhos e a este regime de liberdade fictícia e incompetente que formam a vossa ruína.¹⁰³

António de Cértima, escritor prolífero e colaborador regular de *A Ditadura*, seria o grande explorador do tema da guerra e do soldado traído pelos governos de Lisboa.¹⁰⁴ Este apelo ao ex-combatente associava-se também ao apelo à juventude, à nova geração “que tem ideias para melhorar o Portugal moralmente doente” e que, como geração do “*après guerre*, é uma geração de sacrifício”.¹⁰⁵

A unidade dos partidos e grupos de pressão conservadores seria o principal tema de *A Ditadura*. O exemplo externo era constantemente referido como contraposição às vacilações dos congéneres portugueses “que vegetam numa tranquilidade, numa confiança no Estado, na polícia [...] que não veem que a própria autoridade, o Estado e a propriedade se submergem no caos anárquico que eles não souberam deter”.¹⁰⁶

Em finais de 1923, os N/L pressionaram o governo conservador de Ginestal Machado a dissolver o parlamento, tecendo-lhe duras crí-

¹⁰² Cf. *Portugal*, 2/6/1923, p. 2.

¹⁰³ *Idem*, p. 1.

¹⁰⁴ Cf. obras como *Epopéia Maldita* (Lisboa: 1924) e *Legenda Dolorosa do Soldado Desconhecido em África* (Lisboa: 1925).

¹⁰⁵ Cf. *A Ditadura*, 19/12/1923, p. 1.

¹⁰⁶ Cf. *A Ditadura*, 13/12/1924, p. 1.

ticas quando o seu ministério foi derrubado por este. A partir daí as esperanças viraram-se para Cunha Leal: “A ditadura é a salvação. As forças vivas do país assim o reclamam. O Exército assim o deseja. O povo assim o pensa [...] por que se espera? Por um homem? Mas esse homem tem o seu nome [...] esse homem é Cunha Leal”.¹⁰⁷

Até à tentativa abortada de golpe militar de 18 de Abril de 1925, é facilmente verificável a interioridade do movimento nas conspirações militares e a sua dependência de alguns sectores do patronato e da banca. Os apoios financeiros eram visíveis através da publicidade, que por vezes ocupava 60% do jornal. O principal subsídio vinha da Sociedade Industrial Aliança, mas vários bancos, como o Industrial Português e o Popular Português, contribuía generosamente.

A última tentativa golpista que contou com a participação do N/L foi a de 18 de Abril. Nesse dia, a proclamação de *A Ditadura* dirigia-se aos “soldados e camponeses” (“vós que estivestes na Flandres crucificados à metralha do inimigo”), apelando à participação popular no golpe. Raul de Carvalho foi preso, mas não chegou a ser julgado.¹⁰⁸ A partir daí a sua estrutura organizativa dissolveu-se.

De todos os grupos e grupúsculos fascizantes, criados no início dos anos 20 em Portugal, o N/L foi talvez o mais próximo do paradigma clássico, no modelo organizativo, no recorte da sua elite e no seu programa político. Possuía uma elite jovem e marginal ao sistema político e cultural; adoptou um estilo virulento e paramilicial com apelos nacionalistas aos antigos combatentes, à juventude e à classe operária; adoptou um programa político contraditório e confuso, visto com suspeição pelas forças conservadoras tradicionais, particularmente as monárquicas e as católicas. Mas a sua capacidade de mobilização foi escassa e o seu papel no derrube da República parlamentar foi

¹⁰⁷ *Idem*, 19/4/1923, p. 1.

¹⁰⁸ *Idem*, 19/4/1925, p. 1.

nulo. Aderentes do N/L e colaboradores da sua imprensa aderiram mais tarde a outras organizações fascizantes, nomeadamente à Liga 28 de Maio e ao Nacional-Sindicalismo, mas os seus dirigentes não deixaram rasto significativo.

1.3.2 A CRUZADA NACIONAL NUNO ÁLVARES PEREIRA

Ao contrário do N/L, a Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira, organização que desempenhou um papel importante nas vésperas do golpe de Estado de 1926, dispunha de uma centralidade cultural e política muito maior, particularmente nos últimos anos da República parlamentar.¹⁰⁹ Pequena liga nacionalista fundada em pleno Sidonismo, a Cruzada era apartidária e de base heterogénea.

Fundada em julho de 1918, a Cruzada não desenvolveu uma actividade contínua até 1926, quer em termos de acção política, quer em termos estritos de continuidade organizativa. A própria configuração da sua direcção alterou-se cada vez que ensaiou novo relançamento. Foi seu fundador o tenente João Afonso de Miranda, que convidou para a direcção elementos de todos os partidos conservadores (republicanos, católicos e monárquicos) e ainda vários militares, unidos na “defesa da pátria” e “na criação de uma mentalidade patriótica”.¹¹⁰ Apesar de, em sentido estrito, quer pela base social, quer pelo tipo de organização, não poder ser considerada um partido fascista, ela desenvolveu nos últimos anos do regime liberal uma campanha de propaganda pró-autoritária para a qual o fascismo constituiu um importante referencial.

Após um começo auspicioso sob o regime de Sidónio, a Cruzada quase desapareceu nos anos seguintes, para renascer, em 1921, com um “manifesto ao país”, no qual o difuso nacionalismo de ontem tomou a

¹⁰⁹ Cf. Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Alvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)* (Lisboa: 1999).

¹¹⁰ Cf. João Afonso de Miranda, “Para a história da Cruzada Nacional”, *Cruzada Nacional Nun’Alvares*, nº 1, Novembro de 1922, p. 40.

forma de um programa mais claro de crítica ao liberalismo e de apelo à reforma de Estado. “Ordem nas ruas. Ordem nos espíritos. Ordem em casa, enfim. Sem ordem, o Estado não pode viver”, proclamava a Cruzada ao retomar a actividade.¹¹¹ O seu programa tomou então uma feição mais autoritária. Continuava a considerar-se uma respeitável organização destinada a “levantar intensamente as energias do povo português, despertando-lhe e radicando-lhe o amor pela sua terra e o culto dos seus heróis”, mas acrescentava-lhe um programa político concreto, destinado a “reconstruir a família tradicional”; a “nacionalizar o espírito científico”; a “promover a unidade moral da nação e, conseqüentemente, concorrer para a solução do problema da ordem pública”; a “solucionar equitativamente todos os conflitos entre o capital e o trabalho”.¹¹²

Este programa de restauração da ordem era, desde o início, acompanhado por um discurso de legitimação histórico-patriótico. Como referia o manifesto de 1921, a Cruzada apenas pretendia “reintegrar a Pátria no culto da sua tradição violada, isto é, no culto das suas virtudes cívicas e domésticas; no culto da honra pública e privada; no culto dos seus heróis e os seus grandes homens, no culto da ordem, da lei, da bondade, da tolerância”.¹¹³ Este manifesto, considerado pela recém-fundada *Seara Nova* como revelador “do que é e do que vale a mentalidade conservadora no nosso país”, marcou a revitalização da Cruzada, que no ano seguinte contava já com direcções distritais na maior parte do país.¹¹⁴

A actividade política da Cruzada resumiu-se, nos seus primeiros anos de existência irregular, a algumas conferências e proclamações, tendo como ponto de referência um vago discurso nacionalista, indispensável para albergar sectores muito diferenciados, que iam da oposição conser-

¹¹¹ Cf. Cruzada Nacional D. Nun’Alvares Pereira, *À Nação*, 20/9/1921.

¹¹² *Idem.*

¹¹³ *Idem.*

¹¹⁴ Cf. *Seara Nova*, nº 1, 5/10/1921, p. 21.

vadora ao Partido Democrático. Entre os seus aderentes, contaram-se chefes de partidos republicanos conservadores como António José de Almeida, monárquicos como João de Azevedo Coutinho, ministros republicanos como João de Barros, senadores e deputados vários, e mesmo um Presidente da República, como Teixeira Gomes. Entre os católicos, eram, em 1922, aderentes à Cruzada, Oliveira Salazar, Cerejeira e José Maria Braga da Cruz.¹¹⁵ Tal pluralismo de devoção ao Mestre de Avis tinha sido desde logo atacado pelo IL, pela mão de António Sardinha, quando da sua fundação.¹¹⁶

Ponto de convergência frágil, qualquer tentativa de transformar a Cruzada em uma liga virada para a acção política disciplinada estaria condenada ao fracasso, mas o simples facto de esta ter unido nomes tão diversos do espectro político e intelectual tradicionalista e conservador simbolizava a progressiva unificação pela negativa de uma parte do *establishment* conservador contra a República parlamentar. Os próprios nomes anteriormente apontados eram membros destacados de partidos políticos ou grupos de pressão aos quais se encontravam ligados por laços ideológicos e políticos bastante mais fortes do que os que mantinham com a Cruzada. Para muitos deles, aliás, dar o nome constituiu a sua única acção no interior desta liga.

Até 1926, altura em que a sua viragem ideológica fascizante foi clara e a sua campanha de propaganda se desenvolveu a par e passo com a conspiração do 28 de Maio, a Cruzada iria ainda aparecer e desaparecer da cena política várias vezes.¹¹⁷ No entanto, cada vez que reaparecia, os

¹¹⁵ Cf. *Cruzada Nacional Nun'Alvares*, nº 1, novembro 1922, p. 5.

¹¹⁶ Cf. *A Monarquia*, 30/7/1918, p. 1.

¹¹⁷ José Machado Pais dividiu a vida política d Cruzada em quatro fases: 1918-21; 1922-24; 1924-26; primeiros meses de 1926. Em cada uma destas fases, a Cruzada conheceu alterações na sua direcção e novos órgãos de imprensa. Mas em alguns períodos a sua organização não deu praticamente sinais de vida. Cf. José Machado Pais, *As "Forças Vivas" e a Queda do Regime Liberal Republicano*, Madrid, mimio., 1983, p. 219. A Cruzada não desapareceu com o 28 de maio de 1926, mas a sua actividade desarticulou-se e parte dos seus quadros seguiram caminhos diferenciados.

seus órgãos dirigentes foram constituindo um revelador significativo do progressivo isolamento do parlamentarismo e do crescimento do que Juan Linz chamou de uma “oposição desleal”.¹¹⁸ Raul Proença, observador atento da Cruzada, espantou-se com os respeitáveis nomes que assinavam as “monstruosidades” escritas nas proclamações da Cruzada, assinalando “que há republicanos [...] mais inimigos do futuro que os mais reaccionários integralistas”.¹¹⁹

Em 1922, encontravam-se associados à Cruzada industriais como António Centeno, integralistas como Pequito Rebelo, o general Gomes da Costa, republicanos conservadores como Egas Moniz. Dois anos mais tarde até João de Castro, fundador do Nacionalismo Lusitano, aderiu. Entre 1921 e 1924, a Cruzada foi alargando a sua estrutura interna, criando secções distritais e locais, chegando mesmo a criar uma “comissão central de damas”.¹²⁰

Em janeiro de 1926, a Cruzada Nuno Álvares remodelou mais uma vez a sua direcção, acentuando a sua componente fascizante e golpista. Filomeno da Câmara, militar conspirador do 18 de Abril e futuro golpista de extrema direita durante a Ditadura Militar, assumiu a presidência da organização. Chegaram então à sua direcção Martinho Nobre de Melo, ex-ministro de Sidónio e principal ideólogo da última fase da Cruzada, e outros conhecidos nomes da extrema direita do espectro político.¹²¹

Em termos organizativos, a Cruzada ensaiou então um modelo mais militante. O seu novo porta-voz, *A Reconquista* (dirigido por Martinho Nobre de Melo), intitulou-se também “órgão das Ligas Operária e Académica do Condestável” e, se junto dos primeiros o eco era nulo, a comissão académica de propaganda iniciou efectivamente a agitação nas

¹¹⁸ Cf. Juan Linz, “Crisis, Breakdown & Reequilibration” in Juan J. Linz and Alfred Stepan (Edited by), *The Breakdown of Democratic Regimes* (Baltimore: 1978), p. 37-38.

¹¹⁹ Cf. *Seara Nova*, nº 1, 15/10/1921, p. 21.

¹²⁰ Cf. *Cruzada Nacional*, 8/2/1924, p. 61.

¹²¹ Cf. *A Reconquista*, nº 1, 15/1/1926.

Universidades. A 9 de janeiro de 1926, a Cruzada organizou um comício na Sociedade de Geografia que reuniu, segundo a imprensa, “milhares de pessoas”. O seu discurso era aí já mais radical e o seu conteúdo programático mais claro. “Queremos” – afirmavam em abril de 1926, ao mesmo tempo em que apelavam a Gomes da Costa – “que o Chefe de Estado seja realmente um *chefe* e não uma simples chancela dos partidos”: “queremos uma [...] representação dos interesses reais e permanentes da Nação e não dos interesses transitórios e egoístas das clientelas partidárias”. “Queremos a eliminação do intervencionismo directo ou imediato do Estado” na economia; “queremos o sindicalismo orgânico não obrigatório mas com privilégios políticos e sociais”. “Queremos, em tese, a liberdade e privilégios da religião católica, em regime concordatário.”¹²²

A Cruzada considerava-se, nos primeiros meses de 1926, como o elemento propulsor de “um grande movimento nacional com o fim de pôr termo à luta estéril entre os partidos para se organizar tecnicamente a governação pública [...]”.¹²³ Seria precipitado considerar a Cruzada como principal inspiradora no golpe vitorioso de 28 de Maio de 1926, mas a sua última direcção unificou um pequeno mas poderoso grupo de pressão que tentou dominar a Ditadura Militar, como as peripécias golpistas associadas ao General Gomes da Costa iriam provar.

Revelador da pujança política adquirida pela Cruzada nos começos de 1926 era o movimento de adesões, vindas de organizações integralistas e sidonistas ainda que as primeiras não se dissolvessem na Cruzada. Outro elemento que convém não esquecer, e que a Cruzada cultivava desde a primeira hora, eram os militares. Alguns tenentes do 28 de Maio, como Mário Pessoa, eram seus fundadores.¹²⁴ Os estudantes

¹²² Cf. *A Reconquista*, nº 5, 1/4/1926, p. 67-69.

¹²³ Cf. manifesto “Às Academias do país” da Comissão Académica de Propaganda in *A Reconquista* nº 6, 15/5/1926, p. 96.

¹²⁴ Mário Pessoa seria mais tarde um activo elemento do Secretariado Militar do Nacional-Sindicalismo.

destacaram-se também na secção académica, nomeadamente Castro Fernandes, fundador do Nacional-Sindicalismo nos anos 30. Os nomes mais associados ao conservadorismo republicano davam assim lugar a uma extrema direita mais jovem e mais virulenta.

A denúncia do programa fascizante da Cruzada caberia mais uma vez aos intelectuais da *Seara Nova* e, particularmente, a Raul Proença. “Em Portugal, a Cruzada Nun’Alvares resolveu iniciar um movimento análogo ao fascismo italiano”, mas – referia Proença com ironia – “É uma coisa aparatosa, chic, que mete chá-das-cinco, elegantes, estudantes pálidos, oficiais com calos e burgueses apopléticos”.¹²⁵ De facto, a referência ao fascismo e à ditadura de Primo de Rivera por parte da Cruzada permaneceu basicamente nos salões da Sociedade de Geografia e não na rua, mas, em 1926, os únicos actores a quem todos os sectores conservadores apelavam a utilizar a rua eram os militares. A Cruzada, como outros antes e depois dela, apenas se preparava para ocupar o seu lugar na carruagem do comboio conspirativo, em andamento desde 1925.

1.3.3 O FASCISMO E O DERRUBE DO LIBERALISMO

Após a análise das características do fascismo português do pós-guerra, importa sintetizar o seu papel no derrube do liberalismo e definir a natureza da ruptura do golpe de 28 de Maio de 1926. Um golpe que estabeleceu uma ditadura militar, cujas crises sucessivas levariam à consolidação do “Estado Novo”, já nos anos 30.

Um dos méritos da investigação mais recente sobre a queda da República parlamentar em 1926 foi o de provar a extrema diversidade ideológica e política dos actores sociais e políticos que contribuíram para o seu derrube, com o golpe de Estado de 28 de Maio.¹²⁶ Por outro

¹²⁵ Cf. Raul Proença, “O fascismo e as suas repercussões em Portugal”, *Seara Nova* nº 77, 6/3/1926.

¹²⁶ Uma boa descrição é a de António José Telo, *Op. Cit.*, p. 187-225.

lado, convém sublinhar também a acentuada instabilidade política que caracterizou os primeiros anos da Ditadura Militar então implantada, abrindo um período conturbado de luta pela hegemonia no seu interior.

O golpe de Estado de 28 de Maio de 1926 não foi apenas uma intervenção militar de tipo pretoriano na vida política. Não foi a hierarquia militar estabelecida que decidiu derrubar mais um governo, mas uma coligação heterogénea de militares, com o apoio decidido de diversos partidos e grupos de pressão. O liberalismo republicano foi derrubado por um exército dividido e politizado, fundamentalmente a partir da intervenção portuguesa na Primeira Guerra Mundial, sofrendo apelos golpistas de fracções organizadas no seu interior, que iam desde os republicanos conservadores, aos católico-sociais e à extrema-direita integralista e correlativos apêndices fascistas, particularmente influentes junto dos jovens oficiais.¹²⁷ Estes últimos, não se esqueça, constituíram a base da primeira ditadura moderna estabelecida em Portugal, a breve ditadura de Sidónio Pais (1917-1918), que antecipou, nomeadamente com o seu populismo antiplutocrático, alguns traços do fascismo.

Ainda que produto de grupos conspiratórios, os meandros do golpe eram do conhecimento da opinião pública e dos partidos. As fracturas entre as várias componentes golpistas foram mais importantes do que a resistência do governo. O General Gomes da Costa, contactado por um dos grupos de conspiradores para assumir a chefia, foi descendo sobre Lisboa e negociando o novo poder com a componente republicana conservadora, dirigida pelo Almirante Cabeçadas. O movimento demorou alguns dias, e a imprensa de Lisboa ia descrevendo as negociações. A resistência militar aos golpistas foi escassa, e a mobilização civil, nula.

O eixo analítico mais apropriado para a análise da queda do regime republicano remete para as relações civil-militares no âmbito de uma

¹²⁷ Cf. José Medeiros Ferreira, *O Comportamento Político dos Militares. Forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX* (Lisboa: 1992).

crise de legitimidade da Primeira República. O apelo aos militares foi uma constante na vida política da República no pós-guerra, por parte da oposição ao partido dominante, o Partido Democrático. Quase por definição, o sistema político republicano não teve uma “oposição leal”, para usar a terminologia de Juan Linz, já que era patente para os actores políticos que a possibilidade de chegada ao poder por via eleitoral era nula.

Desde cedo que os partidos republicanos conservadores, pequenos agrupamentos de notáveis ligados a grupos de interesses, se tinham habituado a recorrer a meios extraparlamentares para se aproximarem do poder. No pós-guerra existiram alguns governos de coligação ou mesmo conservadores, mas sempre ligados a situações de crise. A radicalização dos pequenos partidos republicanos conservadores (Nacionalistas, Reconstituintes, União Liberal Republicana, etc.) foi um factor fundamental na queda da República, levando-os a “apelar aos militares”, quando, na sequência das eleições de 1925, o Partido Democrático as ganhou mais uma vez.¹²⁸ Neste espectro de pequenos partidos de quadros, emergiram algumas figuras carismáticas que juntaram a sua voz à pequena, aguerrida e elitista extrema direita, como a Cruzada Nuno Álvares, no apelo à intervenção militar e, mais do que isso, à constituição de grupos organizados no interior das Forças Armadas. Cunha Leal foi talvez, entre os dirigentes republicanos, o mais determinante.¹²⁹

O papel de grupos como os integralistas foi importante. Em termos de conspiração e propaganda da opção ditatorial seguramente mais do que o Centro Católico, ligado à hierarquia da Igreja e mais prudente. Os integralistas dispunham de um conjunto significativo de simpatizantes nas Forças Armadas e desempenharam um papel central como elemento de radicalização antidemocrática em alguns grupos de conspiradores.

¹²⁸ Sobre os Nacionalistas, vide Manuel Baiôa, *O Partido Republicano Nacionalista, 1923-1935* (Lisboa: 2015).

¹²⁹ Sobre Cunha Leal e a União Liberal Republicana, vide Luís Farinha, *Cunha Leal, deputado e ministro da República. Um notável rebelde* (Lisboa: 2009).

Mas a presença de ambos em organizações como a Cruzada Nuno Álvares e a sua marcada interioridade no processo golpista demonstra como um segmento importante das elites escorou o golpe no campo civil, fornecendo aos militares algum programa político, para além da “ordem nas ruas e no governo”.

O movimento conducente ao 28 de Maio, dada a heterogeneidade dos elementos que se movimentavam nos bastidores da intervenção militar, aproximou-se de dois padrões apontados por Juan Linz para a queda dos regimes liberais. Com efeito tratou-se de um golpe militar que cooptou uma parte da elite política do regime liberal (que, tal como muitos dos militares, tinha como objectivo expresso o futuro restabelecimento de uma ordem constitucional reformada), integrando também a “oposição desleal”, e que excluiu do poder o partido dominante.¹³⁰ O produto foi uma ditadura militar que afastou rapidamente uma parte da componente republicana, em golpes posteriores, e que viria a ser incapaz de se institucionalizar. Parceiro menor nesta coligação, a direita radical, como se verá a seguir, encontrou no novo regime um espaço de manobra que a aproximou fugazmente do novo poder.

Influenciados pela bibliografia de referência sobre a tomada do poder dos partidos fascistas na Alemanha e na Itália, uma parte da investigação sobre as origens do 28 de Maio erigiu em objecto uma pergunta: por que é que em Portugal o liberalismo não foi derrubado por um partido de tipo fascista? Ou, como variante, por que não surgiu, no âmbito da crise do liberalismo, esse partido?

Importa desde logo salientar que a pergunta não é necessariamente pertinente no quadro da análise dos processos de crise do liberalismo, pois pressuporia o desvio de um padrão comum das crises da democracia do pós-guerra, o que não corresponde à verdade, mesmo em termos meramente quantitativos, na maior parte dos casos em que regimes

¹³⁰ Cf. Juan J. Linz, *Op. Cit.*, p. 82.

liberais e democráticos entraram em colapso após a Primeira Guerra Mundial, os fascistas foram, ou parceiros menores nas coligações reaccionárias, ou actores ausentes.

Os processos de derrube da democracia associados ao fascismo caracterizaram-se por

uma tomada do poder por uma bem organizada oposição desleal com uma base de massas na sociedade, disposta a criar uma nova ordem social e política e pouco disposta a partilhar o poder com membros da classe política do regime derrubado, excepto como parceiros menores durante uma fase de transição.¹³¹

Esta foi uma variante dos processos de queda da democracia no pós-guerra, emblematicamente representada pelo fascismo, mas ela foi a excepção (obviamente, a excepção significativa) na regra dos processos protagonizados pela direita, na primeira metade do século XX.

Ainda que não se entre aqui em duvidosas relações de causalidade “estruturais”, parece claro que este movimento de secundarização dos fascistas foi particularmente evidente nos países da periferia oriental e sul do continente europeu.

Alguma investigação portuguesa tem procurado “resolver” a ausência de um movimento fascista em Portugal no início dos anos 20, salientando o seu contributo, ainda que fragmentado e débil, no movimento conducente ao derrube do liberalismo. Este exercício, um pouco voluntarista, foi apressado e pouco sensível à escala. Tentou-se provar que, afinal, Portugal teve tudo o que os clássicos apontaram como as “origens” do fascismo (modernismo e futurismo, nacionalismo, traumas da primeira guerra, ofensiva operária, anticomunismo, jovens militares politizados pela extrema direita, o fascismo *avant la lettre* de Sidónio Pais, massificação da política, crise de legitimidade do liberalismo e, mesmo, fascistas...). Mas convém observar a escala e explicar por que

¹³¹ *Idem*, p. 82.

não foram estes protagonistas nem do derrube do liberalismo, nem da ordem autoritária que lhe sucedeu.

Repare-se que referir a escala não é sinónimo de frios números, já que estes podem ser ilusórios. Em 1919, o fascismo italiano tinha, utilize-se qualquer proporcionalidade, tantos militantes, em termos relativos, como um anónimo grupúsculo português chamado “Nacionalismo-Lusitano” tinha em 1923. Enquanto um tomou o poder três anos mais tarde, o outro desapareceu em 1925. Quanto à importância qualitativa, pela mesma época, Hitler não teria sequer a notoriedade de um desconhecido português chamado João de Castro Osório. Regressando à questão das crises dos regimes liberais no pós-guerra, a questão a não iludir é pois a da própria chegada ou não do fascismo ao poder, já que, quanto a fascistas, eles viram-se um pouco por todo o lado.

Seguir a “história” do grupuscular fascismo nativo, que encontrou na breve ditadura de Sidónio Pais e no magma cultural integralista um referencial para a acção política, sendo importante, pode constituir um exercício ilusório. Com efeito, esta investigação contribuiu sem dúvida para distinguir o movimento conducente à queda da República parlamentar de um mero exercício pretoriano que remetesse apenas para as relações entre o exército e o poder político liberal. Mas convém não iludir a questão de que o fascismo enquanto movimento, mesmo utilizando a mais lata das definições, não foi o actor principal deste processo. Para os cultores da precisão, as dúvidas podem-se referir apenas aos graus de importância no seio dos actores secundários.

No caso português, o factor a salientar, em uma perspectiva comparativa, foi assim o da ausência de um movimento fascista no processo de derrube do liberalismo. A própria coligação de forças políticas que apoiaram este derrube caracterizou-se, desde o seu início, pela predominância dos partidos conservadores e de direita radical, sendo o fascismo, agora entendido como movimento, um parceiro fragmentado e menor. Sintetizem-se rapidamente alguns dos factores de inibição ao

desenvolvimento do fascismo (na época do tipo italiano, único paradigma existente) na sociedade portuguesa do pós-guerra.

Vários estudiosos do fascismo propuseram um regresso às origens, salientando a importância de voltar ao estudo da crise que o provocou.¹³² A literatura sobre os processos de crise das democracias após a Guerra Mundial não tem parado de crescer, acentuando-se a rejeição de muitos simplismos monocausais sobre as origens dos regimes autoritários e fascistas. Uma conclusão parece, no entanto, obter a unanimidade: a de que o fascismo foi uma de várias opções ditatoriais possíveis, e a de que não foi indiferente ser esse a tomar o poder e não outra qualquer coligação conservadora ou da direita radical.

A crise do liberalismo português remete antes de mais nada para o problema das complexas relações entre o fascismo e as diversas famílias políticas em que se dividiu o conservadorismo na primeira metade do século XX. Parece claro que a ascensão do fascismo só foi possível em coligação com ideologias, grupos de interesses e eleitorado, representados até aí por variados partidos conservadores, mas confundi-los não ajuda à compreensão do que constituiu justamente a sua inovação e singularidade. Como afirmou Blinkhorn, “não pode ser negado que, enquanto movimentos, partidos e ideologias políticas, conservadorismo e fascismo ocuparam posições muito diferentes na direita europeia do princípio e meio do século, convergindo em alguns pontos e divergindo em outros”.¹³³

Algumas condicionantes estruturais parecem desde logo afastar alguns temas clássicos do fascismo, que remetem para aspectos específicos da evolução política e social portuguesa desde finais do século XIX. Como já foi salientado, Portugal chegou ao turbilhão desencadeado pela

¹³² Cf. Geoff Eley, “What Produces Fascism: Preindustrial Traditions or a Crises of the Capitalist State?” in Michael N. Dobkowski and Isidor Wallimann (Edit. by), *Radical Perspectives on Fascism in Germany, 1919-1945* (New York: 1989), p. 92 e sobretudo, Michael Mann, *Fascistas* (Lisboa: 2013).

¹³³ Cf. Marin Blinkhorn (edited by), *Fascists and Conservatives* (London: 1990), p. 13.

Primeira Guerra sem alguns dos factores perturbadores apontados pela historiografia do fascismo, no campo da relação entre política interna e política externa. Portugal tinha resolvido, no fundamental, a “questão nacional”: “Estado” e “Nação” andavam de boas relações e coincidiam com significativa homogeneidade cultural; não conheceu minorias nacionais ou étnico-culturais no seu interior; não tinha reivindicações territoriais a fazer no espaço europeu; encontrava-se na esfera de influência britânica que garantia o seu vasto património colonial; chegou à “era das massas” sem alguns dos temas mobilizadores do radicalismo geralmente associados aos movimentos fascistas. Acresce ainda que esta “massificação da política” deve ser moderada no caso português.

Na segunda metade do século XIX, Portugal poderia ser definido como um país não industrializado com um “estável parlamentarismo oligárquico”, e a dinâmica do seu processo de mudança social e política não diferiu muito da de outros países semiperiféricos, que Nicos Mouzelis caracterizou como possuindo um “*early parliamentarism and late industrialization*”.¹³⁴ Virando-se para a exploração do seu património colonial africano e ensaiando uma tímida industrialização baseada na “substituição de importações”, o liberalismo oligárquico começaria a entrar em crise na viragem do século. A própria emergência do movimento republicano que mobilizaria largos estratos das classes médias (e populares) urbanas, até então excluídas do campo político, foi expressivo dessa crise.¹³⁵

A Primeira República representou de facto um processo falhado de democratização política em Portugal. As elites republicanas fizeram seu o programa do sufrágio universal, do anticlericalismo e do nacionalismo assente na luta contra a dependência britânica e na defesa do

¹³⁴ Cf. Nicos Mouzelis, *Politics in the Semi-Periphery, Early Parliamentarism and Late Industrialization in the Balkans and Latin America* (London: 1986).

¹³⁵ Cf. Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)* (Lisboa: 1991).

património colonial. Logo em 1910, toda uma legislação de acelerada laicização foi promulgada, acompanhada de um forte movimento anticlerical urbano. Estas medidas, em grande parte inspiradas pelas tomadas cinco anos antes pela Terceira República francesa, tiveram um profundo impacto na hierarquia católica. Mas o sufrágio nunca seria alargado, sob pretexto das primeiras revoltas monárquicas desencadeadas a partir da Espanha, e o Partido Democrático, herdando parte do caciquismo eleitoral da monarquia liberal, tornou-se rapidamente o partido hegemónico. A intervenção na Grande Guerra, defendida pelos republicanos como forma de protecção do património colonial, e a crise que esta provocou apenas acentuaram a crise de legitimidade do parlamentarismo liberal.

O pequeno mas aguerrido movimento operário de hegemonia anarcossindicalista não deixou de assustar as classes possidentes face à incapacidade notória do regime republicano de promover a sua integração, mas não se exagere o papel do “bienio rosso” português, na vaga autoritária que derrubou o liberalismo português. Algumas fracturas económicas e sociais se sobrepuseram a esta, no campo dos factores de queda da República. Citando o modelo de Organski, fracturas como as da cidade/campo, elites tradicionais/elites modernas, típicas de uma “sociedade dual” como era a portuguesa dos anos 20, são mais operativas para a análise da queda do liberalismo português, do que a fractura burguesia industrial/classe operária. Ao analisar algumas condicionantes estruturais de instabilidade da Primeira República, uma investigação realizada provou, com argumentos sólidos, que a conflituosidade agroindustrial, derivada da inserção semiperiférica de Portugal e a incapacidade de unificação no âmbito do parlamentarismo, foi um elemento determinante, situação agravada pela crise conjuntural do pós-guerra.¹³⁶

¹³⁶ Cf. Kathleen C. Schwartzmann, *Social Origins of the Democratic Collapse. The First Portuguese Republic in the Global Economy* (Lawrence, Kansas: 1989), p. 184.

A crise da Primeira República no pós-guerra representou, por outro lado, um típico exemplo das dificuldades que o fascismo encontrou em sociedades de insipiente “massificação da política” e onde competidores políticos tinham já de certa forma “preenchido” o seu espaço.¹³⁷ A participação portuguesa na Primeira Guerra não provocou danos na estrutura produtiva e social, comparáveis aos sofridos pelos contentores no centro da Europa. Não favoreceu também as condições para a emergência de grupos susceptíveis de constituir uma primeira base para movimentos fascistas, alargando o núcleo original de intelectuais que lhe deram origem: Portugal sofreu as suas “humilhações” de guerra em plena ditadura sidonista, nomeadamente a pulverização dos batalhões portugueses na frente de combate, e terminou ainda sob este regime o seu esforço militar na frente. Os republicanos conseguiram aliás mobilizar e virar contra a ditadura de Sidónio Pais muitos ex-combatentes “traídos” pelos monárquicos que a apoiaram e pelos regimentos militares que adiavam a partida para França. Desconhece pois o fenómeno “ex-combatente”, rapidamente absorvido pela sociedade rural ou pela emigração.

A “Vitória Mancata” também deve ser moderada, pois Portugal conseguiu salvaguardar o seu património colonial e não tinha reivindicações territoriais na Europa. Outro factor importante associa-se aos seus competidores ideológicos e políticos de direita, estreitamente associados às duas clivagens político-ideológicas atrás assinaladas e ainda à “ameaça operária”.

A clivagem provocada pela secularização foi talvez a mais importante das abertas pela Primeira República. Desde os anos 10 que um pequeno núcleo de católicos se organizou em torno de um programa político que unia a restauração dos direitos da Igreja com uma alternativa autoritária ao liberalismo. Mesmo em termos culturais, Portugal foi um

¹³⁷ Cf. Juan J. Linz, “Political Space and Fascism as a Late-Comer”, Stein Ugelvik Larsen *et alli* (Edited by), *op. cit.*, p. 153-189.

claro exemplo de como existe pouco espaço para a emergência de uma “*intelligentsia* fascista” quando, como foi o caso, “as respostas hostis à modernização e a concomitante rejeição do liberalismo permanecem ‘*embedded*’ em formas religiosas e a política reaccionária e conservadora está ligada com a defesa das posições da Igreja”.¹³⁸ A Igreja e o centro católico constituíram, pois, um competidor poderoso à fascização das elites universitárias e intelectuais, ocupando um espaço político determinante na reacção antidemocrática.¹³⁹

Outra clivagem importante foi a do regime. O restauracionismo monárquico continuou a inibir, quer ideologicamente, via integralismo, quer no campo político, ao destruir a mobilização populista da ditadura de Sidónio Pais, a unificação política da direita antidemocrática. O IL protagonizou as bases ideológicas para um fascismo português no pós-guerra, mas, preso pelo seu restauracionismo, limitou as potencialidades de mobilização do Sidonismo. Foi também a questão do regime que fracturou o entendimento entre integralistas e católicos sociais, ambos defensores de um corporativismo autoritário como alternativa ao liberalismo.

O breve consulado de Sidónio, como se escreveu já, com a sua presença carismática, com a sua mobilização da província, com o seu discurso populista, representou a primeira tentativa conseguida de mobilização popular da direita portuguesa, desde a revolução de 1910. Mas a ditadura de Sidónio, que poderia ter constituído o cimento sociológico para um fascismo mobilizador nos anos 20, foi abalada pela reabertura da clivagem monarquia-república, com a instauração da

¹³⁸ *Idem*, p. 164.

¹³⁹ Sobre os católicos, *vide* Silas Cerqueira, “L’Église catholique et la dictature corporatiste portugaise”, *Revue Française de Sciences Politiques*, Vol. XXIII, nº 3, juin 1973, p. 473-513; Richard Robinson, “The Religious Question and the Catholic Revival in Portugal, 1900-30”, *Journal of Contemporary History*, 12 (1977), p. 345-362; Thomas C. Bruneau, “Church and State in Portugal: Crises of Cross and Sword”, *Journal of Church and State*, Vol. 18, nº 3, Autumn 1976, p. 463-490; Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, (Lisboa: 1980).

chamada Monarquia do Norte, abrindo uma chaga fatal na unidade de direita antidemocrática.

As próprias associações patronais que, no início dos anos 20, ofereceram algum apoio aos esboços dos movimentos fascistas então criados organizaram-se sem mediadores em frente de propaganda antidemocrática, negociando directamente com os militares e com os partidos e grupos de pressão conservadores. A precoce perspectiva de intervenção militar retirou também espaço aos apóstolos das milícias, esvaziadas de função a partir de 1925, quando a desordem não estava já nas ruas da classe operária mas nas do Parlamento e do governo.

Sucedendo a uma mobilização das classes médias populares urbanas, que abandonaram progressivamente o Partido Democrático, não existiram quaisquer traços de mobilização populista da província conservadora por parte da reacção antirrepublicana. No Norte, a República não abalou as estruturas de dominação tradicionais, estabelecendo pactos clientelares com segmentos das elites locais. No Sul latifundiário, o sindicalismo rural, após um período de importante surto em 1910-1912, imediatamente após a proclamação da República, quase que desapareceu, não sendo unidade constitutiva de “*bienio rosso*” português, nos anos 20.¹⁴⁰ A conflituosidade social, inerente ao desenvolvimento do fascismo rural italiano, não se manifestou em Portugal, como aliás se demarcou também o tipo de clivagens sociais que conduziram à criação de partidos agrários na Europa de Leste.

Apesar de ser ocasionalmente contrariada pelo relativo sucesso de alguns movimentos na Europa de Leste (nomeadamente na Roménia), a tese que aponta para uma correlação entre desenvolvimento do fascismo e massificação da política parece operativa para o caso português. A natureza da “pré-massificação” da representação política e social no Portugal dos anos 20 e a permanência de relações clientelares, ao nível

¹⁴⁰ Cf. José Pacheco Pereira, *Conflitos Sociais nos Campos em Portugal* (Lisboa: 1982), p. 77-117.

do sistema político, foram certamente elementos determinantes no tipo de transição ao autoritarismo verificada em Portugal.

Paradoxalmente, foi a Ditadura Militar que abriu espaço à organização do fascismo e à sua aproximação do Poder. Gozando de influência nos “tenentes” do 28 de Maio e na sombra de alguns “barões” militares, sem máquinas políticas ou grupos de pressão com alguma estabilidade que os apoiassem, Rolão Preto pensou ter chegado a oportunidade de fundar um movimento fascista.

1.3.4 *FASCISTAS E CONSERVADORES SOB A DITADURA MILITAR*

“Ditadura sem um ditador”, como um observador da época salientou, o regime implantado em 28 de Maio de 1926 não transportava consigo um projecto alternativo ao liberalismo republicano. Resultado de um compromisso transitório mediatizado pelos militares, o regime ditatorial foi atravessado por diversos (e contraditórios) projectos até à consolidação do autoritarismo no início dos anos 30, já sob a direcção de Salazar.¹⁴¹

Não é fácil “ler” a sequência vertiginosa de acontecimentos políticos nos primeiros anos da Ditadura Militar auxiliados por algumas das tipologias habitualmente utilizadas pelos estudiosos da direita no período entre as duas guerras.¹⁴² Algumas das razões remetem, como atrás foi assinalado, para a natureza do sistema político republicano e para a conseqüente incipiência da própria representação partidária da direita sob o regime derrubado.

Outras clivagens suplementares determinam ainda a configuração partidária e a acção política da direita radical sob a Ditadura Militar, a mais importante das quais era o diferendo monarquia-república. Por

¹⁴¹ Cf. Luís Bigotte Chorão, *A Crise da República e a Ditadura Militar* (Lisboa: 2009).

¹⁴² Cf. Stanley G. Payne, *Fascism, comparison and definition* (Madison: 1980), p. 3-21; Martin Blinkhorn (Edited by), *op. cit.* (London: 1990), p. 1-13, e Roger Griffin, *The Nature of Fascism* (London: 1991).

outro lado a natureza militar do regime transportou para a ribalta não só as tensões corporativas inerentes à instituição militar, que atravessaram muitos dos conflitos, como determinou ainda a formação de verdadeiras facções políticas no interior das Forças Armadas.

Em trabalho anterior, apresentei uma proposta de tipologia tripartida do espectro político-ideológico da direita portuguesa que pode ter alguma utilidade analítica para o estudo das suas atitudes políticas nos primeiros anos da Ditadura Militar.¹⁴³

A primeira que definimos como *liberalismo conservador* estava representada nos partidos republicanos conservadores. Apelaram aos militares e apoiaram o golpe na perspectiva de um “Estado de exceção” que lhes permitisse a reforma da Constituição de 1911 em um sentido presidencialista, limitador do parlamentarismo. Pensavam acima de tudo na remodelação do sistema partidário através da criação de um forte partido conservador com o apoio do aparelho de Estado, apto a enfrentar, reposta à legalidade constitucional, o Partido Democrático.

A segunda, que definimos como *conservadorismo autoritário*, era acentuadamente antiliberal. A sua proposta era a da construção de um regime autoritário que eliminasse o velho sistema de partidos da República, introduzindo eventualmente um partido único de vocação “integradora”. Alguns propunham mecanismos de representação corporativos, e outros, governos de “competência técnica”. Ideologicamente filiavam-se quer no corporativismo católico, quer em um difuso revisionismo autoritário que se reivindicava de Oliveira Martins e Basílio Teles. Nele se moviam católicos, monárquicos e republicanos autoritários.

E, finalmente, a *direita radical*. A sua proposta era de ruptura total com o sistema liberal, apontando para a construção de um Estado nacionalista baseado no corporativismo integral. Os traços de fascização

¹⁴³ Cf. António Costa Pinto, “A Direita Radical e a Ditadura Militar: a Liga Nacional 28 de Maio (1928-1933)”, Eduardo de Sousa Ferreira e Walter C. Opello Jr. (Coord. de), *Conflict and Change in Portugal* (Lisboa: 1985), p. 24-25.

deste sector eram crescentes desde o pós-guerra, visíveis nas tentativas de criação de um partido de massas aproveitando a nova conjuntura da Ditadura Militar e na opção de modelos mais carismáticos de legitimidade. O seu principal suporte ideológico tinha origem no IL, ao qual se juntaram outras componentes de origem republicana e sidonista.

A nova situação criada pelos militares provocou, no entanto, uma alteração sensível no espectro político, e muitas das atitudes dos actores políticos, particularmente os militares, dificilmente poderão ser percebidas à luz da tipologia atrás descrita. Os percursos erráticos multiplicaram-se e seria fastidioso referi-los em detalhe,¹⁴⁴ No entanto, as posições expressas por algumas formações partidárias nos primeiros anos da Ditadura podem ser mais bem analisadas se a tomarmos em consideração.

Dentre as diversas forças políticas que se situaram imediatamente no campo de apoio à Ditadura e que constituíram um contrapeso importante à direita radical, importa salientar o Centro Católico, em estreita dependência da própria hierarquia da Igreja, e alguns partidos republicanos conservadores. Alguns destes, caso da União Liberal Republicana de Cunha Leal e do Partido Nacionalista, se viram os seus projectos de manipulação do novo poder gorados, logo nos primeiros anos da Ditadura, constituíram, no entanto, uma escora junto da elite militar conservadora perante as ofensivas dos radicais de direita.

Quer a Igreja quer o partido do Centro Católico se situaram imediatamente no campo de apoio à Ditadura Militar. Até 1928, data da entrada de Salazar, então seu dirigente, no Governo, o Centro constituiu um poderoso grupo de pressão, que só se desvaneceu quando o recém-nomeado ministro das Finanças, uma vez consolidado o seu poder, o neutralizou, já no início dos anos 30. Como veremos à frente, as suas posições foram decisivas no bloqueio à direita radical nos primeiros anos do novo regime.

¹⁴⁴ Filomeno da Câmara, por exemplo, um dos chefes do 18 de Abril e de várias aventuras golpistas após o 28 de Maio, tinha sido militante do Partido Nacionalista.

Convém também não subestimar o peso dos republicanos conservadores. Apesar de diminuídos com a eliminação de Cabeçadas, algumas formações partidárias dispunham de uma influência importante no Exército, nomeadamente junto de alguns generais que, com a derrota de Gomes da Costa, chegaram ao governo e que mais tarde se oporiam mesmo a Salazar, como Domingos de Oliveira, Vicente de Freitas e outros. A sua importância ficaria inscrita no próprio compromisso que representou o texto constitucional que será a base do novo regime, em 1933, rapidamente ignorado por Salazar.

O polo unificador de uma corrente fascizante no interior da Ditadura Militar foi o brevíssimo consulado de Gomes da Costa logo em 1926. Como atrás se referiu, Rolão Preto, em conjunto com jovens militares e outros expoentes da direita radical, tentaram criar de imediato uma organização milicial de apoio ao novo regime, emergindo na ribalta política atrás da figura do velho general.

A partir da derrota de 1926, o sector mais radical da “família integralista” apostou na criação de um partido fascista susceptível de dominar a Ditadura Militar. Rolão Preto regressou então à propaganda do “sindicalismo nacional”. No final da década, a Liga 28 de Maio reunia o fundamental deste sector, em estreita associação e sob a protecção dos “tenentes”. O que restava do IL aderiu a esta organização, que viria a dar origem ao Nacional-Sindicalismo.

1.3.5 A “UNIÃO NACIONAL” E AS “MILÍCIAS LUSITANAS”

A “União Nacional” e as “Milícias Lusitanas” constituíram a primeira tentativa de dominar a Ditadura Militar por parte do núcleo mais fascizante do seu heterogéneo bloco de apoio. Foi esta tentativa de tomada do poder que provocou a queda de Gomes da Costa em julho de 1926, com o golpe dos generais Carmona e Sinel de Cordes. Para além do próprio Rolão Preto, outros sectores mais influenciados pelo fascismo,

como Martinho Nobre de Melo, principal dirigente da Cruzada Nuno Álvares, estiveram envolvidos.

Rolão Preto fundou o órgão deste movimento: *A Revolução Nacional*. Formalmente, o director era o tenente Pinto Correia, secretário do General Gomes da Costa, mas este diário de vida breve foi de facto dirigido por Preto que, por razões de segurança e para impedir a denúncia dos republicanos conservadores (dada a sua associação com movimentos monárquicos), utilizou os pseudónimos de “Plures” e “Pluribus”.¹⁴⁵ “Esta direcção encoberta” foi aliás denunciada pelo porta-voz dos católicos, o *Novidades*, que, ao mesmo tempo, aproveitou imediatamente a oportunidade para criticar os propósitos fascistas das “milícias”.¹⁴⁶

Preto aconselhou o novo poder a esmagar rapidamente os seus inimigos, ou seja, os partidos e o sistema de partidos, e a enveredar por drásticas medidas de depuração política do aparelho de Estado, clamando ao velho general para eu pegasse “na espada e varresse”. Mussolini – salientava em editorial – “ocupou os pontos estratégicos da defesa do Estado matando impiedosamente tudo o que poderia servir de apoio à reacção fatal dos políticos”, Gomes da Costa deveria seguir o seu exemplo.¹⁴⁷ A utilização de pseudónimo permitia-lhe também multiplicar as declarações de fé republicanas e apelar à neutralização de políticos conservadores como Cunha Leal e o seu partido.¹⁴⁸

Em junho de 1926, Martinho Nobre de Melo, um ex-ministro de Sidónio de formação integralista, apresentou na Sociedade de Geo-

¹⁴⁵ Nome que utilizou para assinar os editoriais deste fugaz diário. Nascido a 21 de junho de 1926, foi encerrado duas semanas mais tarde, após o derrube de Gomes da Costa, pelo grupo de Sinel de Cordes e Carmona, e a fuga do grupo promotor.

¹⁴⁶ Rolão Preto negou na altura a direcção do jornal, só a reconhecendo mais tarde. Vide a sua declaração de resposta ao órgão católico, onde nega a sua direcção, in *A Revolução Nacional*, nº 14, 6/7/1926, p. 1. Confessou a sua posição in José Machado Plácido Barbosa, Op. Cit., p. 60.

¹⁴⁷ Cf. Pluribus, “Governar! Governar!”, *A Revolução Nacional*, nº 3, 23/6/1926, p. 1.

¹⁴⁸ Cf. Pluribus, “Abaixo os Partidos!”, *A Revolução Nacional*, nº 8, 29/6/1926, p. 1.

grafia um verdadeiro programa político para a nova ditadura. O seu discurso foi marcado pela defesa do corporativismo, de um regime ditatorial de tipo presidencialista e de uma clara opção industrializante em termos económicos. A comissão organizadora da União Nacional formou-se incluindo dirigentes do IL como Pequito Rebelo, radicais e fascistas como Trindade Coelho.¹⁴⁹ As “milícias” nacionalistas deveriam ser organizações paramilitares de tipo fascista. Em julho, Gomes da Costa demitiu uma série de ministros, acumulou algumas pastas ministeriais, e Martinho Nobre de Melo e o integralista João de Almeida chegaram ao governo, mas dois dias depois os generais exilaram-no nos Açores, demitiram os ministros e interditaram *A Revolução Nacional*. O tenente Pinto Correia e alguns outros passaram ainda pela prisão.

Esta primeira tentativa de criação de um partido de massas morreu à nascença, dado o golpe dos generais que exilou Gomes da Costa e neutralizou a remodelação ministerial por ele realizada sob a pressão deste grupo. Mas, nos anos seguintes, a sua organização estreitamente associada aos “tenentes do 28 de Maio” participou em várias tentativas golpistas até fundar uma organização mais estável, a Liga Nacional 28 de Maio, dois anos mais tarde.

Para Rolão Preto e para parte dos integralistas que o acompanharam, o derrube de Gomes da Costa representou um rude golpe. Nos anos seguintes, não só muitos deles seriam exilados e presos, como as próprias actividades de propaganda começaram a ser alvo da censura militar e de proibições de comícios e outras actividades.¹⁵⁰ No entanto, muito embora enfraquecida, a Junta Central do IL e algumas juntas escolares e provinciais continuaram organizadas.

¹⁴⁹ Cf. António José Telo, *Op. Cit.*, Vol. 2 (Lisboa: 1984), p. 220. Cf. também, Plures, “A União Nacional”, *A Revolução Nacional*, 6/7/1926, p. 1.

¹⁵⁰ Através da correspondência interna verifica-se este acréscimo repressivo. Alguns governadores civis começaram a impedir conferências de Rolão Preto e de outros integralistas, e a censura sobre a imprensa reforçou-se.

Seria ainda em 1926 que Homem Cristo Filho, recém-regressado a Portugal após o golpe, fundou com grande alarido *A Informação*.¹⁵¹ Homem Cristo simbolizou nos anos 20 um precoce e intelectual “internacionlismo” fascista que, no entanto, representou um percurso singular e marginal em Portugal.

Filho de um conhecido e virulento jornalista republicano, Homem Cristo tinha fundado a *Ideia Nacional* em 1915. Mais tarde, durante a ditadura de Sidónio Pais, foi nomeado “Director dos Serviços de Informação nos Países Amigos e Aliados”, uma espécie de Embaixador itinerante de Sidónio. Solidamente implantado nos meios culturais da extrema direita parisiense através da agência noticiosa e editora Fast, onde publicou o seu conhecido *Mussolini Batisseur d’Avenir*, este apologista do “fascismo latino” permaneceu um fenómeno isolado.¹⁵² Chegado a Portugal, ainda teve tempo de apoiar Gomes da Costa, mas o seu rápido derrube neutralizou os projectos de Homem Cristo, que foi novamente expulso, desta vez pelos sucessores de Gomes da Costa em agosto de 1926. Regressado a França, dedicou-se a um novo projecto internacional, a organização de um “congresso das Nações do Ocidente” sob o patrocínio de Mussolini, morrendo precocemente alguns anos mais tarde.

Após o “duro revés para a Revolução Nacional” que constituiu o derrube de Gomes da Costa, vamos encontrar os mesmos nomes (e o mesmo tipo de organização) nas tentativas seguintes, basicamente com a oposição das restantes forças políticas.

Uma segunda foi logo lançada pouco depois da falhada revolução pró-democrática de fevereiro de 1927: a Milícia Lusitana.¹⁵³ A iniciativa partiu do mesmo grupo e mereceu imediatamente o repúdio

¹⁵¹ N.º 1, 17/7/1926. Cf. Cecília Barreira, *op. cit.*, p. 17-25. Veja-se também Miguel Castelo-Branco, *op. cit.* (Lisboa: 2001).

¹⁵² Cf. Homem Cristo Filho, *Mussolini Batisseur d’Avenir. Harangue aux foules latines* (Paris: 1923).

¹⁵³ Cf. Arlindo Caldeira, “O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34)”, *Análise Social*, Vol. XXII (94), 1986, p. 944-949.

dos republicanos conservadores e do Centro Católico. Alguns dos seus fundadores, como Angelo César, Sebastião de Vasconcelos e Valadares Botelho serão em 1928 fundadores da Liga 28 de Maio. Os integralistas apoiam de imediato a iniciativa, bem como alguns “tenentes do 28 de Maio”.

O órgão afecto à União Liberal Republicana de Cunha Leal denunciou de imediato esta tentativa, em nome de um sector significativo do seu bloco de apoio.¹⁵⁴ Quanto ao Centro Católico, este aproveitou para salientar os perigos de um “nacionalismo paganizado” que andava a perverter e envenenar a “nova geração”, reafirmando que só a Igreja poderia evitar os “excessos” anteriormente apontados.¹⁵⁵

Após atitudes contraditórias perante as milícias, o governo da Ditadura deu-lhes a machadada final em nota oficiosa onde salientava ser “premature tudo quanto se tem dito quanto à interferência do governo na organização de qualquer corpo de milícias”.¹⁵⁶ Pouco tempo depois, outra iniciativa de formação de um partido de apoio à Ditadura, agora com a simpatia do Centro Católico, viria provar as enormes contradições em que se moviam os governos da Ditadura Militar.

No campo conspirativo, o primeiro sinal de resposta do sector fascizante ao seu afastamento forçado do poder, em 1926, veio com a tentativa golpista de Filomeno da Câmara em finais desse ano, o chamado golpe dos “Fifis”.¹⁵⁷ Várias unidades se movimentaram com o velho militar do 18 de Abril de 1925, que Rolão Preto acompanhou. Os integralistas apoiaram o golpe, que contou ainda com a participação de vários tenentes afectos a Gomes da Costa. Derrotado, Filomeno da Câmara não foi sequer preso, sendo em 1929 “desterrado” para Ango-

¹⁵⁴ Cf. *A Situação*, 19/3/1927.

¹⁵⁵ Cf. *Novidades*, 17/2/1927.

¹⁵⁶ Cf. *A Voz*, 3/3/1927.

¹⁵⁷ Este golpe ficou conhecido pelo golpe dos “Fifis”, devido ao nome de dois dos conspiradores, Fidelido de Figueiredo e Filomeno da Câmara.

la como Alto Comissário, sendo demitido mais tarde por Salazar, na sequência de graves conflitos com colonos locais.¹⁵⁸

Em finais de 1927, quando o sector republicano conservador ensaiou o lançamento de um agrupamento “de apoio à Ditadura”, a resposta da direita radical foi a constituição da Liga 28 de Maio, organização que, uma vez neutralizada, constituiu a plataforma de arranque do Movimento Nacional-Sindicalista.¹⁵⁹

1.3.6 A LIGA NACIONAL 28 DE MAIO

A Liga Nacional 28 de Maio foi criada em finais de 1927 e apresentada publicamente em janeiro de 1928.¹⁶⁰ O seu aparecimento deu-se em uma conjuntura particular. Em dezembro de 1927, Vicente de Freitas, Ministro do Interior da Ditadura, anunciou um projecto de lei eleitoral, um recenseamento para o plebiscito do General Carmona como Presidente da República e ainda para “eleições administrativas”. Pensando no plebiscito, mas prioritariamente nas “eleições administrativas”, o governo decidiu anunciar a criação de um partido “de apoio à Ditadura”, que se desejava o mais integrador possível. Foi nomeada uma comissão ministerial para a sua organização (entre outros, Sinel de Cordes, Manuel Rodrigues e Vicente de Freitas), e o projecto começou a ser conhecido como União Nacional Republicana ou simplesmente União Nacional. O governo

¹⁵⁸ Que ocasionou a morte de outro participante no golpe, o tenente Morais Sarmiento.

¹⁵⁹ Neste balanço, necessariamente sintético, ignoraram-se algumas micro-organizações de inspiração fascista criadas por militares ou mesmo por elementos da polícia política no final dos anos 20. Uma delas, por exemplo, intitulava-se Milícia Nacional “os Legionários da Pátria”, que ainda em 1930 tentava ser reconhecida, sem sucesso, pelo governo da Ditadura. Chegaram a ter sede provisória no centro de Lisboa e prestavam informações e denúncias, por certo não requeridas, sobre as actividades de oposição à Ditadura, enviando sucessivos pedidos para serem armados pelo governo. Quando se tentaram manifestar em apoio à Ditadura, o Ministério do Interior proibiu a sua exibição pública e forçou-os à dissolução. Alguns elementos que mais tarde virão aderir ao Nacional-Sindicalismo, no entanto, foram seus filiados. Sobre esta organização, os seus requerimentos ao Ministério do Interior (Maço 451-caixa, AGMI/ANTT) e o testemunho de um antifascista, *vide* Pedro Rocha, *Escrito com Paixão* (Lisboa: 1991), p. 35.

¹⁶⁰ Cf. António Costa Pinto, “A Direita Radical e a Ditadura Militar: ...”, *op. cit.*, p. 23-39.

pretendeu empenhar a administração no processo e iniciou a criação das primeiras comissões distritais. O seu programa nunca foi definido.

A criação da Liga no preciso momento em que o governo organizava o “seu” partido era índice claro da dificuldade de unificar a heterogénea base de apoio da ditadura, como, aliás, os primeiros golpes e conspirações de 1926 e 1927 anunciavam. A iniciativa de fundar a Liga partiu de integralistas, jovens militares e “candidatos a ditadores” que se tinham unificado em torno do breve consulado de Gomes da Costa em 1926. A sua fundação confundiu-se desde logo com a crítica ao projecto governamental, acusado de ser uma plataforma de recuperação dos partidos republicanos conservadores.¹⁶¹

Após o plebiscito do General Carmona, o governo, receoso dos partidos republicanos, foi adiando as eleições “administrativas”, e o projecto de partido governamental foi abandonado. Note-se que, como salientou Arlindo Caldeira, este projecto foi o mais próximo protótipo da futura UN de Salazar: pela origem governamental, pelo empenho directo do aparelho administrativo do Estado na sua criação, pela função de se apresentar a eleição para legitimar o novo regime.¹⁶²

A Liga pretendia-se um “força civil de apoio à ditadura” que, como afirmou o seu primeiro Presidente, visava eliminar o “bolchevismo” e neutralizar o sindicalismo operário através da criação de uma “C.G.T. branca”, uma “frente única” dos que “se querem libertar de vez das quadrilhas partidárias e do poder secreto [...] da Maçonaria”. Reivindicava-se também uma “acção [...] de ideias, comunicando-as ao governo e à organização do Estado para que ao organismo liberal maçónico venha a suceder, pleno de força, o verdadeiro Estado português, corporativo, sindicalista, cristão [...]”.¹⁶³

¹⁶¹ Cf. *A Voz*, 17/1/1928.

¹⁶² Cf. Arlindo Caldeira, “O Partido de Salazar...”, *Cit.*, p. 952. Sobre a formação da UN, cf. Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo* (Lisboa: 1988), p. 127-142.

¹⁶³ Cf. *A Voz*, 17/1/1928, p. 1-2. Raul Pereira Caldas, Conde de Silves, foi o primeiro presidente da Liga. Caldas participará mais tarde em um golpe de Estado contra Salazar com a participação de Nacional-Sindicalistas, permanecendo algum tempo na prisão.

Em finais de 1930, os estatutos da organização (esperando de aprovação oficial) definiam como objectivos da Liga: apoiar a situação criada pelo “movimento nacional de 28 de Maio”; “integrar no espírito e finalidade da Ditadura as classes trabalhadoras, de modo que os governos da situação actuem e se movimentem em contacto permanente com a opinião pública e sob as aclamações e simpatia das massas”; “agir energicamente nos meios académicos [...]”; “fomentar ao lado dos sentimentos e aspirações nacionalistas, um espírito social forte e moderno [...]”; “[...] manterá intransigentemente um carácter absolutamente nacional, de respeito pelo regime republicano [...], e unido em volta do Chefe de Estado [...]”.¹⁶⁴

Após uma interrupção de cerca de um ano (de finais de 1929 a meados de 1930), a Liga “reorganizou-se”, retomou os núcleos preexistentes e criou uma malha organizativa nacional. Grande parte desta afirmou-se já paralelamente e de forma concorrencial perante a criação das delegações do partido governamental. Em inícios de 1932, com a organização da UN praticamente concluída, a Liga possuía delegações nas principais capitais de distrito e cerca de 20 subdelegações concelhias, constituindo de facto uma organização com uma implantação nacional, aspecto a não desprezar se tivermos em conta que muitas das suas delegações se formaram sob a pressão adversa do aparelho de Estado, empenhado na construção da UN e que o governo emitiu circulares aos governadores civis para que evitassem a constituição de núcleos da Liga.

A análise das composição política dos dirigentes da Liga, bem como dos elementos que dela eram porta-vozes nos comícios e em outras manifestações públicas, salienta de imediato a considerável participação de militares, na sua maioria “tenentes do 28 de Maio”. Militares como David Neto, Carvalho Nunes, José Virgulino, Carrasco ou Mário Pessoa, oficiais de média e baixa patente na sua maioria, constituíram

¹⁶⁴ Cf. *União Nacional*, Leiria, 19/9/1931, p. 2.

um verdadeiro “soviète” no seio do Exército e eram nomes conhecidos das organizações de extrema direita antes e depois do golpe de 1926. A sua presença na Liga reforçava a influência desta na instituição que suportava a Ditadura e representava ainda um factor importante na sua implantação local, cuja administração era ainda em muitos casos assegurada por militares.¹⁶⁵ Os “tenentes” deslocavam-se ritualmente a todas as acções públicas da Liga, da qual alguns eram dirigentes formais, e constituíam um verdadeiro sector militar da organização. O “ardor viril dos tenentes”, nas palavras de Rolão Preto, era constantemente incensado pela imprensa da Liga e constituiu um “escudo” dissuasor perante eventual agressividade governamental.¹⁶⁶

A elite dirigente nacional e local da Liga recuperava, sem grandes surpresas, a corrente política que atrás identificámos. Parte da Cruzada Nuno Álvares (fundamentalmente o seu sector dominante em 1926), o projecto das Milícias Lusitanas logo após o golpe e, com grande predominância, militantes do IL, particularmente das suas Juntas Escolares. A Cruzada, ou o que dela restava, apelou à adesão logo em 1928.¹⁶⁷

Os resultados de um breve inquérito a algumas delegações distritais e concelhias confirmam a origem atrás assinada, e algumas biografias políticas são ilustrativas. Martinho Nobre de Melo, após os desaires com Gomes da Costa, reapareceu como dirigente da Liga. A delegação distrital de Leiria era dirigida por dois militares, ex-cadetes de Sidónio e militantes das organizações neossidonistas do pós-guerra. Em Évora, o principal dirigente da Liga era Silva Dias, integralista que participou no 18 de Abril, e tinha sido secretário de Gomes da Costa. Em Coimbra, a delegação era composta por um grupo que se demitiu

¹⁶⁵ Para além do caso de Leiria, vários militares que desempenhavam, ou tinham desempenhado pouco tempo antes, funções na administração local eram dirigentes fundadores da Liga. Em Viseu, por exemplo, era o ex-governador civil, major Monteiro Leite. Em Santo Tirso, o presidente da delegação era o capitão Miguel Bacelar. Cf. *A Voz*, 29/1/1928 e 16/1/1928.

¹⁶⁶ Cf. Rolão Preto, “Glória aos Novos”, *Manuelinho D’Évora*, 10/9/1931, p. 4.

¹⁶⁷ Através do seu chefe da acção e propaganda, Coronel Aníbal de Passos Ferreira.

da UN mas era similar na origem, sendo a maioria integralista. Em Lisboa, para além dos militares, destacava-se um grupo de estudantes que constituíam, no final dos anos 20, a Junta Escolar de Lisboa do IL, caso de António Tinoco e Dutra Faria. Muito embora provindo, na sua esmagadora maioria, de organizações preexistentes, a presença de aderentes ligados aos IL e derivados foi de tal modo significativa que merece destaque particular.

Ao contrário do que a letra dos estatutos sugeria, uma das características da organização interna da Liga 28 de Maio era a sua fluidez. “Reorganizada” a sua direcção em Lisboa, esta promovia e aprovava a criação de delegações, nunca existindo sobre elas um controlo real. Tanto quanto foi possível apurar, a sua direcção era na prática a delegação distrital de Lisboa, já que se esperava aprovação governamental. A Liga sempre funcionou como um conglomerado de organizações distritais e locais com grande autonomia. Prova disso foi o funcionamento de diversas delegações que, constituídas logo em 1928, continuaram em plena actividade sem a utilização da sigla até à “reorganização” de finais de 1930.¹⁶⁸ Esta efectiva actividade política sem direcção formal só poderá ser entendida se detectado o controlo informal que o IL exercia, determinando uma parte da sua acção política e promovendo directamente a constituição de delegações por todo o país.

O sector mais activo do IL era constituído, nos finais dos anos 20, pelas Juntas Escolares. Como referia um “memorial” interno da J.E. de Lisboa, criticando “a pouca ou nenhuma acção desenvolvida nos últimos anos pelos elementos integralistas, em virtude do condicionamento político actual”, impunha-se criar uma organização política que agrupasse os integralistas dispersos e outros nacionalistas.¹⁶⁹ Antes de

¹⁶⁸ Veja-se, por exemplo, o caso de Leiria.

¹⁶⁹ Cf. Memorial da Junta Escolar de Lisboa do IL, s.d., ARP.

avançar para a fundação no N/S, quando o governo interveio, a Liga 28 de Maio constituiu essa plataforma proposta pelos jovens integralistas. Alguma correspondência interna e a efectiva presença de integralistas um pouco por toda a organização da Liga parecem provar esta orientação. Em janeiro de 1932, por exemplo, um dirigente da Junta Provincial da Beira do IL apontava, em relatório interno, os objectivos da constituição da Delegação distrital de Coimbra, da qual era também dirigente: “esperamos” – escrevia a Rolão Preto – “criar com ela um belo bloco político integralizante”, já que o seu controlo lhe parecia importante “para dela dominarmos os acontecimentos. Porque a Liga, parece-me, pode representar, dentro em breve, um papel primacial”.¹⁷⁰

O exemplo era amostra de procedimento geral, logo desde a sua fundação. Algumas estruturas da Liga coincidiam, em 1928, com Juntas provinciais do IL. No Norte, integralistas como Augusto Pires de Lima e Sebastião de Vasconcelos, constituíam a Comissão Provincial do Douro.¹⁷¹ Sebastião Botelho, a de Trás-os-Montes.¹⁷² Em Barcelos, o dirigente local era Joaquim Villas Boas.¹⁷³ A lista de integralistas poderia continuar, particularmente no Norte do país. Mais tarde, quando o governo lançara a UN, a adesão de integralistas foi ainda mais significativa. A acusação de serem um veículo “unitário” do IL surgiu com regularidade na imprensa afecta aos velhos partidos republicanos e mesmo em alguma apoiante na União Nacional.¹⁷⁴

No início de 1932, a Liga 28 de Maio possuía um número apreciável de delegações distritais e concelhias, muitas delas dotadas de imprensa

¹⁷⁰ Esta actividade em Coimbra era realizada, escrevia, “a exemplo” do que pensava Rolão Preto e “os rapazes de Lisboa” (fundadores do *Revolução* e, no Verão de 1932, do N/S). Cf. carta de Carlos Proença de Figueiredo a Rolão Preto, 16/1/1932, ARP.

¹⁷¹ Cf. *A Voz*, 16/1/1928.

¹⁷² Cf. *A Voz*, 16/1/1928.

¹⁷³ Cf. *A Voz*, 7/4/1928.

¹⁷⁴ Cf. as do *Diário de Coimbra* e as referências do *Diário da Manhã* in *A Voz*, 17/1/1928 e *Manuelinho d'Évora*, 25/2/1932.

própria.¹⁷⁵ Pretendendo-se uma organização virada para a acção de massas, mobilizadora e suporte da “reforma nacionalista do Estado”, a Liga dirigiu a sua acção política para os grupos sociais populares – a pequena burguesia urbana e a classe operária –, criando delegações nas zonas de maior concentração industrial. As delegações criaram virtualmente ou de facto “secções operárias” e algumas possuíram operários nas suas direcções (pelo menos as de Lisboa e Coimbra). “É necessário” – referia um operário da Liga – “que as capas negras se entrelacem com as blusas de ganga”.¹⁷⁶ Se o sector estudantil era o mais activo elemento militante em Lisboa, é difícil fazer o balanço deste esforço integrador, dada a escassez de dados sobre a composição social dos inscritos que, no início de 1932, não deveriam ultrapassar os 10.000.

Os números apresentados na imprensa da Liga eram seguramente exagerados para efeitos de propaganda. Seria provavelmente este o caso dos 7.000 operários inscritos em Lisboa, anunciados pela imprensa da organização em julho de 1931.¹⁷⁷ É possível que este número se aproxime da realidade se o critério escolhido foi (e muitas vezes foi de facto) o da Delegação de Coimbra, que incluía na “secção operária” empregados de escritório e de comércio. Segundo um relatório interno desta delegação, a “secção” contava, em abril de 1932, com 96 inscritos. Destes, 37 eram empregados de escritório e comércio, repartindo-se os restantes 59 por ferroviários (8), sapateiros (9), padeiros, encadernadores, pedreiros, etc.¹⁷⁸ Por outro lado, convém não esquecer que a Liga convidava os desempregados a aderir, sob a promessa de apoio médico e alimentar, apelando aos patrões para preferirem os operários nela filiados.¹⁷⁹

¹⁷⁵ Caso das delegações distritais de Leiria e Évora, e mesmo de algumas concelhias como a de Águeda e Anadia.

¹⁷⁶ Cf. *Diário da Manhã*, 10/6/1931, p. 6.

¹⁷⁷ Cf. *União Nacional*, 4/7/1931.

¹⁷⁸ Cf. carta de Carlos Proença de Figueiredo, 24/4/1932, ARP.

¹⁷⁹ Cf. *A Voz*, 24/1/1928. Como exemplo da propaganda da Liga nos meios operários e do seu

Eco claro da presença na Liga eram os relatórios de reuniões sindicais, onde a sua participação era assinalada, e a própria denúncia da imprensa sindical anarcossindicalista e comunista, a partir de 1931. Em 1932, mesmo antes da formação do Nacional-Sindicalismo, vários militantes da Liga seriam expulsos de reuniões sindicais e alguns filiados agredidos por colegas afectos à oposição antifascista.¹⁸⁰ Por outro lado, vieram da Liga 28 de Maio vários quadros operários e sindicais que aderiram, em 1932, ao Nacional-Sindicalismo, sendo esta, cremos, a primeira organização oriunda da direita radical criada após o golpe de 1926 a penetrar nestes meios.

Durante o ano de 1931, a Liga participou em todas as manifestações da Ditadura e promoveu sessões de propaganda em todo o país. Estas acções contrastavam com a ausência de actividade do partido oficial, ainda em formação. Foi talvez esta a razão, conjugada com o aparecimento da Aliança Republicana e Socialista, para o adiamento das projectadas “eleições legislativas” em 1931.

As manifestações e outras acções de rua eram relativamente inéditas no campo do bloco de apoio à ditadura, e a Liga utilizou estes meios de propaganda e mobilização com alguma frequência. A 25 de março de 1931, por exemplo, a “comissão operária” da Liga organizou uma manifestação de homenagem ao general Carmona que ficou conhecida como a “Marcha dos Archotes”. Em Belém, para além do homenageado, discursou um operário que reafirmou o programa corporativo da Liga.¹⁸¹

programa “social” de seguros e assistência à doença, *vide* o comunicado da subdelegação das Caldas da Rainha, 30/6/1931, Maço 454-Caixa 7, Arquivo Geral do Ministério do Interior/ANTT (doravante AGMI).

¹⁸⁰ Este tema é desenvolvido no capítulo II. Como exemplo de agressões a filiados da Liga, *vide* a descrição de um caso no seio dos ferroviários no relatório do Governador Civil de Leiria ao Ministro do Interior, 13/9/1932, Maço 455-Caixa 8, AGMI/ANTT.

¹⁸¹ José Leitão, que pertencia à direcção de Lisboa. Cf. *O Século*, 26/3/1931. *Vide* a lista da “comissão operária” in *A Voz*, 23/3/1931.

A sua acção política demarcava-se do conservadorismo preventivo dos últimos governos da ditadura, nomeadamente pela sua campanha anticomunista e pelos seus apelos à eliminação da elite política e sindical do movimento operário, ao mesmo tempo em que divulgava os princípios do sindicalismo corporativo através de “cartilhas político-sociais”.¹⁸² Algumas delegações promoviam refeições para desempregados ao mesmo tempo em que se reforçava um discurso a favor da melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, contra o “burguês egoísta, usurário, individualista”.¹⁸³ As campanhas de propaganda e de distribuição de manifestos dirigidos à classe operária estenderam-se um pouco por todo o país, particularmente em Lisboa, Leiria, Porto e Braga.¹⁸⁴ Nas inaugurações das delegações era também habitual discursar um “operário”.¹⁸⁵

Cada inauguração de uma nova Delegação da Liga era transformada em um comício de propaganda. Algumas destas manifestações provocaram incidentes violentos que, se não eram inéditos durante a agitada vida política da Ditadura, tinham sido escassos, por parte dos seus apoiantes. Em Lisboa, sobretudo, multiplicaram-se as escaramuças de rua entre militantes da Liga e grupos da oposição, ainda que os conflitos mais violentos se tenham dado na província.

Na sessão de inauguração da delegação distrital de Évora, que se pretendia também de homenagem aos “oficiais subalternos da guarnição militar de Lisboa”, estavam presentes 27 oficiais afectos à organização, representantes do sector juvenil de Lisboa e de outras delegações. À saída, militantes da Liga envolveram-se em tiroteio com elementos da

¹⁸² Cf. Liga Nacional 28 de Maio, *Cartilha de Iniciação Político-Social* (Leiria: 1931).

¹⁸³ Cf. *Manuelinho d'Évora*, 3/3/1932, p. 3.

¹⁸⁴ Cf. como exemplo destes manifestos, da delegação de Chaves in *União Nacional*, 28/7/1931.

¹⁸⁵ No caso da Lisboa seria Dimas de Oliveira, também dirigente da Liga. Cf. *Diário de Notícias*, 9/12/1930.

oposição democrática, do qual resultou um morto.¹⁸⁶ No dia seguinte, o indigitado chefe da delegação local, Silva Dias, foi assassinado a tiro quando se despedia de Rolão Preto na Praça do Geraldo.¹⁸⁷ Na Marinha Grande, uma manifestação hostil cercou o recinto onde se realizava a sessão de inauguração da subdelegação, provocando novos incidentes.¹⁸⁸

Se em nível nacional as relações com a UN eram consideradas “excepcionais”, as tensões agravaram-se na escala local. A imprensa da Liga tentava justificar uma acção diversa mas complementar (“a Liga é mais aguerrida, mais cheia de juventude”¹⁸⁹), mas as críticas começaram a surgir. Estas acusações eram, no geral, duas: inexistência de actividade política por parte da UN e a “adesivagem” de republicanos conservadores e militantes dos partidos do sistema parlamentar à sua organização.¹⁹⁰

Em Évora, sondado pelo governador civil, que exercia pressões para evitar a constituição da Liga, o núcleo promotor recusou-se a entrar na UN, a pretexto da adesão de “pés frescos” republicanos dos antigos partidos à sua comissão distrital e da sua passividade.¹⁹¹ A UN, respondeu um fundador da Liga ao governador civil, “formara-se para estar parada e nós queremos andar”.¹⁹² As tensões a nível local sucederam-se entre os núcleos da Liga e da UN. Sempre que possível,

¹⁸⁶ Um carpinteiro, “reviralista-maçónico”, na opinião de um ex-filiado na Liga. Cf. entrevista com Alberto Mota Capitão, 24/11/1984.

¹⁸⁷ *Idem*, 10/12/1931, p. 3. Silva Dias foi assassinado por um grupo de oposição na Praça do Geraldo como resposta à morte de um carpinteiro nos incidentes do dia anterior.

¹⁸⁸ Desta vez, segundo a imprensa da Liga, com partidários da administração local afecta à UN. Cf. *União Nacional*, Leiria, 6/3/1932.

¹⁸⁹ *Idem*, Leiria, 31/10/1931.

¹⁹⁰ Segundo um dos fundadores, “com os tempos a Liga tornou-se odiosa à União Nacional, o que se compreende facilmente, sabendo-se que esta última era o vazadouro de todos os adesivismos, enquanto a Liga se manteve com o concurso dos puros e dos humildes”. Cf. Jacinto Ferreira, *Ao Serviço da Pátria e do Rei. Memórias Políticas (1926-1974)* (Lisboa: 1991), p. 62.

¹⁹¹ Cf. Entrevista com Alberto Mota Capitão, 24/11/1984. Vide a denúncia destes conflitos e das pressões do governador civil contra a Liga por parte de um dirigente local in *Manuelinho D’Évora*, 21/4/1932, p. 1.

¹⁹² Cf. *Manuelinho D’Évora*, 28/7/1932, p. 1.

o comentário irónico era a tónica da imprensa da organização sobre o partido governamental.¹⁹³ “E a UN?” – perguntava o órgão da delegação de Évora a um alferes, administrador do Concelho de Silves: “há tempos organizou-se uma comissão concelhia que reuniu no dia da posse, não tendo dado mais um passo”.¹⁹⁴

Em Coimbra, deu-se o conflito mais grave. Pela primeira vez um grupo de dirigentes deslocou-se da UN para a Liga. Em fevereiro de 1932, a tomada de posse da Delegação Distrital transformou-se em uma afronta directa à UN, já que quase toda ela provinha da ex-comissão distrital do partido governamental, como Eusébio Tamagnini, Pedro Bravo, Amadeu Ferraz de Carvalho e Carlos Proença de Figueiredo. O conflito que levou à sua demissão tinha sido provocado pela adesão à UN de Bissaia Barreto, republicano conservador, trazendo consigo “inúmeros partidários no distrito”.¹⁹⁵ A sessão de inauguração da Liga transformou-se em uma manifestação anti-UN, aprovando-se uma moção de solidariedade para com a extinta comissão distrital, “que serviu com fé ardente os princípios do nacionalismo totalitário proclamados pelo governo em 30 de julho de 1930”, no meio de discursos contra a “infiltração” de republicanos coniventes com o parlamentarismo.¹⁹⁶

Polos locais de resistência ao regime liberal republicano, as delegações da Liga entraram em conflito aberto com alguns sectores do governo da Ditadura onde já pontuava Salazar, que no processo de formação da UN escolheram preferencialmente a notabilidade republicana conservadora. Esta atitude não deixou aliás de ser coerente para quem, ao contrário dos dirigentes da Liga, não pretendia constituir um partido de massas, ideologizado e actuante na esfera do poder de Estado.

¹⁹³ Em vários concelhos, as comissões da UN e da Liga entram em choque verbal, aspecto que analisamos mais à frente, pois estas transformaram-se em delegações do N/S.

¹⁹⁴ Cf. *Manuelinho D'Évora*, 12/11/1931, p. 1.

¹⁹⁵ Entrevista com Carlos Proença de Figueiredo, 20/7/1984.

¹⁹⁶ *Manuelinho D'Évora*, 25/2/1932, p. 1.

À medida que Salazar, ainda ministro das Finanças, ia construindo o perfil do novo regime, a Liga radicalizou a sua posição e o projecto de Constituição foi tema de novo conflito. A direcção da Liga não apresentou posição oficial perante o novo texto constitucional, mas as delegações apresentaram várias críticas: a Constituição conciliava com o liberalismo, não consagrava o corporativismo integral e permitia formalmente o pluralismo. A delegação de Leiria, por exemplo, afirmava directamente: “votaremos não no plebiscito”.¹⁹⁷

Paralelamente agudizava-se a pressão conspirativa no sentido de impor um candidato à chefia do governo. Em uma sequência que tinha passado por Gomes da Costa, Filomeno da Câmara, Martinho Nobre de Melo e João de Almeida, alguns sectores da Liga voltavam-se a agitar em torno deste último. Já em julho de 1930, João de Almeida tinha sido preso por “preparar um movimento revolucionário destinado a derrubar o governo” com apoio da Liga.¹⁹⁸ Em 1932, o sector militar da Liga voltava a pressionar Carmona para a sua nomeação como chefe do governo frente à hipótese Salazar. Em documento entregue na Presidência da República, este era considerado “o homem que encarna hoje todas as aspirações nacionalistas”, e a imprensa da Liga promovia-o a candidato ideal “a chefe”,¹⁹⁹ foi, no entanto, Salazar que ocupou o lugar.

A 12 de março de 1932, o governo designou Lopes Mateus presidente da Liga, com a evidente função de a neutralizar até se estudarem as modalidades possíveis para a sua integração na UN. A sua entrada conseguiu neutralizar a conspiração militar, tendo sido imediatamente suspensas as conferências do indigitado candidato João de Almeida e de outros dirigentes da Liga como David Neto.²⁰⁰ Uma “sessão de home-

¹⁹⁷ Cf. *União Nacional*, Leiria, 27/6/1932, p. 4.

¹⁹⁸ Cf. Damião Peres, *História de Portugal – suplemento* (Lisboa: 1954), p. 468.

¹⁹⁹ Cf. carta ao Presidente da República, S. D., ARP, e *Reacção*, 25/5/1932, p. 1.

²⁰⁰ Cf. *Revolução*, 25/4/1932, p. 1.

nagem ao Presidente da República” marcada para alguns dias depois da nomeação de Salazar foi adiada *sine die*. Martinho Nobre de Melo seguiu para “exílio”, sendo nomeado embaixador no Brasil. Por essa altura, o secretário de Salazar e seu informador no Exército, tenente Assis Gonçalves (um dos fundadores da Liga em 1928), pediam instruções a Salazar, mas este não respondeu, preferindo manter o controlo sobre a Liga ao mesmo tempo em que recusava qualquer contacto com ela.

A actividade de Lopes Mateus neutralizou a conspiração mas não a actividade das delegações, que permaneceram em funcionamento e aderiram ao Nacional-Sindicalismo no Verão desse ano. Assis Gonçalves, ao analisar a situação interna da Liga, em relatório a Salazar, foi o primeiro a reconhecer que “poucos ficaram francamente do nosso lado”, sublinhando o êxodo da maioria que foi “constituir o Nacional-Sindicalismo”.²⁰¹ Como veremos à frente, o relatório de Assis Gonçalves reproduzia fielmente a situação. Rolão Preto percorreu o país após a fundação do N/S e trouxe para ele a maioria das organizações distritais e concelhias. Algumas delegações chegaram mesmo a ser encerradas por determinação governamental, caso da de Coimbra na sequência do ataque à UN, mas renasceram alguns meses depois no Nacional-Sindicalismo. Quando, em 1933, se anunciou finalmente a “adesão colectiva” da Liga 28 de Maio à UN, a maioria dos seus núcleos aderiram ao Nacional-Sindicalismo.²⁰²

1.3.7 BALANÇO DE UMA “FAMÍLIA POLÍTICA”

Foram as novas clivagens políticas criadas pela Ditadura Militar que abriram espaço e função para um movimento fascista em Portugal.

²⁰¹ Cf. Assis Gonçalves, *Relatórios para Oliveira Salazar (1931-39)* (Lisboa: 1981), p. 75.

²⁰² Muito embora apoiada por certos sectores da Ditadura, a Liga 28 de Maio não obteve um apoio financeiro significativo do Ministério do Interior até à sua integração no regime. O seu primeiro presidente, o já referido Conde de Silves, quando o governo tomou conta da sede de Lisboa, tentou reaver, aparentemente sem sucesso, os empréstimos que tinha concedido à Liga, e escreveu a Salazar e ao Ministro do Interior nesse sentido. Cf. Maço 447 – Caixa 10, AGMI/ANTT.

Estabelecida a Ditadura Militar, esta contava com três núcleos fundamentais de apoio: os pequenos partidos republicanos conservadores, os católicos e um conglomerado de direita radical no qual pontuavam integralistas e sidonistas à procura de uma base de massas.

No final dos anos 20, o fascismo emergiu em Portugal, tentando atravessar transversalmente o espectro político da direita. Contando com um número significativo de jovens oficiais, que dispunham de peso assinalável nos quartéis e na administração local; dispondo de polos locais organizados em alternativa ao partido governamental, cuja origem remontava ao período republicano; herdeiro de pequenas milícias criadas apressadamente por “barões” militares; começando a mobilizar alguns sectores da pequena burguesia e da rua, no contexto de uma Ditadura instável, mas já dominada pelo católico “ditador das finanças”, Rolão Preto viu chegada a hora da unificação deste sector em um partido fascista.

2 A EMERGÊNCIA DO NACIONAL-SINDICALISMO

2.1 A FUNDAÇÃO DO N/S

O núcleo fundador do Nacional-Sindicalismo partiu de um grupo de estudantes universitários que constituíam a Junta Escolar de Lisboa do IL, no final dos anos 20. O seu porta-voz foi a revista *Política*.¹ A António do Amaral Pyrrait, Dutra Faria, Franz D'Almeida Langhans, juntaram-se, poucos meses depois, António Pedro, Barradas de Oliveira, Pereira de Matos, António Tinoco e outros, todos vindos do IL, do legitimismo, ou da *Action Française*. No início de 1931, António Pedro e Dutra Faria fundaram um jornal com pretensões a órgão do sector estudantil da Liga 28 de Maio, com o qual todos colaboravam, o *Acção Nacional*, antecessor imediato do *Revolução*.²

Muito embora militantes da Liga 28 de Maio, a sua identidade política definiu-se em torno do IL que, apesar do seu funcionamento difuso, continuava a determinar boa parte dos seus comportamentos

¹ N° 1, Lisboa, 15/4/1929.

² N° 1, Lisboa, 14/4/1931.

políticos. Demarcavam-se, no entanto, da velha geração integralista em termos de método de acção política e consideravam ultrapassados muitos dos aspectos da ideologia dos fundadores do IL.

Política, órgão nacional das juntas escolares do IL, reflectia a fascização crescente de vastos sectores de um integralismo acochado pelas adesões a Salazar de alguns e do dogmatismo passadista e restauracionista de outros. Num banquete realizado no Luso, em Dezembro de 1930, dois dirigentes da velha Junta Central foram os únicos a identificarem-se com a vaga de fundo fascista: Rolão Preto e Alberto de Monsaraz.

Na reunião do Luso, Alberto de Monsaraz fez a ponte entre as aspirações do IL em 1914 e a vaga autoritária e fascista do pós-guerra, vendo na realidade do fascismo a vulgarização do essencial do ideário integralista. “Sem a guerra vegetaríamos ainda como a *Action Française* e a *Idea Nazionale* antes de 1914.” Foi a guerra que produziu “os perfis de chefes populares, como medalhões, nos frisos da história: é Mussolini, o grande, o maior de todos, primeiro realizador do Estado Novo, Bonaparte da Contrarrevolução”.³ Rolão Preto, que desde os anos 20 se situava no campo do fascismo, apontava também na revista *Política* alguns pontos de clarificação no interior da Ditadura Militar. Dirigindo-se a um público integralista, Preto apontava o ideário do IL como “um conjunto de doutrinas políticas sociais e económicas capazes de criar e manter o meio duma restauração integral da nação portuguesa”, mas este deveria ser orientado para a realização de uma ditadura “sem diversidade de credos nem antagonismo de ideias” e, “dentro deste critério”, nela caberiam monárquicos e republicanos.⁴

Nesta reunião do Luso, participaram muitos integralistas que já eram activos militantes da Liga 28 de Maio e outras organizações precedentes, mas, como salientou um delegado do Porto, “perante o

³ Cf. *Política*, 20/1/1931, p. 5.

⁴ Cf. Rolão Preto, “Palavras Claras. Integralismo e Integralismos”, *Política*, 31/3/1931, p. 3.

desmoronamento contínuo de movimentos, de Cruzadas, de Ligas, mais ou menos heterogéneas”, só o IL lhes assegurou continuidade e coe-rência.⁵ Foi a partir deste núcleo que nasceu o Nacional-Sindicalismo.⁶

2.1.1 O GRUPO REVOLUÇÃO

A maioria dos fundadores do *Revolução* eram estudantes da Universidade de Lisboa, das Faculdades de Letras e de Direito.⁷ A adesão ao fascismo foi o seu ponto de convergência. Nos seus artigos na imprensa da Liga 28 de Maio e em várias publicações que animaram antes do *Revolução*, era visível a preocupação em dar à “Revolução Nacional” uma dinâmica de massas, uma chefia carismática, um revolucionarismo totalitário. O exemplo alemão, se em termos ideológicos lhes era estranho, marcou-os bastante no campo da acção política.

António Pedro foi talvez o elemento mais activo do grupo, até a formação do Nacional-Sindicalismo. Em 1928, com 19 anos, aderiu ao tradicionalismo monárquico e fundou um efémero semanário de estudantes legitimistas.⁸ Mas, em 1931, quando lançou o *Acção Nacional* com Dutra Faria, os seus editoriais continham já todos os ingredientes do típico discurso fascista. Foi ele o elemento decisivo na fundação do “diário académico nacionalista da tarde” e o autor dos primeiros projectos de organização do movimento N/S.

Pereira de Matos, outro dos fundadores, que tinha regressado recentemente de França, onde tinha dado a sua “fé nacionalista” e o seu

⁵ Cf. *Política*, 20/1/1931, p. 12.

⁶ Para além dos já citados, eram membros das juntas escolares de Lisboa, Porto e Coimbra muitos outros fundadores do N/S, como Abílio Pinto de Lemos, José Domingos, Garcia Domingues, António de Sousa Rego. No Porto destacavam-se os irmãos Cláudio e António de Oliveira Guimarães, que tinham lançado poucos meses antes o efémero semanário *Renovação* (nº 1, 5/10/1930).

⁷ Cf. o interessante relato memorialístico sobre alguns fundadores do N/S, dado por um dos seus dirigentes locais, Jacinto Ferreira, *op. cit.*, p. 23-29.

⁸ Cf. o seu artigo “Acto de Fé”, *A Bandeira*, nº 1, 1/12/1928, p. 1.

“entusiasmo” à *Action Française*, era um crítico da apatia integralista e da sua “incapacidade de acção”. Na sua resposta, Dutra Faria apelava à organização dessa acção, mas manifestava ainda, como aliás todos os outros, uma clara filiação monárquica.⁹ Era este carácter monárquico que *La Conquista del Estado*, órgão do fascismo espanhol, ao saudar o aparecimento do grupo português, considerava um factor de “anacronismo”.¹⁰ Apesar destas marcas tradicionalistas que desagradavam a Ramiro Ledesma Ramos e de algumas polémicas sobre a questão galega, o *Acção Nacional* encontrava-se muito próximo dos fundadores das JONS¹¹: “Somos” – proclamava Dutra Faria – “anticonservadores, anticapitalistas, antiburgueses, em resumo, nacionalistas, o que de modo algum quer dizer retrógrados”.¹²

Os restantes companheiros de António Pedro provinham quase todos das Juntas Escolares do IL e muitos deles encontravam-se em ruptura com aquilo que consideravam o imobilismo da velha geração integralista.¹³ Garcia Domingues, fundador do Nacional-Sindicalismo no Algarve, escrevia a António Pedro em 1931 sublinhando a “necessidade de uma total revisão de valores” e, ao mesmo tempo em que anunciava a sua intenção de abandonar o IL, criticava a permanência monárquica da velha geração, apontando como única solução a defesa de uma ditadura nacionalista. Por outro lado, este definia-se já como parte integrante da “geração fascista”. “O sonho

⁹ Cf. *Acção Nacional*, nº 4, 25/4/1931, p. 2.

¹⁰ *Idem*, nº 5, 6/5/1931, p. 2.

¹¹ António Pedro desenvolveu algumas polémicas com Ledesma Ramos na própria *La Conquista Del Estado*, e este desconfiará sempre dos fascistas lusos, como à frente veremos. Cf. o artigo de polémica com Pedro da autoria de Ledesma Ramos, “Conquistamos a Portugal o Portugal nos conquista?”, *La Conquista del Estado*, nº 19, Madrid, 25/7/1931.

¹² Cf. *Acção Nacional*, nº 1, 14/4/1931, p. 1. Sobre o grupo fundador das J.O.N.S. Cf. Stanley G. Payne, *Fascism in Spain* (Madison, WI: 2000).

¹³ Este grupo constituía a chamada “tertúlia do Martinho”, que incluía, para além dos citados, Campos e Sousa, Dutra Faria, Sousa Rego e outros, considerados “a fina flor dos quadros académicos do Integralismo Lusitano”. Cf. Jacinto Ferreira, *op. cit.*, p. 23.

russo-comunista é universalizante e o nosso sê-lo-á também”, finalizava Garcia Domingues.¹⁴

Interrompida a breve experiência do *Acção Nacional*, o grupo continuou a animar a imprensa regional da Liga 28 de Maio até fundar o *Revolução*. O seu primeiro número foi publicado em fevereiro de 1932, Dutra Faria não escondia internamente que o objectivo do jornal era o de provocar à volta dos “rapazes” uma reorganização do que restava do Integralismo e de parte da Liga 28 de Maio em bases fascistas. Rolão Preto tinha prometido vir instalar-se em Lisboa para dirigir a iniciativa, e Dutra lamentava-se da sua falta de comparência: “com a sua presença em Lisboa” – escrevia – “tenho a impressão de que em três meses tínhamos a nossa organização integralista em pé de guerra, pronta para tudo”.¹⁵

António Pedro, chefe de redacção, apresentava em editorial os princípios do novo diário: “Politicamente, [queremos] a integração de Portugal no seu destino de Império, liberto da algazarra sacrílega e grotesca da democracia parlamentar, numa ordem nova hierárquica e autoritária”; “Economicamente, a supressão da liberdade de concorrência [...] e a sua substituição por uma economia dirigida centralmente pelo Estado no sentido do interesse nacional”; “Socialmente, a defesa da família e a organização corporativa das profissões numa sindicalização obrigatória”.¹⁶

Pedro foi o mais importante ideólogo do grupo do *Revolução*. Até à chegada de Rolão Preto à direcção, foi ele o principal animador do jornal, da sua montagem organizativa e da editora a ele associada. Os seus editoriais reflectiam um radicalismo anticomunista e antidemocrático extremo, só desculpável pela elite da Ditadura como obra de juventude dos “estudantes”.

¹⁴ Cf. carta de José Domingos Garcia Domingues a António Pedro, 28/9/1931, Esp. António Pedro, BNL.

¹⁵ Cf. carta de Dutra Faria a Rolão Preto de 10/2/1932, ARP.

¹⁶ Cf. António Pedro, “Editorial”, *Revolução* nº 1, 15/2/1932, p. 1.

Durante os primeiros meses de 1932, o *Revolução* foi unificando o sector juvenil do IL, e o seu radicalismo inspirava alguma desconfiança à notabilidade integralista. O jornal reivindicava-se dos “mestres”, mas intitulara-se porta-voz de uma nova geração virada para a acção.¹⁷ A desconfiança cristalizava-se sobretudo na sua apologia da violência, no seu anticapitalismo e na sua identificação com o fascismo internacional. “A violência é o princípio essencial e inteligente de toda a boa política, porque, sem ela, na adversidade, toda a conquista é impossível”.¹⁸

Apesar da defesa da propriedade, estes condenavam o “capital anónimo e livre das especulações financeiras. Queremo-lo regulado, condicionado e fiscalizado pelo Estado. Para que não seja esse capital, em uma afronta à dignidade da Nação, quem a regule, sujeite e condicione”. “Já uma vez” – escrevia António Pedro – “num dos primeiros números deste jornal eu tentei explicar que ao nosso antiliberalismo político correspondia, por coerência, ao nosso antiliberalismo económico, embora o egoísmo burguês que nos aplaudia o primeiro se irasse [...] quando lhe impúnhamos o segundo”.¹⁹

Rolão Preto e Alberto Monsarraz foram os únicos elementos da velha Junta Central que responderam ao apelo do *Revolução*. Hipólito Raposo, Almeida Braga e Pequito Rebello mantiveram uma distância prudente, ainda que não se tivessem oposto à aceitação da direcção do jornal por parte de Preto. Hipólito Raposo tinha dúvidas sobre a viabilidade da iniciativa e achava que se devia “discutir a orientação” do mesmo.²⁰ Desde a experiência de *Política*, alguns anos antes, que o conflito entre a “geração fascista” e alguns elementos da Junta Central se tinha acentuado. Vários dirigentes referiam-se em tom crítico “à

¹⁷ Cf. Dutra Faria, “Os nossos mestres”, *Revolução*, 9/3/1932, p. 3.

¹⁸ Cf. Cláudio e António de Oliveira Guimarães, “Violência”, *Revolução*, 18/2/1932, p. 2.

¹⁹ Cf. António Pedro, “Anticapitalistas”, *Revolução*, 27/4/1932, ARP.

²⁰ Cf. carta de Hipólito Raposo a Rolão Preto, 5/5/1932, ARP.

petulância dos estudantes, que aos 20 anos, e sem a terem estudado, já querem limar e actualizar a doutrina”.²¹ A chegada de Rolão Preto à chefia do jornal permitiu, no entanto, a ultrapassagem de muitas das reticências ao universo juvenil e à adesão de muitos núcleos integralistas.

Os fundadores do *Revolução* tiveram a consciência de que lhes seria quase impossível criar um movimento fascista a partir do IL sem Rolão Preto, que encaravam como seu chefe natural. António Tinoco, falando, em 1931, em nome do sector juvenil, escrevia a Preto a propósito da vida interna do IL:

Nós hoje, em Lisboa, Coimbra e Porto, etc., só temos confiança em si para que a nossa actuação seja uma coisa séria [...] O Sr. Dr. se quiser – e isso é um dever para si – pode ser tudo entre nós, em que falta o chefe. *A mocidade nacionalista só marcha consigo e consigo irá para tudo.*²²

Perante algumas hesitações de Preto em assumir a direcção, António Pedro reafirmava que após o “inconcebível esforço de quase três meses de inércia e de más vontades só a consideramos bem entregue nas suas mãos. [...] Rolão Preto é por direito de qualidade o natural director e orientador da nossa mocidade”.²³

Em meados de 1932, Rolão Preto assumiu finalmente a direcção do *Revolução*, e alguns meses depois foram lançadas as bases programáticas e organizativas do Nacional-Sindicalismo.

2.1.2 O N/S: BREVE RADIOGRAFIA

Os primeiros projectos de organização do Nacional-Sindicalismo foram elaborados por António Pedro no verão de 1932, e a sua fundação foi legitimada como uma força “económica e social” destinada a ser o

²¹ Cf. carta de Hipólito Raposo a Rolão Preto, s.d., ARP.

²² Cf. carta de Hipólito Raposo a Rolão Preto, 8/7/1931, ARP.

²³ Cf. carta de António Pedro a Rolão Preto, 6/5/1932, ARP.

embrião do novo sistema corporativo e, simultaneamente, força de vanguarda da construção de um “Estado Nacionalista”.

Esta ambiguidade de propósitos, típica de muitos movimentos fascistas, se por um lado significava a presença do “sindicalismo nacional” como cimento ideológico, permitia iludir o carácter partidário do novo movimento. A correspondência interna revela, no entanto, um propósito mais claro de construir uma força política que reorganizasse em bases fascistas o que restava do IL e servisse de plataforma à recuperação de parte da Liga 28 de Maio evitando a sua integração na UN.

O seu programa político era o dos “12 princípios da produção”, elaborado por Rolão Preto nos anos 20, que concentravam “toda uma teoria económica, social e política, fora dos moldes burgueses das monarquias e das repúblicas constitucionais, fora da criminosa loucura antinatural do marxismo, dentro da verdade humana a um tempo tradicionalista e revolucionária”.²⁴

O N/S autodefiniu-se como “um exército regular” destinado a “defender a Pátria do assalto dos inimigos, e impor, se preciso for, as medidas indispensáveis à sua salvação”.²⁵ Os primeiros regulamentos não davam particular proeminência a uma chefia personalizada, e a organização deveria ser dirigida por um directório de seis membros representativos de uma estrutura pré-corporativa.²⁶ *Só em 1933 é que o próprio Rolão Preto assinaria uns estatutos mais próximos do modelo fascista, à medida que a radicalização antissalazarista se desenvolveu.*

A rápida organização do N/S, bem visível no número de militantes e filiados que uniu e na sua presença de rua, remete antes de mais nada para a capacidade que o grupo do *Revolução*, agora chefiado por Rolão

²⁴ Cf. António Pedro, “Nacional-Sindicalismo, O que pretende e o que é a nossa organização”, *Revolução*, 10/10/1932, p. 1.

²⁵ *Idem.*

²⁶ Cf. António Pedro, “Nacional-Sindicalismo. A O.N.S. e a sua função política e social”, *Revolução*, 11/10/1932, p. 1.

Preto, demonstrou em captar para ele os núcleos do IL e da Liga 28 de Maio, em uma conjuntura de tensão política com o recém-formado partido do governo. O N/S apresentou pois uma natureza compósita sob o ponto de vista organizativo, em que um centro fascista, jovem e radical, dirigia uma organização que nas suas margens de província englobava os sectores mais conservadores e ultramontanos das elites locais.

Algumas tipologias mais formalistas dos movimentos políticos de direita no período entre as duas guerras apontam para uma separação forte entre fascismo e direita radical. No caso português, o N/S representou o processo de fascização de um sector significativo do IL, que, durante algum tempo, conseguiu mobilizar e dirigir um segmento importante da direita radical portuguesa.

A estrutura central da organização foi constituída pelo grupo do *Revolução*, que em Lisboa marcava o ritmo do movimento, assegurando os postos fundamentais de direcção. A recuperação da máquina política local do IL foi sobretudo obra do próprio Preto, que desde os anos 20 detinha uma influência crescente no sector juvenil, e de Alberto Monsaraz, outro respeitado membro da velha Junta Central.

A nível local, o N/S recolheu o fundamental da rede integralista e da Liga 28 de Maio, parte da qual se confundia, como se viu atrás. Estes núcleos, fundamentalmente os da Liga, possuíam sedes e imprensa própria, e uma organização local em alguns casos com uma activa vida política.

As delegações distritais mais numerosas da Liga aderiram logo no início ao N/S. No caso de Leiria, por exemplo, os dois militares sidonistas que a dirigiam alteraram a designação da delegação e o subtítulo do jornal e passaram-se de armas e bagagens para o movimento de Preto. Em Évora, o movimento foi idêntico, salvo o facto de os seus dirigentes serem velhos integralistas e como tal a passagem ter sido mais previsível. Em Coimbra, a delegação aderiu ao N/S, mas só alterou a sua designação quando foi forçada pelo governo, após o encerramento da Liga, no início de 1933.

Ao aderirem ao Nacional-Sindicalismo, os dirigentes distritais de Leiria assinalavam como justificação a semelhança de programas ao que acrescia o facto de “quase todos os N/S” terem passado “pela Liga e muitos lá estarem ainda”.²⁷ Argumento semelhante era dado por muitos núcleos concelhios que, em setembro de 1932 e janeiro de 1933, se passaram sem qualquer alteração de pessoal dirigente para o N/S. Delegações como as de Águeda ou da Anadia nem sequer justificaram a sua passagem, já que a sua origem era quase integralmente do IL.

No norte do país a origem integralista foi mais clara. Nos distritos de Vila Real, Porto, Braga, Guarda, Viseu, os dirigentes nomeados para dirigir as delegações correspondiam à organização local integralista, mas em alguns distritos foram os mais jovens a assumir funções de chefia perante a desconfiança de alguns “notáveis”. No Porto, as divergências entre os integralistas sobre a estratégia a adoptar perante Salazar eram sensíveis, e o núcleo N/S era mais jovem. Augusto Pires de Lima, também fundador da Liga, assumiu a direcção.

Em Braga, existiram também alguns problemas visto Luís Almeida Braga, da velha Junta Central do IL, não ter aderido oficialmente ao N/S, ainda que tivesse um discreto papel de organizador do N/S em nível local.²⁸ Os dirigentes regionais mais radicais não encaravam com simpatia trabalhar “com tal pseudochefe... que é, simultaneamente, ‘Grão-Mestre’ da moribunda Causa Monárquica, e como tal considerado”.²⁹

Em alguns casos foram os jovens fascistas a organizar os núcleos locais a partir do zero. O caso mais evidente foi o do Algarve, onde jovens licenciados recém-regressados ao distrito, como Garcia Domingues, Eduardo Frias e Sousa Pinto fundaram o N/S e rapidamente organizaram os núcleos concelhios. O órgão distrital, *O Nacional Sin-*

²⁷ Cf. *União Nacional*, Leiria, 27/2/1933, p. 1.

²⁸ Cf. carta de António Valadares Botelho a Rolão Preto, 7/1/1933, ARP.

²⁹ Cf. carta de Carlos Salazar de Campos a Carlos Proença de Figueiredo, 19/7/1933, ARP.

dicalista, excedia em qualidade informativa e de propaganda a restante imprensa regional do movimento. Era mais ideológico e cultural, sendo a marca do fascismo internacional bastante visível.

Muito embora o movimento fosse mais raro, algumas delegações foram também constituídas por ex-activistas do partido governamental que procuraram no N/S um espaço de militância política autónoma, mais de acordo com o seu ideário fascizante, após tentativas falhadas no interior da UN. A delegação de Alcácer do Sal seria um destes casos, em que dirigentes locais da UN se transferiram para o partido fascista e passaram a tecer duras críticas ao partido governamental. Mas, mesmo neste caso, tratava-se de dirigentes de matriz integralista.³⁰

Entre os novos núcleos e os herdados da Liga 28 de Maio e da reorganização dos do IL, o N/S contou com uma boa base organizativa. Várias sedes a funcionar, uma rede de cerca de dezena e meia de órgãos regionais e locais e alguns milhares de inscritos. Mas, ao contrário das anteriores organizações, esta se estruturava sem ambiguidades em moldes fascistas, sob o ponto de vista organizativo, ideológico e da acção política.

Era “esta corrente de entusiasmo, de generosidade e de juventude” que o ex-integralista Marcello Caetano definia, em carta confidencial a Salazar, como o

primeiro movimento espontâneo de opinião que surge desde que há Ditadura; um movimento que não foi dolorosamente posto em marcha pelo Ministro do Interior, que não é obra dos governadores civis, que não se sustenta à custa dos favores do governo, que não é agência eleitoral.³¹

³⁰ Foi este o caso de Manuel Portugal Branco, dirigente de Alcácer do Sal ou de Jacinto Ferreira, de Setúbal.

³¹ Cf. José Freire Antunes (Org.), *Salazar e Caetano, Cartas Secretas, 1932-1968* (Lisboa: 1993), p. 92.

2.2 A IDEOLOGIA E O PROGRAMA POLÍTICO N/S

O sincretismo dos elementos ideológicos que guiaram a acção dos fascistas no período entre as duas guerras tem provocado um debate incessante na historiografia contemporânea. Apropriando-se de um vocabulário e de alguma prática revolucionária, até aí monopólio dos socialistas e comunistas, a sua procura de uma “terceira via” entre capitalismo liberal e marxismo revolucionário tem merecido uma enorme diversidade analítica por parte das ciências sociais.³²

Produto de uma tentativa de ultrapassagem do espectro direita-esquerda em uma conjuntura de crise profunda da democracia liberal, a variedade de percursos políticos e de origens dos dirigentes e ideólogos do fascismo tem desafiado a imaginação dos investigadores do período. O caso português, no entanto, como parece perceptível no capítulo anterior, não representa nenhum desafio exaltante à imaginação sociológica nem exige particular criatividade no campo das tipologias das ideologias de direita da primeira metade do século XX.

2.2.1 N/S E INTEGRALISMO

O Nacional-Sindicalismo representou, em termos de ideologia e programa político, um processo de fascização do Integralismo Lusitano, pelo que o magma cultural onde repescou os elementos essenciais da sua ideologia estava no fundamental definido nas vésperas da Primeira Guerra Mundial. Tendo como origem um pensamento político reaccionário de tipo maurrasiano, monárquico tradicionalista, reinventor de um neotradicionalismo corporativo e de um nacionalismo de matriz histórico-etnográfico, em um velho Estado-nação latino, este desconheceu também as idiosincrasias ideológicas de alguns movimentos congêneres da Europa Central.

³² Cf. Juan J. Linz, “Some notes toward a Comparative Study of Fascism in Sociological Historical Perspective”, Walter Laqueur (Edited by), *Fascism: a reader's guide* (Berkeley: 1976), p. 3-121.

A análise mais elaborada sobre as relações entre Integralismo e Nacional-Sindicalismo foi publicada em Espanha por Rolão Preto, sem os condicionalismos da censura portuguesa.³³ Em estudo publicado na *Acción Española*, em 1933 e 1934, Preto apresentou as origens do fascismo português, de uma forma bastante serena, contrastando com a marca de agitação que caracterizava os seus escritos, onde se exprimia, como a maioria dos dirigentes fascistas, “em textos panfletários, coalhados de palavras escritas em maiúsculas”.³⁴

O integralismo representou, como foi atrás sublinhado, uma típica ideologia de reacção à modernização. Uma reacção ao laicismo jacobino, mais populista que democratizante, e pequeno burguês, dos republicanos. O N/S encarou a ameaça comunista e socialista como principal e acrescentou-lhe o desafio da “nacionalização” dos “deserdados do capitalismo”.

A não transformação do IL em liga política, do tipo *Action Française*, teve mais a ver com a não democratização do sistema político republicano do que com imperativos ideológicos, mas, ao permanecer um grupo de pressão, este não criou barreiras organizativas fortes à mudança ideológica dos seus dirigentes, nem guerras sectárias com cisões fascistas no seu interior. Mesmo na questão do regime, ou seja, na restauração da monarquia, dogma central do seu projecto, as peripécias organizativas que levaram à suspensão da organização no pós-guerra diminuíram a sua carga sectária em nome do objectivo comum: derrubar a república parlamentar.

Rolão Preto foi, em termos ideológicos, o primeiro fascista entre os fundadores do IL. Mas nem o seu “obrerismo” nem a sua acção política provocaram fracturas de maior no IL até ao golpe de 1926, assegurando ao mesmo tempo o apoio de muitos integralistas ao N/S.

³³ Este ensaio seria publicado em vários números da revista. Cf. Rolão Preto, “El Movimiento Nacional Sindicalista”, *Acción Española*, nº 34, Madrid, 16 Octubre 1933, p. 199-204.

³⁴ Cf. Marilena Chauí, “Apontamentos para uma crítica da Acção Integralista Brasileira”, Marilena Chauí e Maria Sylvia Carvalho Franco, *Ideologia e Mobilização Popular* (Rio de Janeiro: 1978), p. 46.

O N/S herdou o fundamental do nacionalismo historicista do IL, e este representou um aspecto fundamental da ideologia dos movimentos fascistas em todas as suas variantes, deu-lhe um carácter mobilizador e orientado para o futuro, retirando-lhe a nostalgia reaccionária e tradicionalista. Se o IL representou, como Preto o reconhecia, um segmento das elites que venceram a República, agora, derrubado o liberalismo, eram precisas acção e mobilização para a consolidação de uma “nova ordem”.

O balanço da acção política dos integralistas não era, no entanto, dos melhores, persistindo no erro de modelos contrarrevolucionários clássicos em nome da restauração da monarquia.

O erro, tantas vezes repetido, dos conservadores político-sociais portugueses, frente aos seus adversários, consistiu, evidentemente, em opor-lhes uma reacção mais ou menos proporcional ao seu ataque, em lugar de considerar, com um espírito superior à revolução que os havia vencido, a necessidade de uma Revolução Nova.³⁵

Preto considerava encerrado o ciclo das contrarrevoluções, reconhecendo a tentativa de restauração da monarquia em 1918 como a “última genuinamente contrarrevolucionária”. No mundo do pós-guerra, das massas e das revoluções, estes movimentos passadistas estavam condenados a ter “o mesmo destino de todas as contrarrevoluções: ser derrotada”.³⁶

O IL era um movimento de elites e como tal tinha esgotado as suas virtualidades.

Movimento de elites, a Revolução nacional que o integralismo lusitano reclamava não podia deixar de se caracterizar desde os seus começos pela sua fisionomia aristocrática, aristocrática de espírito. O seu sentido era o da Revolução, de alto a baixo:

³⁵ Cf. Rolão Preto, “El Movimiento...”, *Acción Española*, nº 45, Madrid, 16 Enero 1934, p. 880-881.

³⁶ *Idem*, p. 882.

criação de quadros e conquista do Estado. [O IL] não foi nem podia ter sido um movimento de massas.³⁷

Derrubado o liberalismo, a questão central que se colocava à extrema-direita era resolver a “questão social”, base dos movimentos revolucionários socialistas e comunistas.

O político está hoje bastante condicionado pelo “económico” e pelo social. Daqui a substituição da política de quadros pela política de massas. Na batalha política propriamente dita intervinham, quase exclusivamente, as elites intelectuais ou as elites activas. Na batalha económica e social, as massas ocupam o seu lugar, despertadas por um sentimento profundo de interesse imediato em jogo e conduzidas por um pragmatismo forte que não cede já a ilusões de ordem política.³⁸

Muito embora mantendo a ambiguidade sobre a questão da restauração da monarquia, Preto prolongava-lhe o adiamento *sini die*, em nome da política de massas. Já nos anos 20 “a frente única que conduziu os portugueses ao seu resgate no 28 de Maio exigiu aos monárquicos o sacrifício momentâneo de não provocar a questão do regime perante o inimigo comum”.³⁹ Agora ela deveria ser adiada em nome da formação de um regime “comunitário de massas”, onde via uma nova forma de democracia.⁴⁰ *Não a eleitoral e individualista, mas aquela que elege o seu representante “na praça pública, interpretando o seu sentir e os seus anseios”.*⁴¹ O “povo já não crê num milagre saído das urnas. Quer ver e ouvir o chefe, para o seguir e dar-lhe a sua confiança”.⁴²

³⁷ *Idem*, p. 883.

³⁸ *Idem*, p. 884-885.

³⁹ Cf. Rolão Preto, “El Movimiento...”, *Acción Española*, nº 34, Madrid, 16 Octubre 1933, p. 203.

⁴⁰ Cf. George L. Mosse, *The Nationalization of the Masses* (New York: 1975).

⁴¹ Cf. Rolão Preto, “El Movimiento...”, *Acción Española*, nº 45, Madrid, 16 Enero 1934, p. 885.

⁴² *Idem*, p. 885.

Rolão Preto encarnou a ponte entre o velho tradicionalismo integralista e um fascismo soreliano dos anos 20, mas a jovem elite nacional do seu movimento foi marcada pelas dimensões mais “modernas” do fascismo.

Muito embora presente ao nível das elites intelectuais nos anos 20, a cultura futurista e modernista só marginalmente se fundiu com o fascismo português, agora entendido como movimento político.⁴³ Apesar disso, ela marcou a “geração fascista” dos fundadores do *Revolução*. António Pedro, Dutra Faria, Luís Forjaz Trigueiros e alguns outros constituíam uma tertúlia que marcou uma actividade cultural cujo lastro se depositou em diversas revistas literárias criadas nos anos 30, associadas ao N/S.⁴⁴

A associação mais marcante entre estética literária e ética da acção política foi a de António Pedro, aliás o activista N/S com maiores responsabilidades políticas no processo de fundação do movimento. Pedro foi talvez o máximo representante desta componente fundadora, embora minoritária, do N/S, mas responsável pela identidade “revolucionária” que captou a adesão de muitos estudantes.⁴⁵

Poeta, crítico de arte e pintor, António Pedro (como Dutra Faria) foi um típico intelectual da “geração fascista”. Paralelamente à sua actividade política, fundou a primeira galeria de arte moderna em Lisboa e uma casa editora com o mesmo nome, a UP, em associação com outro fundador do Nacional-Sindicalismo, Castro Fernandes. Após a repressão e dissolução do movimento, foi para Paris, onde se desligaria da actividade política e se ligou aos meios surrealistas.

⁴³ Cf. Manuel Vilaverde Cabral, “The Aesthetics of Nationalism: Modernism and Authoritarianism in Early Twentieth-Century Portugal”, *Luso Brazilian Review*, Vol. XXVI, 1, 1989, p. 15-43.

⁴⁴ *Fradique*, “semanário literário” fundado em 1934, foi um deles. *Revelação*, fundado em 1935, também. Ambos serão citados à frente a propósito da vida política do N/S. Sobre a sua orientação estética e literária vide: Clara Rocha, *Revistas Literárias do Século XX em Portugal* (Lisboa: 1985).

⁴⁵ Cf. António Costa Pinto, “The Literary Aspirations of Portuguese Fascism”, Stein U. Larsen *et alli* (edited by), *Fascism and European Literature* (Bern and New York: 1991), p. 238-253.

António Pedro proclamou-se arauto de uma “nova geração”, procurando associar “juventude” e “modernidade” como símbolos máximos do paradigma fascista. A elite fascista era, para ele, jovem e moderna, em ideologia e na prática política “revolucionária” que deveria desenvolver, e opunha-se, em binómio clássico, ao “velho” e “liberal”.

Nós, homens do século XX, devemos à guerra sob cujo fragor nascemos, em oposição aos lirismos intelectualistas dum cristianismo tolstoiano [...], o acordar de uma virilidade nova e de clã, que o mesmo é dizer – renascimento de um instinto gregário e colectivista, pronto a aceitar um regime de força, imperialista e construtor.⁴⁶

Utilizando a Sociedade das Nações como prefiguração deste “mundo velho” liberal, que associava ao século XIX, Pedro dava-nos, em imagens de extrema violência, o perfil do inimigo a abater. O de uma Sociedade das Nações

caricatura caquética de um concerto de anacronismo [...]. Seguem-na charlatães chorosos [...] vêm depois, aduncos, [...] os judeus da finança – abutres sem ninho, [...] cochichando [...]. Seguem-nos, sebosos e gordinhos, os papás burgueses de chapéu de coco, açambarcadores [...] intermediários de chupar nas duas tetas [...]. E na cauda do cortejo, lá atrás, aos bandos, famélicos e ameaçadores, milhões de desempregados, e toda a injustiça, e toda a mentira.⁴⁷

Em uma série de artigos, publicados no *Revolução* sob o título genérico de “Os sete demónios da democracia”, o nosso jovem poeta estigmatizava os “pecados” do liberalismo, “os sete demónios que envenenaram a consciência dos homens”: a soberba individualista, a avareza capitalista, a ira revolucionária, a luxúria das palavras, a inveja

⁴⁶ Cf. António Pedro, *Esboço para uma Revisão de Valores* (Lisboa: 1932), p. 10.

⁴⁷ *Idem*, p. 7-8.

democrática, a preguiça constitucional e a gula do orçamento.⁴⁸ No seu conjunto tratava-se de um repositório violento, mas pouco inovador, do antidemocratismo do fascismo, radicalizando, no entanto, o anticonservadorismo e a rejeição dos “valores da burguesia”, em uma crítica velada ao caminho em curso do nascente “Estado Novo” de Salazar.

O fascismo, para António Pedro, deveria protagonizar o “espírito revolucionário”, uma vez derrubado o liberalismo, não se contentando com a mera repressão preventiva. Referindo-se à situação política portuguesa, este deveria protagonizar a construção da nova “ordem”, contra os que apenas queriam uma ditadura preventiva, procedendo a “reformas sociais” que se concretizariam na implantação do corporativismo. Por outro lado, uma das características sempre associada à sua condição era a da juventude. É quase sempre em nome dos “jovens” que Pedro expressava as reivindicações do fascismo, a quem deveriam ser confiadas tarefas importantes no novo regime.⁴⁹

O efeito espelho do comunismo foi também evidente nos textos deste jovem dirigente fascista. A alternativa comunismo ou fascismo dominava boa parte dos seus escritos, com referências constantes aos dois tipos de “revolucionários” em confronto. Mas, no fundamental, a prosa de António Pedro permanece largamente negativa, mais preocupada com a crítica ao liberalismo e ao “conservadorismo”.⁵⁰ É a partir dela que os traços individualizadores do activismo fascista emergem: a do jovem viril e consciente da sua condição de “revolucionário”, guarda avançada do regime autoritário, disciplinado e dedicado à Pátria, a quem deveriam ser confiadas as tarefas mais difíceis da construção da “Nova Ordem”.⁵¹

⁴⁸ Cf. *Revolução*, 17 a 25/3/1932.

⁴⁹ Cf. António Pedro e Dutra Faria, “Optimismo”, *Revolução*, 25/2/1932, p. 1.

⁵⁰ Cf. António Pedro, “Posição de Guerra”, *Revolução*, 17/2/1932, p. 1.

⁵¹ Curiosamente, Dutra Faria, após a sua adesão ao Salazarismo, escreveu uma novela onde este paradigma seria substituído pelo católico tradicionalista. O seu personagem principal,

Este discurso, dominante na primeira fase do órgão central do movimento, coabitava, no entanto, sobretudo na província, com o integralista, provocando, como se verá, alguns debates internos, que Rolão Preto se esforçava por dissolver. Convém também não esquecer que vários dirigentes tinham uma matriz republicana sidonista, cuja adesão ao fascismo tinha sido menos marcada pelo IL.

Em quase todos os países da periferia europeia, com um mundo agrário tradicional ainda predominante, mas socavado por uma urbanização e industrialização destruturantes do tecido social, agente de mobilidade e de atomização, emergiram com algum sucesso ideologias do tipo das integralistas. Inicialmente ligada a representações ideológicas das elites ameaçadas pela dinâmica de mudança política que caracterizou os processos de modernização, a emergência de movimentos fascistas adaptou os seus princípios e conseguiu popularizá-los, em uma conjuntura de crise, junto dos grupos sociais populares, lá onde os mecanismos de controlo tradicionais se esboroavam.

A ideologia de alguns movimentos fascistas apresentou-se em ruptura clara com muitos dos pressupostos do pensamento reaccionário. Qualquer estudioso das ideologias concordará com Philippe Burrin, quando este afirma que provocaram a desconfiança dos ideólogos de movimentos como o Integralismo ou a *Action Française*:

a mobilização das massas e das elites plebeias em vez da hierarquia das autoridades naturais; a prática plebiscitária em vez do princípio monárquico; a pretensão de formar um “homem novo” em vez do reconhecimento de um homem que se insere na continuidade nacional e que se conforma à ordem eterna que legitima a sociedade; o culto cívico em vez da religião.⁵²

um ex-comunista, vai-se reconverter não em fascista, mas em um sadio católico, sem preocupação políticas, defensor do ruralismo e de uma identidade histórica onde religião e castelos medievais se sintetizam. Cf. Dutra Faria, *Diário de um Intelectual Comunista* (Lisboa: 1936).

⁵² Cf. Philippe Burrin, “Le Fascisme: la révolution sans révolutionnaires”, *Le Débat*, 38, Janvier-Mars 1986, p. 166.

Em vários casos, no entanto, a ideologia e o programa político dos movimentos fascistas navegaram neste espectro, particularmente nos casos, como o português, em que estes grupos não se transformaram em partidos políticos, permitindo uma certa fluidez organizativa e uma maior permeabilidade das suas elites ao fascismo. Nestes casos ele seria marcado por esta ambiguidade ideológica, sendo o seu carácter de populismo reaccionário bem mais claro do que em alguns dos seus congéneres.

2.2.2 Os “12 PRINCÍPIOS DA PRODUÇÃO”

O N/S nasceu, “como todos os movimentos europeus congéneres, fascismo e nazismo, sem um programa rigorosamente definido ao modo dos antigos partidos. Definir é limitar, disse Mussolini”.⁵³ A sua declaração programática fica-se pelos “12 princípios da produção”, definidos por Preto em 1920, como “princípios basilares da doutrina N/S”⁵⁴. Em diversas ocasiões, Preto e outros dirigentes teriam a oportunidade de desenvolver, em termos programáticos, cada um destes “mandamentos”. O esboço de um programa político mais concreto foi também incluído nos estatutos, que os aderentes deveriam ler e aceitar no acto de filiação.

O nacionalismo do N/S, como se viu atrás, recolhia a contribuição decisiva do IL e dele não se diferenciava. O primeiro princípio dos estatutos definia a nação como uma realidade “eterna” e a pátria como “uma realidade imposta pela Terra, pelo Clima, pela Língua, pela Raça e pela História”.⁵⁵

Mais do que os integralistas, no entanto, preocupados com a legitimação histórica do seu ultranacionalismo, Preto orientava-se para o futuro e considerava que o nacionalismo deveria ser uma peça-chave

⁵³ Cf. Rolão Preto, “El Movimiento...”, *Acción Española*, nº 45, Madrid, 16 Enero 1934, p. 886-887.

⁵⁴ Cf. Rolão Preto, *op. cit.*, p. 139-142.

⁵⁵ Cf. Rolão Preto, *Orgânica do Movimento Nacional Sindicalista* (Lisboa: 1933), p. 1-2.

do ressurgimento nacional e “imperial”. Chegou a fazer ironia sob os “saudosistas” da história, afirmando que “a dor e paixão de Portugal nos passos da sua história imperial vêm-lhe sempre desta fatalidade do seu destino: nunca ter coincido o esforço do país com o pensamento do Chefe nacional do momento”.⁵⁶

No Portugal do início dos anos 30, o importante era dar a Portugal uma consciência imperial, substituindo “os prantos inúteis em frente ao Muro das Lamentações da Raça”.⁵⁷ “Um povo só marcha nas vias imperiais quando o clima da sua exaltação realiza milagres duma fé sem limites dando-lhe uma confiança em si própria e uma disposição heroica para todos os sacrifícios”.⁵⁸

Vítimas do liberalismo e da dependência externa, os portugueses tinham um império, mas não tinham um sistema político que o enraizasse na consciência nacional. Os fascistas portugueses comungaram da nova mística imperial, típica do ultranacionalismo português, mas a sua preocupação de fundo era a sua “sacralização” enquanto mito indissociável da identidade nacional.

“Como “ideia”, – escrevia Preto – “o império é a interpretação da vocação popular de um chefe, e supõe, pois, uma irmandade absoluta entre os anseios do povo e a vontade decididamente iluminada do seu condutor”.⁵⁹ A preocupação fundamental dos fascistas a nível interno era a de reconstruir a “Nação” em “bases comunitárias”, a ela tudo submetendo como realidade transcendente.

O ideal-tipo “organicista” era para estes a solução: “negamos a dissolução dos elementos de Produção nacional, isto é, negamos a existência isolada de classes, artifício que põe em litígio os compo-

⁵⁶ Cf. José Plácido Machado Barbosa, *op. cit.*, p. 48.

⁵⁷ *Idem*, p. 47.

⁵⁸ *Idem*, p. 60.

⁵⁹ *Idem*, p. 60.

nentes necessários do mesmo todo”. Como consequência imediata, negava-se também “a solidariedade do proletariado universal por cima e contra as fronteiras sagradas da nação”.⁶⁰ Os restantes “princípios da produção” concretizavam em termos de uma nova estruturação de Estado este modelo “orgânico”, baseado no corporativismo integral do IL, agora sem rei.

Este corporativismo modelou a organização política proposta para o regime N/S, baseado na negação do indivíduo e considerando a “família primeira célula social” e base, com o município, os sindicatos e outros “corpos naturais” da Nação, da nova organização da representação nacional. Uma representação “não política” mas “orgânica”, com uma Assembleia Nacional “unicamente constituída pelos representantes” destes corpos.⁶¹

O grande destaque dos textos programáticos ia naturalmente para “o mundo do trabalho” e para a economia, a ser dirigida pelo sistema corporativo, já que este era “o conjunto orgânico de todos os elementos que para ele concorrem”.

As propostas do N/S nesta área foram muito variadas e alteraram-se de acordo com a conjuntura política. Nos textos oficiais, reconhecia-se que a propriedade “era um direito natural, mas é necessário que a extensão da propriedade seja definida em função da utilidade social”. Previa-se “que a economia nacional pública e privada tem de ser disciplinada e orientada pelo Estado que deve dirigi-la e intervir nela sempre que essa necessidade se imponha ao bem comum ou colectivo, ao equilíbrio ou à justiça social”.⁶²

O Estado, assim organizado “como chefe da produção nacional”, não iria estabelecer “uma nova tirania”, pelo contrário, “inspirando-

⁶⁰ Cf. Rolão Preto, *A Monarquia... op. cit.*, p. 139.

⁶¹ Cf. Rolão Preto, *Orgânica... op. cit.*, p. 3.

⁶² *Idem*, p. 2.

-se no bem geral”, no regime Nacional Sindicalista, o Estado “é toda a nação económico-social organizada conforme os interesses morais e materiais e representando através das suas hierarquias o trabalho e a vida cívica da nação”.⁶³

O anticapitalismo do N/S continuava apegado ao imaginário de uma sociedade de pequenos produtores ameaçados pela concentração industrial. O cartel e o *trust*, o capital financeiro, que não conhece fronteiras, que “conduz à morte das pequenas empresas à proletarização das massas trabalhadoras”, eram a fonte de todos os males e injustiças “de onde nasce a rebeldia dos escravos modernos”.⁶⁴ Este tema clássico de algumas variantes do fascismo é aqui particularmente importante, já que Rolão Preto, particularmente, será sempre o porta-voz destas classes médias rurais e urbanas ameaçadas por aquilo que se previa vir a ser o futuro do capitalismo liberal: um mundo dirigido por um capital anónimo que esvaziaria os campos e transformaria a sociedade portuguesa em um gigantesco corpo de proletários e empregados dos serviços.

A refutação do capitalismo coincidia aqui com a da democracia, visto esta assegurar ao primeiro o domínio absoluto “sobre a nação”. Capitalismo, parlamentarismo e centralização eram três faces da mesma moeda. “Dominar a política liberal-democrática era centralizar, reunir em poucas mãos os lucros da governação do país.”⁶⁵

2.2.3 OS TEMAS DE MOBILIZAÇÃO

No final dos anos 20, Portugal vivia já sob uma Ditadura Militar, que tinha literalmente esvaziado de conteúdo alguns dos grandes temas de mobilização de um fascismo nativo. Para os fundadores do N/S, tudo

⁶³ Cf. Rolão Preto, “El Movimiento...”, *Acción Española*, nº 49, Madrid, 16 Marzo 1934, p. 48.

⁶⁴ Cf. Rolão Preto, “El Movimiento...”, *Acción Española*, nº 46, Madrid, 1 Febrero 1934, p. 987.

⁶⁵ Cf. Rolão Preto, “El Movimiento...”, *Acción Española*, nº 47, Madrid, 16 Febrero 1934, p. 1109.

estava, perigosamente, ainda por decidir, mas outras forças políticas, nomeadamente republicanos conservadores e católicos, dominavam parte da nova elite da Ditadura. Alguns anti(s) do fascismo estavam já afastados da cena política, nomeadamente os radicais republicanos e o liberalismo, pelo que o N/S reforçou a sua proposta de reorganização corporativa do Estado, de criação de uma milícia que formasse as elites e conquistasse as “massas” para o novo regime.

O Nacional-Sindicalismo definiu-se perante as restantes forças políticas e grupos de pressão que se situavam no bloco de apoio à Ditadura como a vanguarda da “Revolução Nacional”. Os seus dirigentes proclamavam-se adeptos de uma verdadeira reforma do Estado, que eliminasse os resquícios herdados do liberalismo e bloqueasse qualquer reconversão dos velhos caciques da República. Por outro lado, dispunham-se a oferecer à Ditadura um apoio de massas e a disputar aos comunistas e anarcossindicalistas a hegemonia sobre o movimento sindical, transformando-se em um corpo disciplinado e apoiante do novo regime.

Reclamavam-se da “juventude”, e Rolão Preto proclamava o seu “todo o poder aos novos”: “a reforma do Estado só será eficaz, só dará rendimento útil se as responsabilidades das novas engrenagens forem entregues a gente nova [...], gente que tenha a peito o triunfo dos princípios e dos novos métodos que a inspiram”. Apontava o exemplo de Sidónio, “que se soube rodear de novos”, e de Mussolini: no Palacio Chigi não se viam “cabelos brancos”.⁶⁶ Arrogavam-se das “gerações novas que fizeram o 28 de Maio” e que estariam a ser atraídas por alguns dirigentes da Ditadura cujo compromisso com os republicanos adiaría a construção do “Estado Integral”.⁶⁷ Este foi um ponto nodal do seu discurso político que visava legitimar a sua condição de guar-

⁶⁶ Cf. Rolão Preto, “Todo o Poder aos Novos”, *Revolução*, 2/4/1932.

⁶⁷ Cf. Rolão Preto, “Comunicado de Guerra”, *Revolução*, 23/2/1932.

dião do “espírito do 28 de Maio”. A formação de quadros para o novo regime, educados na escola do activismo político do movimento, era outro dos argumentos da propaganda N/S.

Outro aspecto da propaganda do N/S foi o do princípio ditatorial, a um tempo carismático e corporativo, perante o eleitoral. O princípio eleitoral, que alguns sectores da Ditadura pretendiam manter, era produto de “um espírito de compromisso e transigência [que] não podem de forma nenhuma interessar ao Estado Integral”.⁶⁸ A imprensa fascista reagia a cada discurso dos dirigentes da Ditadura que de algum modo se mostrasse conciliador com os republicanos conservadores.

O Nacional-Sindicalismo representou também a ultrapassagem fascista da “questão do regime”, particularmente importante, visto tratar-se de um partido cuja elite política tinha sido formada pelo IL. Rolão Preto recusava, logo após a fundação do N/S, as acusações dos republicanos conservadores: “o problema político: República ou Monarquia não tem neste momento nenhuma oportunidade”.⁶⁹

A resolução da “questão social” representou porém o argumento central da sua fundação. O N/S era “a interpretação racional e prevista de todas as reivindicações dos oprimidos pela velha sociedade liberal-democrata, é o triunfo dos interesses sagrados da comunidade nacional sobre o individualismo e o baixo cortejo dos seus instintos”. Salazar tinha “resolvido a questão financeira” da Ditadura mas importava agora alterar e reformar o Estado segundo as propostas do corporativismo integral, única forma de estabelecer “um maior equilíbrio de riqueza pela melhor distribuição da justiça social” e ainda de eliminar a ameaça comunista.⁷⁰ O seu discurso de propaganda tem que ser analisado na perspectiva de um movimento fascista que dis-

⁶⁸ *Idem.*

⁶⁹ Cf. Rolão Preto, “República? Monarquia?”, *Revolução*, 8/11/1932, p. 1.

⁷⁰ Cf. Rolão Preto, *Art. Cit.*

putava o poder no processo de transição para um regime autoritário, pelo que a tónica “anticonservadora” era sistematicamente brandida.

A dinâmica “anticonservadora” dos fascistas reflectia-se sobretudo na pretensão mobilizadora de massas, na criação de milícias e sindicatos nacionalistas, no discurso antiplutocrático e populista, na criação de uma dinâmica “de baixo para cima” na reforma do Estado. A sua organização estigmatizava o partido governamental como representando exactamente a elite dominante da Ditadura, unificada em um partido “eclectico do género da União Patriótica de Primo de Rivera, eleitoral e conservadora”.⁷¹

A simples aproximação à classe operária e aos grupos sociais populares provocava, no Portugal dos anos 30, uma desconfiança profunda das elites conservadoras, que, como vimos, se organizavam em formações partidárias incipientes. A “terceira via” dos fascistas no contexto de uma ditadura militar que Salazar ia dominando através de sucessivos pactos e golpes de palácio, apresentava-se pois em ruptura com a tradição da “limited politics” conservadora que caracterizava o Regime implantado em 1926.

A Igreja e as elites católicas eram, nesta perspectiva, uma parte do universo conservador. Muito embora defensores da religião católica, por nacionalismo maurrasiano, os N/S não deram particular atenção ao derrube dos pilares do laicismo herdados da República parlamentar, nem fizeram do integrismo católico bandeira de luta.

Acossados pelo centrismo católico, que desde os anos 20 polarizava concorrencialmente um segmento importante das elites intelectuais, estudantis e universitárias, estes foram críticos das suas posições conciliadoras e do seu centrismo pragmático. Salazar foi descrito por Preto à direita radical espanhola como um “homem de Centro Católico, ainda que não do Centro Católico, [...] naturalmente receoso perante

⁷¹ Cf. Rolão Preto, “El Movimiento...”, *Acción Española*, nº 34, 16 Octubre 1933, p. 203.

todos os nacionalismos revolucionários, como Bruning, como D. Sturzo, como Monsenhor Shepel”, revelando-se “logicamente adversário de todas as revoluções que não vieram de cima para baixo”.⁷²

2.3 OS PARÂMETROS DA ACÇÃO POLÍTICA DO N/S

2.3.1 A ONDA DOS COMÍCIOS

As manifestações públicas do Nacional-Sindicalismo introduziram a coreografia fascista em Portugal. Os desfiles paramilitares, as canções de combate e a ritualização carismática de Rolão Preto marcaram a sua acção política. A presença na rua do N/S iniciou-se em setembro de 1932 e teria como pontos altos os comícios de Lisboa e Porto e a manifestação comemorativa do golpe militar, em 28 de maio de 1933, em Braga. Foi na sequência deste crescendo de afirmação pública do Nacional-Sindicalismo que a oposição antifascista iniciou várias acções contra o movimento, generalizando-se os confrontos em meados desse ano.

Os primeiros comícios tiveram um carácter local e contavam com o apoio dos simpatizantes do movimento instalados na administração, muitos dos quais eram militares. Rolão Preto deslocava-se regularmente à província em acções de propaganda organizadas pelos secretários locais, acompanhado pelos “jovens” fundadores. A coreografia paramilitar acompanhava sempre estas acções, cujo modelo pode ser exemplificado pela realizada em Alenquer em finais de 1932.

A delegação local anunciou o comício em comunicado dirigido ao “proletariado de Alenquer”: “neste momento em que elementos vendidos ao estrangeiro apregoam a luta de classes geradora da confusão de que se querem aproveitar, para conseguirem os inconfessados fins, nós queremos a união de todos os portugueses”. As palavras de ordem

⁷² Cf. Rolão Preto, “El Movimiento...”, *Acción Española*, nº 45, Madrid, 16 Enero 1934, p. 886.

eram fundamentalmente anticomunistas, “pela família, pelo município, pelo sindicato”.⁷³ Rolão Preto chegou a Alenquer acompanhado de alguns dirigentes de Lisboa, esperando-o uma delegação local fardada, seguindo-se um cortejo até à Câmara Municipal, onde este era acompanhado pela administração local. Após um “Porto de Honra” com as autoridades, desenrolou-se o comício.

O modelo foi testado com sucesso em vários comícios locais e seria utilizado em várias cidades e vilas da província onde se multiplicaram as visitas de propaganda.⁷⁴ Em finais de 1932, ainda sem um aparelho de propaganda organizado e com um partido governamental com pouca actividade visível, o N/S emergiu como única força mobilizadora no quadro dos apoiantes da Ditadura. Cada acto de posse das comissões concelhias e distritais era aproveitado para uma manifestação *de propaganda*, e os “camisas-azuis” começaram a conquistar os sectores mais fascizantes das elites locais.

Em fevereiro de 1933, aproveitando o primeiro aniversário do *Revolução*, o N/S organizou o primeiro comício nacional em Lisboa. O banquete do Parque Eduardo VII marcou a emergência pública de Rolão Preto. A imprensa N/S começou a manifestar uma progressiva reverência pelo seu nome, e a designação de “chefe” banalizou-se. A sua figura fardada começou a inundar os panfletos de propaganda, e este era definido como “uma personalidade forte” que “quase que se confunde, de certo modo, com o movimento Nacional Sindicalista”.⁷⁵

⁷³ Cf. Comunicado do Núcleo Nacional Sindicalista de Alenquer, 5/11/1932.

⁷⁴ Este modelo e outros rituais eram património comum dos partidos fascistas. Cf., por exemplo, Rosa Maria Feiteiro Cavalieri, *Integralismo. Ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)* (Bauru: 1999).

⁷⁵ Cf. os comentários de António Tinoco, *Revolução dos Trabalhadores*, nº 4, 25/2/1933, p. 1.



Figura 1 – Francisco Rolão Preto discursando no jantar-comício do Palácio de Cristal, no Porto, em 1933.

Fonte: coleção particular de Fernando Gramaxo.

Os discursos de Preto obedeciam a fórmulas simples: o N/S era a vanguarda da “revolução nacional” e encarnava a juventude da Ditadura. Os seus temas obrigatórios eram a “questão social” e seus derivados anticomunistas e antidemocráticos; a apologia da juventude civil e militar, que deveria ser o núcleo de base da reforma do Estado e as críticas aos “conservadores” e “infiltrados”. No comício do Parque Eduardo VII, Rolão Preto proclamou-se dirigente de uma “revolução que não se detém” e que “há-de transformar esta Pátria gloriosa!”. Saudou em seguida “a mocidade ardorosa que não desarma” e os “tenentes que mantêm imaculadas e íntegras as heroicas virtudes militares”. Uma das suas máximas para iludir a identificação com o fascismo internacional era considerar-se “para além do fascismo e do hitlerismo” e concentrar-se em seguida na “questão social” cuja fórmula repetia sistematicamente: “desproletarizar as massas operárias

e evitar a proletarização das classes médias”.⁷⁶ O grupo do *Revolução* acompanhava sempre Rolão Preto e substituía-o por vezes nos comícios locais. Amaral Pyrrait, António Pedro e Dutra Faria eram os oradores mais frequentes.

Após a realização de um comício no Porto, no Palácio de Cristal, o Nacional-Sindicalismo preparou-se para uma concentração nacional em alternativa às celebrações governamentais do golpe de 1926. A 28 de maio, os N/S mobilizaram, segundo os relatos da época, cerca de 3.000 aderentes em Braga.

Alberto Monsaraz, secretário-geral, partiu para o Norte algum tempo antes para preparar o desfile, e Pires de Lima, dirigente da Zona Norte, escrevia a Rolão confirmando-lhe que “a jornada vai ser das coisas melhores e mais extraordinárias que o N/S tem feito”.⁷⁷ Um comboio especial partiu do Porto, e o activismo dos núcleos do Norte, onde se concentrava o maior número de militantes, assegurara uma boa mobilização. Rolão Preto discursou, simbolicamente perto do quartel de onde, em 1926, tinha partido o general Gomes da Costa e pretendeu daí ameaçar o poder, iniciando uma nova fase na vida do movimento, caracterizada pelo conflito aberto com a Ditadura.⁷⁸

Nestes comícios nacionais, a mesa de honra cabia invariavelmente aos militares afectos ao movimento e ao eterno candidato à chefia da Ditadura, o general João de Almeida. Alguns tenentes, como Carvalho Nunes, David Neto, Romãozinho e outros, eram oradores regulares nos comícios e elogiados na imprensa.⁷⁹ O *Revolução* apresentava as

⁷⁶ *Idem*, p. 1.

⁷⁷ Cf. carta de Augusto Pires de Lima a Rolão Preto, 25/5/1933, ARP.

⁷⁸ O outro orador de Lisboa seria Amaral Pyrrait. Cf. *Revolução*, 29/5/1933, p. 4-5.

⁷⁹ A hierarquia militar começaria mais tarde a tentar evitar a associação pública de oficiais ao N/S. Quando se realizou o comício do Porto, a região militar norte impediu a participação de militares para demonstrar a “a oficialidade segue assim a orientação que lhe é imprimida pelo comando superior, mantendo-se afastada de qualquer actividade política”. Cf. a nota oficiosa in *Ideia Livre*, Anadia, 20/5/1933, p. 1.

suas biografias na secção “galeria nacionalista”, e alguns escreviam sob pseudónimo artigos inflamados sobre o seu papel de guardiões da “Revolução Nacional”. No comício de Coimbra, realizado em 21 de maio de 1933, o lugar de destaque foi obviamente para os “lentes” da universidade cujas relações com Salazar eram tensas. Eusébio Tamagnini, secretário da Região Centro, foi homenageado. Cabral Moncada, dirigente N/S e vice-reitor, seria um dos oradores.⁸⁰ Para além do núcleo duro fascista, o N/S mobilizava assim para estes comícios um leque de personalidades oriundas do IL e de outras organizações de direita radical que emprestavam respeitabilidade política e intelectual à virulência discursiva do N/S e representavam a sua capacidade de penetração nas elites.

À medida que crescia a mobilização de rua, a violência política começou a desenvolver-se. Desde a sua fundação que a acção do N/S se caracterizou por alguns incidentes esporádicos com militantes anti-fascistas, particularmente nas universidades e em algumas assembleias sindicais. A partir de maio de 1933, no entanto, os conflitos violentos começaram a generalizar-se na rua, cada vez que os N/S se manifestavam.

Em Coimbra, no dia de um comício-banquete dos N/S, com a presença de Rolão Preto, forças de oposição convocaram um desfile ao tûmulo de José Falcão com a neutralidade das autoridades administrativas locais. Logo de manhã, os N/S vindos de Lisboa foram atacados na estação. Durante a tarde, à chegada das camionetas com os N/S, estes foram recebidos pelo mesmo grupo de manifestantes do “revirinho”, e os conflitos generalizaram-se até à intervenção policial, tendo ficado feridos vários N/S.⁸¹ Encurralados no Hotel Avenida, Rolão Preto e os seus partidários precisaram de apoio policial para sair em desfile. A

⁸⁰ Sobre este comício de Coimbra, *vide*: Luís Cabral de Moncada, *Memórias. Ao longo de uma vida (Pessoas, factos, ideias) 1888-1974* (Lisboa: 1992), p. 185-186.

⁸¹ Cf. o relatório enviado a Salazar sobre os acontecimentos, Arquivo Oliveira Salazar (do-ravante AOS), CO/PC-3F, ANTT.

imprensa oficial reafirmava a disciplina dos que “numa ordem admirável” marcharam até à Quinta da Várzea, onde se realizava o banquete.⁸² Os relatórios internos, no entanto, davam uma descrição mais fiel de um grupo de fascistas a sair de Coimbra “debaixo de um coro de insultos que [lhes] dirigia a multidão mantida à distância pela polícia”.⁸³

Os incidentes de Coimbra marcaram o início de uma série de confrontos com forças da oposição. Em localidades como Anadia, Fermentelos e no Troviscal, onde o N/S desenvolvia acções de propaganda ligadas ao comício de Coimbra, deram-se novos confrontos.⁸⁴ Alguns dias depois, no quadro da mobilização para as já referidas celebrações do 28 de Maio em Braga, os conflitos de rua sofreram um acréscimo significativo.

Logo à chegada dos N/S do Sul ao Porto, iniciaram-se os confrontos, na Avenida dos Aliados. Em Ponte de Lima, Guimarães e Braga desencadearam-se conflitos a tiro. Em Ermesinde, um grupo de ferroviários tentou descarrilar o comboio N/S que se dirigia a Braga e, à chegada à estação, um pequeno comício esperava os N/S que responderam a tiro. Segundo o relatório policial, ficaram feridos cinco fascistas que Rolão Preto visitaria no hospital. Na sequência do aproveitamento político dos incidentes por parte do N/S, o Governo desencadeou um inquérito que levou à prisão de 11 “agitadores”, todos ferroviários.⁸⁵ O N/S começava a ter “heróis” e denunciava a “campanha do medo” que teria como objectivo legitimar a ilegalização do movimento.⁸⁶

Em junho de 1933, como resposta a estes incidentes, o Nacional-Sindicalismo preparava-se para organizar uma manifestação comemorativa da batalha de Aljubarrota. Em informação ao governo, Monsaraz

⁸² Cf. *União Nacional*, Leiria, 28/5/1933, p. 8.

⁸³ Cf. Relatório não assinado, SD, ARP.

⁸⁴ Cf. *Ordem Nova*, Anadia, 27/5/1933, p. 1 e 4.

⁸⁵ Cf. Processo 104/1933, Tribunal Militar Especial.

⁸⁶ Os dirigentes fascistas pensaram que esta acção tinha sido uma provocação da polícia da Ditadura, como Preto afirmaria mais tarde.

anunciava a concentração de 10.000 filiados uniformizados e apelava à mobilização, mas o Ministério do Interior não autorizou o desfile.⁸⁷

2.3.2 A “TENTAÇÃO OPERÁRIA” E SINDICAL

O Nacional-Sindicalismo representou a mais conseguida das tentativas da extrema-direita de penetrar no movimento operário e sindical português. A única força conservadora presente neste meio que, como eles, provinha da direita, cristalizava-se em alguns sindicatos e activistas oriundos do movimento social católico.



Figura 2 – *A Revolução dos Trabalhadores*, suplemento destacável e distribuído gratuitamente, criado pelo jornal *Revolução*.

Fonte: Arquivo da PIDE-DGS, ANTT.

Se, nos anos 20, as tentativas de constituição de uma alternativa “sindicalista orgânica” ao “internacionalismo vermelho” por parte de Rolão Preto tinham ficado na gesticulação ideológica, após alguns anos de Ditadura Militar e com a margem de manobra de sindicalismo livre

⁸⁷ Cf. carta de Alberto Monsaraz a Oliveira Salazar, 19/6/1933, AOS/CP-183, ANTT.

progressivamente reduzida, o N/S aproximou-se então das fábricas e dos escritórios e formou alguns quadros sindicais fascistas. Parte deles estará na base dos futuros “sindicatos nacionais” do salazarismo. A própria atenção que a imprensa operária e sindical começou a dedicar ao movimento foi símbolo desta efectiva penetração em um meio até então quase exclusivamente dominado pelo velho movimento sindical da Primeira República.

Em março de 1934, já em luta aberta com Salazar, Rolão Preto referia-se com orgulho ao aparecimento de uma nova “elite” operária associada ao N/S, “uma bela elite de propagandistas” que tinha “surgido em poucos meses de doutrinação nacionalista e corporativa”.⁸⁸ Preto referia-se não só aos militantes sindicais afectos ao Movimento como, fundamentalmente, àqueles que discursavam habitualmente nos comícios N/S de Lisboa e do Porto. “Deem-se possibilidades aos humildes, aos filhos do povo que logo de tenra idade amassam com o suor do seu rosto o pão que comem, e ver-se-á sair das suas alas ignoradas elites novas”.⁸⁹

O N/S fez da integração dos trabalhadores na “Revolução Nacional” e na nova ordem corporativa a sua tarefa política primordial. Esta orientação “social” singularizou o Nacional-Sindicalismo no campo da acção política dos movimentos apoiantes da Ditadura e fê-lo herdeiro natural de algumas tentativas anteriores protagonizadas pela já citada Liga Nacional 28 de Maio.

O *Revolução* criou desde o início uma “Página do Operário” que, após a fundação do movimento, passou a suplemento destacável, distribuído gratuitamente, *A Revolução dos Trabalhadores*, dirigido por António Tinoco, o mais “socialista nacional” dos seus fundadores.⁹⁰ Nele se

⁸⁸ Cf. Rolão Preto, “Novas Elites. Propagandistas Operários”, *União Nacional*, Leiria, 11/3/1934, p. 1.

⁸⁹ *Idem*.

⁹⁰ N^o 1, 4/2/1933. *Revolução dos Trabalhadores* seria “devastado” periodicamente pela censura da Ditadura. Alguns números foram proibidos na totalidade.

concentravam as notícias sobre o mundo do trabalho, os comunicados dos secretariados locais dirigidos aos trabalhadores e se seguiam, sobre a forma de denúncias políticas, ideológicas e, por vezes, de tipo policial, as actividades dos partidos de esquerda com influência no movimento sindical, particularmente os comunistas e os anarcossindicalistas.⁹¹

O universo patronal era também periodicamente criticado. Por não cumprir o horário de trabalho, pelos salários de miséria que impunha a muitos sectores da classe operária, pela falta de empenho no diálogo com os trabalhadores. O sector financeiro era a grande *bête noir* da propaganda N/S, pela especulação e pelos juros mortais que levavam à falência de empresas e tornavam impossível a vida dos proprietários rurais e seus dependentes. Ao Estado, ou seja, ao “Estado Nacionalista” a construir, impunham-se pois grandes tarefas intervencionistas e disciplinadoras no campo económico e social: “nacionalizar” (no sentido “patriótico”) o capital, disciplinar os patrões, organizar a “harmonia social”, impor salários-mínimos, reformas, seguros sociais, etc. O Nacional-Sindicalismo – anunciava um comunicado do Secretariado da Zona Norte – “preconizava uma política de protecção decidida da agricultura, que poderá ir até aos trabalhos agrícolas obrigatórios; a sindicalização forçada de todas as classes e a fiscalização por parte do Estado junto da banca”.⁹²

O *Revolução* desenvolveu várias campanhas “antiplutocráticas”, a mais importante das quais contra a Moagem. Páginas inteiras foram gastas denunciando manipulações políticas e subornos da Moagem a políticos e jornalistas, particularmente quando estes pertenciam ao campo republicano.

O discurso da “justiça social”, frase amplamente utilizada por Preto e pelos dirigentes responsáveis pela área da propaganda, foi uma constante

⁹¹ Sobre o anarcossindicalismo neste período, vide João Freire, *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofícios e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940* (Porto: 1993).

⁹² Cf. Comunicado “Ao Povo do Norte” do Secretariado da Zona Norte, reproduzido in *Reacção*, Águeda, 19/6/1933.

da curta vida política do Nacional-Sindicalismo. A própria actividade editorial do movimento incluiu a publicação de várias obras exclusivamente dedicadas ao corporativismo, e os seus principais dirigentes escreveram obras de divulgação sobre as soluções do N/S para a “questão social”.⁹³

No campo programático, existiam algumas tendências divergentes no interior do N/S. António Tinoco, por exemplo, encontrava-se mais perto do Nacional Socialismo. Os seus artigos e livros de propaganda revelavam um menor respeito pela propriedade privada e eram mais “socializantes” do que os de Preto. Esta tónica “nacional socialista”, simplificada para consumo operário nos comunicados de propaganda, conduzia a um “anticapitalismo” que deveria parecer excessivo a alguma notabilidade ultramontana da província, pois já pouco tinha a ver com o velho anti-industrialismo ruralizante. A delegação de Guimarães, por exemplo, reafirmava o anticapitalismo do N/S porque este estava

contra a finança e a plutocracia mais ou menos irresponsáveis, porque está contra o capitalismo, isto é, contra aquela organização da produção que estabelece o predomínio, mais do que o predomínio, a verdadeira tirania, da propriedade e do capital sobre a técnica e a mão de obra.⁹⁴

O “colectivismo orgânico”, a ser organizado pelo “Estado Sindicalista”, era, pois, uma das alternativas ao colectivismo “internacionalista e vermelho” dos comunistas.⁹⁵

“Queremos que os ricos sejam menos ricos para que os pobres sejam menos pobres.” Era este o *slogan* do “Chefe do Nacional-Sindicalismo”

⁹³ Para além das obras do próprio Rolão Preto, o N/S editou livros e opúsculos de divulgação da autoria de dirigentes como Neves da Costa, primeiro Secretário-Geral, António Tinoco, responsável pela secção operária do *Revolução*, e Augusto Pires de Lima, Secretário da Zona Norte. Cf. A. Neves da Costa, *Para Além da Ditadura, I. Soluções corporativas* (Lisboa: 1933); Augusto de Lima, *Revolução* (Porto: 1933) e António Tinoco, *A Revolução Nacional dos Trabalhadores* (Lisboa: 1933).

⁹⁴ Cf. Comunicado distribuído pela Delegação de Guimarães, *Revolução*, 3/12/1932, p. 3.

⁹⁵ *Idem*.

que os núcleos locais apontavam àqueles que, influenciados pelas ideias comunistas, os acusavam de estar ao serviço dos patrões.⁹⁶ Os seus comunicados referiam-se a actividades concretas dos comunistas a nível local e tentavam, na linguagem simples da propaganda, contrapor as “verdades” do programa imediato do N/S para resolver a “questão social”: a sindicalização em moldes corporativos de todos os grupos socioprofissionais, o estabelecimento de um salário social mínimo (que proteja a família e respeite a função da mulher no lar) e de seguros de invalidez e doença, assistência social à maternidade e à criança, a dignificação das reformas e uma política estatal de bairros sociais.⁹⁷

A integração das classes trabalhadoras passava evidentemente pela eliminação da nefasta influência “comunista” e “revolucionária” que dominava as suas associações sindicais. Na sua luta pelo reconhecimento da importância da sua acção por parte da Ditadura, o N/S sempre fez da luta anticomunista um dos principais elementos de legitimação da sua existência no quadro de um regime que apenas pensava a “questão social” em termos preventivos e repressivos.

Quando nós afirmamos o perigo que representa a ameaça sempre crescente do comunismo, poucos são os conservadores que não encolhem com desdém os ombros robustos, certos de que não “há nada”... que não haverá nada... que lhes impeça um dia a boa digestão e o gozo das comodidades da vida.⁹⁸

Nos seus manifestos aos trabalhadores, o N/S não diferenciava comunistas de anarcossindicalistas, que na época contavam ainda com uma organização importante. Conscientes do ascenso comunista a nível internacional, estes apenas demarcavam a acção dos socialistas

⁹⁶ Cf. o comunicado do núcleo N.S. de Alenquer referindo-se a acusações de *O Jovem*, órgão para as juventudes do PCP, in *Alcácer*, 11/6/1933, p. 2.

⁹⁷ Cf. *União Nacional*, Leiria, 28/5/1933, p. 1.

⁹⁸ Cf. Rolão Preto, “Cuidado, rico!”, *União Nacional*, Leiria, 7/5/1933, p. 1.

que associavam ao “reviralhismo republicano”. Todos os outros eram no geral denunciados como pertencentes ao universo “vermelho”.

Em setembro de 1932, o Nacional-Sindicalismo anunciou que ia começar a inaugurar “casas sindicais” pelo país. Funcionando simultaneamente como sedes do movimento, elas deveriam ser centros de sociabilidade, formação e propaganda do “sindicalismo orgânico”.⁹⁹ Apenas em Lisboa, em Alenquer, no Porto e em Bragança, seriam abertas sedes com esse nome, e a sua vida seria agitada quando as relações com o governo começarem a esfriar. A de Bragança, por exemplo, seria encerrada e reaberta em 1933, sendo todas fechadas em 1934 pelo governo. Rolão Preto queria fazer dos núcleos locais do N/S “núcleos pré-sindicais”.¹⁰⁰ Os verdadeiros sindicatos seriam criados depois, parte integrante que eram da reorganização “corporativa e nacionalista do Estado”.

Algumas delegações, particularmente aquelas que provinham da Liga 28 de Maio, tinham já “secções operárias” e alguns serviços de apoio destinados à classe trabalhadora: gabinetes de apoio jurídico, médico e para os desempregados. Estes últimos seriam eventualmente responsáveis pelo crescimento das adesões, pois a propaganda que acompanhava a inscrição sublinhava que estes teriam prioridade. Estes gabinetes, organizados com base no voluntariado, situavam-se nas sedes, ainda que apenas se tivesse detectado o seu funcionamento efectivo em Lisboa e no Porto, e apenas no campo jurídico.

Outra das ambições das “casas sindicais” era a de se tornarem “casas” abertas às reivindicações concretas dos trabalhadores. O *Revolução*, dada a raridade do acontecimento, apresentava com destaque e orgulho as visitas de delegações operárias estranhas ao movimento, como as de operários manipuladores do pão de Lisboa ou dos chapeleiros de Braga.¹⁰¹

⁹⁹ Cf. *Revolução*, 1/9/1932.

¹⁰⁰ Cf. Rolão Preto, “Quadros”, *Revolução*, 6/9/1932, p. 1.

¹⁰¹ Cf. *Revolução*, 17/8/1932, p. 1 e 18/11/1932. No último caso tratava-se de algumas reivindicações dos proprietários de lojas com oficina própria.

Anunciavam-se regularmente assembleias das Associações de Classe e entrevistavam-se elementos das suas direcções.¹⁰² Muito embora seja difícil identificar a presença de N/S em muitas destas, não deixa de ser significativo que as suas direcções prestassem declarações aos fascistas e abrissem as suas Assembleias Gerais aos repórteres do seu órgão central, o que, em um ambiente sindical que se queria polarizado, não poderia deixar de preocupar os comunistas e os anarcossindicalistas.¹⁰³

O Nacional-Sindicalismo começou então a formar quadros políticos operários e sindicais. Alguns, fundamentalmente no sector dos serviços, provinham já do IL, outros, particularmente os operários, vinham maioritariamente da Liga 28 de Maio. Dos novos “propagandistas operários”, que acompanhavam Rolão Preto nos comícios, raros eram aqueles que vinham do velho movimento sindical. Francisco Moreira era uma destas excepções. Canteiro da construção civil e ex-anarcossindicalista, Moreira tinha sido fundador do Sindicato da Construção Civil do Porto, tendo estado preso durante o regime liberal republicano e exilado em Espanha.¹⁰⁴ É provável também que um ou outro trânsfuga não operário do anarcossindicalismo, como Eduardo Frias, fundador do N/S no Algarve, tenha arrastado consigo alguns militantes.¹⁰⁵ Este

¹⁰² É o caso da Associação de Classe dos Tanoeiros de Lisboa e Almada, da dos Vendedores de Leite de Lisboa, e da União dos Barbeiros e Cabeleireiros de Lisboa. Cf. *Revolução*, 16/3/1933, p. 4; p. 2; 22/3/1933, p. 3; 14/1/1933, p. 4. No caso da dos Vendedores de Leite, os socialistas impediram a propaganda do Nacional-Sindicalismo nas assembleias gerais. Cf. *Revolução*, 15/2/1933, p. 8. Outro sindicato cujas reivindicações eram regularmente seguidas e apoiadas era o dos Manipuladores do Pão de Lisboa. No Distrito de Setúbal, também o presidente da Associação de Classe dos Soldadores seria entrevistado pelo órgão fascista declarando-se “contra a luta de classes”, cf. *Revolução*, 20/6/1933.

¹⁰³ Algumas outras Associações de Classe prestavam declarações regulares ao *Revolução*, sendo os seus corpos gerentes vistos com simpatia e apoio declarado às suas reivindicações pelo N/S. Sem pretensões de exaustividade, apontem-se, como exemplo: Manipuladores Auxiliares dos Correios e Telégrafos de Lisboa; Marceneiros de Lisboa; “comissão reorganizadora” do Sindicato Operário da Indústria de Conservas de Matosinhos.

¹⁰⁴ Cf. *Ordem Nova*, Anadia, 21/5/1933, p. 1-2. Atacado na imprensa republicana como ex-bombista, Francisco Moreira defendeu-se em *A Revolução dos Trabalhadores*, 20/5/1933, p. 1 e 4.

¹⁰⁵ Cf. o seu artigo “A CGT e o Nacional-Sindicalismo. Carta aberta ao sr. Alexandre Vieira, antigo director da ‘Batalha’, órgão da Confederação Geral do Trabalho”, *O Nacional Sindi-*

movimento foi, no entanto, raro, e a maioria dos militantes sindicais do N/S foram formados por ele ou vieram da Liga, sem apresentarem filiações anteriores ou passado de esquerda no sindicalismo livre.

Em um universo industrial pouco concentrado e com um peso importante na pequena e média unidade fabril, foi fundamentalmente no Norte do país, no eixo Porto/Braga que o Nacional-Sindicalismo fez sentir a sua presença. A própria geografia das denúncias da imprensa legal e clandestina dos partidos de esquerda ligados ao movimento operário, coincide com a das maiores mobilizações do N/S e com a dos conflitos violentos entre fascistas e oposição ao longo de 1933 e 1934.

Tratava-se de um universo mais propício a alguma intervenção patronal na filiação no Nacional-Sindicalismo. Mas não é de crer que seja esta a única explicação para o número significativo de adesões, pois na maioria de casos o patronato tinha medo de tudo o que se referisse a cumprir a própria legislação em vigor e desconfiava de qualquer iniciativa de “sindicalização” baseada na protecção dos interesses dos trabalhadores, mesmo que esta fosse de iniciativa fascista e “patriótica”. Entre os raros exemplos encontrados que podem confirmar esta adesão com base em intervenção patronal encontrava-se o de Carlos Cabral Leitão, industrial de Loriga, que aderiu ao Nacional-Sindicalismo e teve um papel activo nas Associações patronais.¹⁰⁶

A nível local, a forma mais usual de propaganda do Nacional-Sindicalismo era a da distribuição do *Revolução dos Trabalhadores* nas ruas, particularmente nos bairros populares e à porta das fábricas, acompanhada de pequenos comícios. Nas zonas onde detinham núcleos organizados, todos os comícios incluíam discursos de operários e a

calista nº 10, Faro, 19/2/1933, p. 4. Frias respondia a um ataque desferido ao N/S pelo velho director de *A Batalha* em uma entrevista ao *Diário de Lisboa*.

¹⁰⁶ Cf. a carta de Cabral Leitão demarcando-se das visões estreitas de alguns patrões no *Revolução*, 2/9/1932, p. 2. Sobre as suas posições nas associações patronais *vide*: Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo. 1930-1947*, 2 vols, (Lisboa: 1995).

tónica destes destinava-se à classe trabalhadora.¹⁰⁷ A partir de janeiro de 1933, a organização de piquetes de propaganda generalizou-se em todo o país. Os jovens dirigentes de Lisboa participavam em muitos deles, percorrendo no mesmo dia várias localidades de província.

Como se tem vindo a salientar, o movimento foi particularmente intenso no Norte, e a própria imprensa socialista começou a reflectir algum sucesso destas operações. Em Barcelos, era a Associação de Classe dos Operários da Construção Civil que protestava por “certos indivíduos que se dizem agentes da autoridade, entrarem nas oficinas para intimidarem os operários a dar o seu nome [...] tendo assim conseguido tirar a esta Associação 65 filiados”.¹⁰⁸ Em Guimarães denunciavam-se iguais procedimentos e a adesão ao N/S de um grupo de operários de fábricas do sector têxtil.¹⁰⁹ Prova desta penetração mais massiva no Norte encontrava-se na própria imprensa da oposição cujos correspondentes, denunciando os métodos com que muitos destes recrutamentos foram feitos, anunciavam com destaque o regresso de alguns “arrepentidos” que se tinham afastado da “ilusão” N/S.¹¹⁰ Em muitos destes concelhos, os correspondentes e delegados do N/S agradeciam muitas vezes a autorização patronal dada aos seus piquetes para entrar nas oficinas e por estes aconselharem “os seus operários a fazer a sua filiação” no N/S.¹¹¹ Em Lisboa e, na margem sul do Tejo, no entanto, este tipo de acções foi mais raro.

Nas manifestações de carácter nacional, a natureza “sindical” do movimento era um dos fundamentos da interpelação ao Poder. No comício

¹⁰⁷ No Norte do país este movimento e as adesões eram denunciados pela imprensa socialista.

¹⁰⁸ Cf. *República Social*, 20/5/1933, p. 3.

¹⁰⁹ *Idem*, 27/5/1933, p. 3.

¹¹⁰ As referências à “cautela com os rótulos” cresceram entre Janeiro e Julho de 1933. Cf. *Revolução Social*, 3/6/1933, p. 6. Vide, por exemplo, a declaração de abandono do N/S por parte de três filiados da região do Douro no *República Social*, 26/8/1933.

¹¹¹ Cf. as notícias dos correspondentes locais de vários concelhos do Norte no *Revolução*, 8/6/1933, p. 6, e 23/6/1933, p. 4.

do Palácio de Cristal, por exemplo, Francisco Moreira, que discursou em representação dos operários N/S de Viseu, reafirmava: “eu nunca deixei de ser revolucionário contra a sociedade burguesa e capitalista que até hoje só tem procurado explorar a classe operária, cá estou hoje novamente pronto para a luta, em defesa dos princípios preconizados pelo Nacional-Sindicalismo”.¹¹² Vieira da Cunha, outro activista sindical fascista, que em 1934 participaria na fundação do Sindicato Nacional do Pessoal dos Carros Eléctricos do Distrito do Porto, reclamava-se também do carácter revolucionário e operário do movimento.

Mesmo nos discursos dos dirigentes regionais a marca “social” imperava. Augusto Pires de Lima, repetindo em Coimbra o seu discurso no comício do Porto, caracterizava o N/S como a voz dos “pobres, um movimento de tostões, ao contrário do movimento dos políticos que foi sempre um movimento de contos de reis”.¹¹³ Até velhos conspiradores afectos ao IL, como o Brigadeiro João de Almeida, dissertavam sobre “as misérias do ambiente, quando vemos explorações darem aos capitalistas, que não trabalham, cem, duzentos por cento do capital, enquanto os operários de todas as categorias permanecem na mais negra miséria”.¹¹⁴

No mundo rural, o Nacional-Sindicalismo não deixou rasto significativo. A sua mobilização junto do proletariado agrícola foi nula no Sul latifundiário, limitando-se à alguma agitação em Évora. No Norte, nomeadamente nos distritos de Vila Real e Bragança era alguma notabilidade monárquica que organizava os comícios e inscrevia no Movimento os seus dependentes. No campo, o discurso N/S dirigia-se fundamentalmente aos proprietários.¹¹⁵ Apoiavam-se as reclamações

¹¹² Cf. *A Revolução dos Trabalhadores*, nº 11, 13/5/1933, p. 1-2.

¹¹³ Cf. o seu discurso no comício de Coimbra reproduzido no *União Nacional*, Leiria, 28/5/1933, p. 1.

¹¹⁴ *Idem*.

¹¹⁵ Entre os raros manifestos de propaganda destinados ao mundo rural, vide o de um dirigente distrital de Leiria, também sobre a forma de diálogo, Marino S. Ferreira, *Da vida agrícola* (Leiria: 1933).

das “forças vivas” da lavoura, essa “lavoura média” que era “a base da economia nacional”.¹¹⁶ Preto referia abundantemente o exemplo da política do Nacional-Socialismo alemão que, apesar de se encontrar perante um país “largamente industrial”, tratou de salvar “a média lavoura, inteiramente nas mãos da usura”.¹¹⁷

Os “comícios rurais” foram esporádicos e provocaram grandes desconfianças nos governadores civis. A imprensa N/S deu algum destaque às actividades de propaganda viradas para o universo rural em distritos como Castelo Branco (nomeadamente no Fundão), Guarda, Aveiro ou Leiria, mas estes foram rapidamente proibidos.¹¹⁸ Confrontados com a actividade dos N/S em algumas zonas rurais, esta era percebida pelos delegados do governo como elemento de agitação em um meio que se queria obediente e respeitador das hierarquias sociais tradicionais. No distrito de Leiria, onde brigadas N/S distribuían manifestos e formulários de inscrição, realizando pequenos comícios de agitação, o Governador Civil relatava para Lisboa o seu método de trabalho e a “confusão” que estes provocavam:

[os N/S] têm percorrido algumas freguesias deste concelho, de bicicleta, parando às portas das Igrejas, na ocasião da saída das missas, procurando formar grupos, fingindo tirar retratos e adoptando outros expedientes para reterem os campónios. Quando conseguem ter reunido um número razoável de pessoas, distribuem então uns manifestos e fazem o seu comício.¹¹⁹

¹¹⁶ Cf. Rolão Preto, “Acuda-se às classes médias!”, *União Nacional*, Leiria, 10/12/1933, p. 1.

¹¹⁷ *Idem.*

¹¹⁸ O primeiro “comício rural” realizou-se no Fundão tendo sido enviado no final um telegrama a Salazar “afirmando a esperança na rápida e profunda acção social que modifique as miseráveis condições actuais das classes médias e operária em Portugal”. Cf. *Diário da Manhã*, 15/3/1933 e *Revolução*, 14/3/1933. Esta prática de enviar mensagens a Salazar e a outros membros do governo com reivindicações ou saudações era comum a todos os comícios do N/S.

¹¹⁹ Cf. Relatório do Governador Civil de Leiria ao Ministro do Interior, 19/7/1933, Maço 463, AGMI/INTT.

Nesses comícios, referia o Governador, faziam-se afirmações

de tal forma audaciosas que lançam a desorientação na alma da gente simples dos campos, por os oradores se apresentarem como defensores da situação e, apesar disso, fazerem a propaganda de doutrinas que nunca foram defendidas pelas pessoas afectas à Ditadura, que têm ouvido falar em público; essa desorientação ainda se torna maior por se tratar de oficiais do exército.¹²⁰

Os informadores do Governador, afectos à União Nacional, afirmavam-lhe que o tenente Virgulino exprimia posições “de tal forma aproximadas das doutrinas bolchevistas que um canteiro, que professa essas ideias, se declarou inteiramente concordante com as afirmações feitas por esse oficial”.¹²¹ Tais procedimentos levaram o representante do governo a proibir também este tipo de propaganda do Nacional-Sindicalismo.¹²² Exemplo que seria seguido por outros como o de Vila Real e o da Guarda.¹²³

Em algumas regiões do Norte do país, era a notabilidade aristocrática de província que “organizava” e fardava os seus “clientes” para as manifestações do N/S. Observe-se como o correspondente de *A Voz* relatava uma visita de trabalho de Rolão Preto ao Distrito de Vila Real: “No passado domingo estive nesta cidade o sr. Dr. Rolão Preto que se hospedou em Mateus, em casa dos sr. Condes de Vila Real. [...] acorreram a Mateus muitas pessoas de todas as categorias sociais” para o cumprimentar, nomeadamente cerca de 20 N/S fardados.¹²⁴

¹²⁰ O governador referia-se a dois tenentes que eram dirigentes distritais. Sobre estes dirigentes após a dissolução do Nacional Sindicalismo, vide, Acácio Fernando de Sousa, *Elites Políticas de Leiria. 1910-2000* (Leiria: 2015).

¹²¹ *Idem*.

¹²² Cf. Circular-confidencial nº 1877 do Governador Civil de Leiria aos Administradores de Concelho, 4/8/1933, Maço 463, AGMI/ANTT.

¹²³ Cf. Relatório do Governador Civil da Guarda ao Ministro do Interior, 4/5/1933, Maço 462 -Caixa 15, AGMI/ANTT.

¹²⁴ Cf. *A Voz*, 10/8/1933 cit. no *União Nacional*, Leiria, 20/8/1933, p. 8.

Mas, se a actividade do Nacional-Sindicalismo não teve grandes consequências práticas, ao nível organizativo, no mundo rural, o mesmo não se poderá afirmar da sua acção política no campo até então recoberto pelo “sindicalismo livre”. Perante a relativa neutralidade do governo da Ditadura, estes começaram a aproximar-se com alguma tenacidade dos polos “vermelhos”.

Será fundamentalmente no sector dos serviços que alguns militantes N/S se conseguiriam impor como tendência sindical, nomeadamente nos empregados bancários e dos seguros.¹²⁵ O N/S conseguiu aqui formar um conjunto de quadros que estarão na base, no caso dos empregados bancários, de uma cisão fascista, consubstanciada na Associação Portuguesa dos Empregados Bancários (APEB), em finais de 1932. Integralistas a sua maioria, vários destes futuros dirigentes dos sindicatos corporativos filiaram-se na Liga 28 de Maio e posteriormente no Nacional-Sindicalismo.

O caso mais paradigmático foi o dos bancários, onde o N/S e outros activistas sindicais de direita, após uma tentativa de conquistar por dentro o sindicato, criaram uma nova associação sindical com alguma expressão. A origem da presença dos fascistas no seio dos empregados bancários remontava à pregação “sindical” de Rolão Preto nos anos 20. Em 1923, com a criação do Sindicato dos Empregados do Banco Nacional Ultramarino, os simpatizantes e filiados do IL orgulhavam-se de serem “os primeiros trabalhadores portugueses que se organizam a sério num campo antirrevolucionário”.¹²⁶ Reclamavam-se também do seu “mestre” Valois e da “aliança entre o capital e o trabalho”. A sua influência perdurou nos anos seguintes até terem perdido a sua hegemonia nos finais dos anos 20, já sob a Ditadura Militar.

¹²⁵ O caso mais conhecido, o dos empregados bancários, não é aqui desenvolvido pois encontra-se bem documentado na obra de José Pedro Castanheira, *Os Sindicatos e o Salazarismo. História dos Bancários do Sul e Ilhas, 1919-1969* (Lisboa: 1983).

¹²⁶ *Idem*, p. 31.

Em setembro de 1932, retomando a luta que tinham encetado “já há 9 anos” contra o domínio “revolucionário”, alguns empregados bancários N/S como Sá Campos e Júdice de Abreu denunciaram no *Revolução* os “comunistas” que dirigiam o sindicato desde 1931.¹²⁷ No mês seguinte tentaram derrubar a direcção convocando uma assembleia geral com um grupo de 40 sócios. Xara Brazil, Jaime Ferreira e outros preconizaram a adesão do sindicato aos “princípios do Nacional-Sindicalismo” tendo sido derrotados.

Foi na sequência do seu afastamento do sindicato que estes criaram a APEB, fundada nas instalações da Liga 28 de Maio em finais de dezembro de 1932. Os princípios da APEB eram os do “sindicalismo nacional”. Preconizavam a defesa da “cooperação entre trabalho e capital”, a integração orgânica do “Estado social e Corporativo”, regendo-se a nova associação “pelas normas do mais puro nacionalismo”. A finalizar declaravam-se dispostos a serem incorporados “em tempo oportuno” na “estrutura do próprio Estado”.¹²⁸

A presença de activistas N/S foi também importante nos empregados dos seguros de Lisboa, liderados por Vasco do Amaral, que seria mais tarde dirigente do “sindicato Nacional” do sector, e ainda no dos empregados de escritório, mas a APEB permaneceu a única associação sindical autónoma do próprio movimento criada por filiados N/S.¹²⁹ O *Unidade*, órgão afecto à direcção do Sindicato continuou a ironizar com “os homens da camisa”, mas os cisionistas conseguiram filiar, em setembro de 1933, quase tantos sócios quanto ele.¹³⁰

¹²⁷ Cf. *Revolução*, 31/10/1932, p. 5.

¹²⁸ Cf. os Estatutos da APEB no *Revolução*, 11/2/1933, p. 2. O *Revolução*, em sintonia com este grupo, denunciava ainda alguns bancos que não cumpriam o horário de trabalho, e vários dos seus membros, caso de Carvalho Nunes, assinavam artigos de propaganda no porta-voz dos fascistas.

¹²⁹ Provavelmente para não quebrar a unidade de um grupo onde nem todos aderiram ao movimento de Rolão Preto, ainda que proviessem do IL e da Liga 28 de Maio.

¹³⁰ Cf. *Unidade* nº 9, 2/2/1933. O Sindicato tinha, em finais de 1932, 1.036 sócios, contra 730 da APEB, em meados de 1933, segundo dados apurados por José Pedro Castanheira, *op. cit.*, p. 41 e 53.

Em áreas sindicais como os Caixeiros de Lisboa, Pessoal da Carris, Ferroviários, Transportes Municipais do Porto, a presença de activistas fascistas começou também a ser detectada quer pelos sindicalistas de esquerda, que iniciaram processos de expulsão, quer pelos relatórios policiais sobre reuniões sindicais que eram enviados ao Ministério do Interior.¹³¹ A imprensa sindical começou então a desenvolver campanhas anti-N/S.

Em março de 1933, a direcção do sindicato dos caixeiros de Lisboa propunha a expulsão de um dirigente acusado de ser activista fascista, por ser da Liga 28 de Maio.¹³² O *Revolução* acompanhou as reuniões sindicais, denunciando como comunista a sua direcção e apoiando um grupo “nacionalista”.¹³³

Nesse mesmo mês, a presença do N/S começou a ser visível nas assembleias gerais dos trabalhadores da Carris de Lisboa. Os nacionais sindicalistas distribuía comunicados aos trabalhadores, apoiando as suas reivindicações e denunciando a direcção inglesa da companhia, e o próprio Neves da Costa, primeiro secretário do movimento, acompanhou o processo, sendo convidado a sair de um plenário.¹³⁴ O *Revolução* acusava a direcção de ser “comunista” ao mesmo tempo em que, em nome do nacionalismo, criticava a transferência de lucros para o estrangeiro à custa dos trabalhadores.¹³⁵

¹³¹ No caso dos ferroviários, os N/S criaram um núcleo na Linha do Vale do Vouga. Cf. *Revolução dos Trabalhadores*, nº 7, 25/3/1933, p. 3. No Barreiro, alguns operários também aderiram, cf. *Revolução*, 13/6/1933, p. 4. Algumas informações dispersas sobre agressões a filiados fascistas permitem detectar alguma influência em outras zonas. Vide, por exemplo, o relato de uma agressão por operários a um empregado ferroviário N/S na Marinha Grande in Relatório do Governador Civil de Leiria ao Ministro do Interior, 13/8/1932, Maço 455 – Caixa 8, AGMI/ANTT.

¹³² Cf. Relatório confidencial da PSP nº 28, 5/3/1933, Maço 465-Caixa 18, AGMI/ANTT.

¹³³ Cf. *Revolução*, 21/4/1933, p. 4-5.

¹³⁴ Cf. *Revolução*, 13/3/1933, p. 1, e Relatório confidencial da PSP nº 13, 11/3/1933, Maço 465 – Caixa 18, AGMI/ANTT.

¹³⁵ Cf. *Revolução*, 15/3/1933, p. 3.

Em agosto de 1933, a direcção do sindicato denunciava em outra assembleia a acção de um grupo de “traidores ao serviço do Nacional-Sindicalismo”.¹³⁶ É provável que os fascistas se aproveitassem da existência de uma corrente de direita, dirigida por Clemente dos Anjos, que já tinha estado na direcção do sindicato em 1930 e contestava nas reuniões os novos dirigentes pela sua política “antipatriótica” e “internacionalista”.¹³⁷ A direcção da Associação de Classe identificava este núcleo como “um grupo de traidores ao serviço do patronato e do Nacional-Sindicalismo indígena”, e a sua imprensa, que vinha denunciando o N/S desde março desse ano, não distinguia qualquer filiação diferenciada nos “cisonistas”.¹³⁸ Seria a partir deste grupo que surgiria o Sindicato Nacional do sector.¹³⁹

Ainda que fosse tentador salientar a sua proximidade de algumas associações sindicais que se intitulavam “nacionalistas”, ou a eventual colaboração com os católicos em certas regiões, não é fácil identificar movimentações de nacional-sindicalistas em outros sectores do movimento sindical.¹⁴⁰ O caso de maior proximidade entre o N/S e um sindicato “nacionalista” foi o do Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria Hoteleira. Criado em 1931, este opunha-se à utilização de mão de obra imigrante, galega na sua maioria. O N/S apoiou activamente este sindicato, “composto somente por portugueses”, considerando-o um exemplo de

¹³⁶ Cf. Relatório confidencial da PSP, 2/8/1933, Maço 465 – Caixa 18, AGMI/ANTT.

¹³⁷ Cf. Relatório confidencial da PSP nº 55, 26/8/1933, Maço 465 – Caixa 18, AGMI/ANTT. Não se encontraram elementos que identifiquem a filiação de Clemente dos Anjos no N/S. Um ex-N/S caracterizá-lo-ia como “tão católico como monárquico”, e este continuaria de facto associado aos monárquicos durante o “Estado Novo”. Cf. Jacinto Ferreira, *op. cit.*, p. 116. Vide também Fátima Patriarca, *op. cit.*, p. 290-291.

¹³⁸ Cf., por exemplo, António Soares, “O Nacional-Sindicalismo é uma burla. Arrancai a máscara”, *O Eléctrico*, nº 31, Março 1933, p. 4.

¹³⁹ Após a sua expulsão, estes criaram uma “comissão de Salvação Colectiva do Sindicato” que estaria na base do Sindicato Nacional. Cf. os apelos à cisão e as críticas à direcção “comunista” no *Revolução*, 3/7/1933, p. 5, e 6/7/1933, p. 8.

¹⁴⁰ Apesar de o movimento católico ter denunciado o N/S, alguns militares padres eram oradores regulares em reuniões do Círculo Católico de Operários do Porto, caso de “Eugénio de Belonor” que acusava o Centro Católico de desprezar a acção social junto dos trabalhadores. Cf. *Revolução*, 28/2/1933, p. 5.

patriotismo e denunciando os patrões que se relacionavam como o sindicato “comunista” e estrangeirado.¹⁴¹ Trata-se, no entanto, de uma relação menos ideológica e a iniciativa da sua criação não partiu do próprio N/S.¹⁴²

Os exemplos expostos referem-se sobretudo à capital e a áreas em que o movimento sindical assumia maior visibilidade política, onde se concentrava a elite sindical nacional afecta ao Anarcossindicalismo e ao PCP. Na província, a estratégia do Nacional-Sindicalismo era, como vimos, mais agressiva na sua presença na rua, e a sua organização local assumia-se como uma verdadeira estrutura “pré-sindical”.

2.3.3 O DESAFIO A SALAZAR

Em maio de 1933, perante os ataques de diversos sectores da Ditadura ao N/S, Rolão Preto acusava os republicanos conservadores de manobram a UN contra o Nacional-Sindicalismo. Citava as ordens de serviço internas para provar que nunca se hostilizou o partido governamental e negava qualquer conflito com Salazar.¹⁴³ Tratava-se no entanto de um expediente táctico perante o poder, ao mesmo tempo em que apostava em um eventual afastamento de Salazar por pressão militar.

A correspondência interna da organização revelava uma distanciação clara perante Salazar e uma aposta no seu afastamento por uma personalidade militar afecta ao Nacional-Sindicalismo. Mas muitos militantes, fundamentalmente na província, eram sinceros salazaristas e perante algumas referências a desacordos com a chefia da Ditadura manifestaram a sua surpresa.¹⁴⁴ Muito embora prudentes nos ataques directos a

¹⁴¹ Cf. *Revolução*, 27/6/1933, p. 4.

¹⁴² Apesar da sua dominante de direita, não foi encontrada nenhuma referência a ligações organizativas claras entre eles. Cf. as acusações no *República Social*, 8/7/1933, p. 3.

¹⁴³ Cf. Rolão Preto, “Nós e a União Nacional”, *Revolução*, 26/5/1933, p. 1.

¹⁴⁴ Perante a percepção de divergências com o Poder, vários dirigentes regionais escreveram a Preto manifestando a sua preocupação. Cf., por exemplo, carta de António Borges de Castro a Rolão Preto, 30/12/1932, ARP.

Salazar, os nacionalistas-sindicalistas mostravam-se intransigentes na defesa da “fascização” do Estado, na implantação rápida de uma ordem corporativa, na recusa de integração no partido governamental e no ataque a qualquer princípio de cedência ao liberalismo republicano.

Em uma série de artigos depois publicados em livro, Preto comentou passo a passo as entrevistas de Salazar a António Ferro, seu chefe de propaganda.¹⁴⁵ As críticas veladas que lhe apontou eram a resposta legal a uma radicalização interna bem mais clara. Acusava Salazar de ser um homem do “centro” quando “os chefes das nações que se estão libertando das ruínas europeias vestem por toda a parte, como signo da sua fé nas virtudes militares, uma *farda* ou uma *camisa de combate*”.¹⁴⁶ Muito embora admirador de alguns aspectos do fascismo, Salazar “não o aceitou, evidentemente, para modelo, como não duvidou em manifestar o seu desacordo”.

Salazar era “um formalista universitário” que tinha evitado a bancarrota financeira do Estado, mas não era o chefe de uma “revolução”: “os outros conquistaram eles o poder, Salazar aceitou que os outros lhe conquistassem o lugar mas não deu para isso o seu esforço”. Apesar disso este poderia ir “buscar dentro das gerações nacionalistas os elementos auxiliares da dinâmica revolucionária”, mas recusava-se a fazê-lo por ter “pouca fé na ‘matéria-prima’”.¹⁴⁷

Salazar não compreendia também o “problema social” e via-o na perspectiva do conservador. Com o seu “frio empirismo”, colocava-se de fora da “Revolução” e “não comunga nas suas ideias fundamentais”. O conservadorismo da UN, formada “pelo critério equilibrado, ponderado, sereno, do Ditador catedrático para que triunfasse o centro”, reflectia “inteiramente a imagem do Ditador das finanças”. Ora “só as fórmulas totalitárias conseguem apaixonar os povos, pois a esperança não pode

¹⁴⁵ Cf. Rolão Preto, *Salazar e a sua Época* (Lisboa: 1933).

¹⁴⁶ *Idem*, p. 6-7.

¹⁴⁷ *Idem*, p. 13.

ter limites”.¹⁴⁸ Porta-voz dessa “esperança”, o N/S apelava oficialmente a Salazar para que abandonasse a política conservadora do “Bom Senso” ao mesmo tempo em que conspirava com os militares para o seu derrube.

Nos comícios de Lisboa e do Porto, Rolão Preto começava já a interpelar o poder de uma forma mais aberta e, dirigindo-se a Salazar, no Parque Eduardo VII pelava: “escute v. ex. a alma nacional que vibra, escute os votos da mocidade e se quer: ‘Alea jacta est.’”. No Porto, perante 1.000 simpatizantes, este arregou contra os “conservadores sociais” e as infiltrações do “reviralhismo” e avisava:

nós proclamamos a revolta e dispomo-nos a marchar um dia, para salvar o Terreiro do Paço [...]. Na hora em que marcharmos sobre Lisboa (quando eu disser a palavra devida) não vejo, no dia da arrancada suprema, o que possa mover o Dr. Oliveira Salazar contra nós!¹⁴⁹

2.4 O N/S E O FASCISMO INTERNACIONAL

É duvidoso que se possa falar de uma “família internacional” estruturada, a propósito dos movimentos fascistas. Apesar dos esforços de formação de centros de apoio e das tentativas de criação de “internacionais”, por parte da Alemanha nacional-socialista e do fascismo italiano, os movimentos fascistas desconhecera a influência directa de um centro coordenador de ideologia e estratégia política, que ultrapassasse as barreiras nacionais. Ambos os regimes, no entanto, criaram instituições de relações internacionais que apoiaram vários movimentos, por vezes de forma concorrencial, particularmente na Europa de Leste e nos Balcãs.

Os CAUR, experiência falhada de iniciativa italiana, pretenderam contrabalançar a crescente influência do nazismo junto de vários mo-

¹⁴⁸ *Idem*, p. 31.

¹⁴⁹ Cf. *Comércio do Porto*, 9/5/1933, p. 6.

vimentos.¹⁵⁰ Por outro lado, dada a natureza dual do poder político nazi, algumas instituições associadas ao partido e às milícias desenvolviam uma diplomacia paralela às estruturas diplomáticas, o que também, embora em menor grau, aconteceu no caso italiano. Esta diplomacia paralela verificou-se nomeadamente nos países considerados de interesse estratégico para os dois países e naqueles onde existia uma emigração significativa, nomeadamente na Europa central e oriental e na América Latina.¹⁵¹

No caso português, nenhum destes fenómenos foi importante. A estratégia diplomática dos poderes fascistas não passou por nenhum apoio a partidos, e só de forma secundária a sua rede foi utilizada para efeitos de propaganda, durante a Segunda Guerra Mundial. Como em muitos outros movimentos fascistas nascidos no início dos anos 30, no entanto, a tomada do poder pelos nazis, ao fazer do fascismo um fenómeno político que ultrapassou a singularidade italiana e se transformou em uma realidade internacional, constituiu um marco de referência para a sua acção política interna.

A identificação com o fascismo europeu foi uma constante da propaganda do Nacional-Sindicalismo e um elemento de identidade fundamental do movimento na sua demarcação do poder de Salazar e das restantes forças políticas. A evolução da cena internacional foi exaustivamente seguida e constituiu um referencial para a acção política e para a propaganda, tanto mais importante quanto em Portugal se ensaiava a consolidação de uma ordem autoritária cujos contornos eram alvo de projectos divergentes.

Em uma entrevista à *United Press*, perante a habitual pergunta sobre o fascismo europeu e a identificação do N/S com o Nacional-Socialismo e o fascismo italiano, Rolão Preto respondia com bastante prudência:

¹⁵⁰ Cf. M. A. Ledeen, *Universal Fascism* (New York: 1972) e Jerzy W. Borejsza, *Il Fascismo e L'Europa Orientale. Dalla propaganda all'aggressione* (Roma-Bari: 1981); Marco Cuzzi, *L'internazionale delle camicie nere. I CAUR 1933-1939* (Milano: 2005).

¹⁵¹ A bibliografia sobre este tema é enorme. Cf., como introdução para o caso alemão, Donald M. Mckale, *The Swastika Outside Germany* (Kent, Ohio: 1977).

são evidentemente movimentos similares, filhos das mesmas angústias sociais, das mesmas necessidades colectivas. Em cada país, porém, a vaga revolucionária quebra e estende-se por forma diversa, num característico e inconfundível ritmo próprio. O Fascismo, o Hitlerismo são totalitários divinizadores do Estado cesarista, nós outros pretendemos encontrar, na tradição cristianíssima do Povo Português, a fórmula que permita harmonizar a soberania indiscutível do interesse nacional com a nossa dignidade de homens livres, de seres vivos espirituais.¹⁵²

Esta entrevista de Preto seria por vezes citada em polémicas com outros grupos autoritários, particularmente católicos, perante acusações de seguidismo internacional. Mas, apesar desta demarcação, cujos fundamentos serão analisados mais à frente, os principais dirigentes N/S, a começar pelo próprio Rolão Preto, utilizaram as conquistas do fascismo na Europa como um elemento central da sua propaganda e como um traço de afirmação da sua própria identidade como partido político. Ao contrário de outros partidos que actuavam em uma conjuntura política que aconselhava a demarcação, o N/S utilizou a cena internacional como aviso e exemplo para o novo regime português. A identificação com o fascismo foi, pois, um elemento estruturante da sua acção política e um factor de mobilização junto de sectores das elites políticas e culturais que com ele se identificavam, não tendo até ali uma organização de referência em Portugal.

A sua utilização da cena internacional passou por dois aspectos essenciais: a identificação com os regimes que encarnavam a vitória do fascismo, apontados como exemplos positivos de uma “revolução” que assumia progressivamente o carácter de modelo, e a solidariedade perante a acção política dos movimentos fascistas, particularmente aqueles que mais se aproximavam ideologicamente do N/S, ou dos que acentuavam a vertente “social” e “corporativa”.

¹⁵² Cf. *Revolução*, 10/1/1933, p. 2.

Quase todos os dirigentes assinaram artigos e participaram em polémicas sobre o fascismo, muito embora seja possível detectar um leque de posições diferenciadas no que dizia respeito ao Nacional-Socialismo alemão e que iam do apoio com reservas ao apoio incondicional. Quanto ao fascismo italiano e aos restantes movimentos mais próximos deste, a identificação era total.

Perante a desconfiança de uma parte significativa da elite política da Ditadura, o N/S considerava-se parte integrante da vaga de fundo fascista que, a partir da tomada do poder por Hitler, parecia dominar o futuro político da Europa. A imprensa N/S, em geral, e os editoriais de Preto, em particular, acompanharam a sua chegada ao poder e as suas primeiras medidas de reforma do Estado de forma entusiástica. A censura da Ditadura apresentou-se relativamente permissiva no debate sobre a situação internacional, e uma parte da imprensa conservadora, nomeadamente a católica, não escondia as críticas ao nazismo, respondia a todos os ataques em uma perspectiva de defesa à *outrance* das medidas de nazificação apenas se apresentando mais moderada no caso da política racista, ainda que as atitudes de perseguição aos judeus fossem desculpadas por muitos dos colaboradores da imprensa fascista portuguesa.

Rolão Preto via no ascenso de Hitler “a nova cadência da Revolução Nacionalista em marcha”, que “por toda a parte na velha terra da Europa” encarnava “o edifício forte do Estado Novo”. Apoiava a sua estratégia “revolucionária” e tinha dúvidas sobre as suas cedências eleitoralistas, que poderiam comprometer “o seu lugar”. Preferia-o “liberto de compromissos políticos, armado, vigilante, decidido” para resgatar a Alemanha.¹⁵³ Pensando no seu combate interno, Preto afirmava-se seguro de que “nem as habilidades do *Centrum* nem as violências da reacção liberalista, nada poderá deter a onda avassaladora do instinto nacional alemão”, pois Hitler “tem por si o seu tempo”.¹⁵⁴

¹⁵³ Cf. Rolão Preto, “A Hora de Hitler”, *Revolução*, 23/3/1932, p. 1 e 4.

¹⁵⁴ Cf. Rolão Preto, “Não!”, *Revolução*, 26/4/1932, p. 1.

Os dirigentes mais novos eram, no entanto, bem mais incondicionais da Alemanha hitleriana. Nos seus artigos e polémicas, estes manifestavam menos reservas a alguns aspectos do Nacional-Socialismo, que consideravam o grande motor ideológico da sua geração. Como referia o primeiro número de *O Nacional Sindicalista*:

Hitler, grande animador de multidões, [é a] encarnação perfeita de uma geração que ama e quer a luta, de uma geração que pretende ardentemente derrubar os mitos, destruir os sofismas do passado para os substituir pelas realidades magníficas do Nacionalismo.¹⁵⁵

O carácter instrumental dos editoriais de Preto sobre a Alemanha nazi era particularmente visível quando este comentava as tensões conservadorismo autoritário/fascismo resolvidas a favor do último. No caso da Áustria de Dollfuss, cujas semelhanças com o Salazarismo eram sempre sublinhadas, sucediam-se as críticas à sua desconfiança e a intransigência perante os movimentos fascistas internos como um dos factores que poderiam levar à sua desagregação e eventual desaparecimento.¹⁵⁶

A componente “social” e “antiplutocrática” do novo poder hitleriano era apontada como exemplo a seguir, subestimando-se a sua dimensão racista. Criticando os que apenas referiam a perseguição aos judeus como tónica dominante do novo Poder na Alemanha, a imprensa fascista sublinhava antes “a batalha lenta e metódica dos nazis para a conquista do Estado, a liquidação dos partidos adversos, a absorção das correntes de opinião similares e o extermínio das duas únicas forças sérias que se lhe opunham – judiaria capitalista e marxismo”.¹⁵⁷

Muito embora mais próximo do fascismo italiano, o Nacional-Sindicalismo acompanhou como uma epopeia vitoriosa a transição para

¹⁵⁵ Cf. *O Nacional-Sindicalista*, Faro, nº 1, 18/12/1932.

¹⁵⁶ Cf. *União Nacional*, Leiria, 14/1/1934, p. 1.

¹⁵⁷ Cf. *Alcácer*, 21/5/1933, p. 2.

a ditadura nazi, ignorando, para consumo nacional, as tensões iniciais entre a Itália fascista e a Alemanha nazi. Pensado sobretudo na cena política interna, este explorou sobretudo o carácter não fascista e “conservador” da Ditadura portuguesa, colocando-lhe como alternativa o exemplo que levaria ao protagonismo do N/S, como força central do “Estado Novo” e instrumento da sua consolidação.

A solidariedade para com os movimentos congéneres era evidentemente maior com os movimentos cuja matriz ideológica e cultural se apresentava mais próxima a do N/S. Era este o caso das JONS e, a partir de 1934, da Falange da vizinha Espanha, com as quais as relações foram estreitas. A acção dos movimentos fascistas brasileiros, como a Legião do Trabalho de Severino Sombra e, mais tarde, a Acção Integralista Brasileira de Plínio Salgado, também eram acompanhadas com entusiasmo.

Severino Sombra, exilado em Lisboa entre 1932 e 1934, chegou mesmo a participar em comícios do N/S.¹⁵⁸ Após a fundação da AIB, que englobou o movimento de Sombra, os fascistas portugueses saudaram e apoiaram o movimento de Salgado que aliás, alguns anos mais tarde, conheceu também o exílio em Portugal.¹⁵⁹ “Como se vê” – salientava o órgão central em janeiro de 1934 – “os nossos camaradas brasileiros querem também os nossos princípios, mais ou menos adaptados ao meio, que proliferam exuberantemente na banda de lá do Atlântico”.¹⁶⁰ Com a Falange, as relações foram múltiplas, particularmente importantes quando Preto se exilou em Espanha.

A seguir a estes movimentos, com os quais tinham estreitas relações ideológicas e políticas e tratavam como “os nossos camaradas”, vinham partidos como os “camisas-azuis” de O’Duffy na Irlanda e o

¹⁵⁸ Cf. *Revolução*, 19/1/1933.

¹⁵⁹ Cf. *Revolução*, 5/1/1933, p. 5.

¹⁶⁰ Cf. *União Nacional*, Leiria, 14/1/1934.

“trabalhismo” fascista de Mosley, cujas actividades eram seguidas com destaque. Este último chegou a enviar saudações aos N/S.¹⁶¹

A acção dos movimentos fascistas e o apoio que estes recebiam dos regimes fascistas eram apontados como contraponto à política de Salazar, condicionada pela “prudência e pela ponderação. Dois vocábulos [...] de que se lança mão quotidianamente para desculpar a falta de combatividade e falta e modernismo”.¹⁶² Os extremos místicos e violentos de alguns movimentos da Europa de Leste, como a Guarda de Ferro, eram no entanto condenados.¹⁶³ A propósito de um assassinato perpetrado pelos fascistas romenos, por exemplo, estes demarcavam-se, associando-o ao carácter nazi do movimento: “se bem que, ideologicamente, vejamos com simpatia o movimento nazi ‘Guarda de Ferro’ não podemos deixar de lastimar o excesso cometido que está longe de prestigiar o movimento”.¹⁶⁴

O exemplo dos movimentos fascistas estrangeiros era também um elemento de mobilização da elite do N/S. Na correspondência interna, era vulgar a citação da acção política destes movimentos, particularmente quando as tensões com o poder se começaram a agudizar. No verão de 1933, um dirigente escrevia a Preto, referindo a hipótese de responder violentamente aos ataques do Poder e citava o caso dos “Camisas-Azuis” irlandeses (“que bateram o pé à ameaça de De Valera, dizendo que se queriam violência iriam para a violência”) concluindo: “Hitler teve maior perseguição e muitos desastres na propaganda até vencer, nada de desânimos que venceremos”.¹⁶⁵

¹⁶¹ O relato público destes contactos começou a ser proibido pela censura a partir de finais de 1933, pelo que a mensagem de Mosley não foi publicada. Cf. Proc. 466 – Caixa 19, AGMI/ANTT. Sobre Mosley, vide Richard Thurlow, *Fascism in Britain* (Oxford: 1987), e sobre os Camisas-Azuis irlandeses, Mike Cronin, *The Blueshirts and Irish Politics* (Dublin: 1997).

¹⁶² Cf. *União Nacional*, Leiria, 28/1/1934.

¹⁶³ Sobre a Guarda de Ferro romena, cf. Radu Ionid, *The Sword of the Archangel. Fascist ideology in Romania* (Boulder: 1990) e Traian Sandu, *Un Fascisme Rouman. Histoire de la Garde de Fer* (Paris: 2014).

¹⁶⁴ Cf. *União Nacional*, Leiria, 14/1/1934.

¹⁶⁵ Cf. carta de dirigente não identificado a Rolão Preto, SD [1933], ARP.

Os contactos com as embaixadas alemã e italiana foram também utilizados para consumo interno, como prova de protagonismo político, e os delegados dos partidos fascista e nazi eram presença habitual nos seus comícios.¹⁶⁶ A visita de dignatários dos regimes fascistas foi também aproveitada para efeitos de propaganda. Quando Italo Balbo chegou a Lisboa, em setembro de 1933, uma delegação de dirigentes fardados alugou um rebocador para lhe ir apresentar cumprimentos.¹⁶⁷

Mas esta procura de legitimidade nas embaixadas fascistas não os impedia de utilizar todos os expedientes para demonstrar o seu extremo nacionalismo. Em março de 1933, por exemplo, quando se desenvolviam boatos segundo os quais Mussolini tinha proposto à Inglaterra a “internacionalização” das colónias portuguesas, estes organizaram de imediato uma manifestação em frente à embaixada inglesa que seria proibida pelo governo.¹⁶⁸

Independentemente das diferenças ideológicas, no entanto, e da maior identidade com o fascismo latino, a tomada do poder por Hitler e a identificação com a “família” fascista internacional constituiu um elemento importante da individualização da acção política do Nacional-Sindicalismo e da sua propaganda.

2.4.1 O N/S E OS MOVIMENTOS FASCISTAS DA ESPANHA

Muito embora, como se viu atrás, os fascistas portugueses encarassem com simpatia a luta dos seus congéneres estrangeiros, os seus contactos com estes foram esporádicos e pouco significativos. Apenas com os fascistas espanhóis e brasileiros se desenvolveram contactos mais estreitos.

¹⁶⁶ Vide, por exemplo, a presença regular de Rolão Preto nas recepções da Embaixada de Itália. Cf. *Revolução*, 24/7/1933.

¹⁶⁷ Cf. *União Nacional*, Leiria, 10/9/1933, p. 1.

¹⁶⁸ Cf. *Revolução*, 26/3/1933.

Sob ponto de vista programático, cultural e de relações políticas, as afinidades entre fascistas portugueses e espanhóis foram estreitas. Os múltiplos exílios de ambos os lados, as afinidades ideológicas e a amizade pessoal entre dirigentes da direita radical de ambos os países permitiram um relativo conhecimento mútuo e uma (muito) ligeira inspiração cruzada, embora pese a diferente conjuntura política.

No princípio do século, os contactos entre as elites culturais de Portugal e Espanha eram muito mais estreitos do que o seriam na segunda metade, e a influência da *Action Française* foi determinante para a renovação das direitas radicais ibéricas, particularmente nas de matriz monárquica tradicionalista. A revolução republicana de 1910 em Portugal provocou aqui a emergência do Integralismo Lusitano, quer como corpo estruturado de doutrina, quer como grupo de pressão político, bastante mais cedo do que o seu equivalente espanhol, a *Acción Española* (AE), mas o corpo doutrinário era muito semelhante. Nascida em 1931, na sequência da queda da ditadura de Primo de Rivera, a AE contou de imediato com a colaboração regular dos grandes expoentes do IL, traduzindo artigos de António Sardinha, Almeida Braga, Hipólito Raposo, Alberto de Monsaraz e Rolão Preto. Os contactos pessoais eram estreitos e os debates intelectuais regulares.

Sob a inspiração comum da *Action Française*, quer o IL quer a AE apresentavam uma alternativa monárquica, tradicionalista e corporativa, ao liberalismo republicano, possuíam redes de sociabilidade elitista e apoios aristocráticos semelhantes. A ideologia dos seus fundadores, muito embora admiradora do poder de Estado fascista em Itália, possuía, como se viu atrás, uma dimensão de reacção à modernização económica, social e política bastante marcada. Por outro lado, ambos os países tinham conhecido experiências ditatoriais marcantes, simbolizadas pelas ditaduras de Sidónio Pais e de Primo de Rivera.

Muito embora, no campo das relações políticas, os contactos entre os fundadores do Nacional-Sindicalismo português e espanhol tenham

sido toldados pela questão galega, por parte de alguns fascistas espanhóis, e pelo receio de uma “hispanidade” anexionista, por parte dos portugueses, a matriz ideológica e política de ambos aproximou-se bastante.¹⁶⁹

Os jovens que fundaram o *Revolução* tinham uma identidade programática assinalável com a *Conquista Del Estado* de Ledesma Ramos.¹⁷⁰

A formação integralista da maioria dos fascistas portugueses provocou a desconfiança de Ledesma, que considerava a filiação monárquica um “anacronismo”, mas as identidades ideológicas e programáticas seriam fortes. Referindo-se à tradução espanhola dos *12 Princípios da Produção*, de Rolão Preto, Raul Morodo sublinhou que estes “tiveram uma influência clara no nascente fascismo espanhol”.¹⁷¹ Quando fundou o N/S, os seus principais textos foram comentados positivamente em AE, e o próprio Preto escreveu para ela, como se viu atrás, uma breve história do movimento.

A identidade política entre os Nacionais-Sindicalismos ibéricos manifestou-se desde logo no magma cultural comum. A matriz reaccionária foi talvez mais clara no caso português, já que a origem monárquica integralista foi aqui mais importante do que em Espanha,

¹⁶⁹ Um exemplo desta desconfiança mútua foi o artigo de Ramiro Ledesma Ramos, “Los “Nazis” de Portugal”, publicado no primeiro número da revista *J.O.N.S.*, em Maio de 1933. Cf. Ramiro Ledesma Ramos, *Escritos Políticos, 1933-1934* (Madrid: 1985), p. 71-72. Existem vários exemplos de excessos verbais de ambos os lados, prontamente denunciados. Logo em 1931, como foi atrás referido, Ledesma referiu-se à libertação de Portugal da sua “independência extraviada”. Quando Rolão Preto publicou em AE o seu estudo sobre o N/S português, Onésimo Redondo também atacou a revista no seu jornal regional, *Libertad*, por dar voz a um movimento que defendia a integração da Galiza em Portugal, citando uma frase de Preto sobre “os portugueses do outro lado do rio Minho”. A denúncia de Redondo foi provavelmente produto da observação pessoal da vida política do N/S português, durante o seu breve exílio em Lisboa, em 1933. Refira-se, no entanto, que o N/S português só ocasionalmente se referiu ao tema galego e nunca incluiu qualquer reivindicação territorial no seu programa político oficial. O próprio Preto desmentiu prontamente qualquer “anexionismo”. Cf. *Acción Española*, nº 45, Madrid, 16 Enero 1934, p. 881-882. Sobre o tema galego cf., Xosé M. Núñez Seixas, “Portugal e o Galeguismo até 1936. Algumas Considerações Históricas”, *Penélope*, nº 11, 1993, pp. 67-81.

¹⁷⁰ Ainda que não tenha grande significado, a adopção do nome, Nacional Sindicalista, pelos fascistas portugueses, inversão do “sindicalismo nacional” dos anos 20, foi inspirada das JONS de Ledesma Ramos. Este haveria de o lembrar, em 1935, já afastado da FE de las JONS. Cf. Ramiro Ledesma Ramos, *Fascismo en España? La Patria Libre. Nuestra Revolucion* (Madrid: 1988), p. 69.

¹⁷¹ Cf. Raul Morodo, *op. cit.*, p. 189.

como aliás salientou Javier Tusel, mas o nacionalismo imperial, o corporativismo, a utilização de um catolicismo tradicionalista e o paradoxo ruralismo *versus* industrialismo marcaram a aproximação ideológica dos dois movimentos.¹⁷²

O corporativismo, pedra fundamental dos programas dos dois movimentos, foi despojado das suas vertentes “católicas sociais” para constituir a base do novo Estado, como “estrutura orgânica” de substituição do regime liberal.¹⁷³ O “sindicalismo vertical”, como base de enquadramento dos produtores, foi acompanhado de um “obrerismo” anticomunista demarcado do “humanitarismo” católico e complementado com um discurso “revolucionário” onde, apesar de tudo, as marcas de algum “modernismo” entravam em tensão com um ruralismo nunca disfarçado.

A tensão ruralismo/industrialismo caracterizou diferenciadamente os movimentos fascistas. Na Península Ibérica, apesar de ambos os movimentos se terem virado para o proletariado e para as classes médias urbanas, o ruralismo constituiu um componente ideológica importante. Em Portugal tal era visível no discurso de Preto, mas também em Espanha, “a imagem do pequeno proprietário rural – e, por extensão, de todo o campesinato – afastado das contendas políticas e presumível portador da ‘essência da nacionalidade’ mantinha-se forte”.¹⁷⁴ No fundo, era esta imagem mítica de uma sociedade de pequenos produtores que deveria servir de modelo para o proletariado, a integrar na “comunidade nacional” através do sistema corporativo.

Um ponto mais complexo é o da componente religiosa. Evidentemente que o tradicionalismo católico foi explicitamente incorporado por ambos os movimentos, como elemento importante da sua ideologia, mas estes sofreram as contingências da existência de outras organi-

¹⁷² Cf. Javier Tusell, *La dictadura de Franco* (Madrid: 1988), p. 287-289.

¹⁷³ Como escreveu Primo de Rivera ao jornalista português Oscar Paxeco. Cf. Javier Jiménez Campo, *El fascismo en la crisis de la II República* (Madrid: 1979), p. 153-154.

¹⁷⁴ Cf. Javier Jiménez Campo, *op. cit.*, p. 149-150.

zações mais próximas ou concorrentes. A organização autónoma de partidos e organizações inspiradas no “catolicismo social” constituíram, quer em Portugal, quer em Espanha, bloqueadores poderosos à acção política dos fascistas, limitando e, por vezes, obrigando-os, senão a um anticlericalismo, pelo menos à utilização de um terreno laico, com menor utilização de simbologia religiosa.¹⁷⁵

Por outro lado, o seu radicalismo “antiburguês” e “anticonservador” também apontava para uma nova realidade social urbana, predominantemente laica, e os fascistas estavam conscientes que largos segmentos das sociedades onde actuavam “estavam já secularizadas e que um esforço de integração nacional, particularmente das classes trabalhadoras, numa base religiosa era já impossível”¹⁷⁶. A própria dinâmica anticonservadora, apesar das diferenças dos regimes em que operavam, manifestou-se, sobretudo, num discurso e numa prática política de “nacionalização” da classe operária que, perante a emergência de outras forças de direita autoritária tendeu a radicalizar-se.

A configuração organizativa e sociológica dos dois partidos também se aproximou.¹⁷⁷ Pequenos movimentos que não se conseguiram transformar em partidos de massas nem conquistar sectores importantes do tecido social, ambos permaneceram marcados pela sua matriz estudantil e intelectual, não ultrapassando os círculos das classes médias urbanas. A razão de base para uma proporção maior de operários no N/S português remete para uma conjuntura autoritária, com as organizações de esquerda reduzidas à clandestinidade, e para uma maior capacidade de

¹⁷⁵ Sobre o caso espanhol, vide Jose R. Montero, *La CEDA. El catolicismo Social y Politico en la II Republica*, 2 vol. (Madrid: 1977).

¹⁷⁶ Cf. Juan J. Linz, “Some notes toward...” *op. cit.*, p. 19.

¹⁷⁷ A única tentativa de comparação das bases sociais dos fascismos ibéricos continua a ser a de Martin Blinkhorn, “The Iberian States”, Detlef Mühlberger (edited by), *The Social Bases of European Fascist Movements* (London: 1987), p. 320-348. Para os regimes, cf. António Costa Pinto (Org.), *Governar em Ditadura. Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo* (Lisboa: 2012).

mobilizar trabalhadores até aí não tocados pelo sindicalismo livre. Em Espanha, organizações de direita concorrentes da Falange conseguiram melhores, ainda que diminutos, resultados, sob a Segunda República.¹⁷⁸

Uma óbvia diferença, em termos de composição da sua elite dirigente, refere-se à componente militar dos dois partidos, bastante mais forte em Portugal. Para além das diferenças de conjuntura política, não há dúvida de que a Falange, como outras forças de direita, muito embora apelando à intervenção militar, dispunha de uma influência na instituição bem mais fraca do que as suas correspondentes portuguesas. A neutralidade espanhola na Primeira Guerra Mundial e a ditadura de Primo de Rivera são uma parte da explicação, pois evitaram brechas significativas na estrutura militar e não propiciaram, como em Portugal, a penetração dos fascistas junto dos jovens oficiais.¹⁷⁹

Em Portugal, como se viu, o exército encontrava-se, desde os anos 20, mais dividido e politizado, tendo as organizações civis de direita radical uma influência bem maior sobre a instituição militar do que em Espanha. Seria mesmo de arriscar que a base de partida do golpe de 1936 assumiu uma forma mais pretoriana do que os modelos de intervenção que conduziram ao golpe de 1926, em Portugal. Como salientou Ricardo Chueca sobre a rebelião militar que conduziu à Guerra Civil, “por muitas interpretações mais ou menos interessadas que se tenham feito depois, uma coisa é certa: o que existiu foi um genuíno e estrito pronunciamento militar”.¹⁸⁰

O Nacional-Sindicalismo português, sobretudo na sua última fase, aproximou-se mais das JONS, de Ledesma Ramos, do que de Primo de Rivera. Alguns dos motivos que levaram Ledesma e mais alguns a abandonar a Falange estiveram presentes no debate interno dos fascistas lusitanos.

¹⁷⁸ Cf. Jose R. Montero, *op. cit.*, p. 747-779.

¹⁷⁹ Vide Juan J. Linz, *Obras Escolhidas, Vol.1 – Fascismo: perspectivas históricas y comparadas* (Madrid: 2008).

¹⁸⁰ Cf. Ricardo Chueca, *El fascismo en los comienzos del régimen de Franco. Un estudio sobre la FET-JONS* (Madrid: 1983), p. 140.

Mas tal movimento remete mais uma vez para a conjuntura autoritária vigente em Portugal. Com a cisão, o grupo que ficou com Rolão Preto acentuou a demarcação do reaccionarismo tradicionalista e aproximou-se de um “fascismo social” mais distante da Falange. Foi apenas no seu primeiro exílio espanhol, em 1934, que Rolão Preto conheceu o chefe do fascismo vizinho. Passou um mês em sua casa e discutiram bastante. Segundo Preto, José António trabalhava no programa da Falange, que pareceu ao chefe do N/S lusitano ter muitas “concessões ao capitalismo”, pois já trazia de Portugal “os fumos da revolta”.¹⁸¹

Durante a Guerra Civil, que guindou a pequena Falange espanhola ao novo partido unificado sob o controlo de Franco, Preto desconfiou das suas capacidades de marcar decisivamente o novo regime, declarando a um jornalista, pouco antes da vitória franquista: “se a Falange conseguir vencer, como espero, todos os membros de certos sectores reaccionários, ela terá que realizar a grande obra da Revolução Nacional Sindicalista”.¹⁸²

O desencadear da Guerra Civil levou Preto a tréguas políticas com o Salazarismo e ao apoio incondicional à frente nacionalista. Conheceu Franco em Salamanca, mas não ficou fascinado pelo personagem. Em 1937, Rolão Preto falou na rádio Sevilha, como chefe do Nacional-Sindicalismo, e o governo português, pela mão de Salazar, apelou com sucesso às autoridades franquistas para que estas não permitissem “qualquer propaganda” do N/S.¹⁸³

Após o seu regresso a Portugal, o N/S manteve contactos esporádicos com a FET-JONS. Segundo relatórios internos, delegados de Preto contactaram com alguma regularidade fascistas galegos. Em plena Guerra Civil, um destes visitou o *Pueblo Galego*. O director, Jesus Suevos, era da velha JONS (e na altura já da FET-JONS) e manifestou-se sempre de acordo com

¹⁸¹ Cit. in João Medina, *op. cit.*, p. 171.

¹⁸² Cf. José Plácido Machado Barbosa, *op. cit.*, p. 184.

¹⁸³ Cf. AOS/CO/PC-3F, ANTT.

Rolão Preto. Alguns outros referidos no relatório já tinham estado com António Pedro, Alberto Monsaraz e outros, em Lisboa. Convidaram-no mesmo a participar fardado em uma manifestação.¹⁸⁴ Mas este tipo de contactos eram marginais e pouco significativos, sendo abafados pela cooperação entre o Salazarismo e as autoridades franquistas, quando a FET-JONS se transformou no partido único no país vizinho.

2.4.2 O N/S E A ACÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA

A Acção Integralista Brasileira (AIB) foi talvez o mais bem-sucedido dos movimentos fascistas latino-americanos e teria um percurso político idêntico ao do N/S: seria esmagada nos anos 30 por uma Ditadura de direita, dirigida por Getúlio Vargas.¹⁸⁵ Na sequência de um período de tensão crescente com o novo poder, também eles foram obrigados à dissolução. Após várias tentativas falhadas de derrubar o ditador, os seus chefes conheceram o exílio, alguns em Itália e outros, entre os quais o seu chefe, Plínio Salgado, em Portugal.¹⁸⁶

O processo de transição do liberalismo oligárquico à democracia e o derrube do liberalismo no Brasil nos anos 30 não puderam aqui ser analisados, mas algumas especificidades destes conduziam os fascistas a um discurso político e a um tipo de mobilização muito semelhante ao dos seus congéneres portugueses.¹⁸⁷ Por outro lado, tal como o Salazarismo, Getúlio também se inspirou em algumas instituições do fascismo euro-

¹⁸⁴ Cf. carta de José Francisco da Silva a Rolão Preto, SD [1937?], proc. 203/38, Arqu. PIDE/DGS, ANTT. Francisco da Silva, velho N/S, intitulava-se, por encargo de Yzardiaga Lorca, representante da secção de propaganda da FET em Portugal, e enviava artigos sobre Espanha para a imprensa N/S.

¹⁸⁵ Cf. Hêlgio Trindade, *op. cit.* (S. Paulo: 1979) e João Fábio Bertonha, *Integralismo. Problemas, perspectivas e questões historiográficas* (Maringá: 2014).

¹⁸⁶ Cf. Leandro Pereira Gonçalves, *op. cit.*, (São Paulo: 2012).

¹⁸⁷ Cf. evolução do sistema político brasileiro na primeira metade do século XX, cf. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (Org.), *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo* (Rio de Janeiro: 2003). Sobre a sua diversidade regional, cf. estudo de caso de Luciano Aronne de Abreu, *Um Olhar Regional sobre o Estado Novo* (Porto Alegre: 2007).

peu, que importou para o seu regime, o que mais uma vez vem colocar a questão da natureza do “Estado Novo” brasileiro. Sistematizar aqui elementos de comparação entre os dois regimes seria deslocado, mas seria interessante, como exercício, testar os mesmos argumentos de semelhança que têm sido apontados para o Salazarismo-Fascismo italiano.¹⁸⁸

A AIB, enquanto movimento fascista, proveio da unificação de diversos grupos fascizantes criados no início dos anos 30.¹⁸⁹ Muito embora a influência cultural do Integralismo Lusitano se tenha manifestado inicialmente em movimentos de cariz monárquico como a Acção Imperial Patrionovista Brasileira, criada em 1928, com os quais tinham contactos directos, a literatura autoritária portuguesa conheceu uma difusão significativa no Brasil a partir dos anos 20.

Como salientaram vários dos seus estudiosos, a formação cultural de Plínio Salgado aproximou-se bastante do Integralismo Lusitano.¹⁹⁰ Tal processo foi visível nas referências constantes aos seus teóricos, nomeadamente a Hipólito Raposo e ao próprio Rolão Preto. Por outro lado, se a marca nacional-socialista e republicana era visível em alguns dirigentes como Gustavo Barroso, e o fascismo italiano foi uma marca fundadora de outros, o chefe integralista identificou-se mais com o corporativismo tradicional e espiritualista do IL, a que associava uma matriz católica comum aos seus congéneres lusitanos.¹⁹¹ O catolicismo social foi, no entanto, uma marca mais importante na elite da AIB, a começar por Plínio Salgado, do que no N/S português, cuja elite era mais secularizada.

¹⁸⁸ Cf. entre os raros estudos comparativos, Alfredo Margarido, “La comparaison de L'incomparable: Les solutions dictatoriales portugaise (1926-1974) et bresilienne (1930-1945)”, AAVV, *Portugal, Brezil, France. Histoire e Culture* (Paris: 1988), pp. 57-87. Cf. também Francisco Palomanes Martinho e António Costa Pinto (Org.), *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo* (Rio de Janeiro: 2007).

¹⁸⁹ Cf. Giselda Brito Silva (Org.), *Estudos do Integralismo no Brasil* (Recife: 2007).

¹⁹⁰ Cf. Héglio Trindade, *op. cit.*, p. 251.

¹⁹¹ Cf. Leandro Pereira Gonçalves, “Plínio Salgado e integralismo: A relação franco-luso-italiana”, *Lusitania Sacra*, 26 (julho-dezembro 2012). p. 133-154.

Como qualquer outro movimento fascista, a AIB pretendeu construir um programa original, principalmente no seu nacionalismo, mas o “Estado Integral” dos ideólogos aproximava-se bastante do “Estado Nacional Sindicalista”. No projecto político da AIB, a influência mais importante do IL e do N/S foi, sem dúvida, no corporativismo. Salgado, particularmente, sintetizou alguma influência italiana com a literatura corporativista de António Sardinha. Alguns pontos do programa, como o da “autonomia municipal”, tema caro aos teóricos do IL, foram directamente adaptados à realidade brasileira.¹⁹²

2.4.3 *UMA VARIANTE DO FASCISMO EUROPEU*

O Nacional-Sindicalismo, em termos de ideologia, comungou de alguns traços identificadores do que vários estudiosos têm definido como o fascismo latino. A expressão pode não ser feliz e representou apenas um esforço de encontrar alguns traços culturais específicos que marcaram os movimentos fascistas da Península Ibérica, alguns franceses, belgas e da própria América Latina, no período entre as duas guerras. Mais do que entrar aqui na discussão das tipologias do fascismo, importa salientar alguns traços identificadores do N/S, no contexto dos movimentos fascistas seus contemporâneos.

Parece ponto assente para aqueles que sustentam ser operacional o conceito de um “fascismo genérico” que as duas variantes do fenómeno se estruturaram em torno de duas grandes “ofertas”: o modelo Nacional-Socialista, cuja influência marcou a grande maioria dos movimentos do Norte e Centro da Europa, e o modelo italiano que, em conjunto com a presença cultural da *Action Française*, marcou de forma determinante as peculiaridades dos movimentos fascistas na Europa ocidental e do sul.

¹⁹² *Idem*, p. 219. Cf. também, Leandro Pereira Gonçalves e Renata Duarte Simões (Orgs.), *Entre tipo e recortes. Histórias da imprensa integralista*, 2 vols. (Guaíba: 2011/2012).

Esta primeira divisão não significa que movimentos como o N/S português, tal como a Falange espanhola, Le Faisceau francês, ou mesmo o rexismo belga, não tenham sido marcados pelo ascenso do nazismo e pela sua panóplia de recursos organizativos e ideológicos, particularmente na vertente “social”. No entanto, outras influências culturais, eventualmente mais duradouras, marcaram a maioria dos movimentos fascistas da Europa ocidental, onde a existência de uma direita autoritária sólida condicionou a sua actividade política e a sua ideologia.

O primeiro condicionamento ideológico e político reflectiu-se desde logo em uma maior proximidade das ideologias e movimentos reaccionários. Neste campo quer o Partido Nacional Socialista quer o próprio Partido Fascista Italiano tiveram nos dois campos uma origem bem mais equívoca e mesclada.¹⁹³

Não é pacífica associação dos movimentos fascistas com as ideologias e movimentos de reacção à modernização na primeira metade do século XX. Quase todos eles se reivindicaram de uma “mística revolucionária”, se demarcaram do reaccionarismo tradicionalista e ensaiaram estratégias “sociais” antiburguesas e anticapitalistas, mas a sua origem cultural e prática política não ultrapassou, como alguns desejavam, o espectro esquerda-direita, recolhendo no magma cultural da última, o fundamental das suas hesitações programáticas.

Os movimentos políticos e sociais reaccionários na época contemporânea têm sido identificados pelas ciências sociais como movimentos predominantemente antimodernistas. Seymour Lipset foi mesmo ao ponto de considerar que os movimentos fascistas, mesmo que alguns, uma vez chegados ao poder, tenham uma práxis económica “modernizadora”, como movimentos de reacção à modernização em uma conjuntura de crise pós-Primeira Guerra Mundial. Reconhecendo

¹⁹³ Sobre as origens do Partido nacional socialista, cf. a síntese antiga de Dietrich Orlow, *The History of the Nazi Party: 1919-1933* (Pittsburgh: 1969), p. 11-45, e Michael H. Kater, *The Nazi Party. A Social profile of Member and Leaders, 1919-1945* (Cambridge, Ma.: 1983), p. 19-31.

que esta tese “é contrariada pelo facto de, uma vez no poder, ambos terem pretendido industrializar ainda mais as sociedades e aumentar o potencial militar”, para Lipset, “o comportamento real dos partidos, enquanto governo, não lança necessariamente luz sobre a natureza do seu apelo, não ajuda a explicar como desenvolveram um apoio de massas”.¹⁹⁴ Em apoio desta tese, defendida por inúmeros estudiosos do fascismo, salienta que, apesar das diversas tradições nacionais e níveis de desenvolvimento, características únicas das crises que geraram movimentos fascistas terem

dados aos movimentos autoritários de direita um conjunto de seguidores heterogéneos. No centro de todos eles está, contudo, uma tentativa de restauração dos valores ameaçados e de reconstrução da nação pelo restabelecimento das instituições e das estruturas identificadas com o glorioso passado pré-moderno.¹⁹⁵

Mais do que discutir aqui a explícita referência às teorias da modernização, importa sublinhar que os movimentos fascistas tipo N/S foram muito marcados por este magma cultural do reaccionarismo latino, cujo paradigma foi a *Action Française*. Repare-se que, quer em Portugal, quer em Espanha, quer na própria França, os movimentos ideológicos e políticos de direita foram marcados pelo restauracionismo monárquico, pelo corporativismo integral e pelo catolicismo tradicionalista. Em todos estes países foram movimentos inspirados nestes princípios que constituiriam a base dos fascismos nacionais e, em certos casos, se fascizaram em maior ou menor grau.

Em França e em Espanha, movimentos como a *Action Française*, a AE, *Renovación Española*, a *Acción Popular*, os próprios carlistas, tinham um aparato organizativo bem mais amplo que o pequeno IL ou o Centro Católico, o que não pode deixar de ser associado a uma massificação da

¹⁹⁴ Cf. Seymour M. Lipset, *Consenso e Conflito. Ensaios de Sociologia Política* (Lisboa: 1992), p. 362.

¹⁹⁵ Cf. *idem*, p. 364.

política que Portugal conheceu em escala bem mais modesta.¹⁹⁶ Mas a marca cultural destes grupos foi determinante na cultura política do Nacional-Sindicalismo português. Sob esta perspectiva, como foi atrás assinalado, o movimento cujo percurso mais se aproximou do N/S foi o primeiro partido fascista francês, o *Faisceaux* de Georges Valois.

No caso português, como em França, a emergência do fascismo como movimento político representou mais claramente do que em outros países uma dissidência de movimentos de direita radical, provocada, sobretudo, pela desilusão das suas elites mais jovens perante a incapacidade de adaptação à nova situação do pós-guerra por parte dos seus dirigentes, presos a um reaccionarismo elitista, incapaz de afrontar a nova política de massas e, particularmente, os trabalhadores do universo urbano e industrial.

Se o confronto entre fascistas e IL esteve longe das tensões que caracterizaram as tensas relações entre a AF e os movimentos fascistas franceses seus derivados, foi apenas, como se viu atrás, porque o IL nunca se transformou em partido político e estava já em desagregação no final dos anos 20.

O fascismo enquanto movimento nasceu assim, nas margens da direita radical, representando uma revolta geracional no quadro de uma incapacidade dos movimentos que lhes estão na origem de afrontarem os problemas políticos fundamentais nos polos urbanos e industriais da Europa ocidental, particularmente a ameaça galvanizante do comunismo. As críticas de Valois à AF anteciparam muitos dos escritos dos jovens fascistas ibéricos do início dos anos 30, de Ledesma Ramos e José António Primo de Rivera, a Rolão Preto.¹⁹⁷

O seu nacionalismo e o seu corporativismo integral foram integrados em um contexto “moderno”, laicizados, dir-se-ia mesmo

¹⁹⁶ Sobre o Carlismo, vide Martin Blinkhorn, *Carlism and Crisis in Spain, 1931-199* (Cambridge: 1975).

¹⁹⁷ Cf., para além das obras já citadas, Zeev Sternhell, *Ni Droite ni Gauche. L'idéologie fasciste en France* (Paris: 1983), pp. 106-135; Olivier Dard (dir.), *Georges Valois, Itinéraires et Réceptions* (Berne: 2011).

“proletarizados”, divinizadores de um “Estado Totalitário” que se queria agente integrador de uma comunidade nacional polarizada e dividida pelo liberalismo e pelo comunismo. Uma estratégia populista, uma prioridade “operária”, uma organização e uma simbologia paramilitar e de agitação de massas demarcaram-nos dos seus inspiradores, e determinaram o nascimento dos novos centros fascistas. Em países como a França, Espanha e Portugal, mesmo tomando em consideração níveis de desenvolvimento económico e social bastante diferenciados, o fascismo foi, desde o seu início, um movimento urbano e jovem, virado para uma resposta “revolucionária” à ameaça comunista.

Perante a presença de uma direita radical forte e com referências ideológicas codificadas em programa político, movimentos como o N/S português e espanhol radicalizaram a sua dimensão “social” e “popular”, demarcando-se sobretudo pela acção política e não nos fundamentos ideológicos do paradigma reaccionário do tipo AE. Onde isso não aconteceu, como na Bélgica, os elementos tradicionalistas e o catolicismo integrista, mesclados com uma monarquia popular e descentralizada, imperaram. O Rexismo de Leon Degrelle foi um dos exemplos, também marcado pela mesma origem, só igualada pelo seu catolicismo. Tal como Preto, Degrelle participou no mesmo húmus cultural, duplamente marcado pela nova direita radical francesa e pelo fascismo italiano, e só após a ocupação é que se deu um processo de “nazificação”, à semelhança do que ocorreu com os restantes movimentos que ficaram no interior da “Europa alemã”.¹⁹⁸

¹⁹⁸ Sobre a evolução do rexismo durante a Guerra, cf. Martin Conway, *Collaboration in Belgium. Léon Degrelle and the Rexist Movement* (New Haven and London: 1993).



Figura 3 – Uma das raras caricaturas referindo o Nacional-Sindicalismo português, publicada no Reino Unido, pelo *The Bulletin* de Glasgow, em 1933. Seria reproduzida noutros jornais, acompanhando entrevistas com Rolão Preto.

Fonte: *The Bulletin*, Glasgow, 20-3-1933, p. 3.

O fascismo de Mussolini, mais que o Nacional-Socialismo alemão, apesar da sua origem diversa, constituiu a referência internacional mais importante para o Nacional-Sindicalismo. A maior parte das culturas políticas que geraram os movimentos fascistas em países como a Espanha ou Portugal não geraram teorias originais de governo na época contemporânea, e as instituições do regime de Mussolini, no início dos anos 30, ofereciam um modelo de regime ao universo

cultural latino: um regime capaz de eliminar a luta de classes; com apoio de massas e mobilizador; introdutor de um corporativismo “sindicalista” susceptível de “nacionalizar” a classe operária; sintetizando valores tradicionalistas de uma latinidade imperial com uma mística da modernidade.

3 A ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO NACIONAL-SINDICALISTA

É difícil dissociar ideologia e organização em um partido de tipo fascista, “porque existe uma relação explícita entre a estrutura desta e o conteúdo da outra”.¹ O primeiro traço visível desta associação verifica-se, desde logo, na *rejeição do termo partido*. Se a legislação inerente ao registo legal o permite, os seus fundadores evitam-no, por razões de natureza ideológica. *Legião, Acção, Junta, Falange* ou *Movimento* são exemplos de substitutos adoptados para evitar a sua autodesignação como partido. Sendo o antiliberalismo um aspecto central dos seus programas políticos, não é de estranhar que recusem qualquer identificação com estes.

As visões organicistas da sociedade, que todos os movimentos fascistas perfilharam, tiveram como consequência a negação ideológica dos partidos, considerados sempre elementos de divisão e sinónimos do liberalismo e da democracia. Esta rejeição não foi, de algum modo, uma especificidade dos partidos fascistas, sendo comum às formações políticas da direita radical, desde finais do século XIX.²

¹ Cf. Héglio Trindade, *op. cit.*, p. 161.

² Um exemplo clássico foi a *Action Française*, mas organizações semelhantes encontraram-se por toda a Europa desde o início do século.

No caso português, outros factores condicionaram esta opção. O N/S tinha razões suplementares para evitar esta designação, pois criou-se já sob um “regime de excepção”, no seio do qual os partidos políticos estavam praticamente impedidos de se manifestar, e ainda porque um partido de inspiração governamental tinha sido criado e estava em processo de formação.

Os partidos fascistas introduziram novos elementos no campo da organização partidária, sobretudo na área política da direita, de onde partiram. Sob ponto de vista da sua estruturação interna foram partidos de massas, altamente centralizados e autocráticos, cujas principais características se podem sistematizar em quatro aspectos fundamentais³:

- Uma Chefia personalizada, cujo poder não tem limite formal e possui uma legitimidade de tipo carismático.⁴ A fonte desta legitimidade pode ir desde as qualidades inerentes à sua personalidade, à “providência” ou mesmo, nos casos de maior componente religiosa a “Deus”.⁵ Deriva deste princípio a ausência de organismos nacionais de direcção, com poderes de decisão. Quando estes existem inicialmente, a tendência é para a sua gradual perda de poder, transformando-se em órgãos consultivos, com funções de “assistência à chefia”.

- A estrutura vertical hierarquizada, que forma a ossatura do partido, é constituída por organismos nacionais, regionais e locais, e dominada por um centralismo autocrático. A organização interna é caracterizada pela inexistência ou progressivo

³ Cf. Roger Bourderon, *Le Fascisme. Ideologie et pratiques (essai d'analyse comparée)* (Paris: 1979), p. 113-128; Hêlgio Trindade, *op. cit.*, p. 161-198. Vide ainda Angelo Panebianco, *Modelli di partito. Organizzazione e potere nei partiti politici* (Bologna: 1982), p. 263-296.

⁴ Sobre o carisma e a chefia politica fascista, cf. António Costa Pinto, Roger Eatwell, Stein U. Larsen (Eds.), *Charisma and Fascism in Intewar Europe* (London: 2007).

⁵ Franco, por exemplo, segundo o artigo 47 dos estatutos da FET de las JONS, “responde apenas perante Deus e a História”, cf. Ricardo Chueca, *op. cit.*, p. 441.

abandono do princípio electivo (substituído pela delegação ou nomeação) e pela submissão, mais ou menos regulamentada, da base ao topo, não conhecendo mecanismos formais de regulação de conflitos interno e conduzindo à cisão, expulsão, e mesmo eliminação física de oposições internas.

- O carácter milicial ou paramilitar da organização é inerente à própria natureza do partido de tipo fascista, que se concebe como um exército político. Esta dimensão pode dominar toda a ossatura interna do partido ou coexistir paralelamente, em organismos especiais. No geral coexistem (milícias + aparelho central do partido), fornecendo fortes instrumentos de socialização política interna, com a utilização de fardamento militar hierarquizado, ritualização das adesões em cerimónias de carácter paramilitar, utilização de saudações e bandeiras próprias ou hinos nacionalistas.

- Outra dimensão da sua estruturação interna reflecte-se na natureza pré-estatal da organização, que antecipa as instituições do novo regime. Com organismos consultivos, mais ou menos embriões da organização corporativa, no caso dos partidos onde o corporativismo é um componente do seu programa político, e organizações de massas específicas (mulheres, jovens, sindicatos, etc.), desenvolvendo-se deste modo uma administração “paraestatal” que prepara o exercício do poder.⁶

Este “tipo-ideal” é válido sobretudo para os partidos fascistas dos 30, sofrendo a influência do fascismo italiano, já no poder, e da ascensão fulgurante do Nacional-Socialismo alemão. Algumas organizações da direita radical anteriores à Primeira Guerra Mundial, nomeadamente a *Action Française*, já antecipavam alguns destes elementos, mas foi apenas no final dos anos 20 que estes emergiram com um mínimo de identidade.

⁶ Cf. Ernst Nolte citado por Roger Bourderon, *op. cit.*, p. 121.

Em uma perspectiva histórica, o percurso organizativo do partido fascista italiano, até à tomada do poder em 1922, foi exemplar não só sob o ponto de vista das hesitações e debates internos como ainda da heterogeneidade de origens do seu modelo organizativo.⁷ Mesmo no caso dos partidos criados após a codificação deste tipo de organização, estes conheceram várias crises internas, sobretudo na sua fase inicial, bem visíveis nas alterações estatutárias adoptadas, visto muitos conciliarem inicialmente com princípios mais democráticos de estruturação interna.

3.1 A ORGANIZAÇÃO N/S

A estruturação do N/S como partido político era evidente em finais de 1932, mesmo se negada por razões ideológicas e táticas.⁸ Os próprios estatutos, publicados em junho desse ano e assinados por Rolão Preto, definiam o N/S como “um movimento de doutrina e acção que se propõe realizar em Portugal a revolução nacional dos trabalhadores”.⁹ No artigo seguinte adia-se a definição de um programa concreto de realizações para a altura em que o movimento “possa começar a actuar no campo legislativo”.¹⁰ Crente na força da sua implantação nacional e da sua acção política, o N/S deixou progressivamente de se autodefinir como “movimento económico e social”, embrião da organização corporativa para regatear o seu papel no âmbito da Ditadura.

⁷ Cf. Emilio Gentile, *op cit.*, p. 314-386 e o clássico, Dieter Orlow, *op. cit.*, p. 11-128.

⁸ Adoptamos aqui a clássica definição que La Palombara deu de partido político: organização estável; organizações locais com contactos regulares com a direcção; conquista do poder político como objectivo; procura de apoio popular. Cf. Joseph La Palombara and Myron Weiner (Edited by), *Political Parties and Political Development* (Princeton: 1966), p. 6.

⁹ Cf. Rolão Preto. *Orgânica do movimento...*, *op. cit.*, p. 1.

¹⁰ *Idem*, p. 1.

O modelo organizativo adoptado pelo N/S seguiu de perto o modelo adoptado pelos partidos fascistas europeus. Rolão Preto acompanhou de perto a estrutura organizativa de alguns partidos, desde a experiência inicial do fascismo italiano aos exemplos mais recentes do Faisceaux de Valois e da vizinha JONS.¹¹

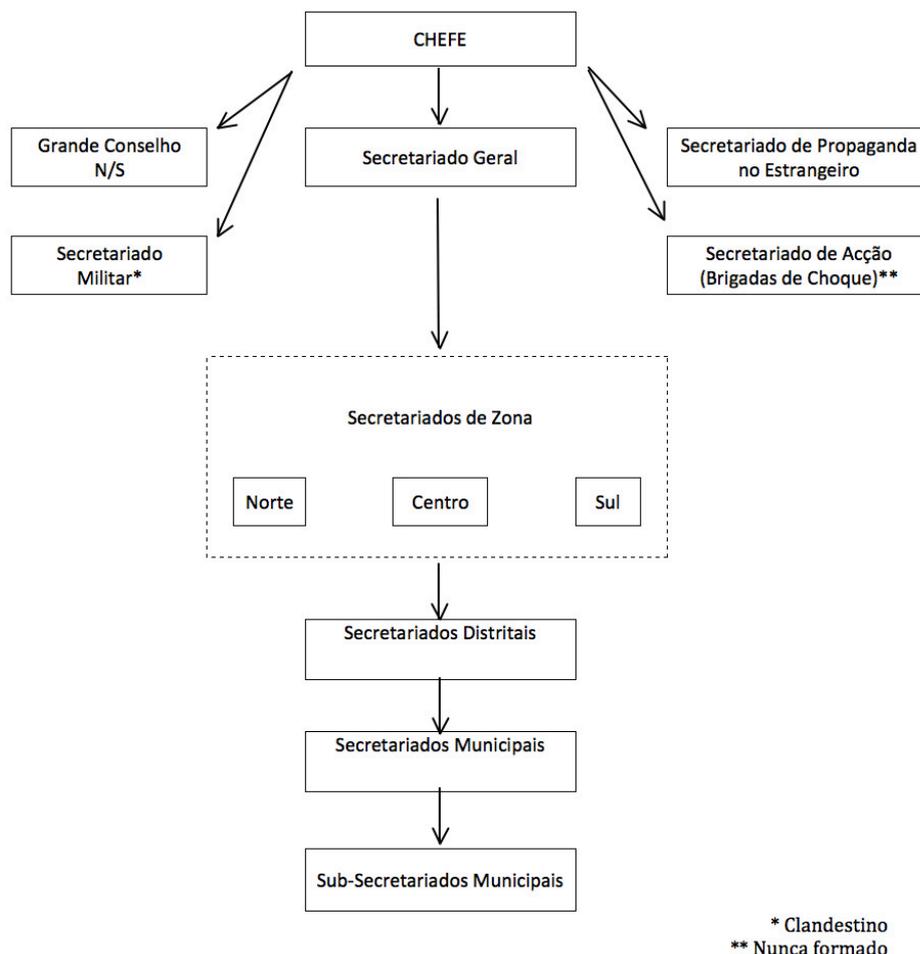


Figura 4 – A Organização Nacional Sindicalista. 1933.

Fonte: *Orgânica do Movimento Nacional Sindicalista*, Lisboa, 1933.

¹¹ A JONS era menos autocrática, adoptando parcialmente o princípio electivo, cf. Javier Jimenez Campo, *op. cit.*, p. 329. Sobre a estrutura organizativa do Faisceaux de Valois, cf. Zeev Sternhell, “Anatomie d’un mouvement fasciste en France: le faisceaux de Georges Valois”, *Revue Française de Sciences Politiques*. Vol. 26, Fev. 1979. p. 5-39 e Yves Guichet, *op. cit.*, p. 179-265.

3.1.1 A ORGANIZAÇÃO CENTRAL

No fundamental, a estrutura organizativa definida pelos estatutos do movimento aproxima-se formalmente do modelo atrás sistematizado, como se pode observar pela Figura 1, representando o organigrama do N/S na sua primeira fase, quando ainda desenvolvia a sua actividade na legalidade. Em 1934, com a ilegalização, este esquema sofreu algumas alterações, como se verá à frente.

3.1.2 A CHEFIA

“A chefia da organização personifica-se no chefe do movimento.”¹² Este dispunha, estatutariamente, do poder total. Competiam-lhe a direcção do movimento, a nomeação e a demissão dos seus delegados “e de qualquer cargo da organização”, a resolução em última instância de todas as questões referentes ao N/S e, finalmente, competia-lhe “manter e fazer manter a doutrina”, tornando-o fiel depositário da ideologia.¹³

Esta chefia personalizada reflectia-se na própria simbologia interna do movimento. Segundo a orgânica, só Rolão Preto usava um distintivo especial, que o demarcava dos membros dos organismos centrais: a cruz de Cristo, sob fundo branco, no braço direito.

Rolão Preto assumiu o papel de chefe carismático do movimento, desde a sua fundação. Apesar disso, e à semelhança de outros partidos da mesma família, o seu processo de afirmação interna e externa não foi isento de tensões. No caso português, porém, a tensão inerente à chefia personalizada foi provocada mais por razões externas ao próprio movimento. Não esqueçamos que Salazar era o promotor do partido oficial da Ditadura e o recém-nomeado chefe do governo.

Os projectos iniciais de organização interna, muito embora respeitando o lugar de chefia de Rolão Preto, apontavam para a existência

¹² Cf. *Orgânica...*, p. 4.

¹³ *Idem.* p. 5.

de organismos directivos com poder de decisão. Segundo o primeiro projecto, como vimos atrás, da autoria de António Pedro, o N/S seria dirigido por um directório constituído por representantes de comissões específicas, de natureza pré-corporativa (agrícola, industrial, operária, etc.). Mas, no início de 1933, quando o movimento se encontrava estruturado à escala nacional, Preto apresentou uns estatutos que eliminavam qualquer partilha de poderes, prevista aliás em um segundo projecto, discutido em uma reunião de delegados em Coimbra. Esta imposição provocou desde logo certa tensão com um pequeno sector da organização que aspirava a um entendimento com Salazar. Minoritário, no entanto, este grupo aceitou provisoriamente os estatutos até ao Primeiro Congresso.

Ao longo de 1933, afirmou-se progressivamente o culto da personalidade a Rolão Preto, à medida que o movimento dominava a rua e o chefe percorria o país em campanha de propaganda. A imprensa central e local da organização substituiu o inicial “Dr. Rolão Preto” por “Chefe” e a correspondência interna do partido, à medida que baixamos de escalão, manifestava uma reverência considerável face à sua figura. Este movimento exacerbou-se no processo de cisão, reflectindo-se no vocabulário das múltiplas cartas expressando fidelidade a Rolão Preto, da autoria de militantes ou secretários locais e concelhios, onde abundavam declarações de obediência.¹⁴

Após a cisão produziram-se alterações no próprio ritual de nomeações para cargos internos, que passaram a explicitar o *poder por delegação*: em 1934, os autos de nomeação para comissários distritais e locais passaram a abrir com a expressão “em nome do chefe do

¹⁴ Sobretudo em finais de 1933, quando se deu a cisão pró-salazarista. Preto era inundado de cartas laudatórias. As mais interessantes e exemplificativas eram aquelas que provinham de pequenos núcleos concelhios do Norte do País. Entre as dezenas mensagens recebidas no final do ano de 1933, a de um pequeno núcleo do concelho de Moncorvo, anunciava “para vós Chefe Único o voto moral da Trincheira do Félgar. [...] Quando houver de empregar-se o sacrifício maior, o brado soará de vontade. Avante! que ninguém nos embarace”. Cf. carta de Militante não identificado a Rolão Preto, 30/12/1993, ARP.

N/S, Dr. Rolão Preto, nomeio o camarada”.¹⁵ O mesmo se verificou no formulário de adesão cujo “compromisso de honra” passou a incluir várias alíneas, transformando-o em um juramento de fidelidade não apenas ao partido mas também a Rolão Preto.¹⁶ A dupla qualidade de orador e mobilizador de massas foi referida sempre, por ex-militantes, como a que mais o aproximava do carisma do chefe fascista, exactamente aquela que para Salazar representava o “caos em potência”.¹⁷

3.1.3 O SECRETARIADO GERAL

O Secretariado Geral, personificado pelo próprio secretário-geral e pelo seu adjunto, encontrava-se no topo da pirâmide organizativa, dirigindo-a de facto. Competiam-lhe a nomeação dos secretários de zona e a direcção burocrática do movimento.

Do secretário-geral emanavam as “ordens de serviço” que eram distribuídas aos secretariados distritais e locais. Nelas se fixavam as tarefas de propaganda e de acção políticas, servindo também como veículo de informação sobre a vida da organização, já que a imprensa do movimento legal do movimento começou desde muito cedo a sofrer os efeitos da censura governamental.

O primeiro secretário-geral do N/S foi o alferes Albino Neves da Costa, que dirigiu os passos iniciais da organização.¹⁸ Em inícios de 1933, será substituído por Alberto de Monsaraz, que permaneceu no

¹⁵ Cf. um exemplar dos autos de nomeações de comissários locais emitidos pelo Comissariado Central in Proc. 1771/SPS, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

¹⁶ O segundo princípio referia: “Eu aceito [...] o que o chefe e o terceiro ‘Reconheço Rolão Preto como único chefe do Movimento’”, cf. Proc. 1771/SPS, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

¹⁷ Cf. entrevista com Barradas de Oliveira. Lisboa, 17/7/1984.

¹⁸ Jovem militar de engenharia, manteve-se muito pouco tempo no cargo, afastou-se com a cisão e colaborou com o sistema corporativo do “Estado Novo”.

S.G. até à cisão do movimento.¹⁹ Monsaraz dirigiu a organização sempre em consonância com Rolão Preto, rodeando-se de jovens militantes que fizeram parte do núcleo fundador do *Revolução*. Era este o caso de Júlio Pereira de Matos, secretário-geral adjunto que substituirá Monsaraz quando este for preso e expulso do país com Rolão Preto e o N/S ilegalizado.

3.1.4 O GRANDE CONSELHO N/S

Organismo de carácter consultivo, o GC tinha por finalidade, estatutariamente, “o estudo dos problemas de doutrina e de acção que interessam ao movimento”. Estava dividido em 5 secções (directiva, económica e financeira, cultural, jurídica e ultramarina), competindo-lhe “assistir permanentemente ao chefe por intermédio das suas secções”, elaborando relatórios e publicações da sua especialidade.

Organismos como o GC, de clara natureza pré-estatal, existiram com designações diversas em quase todos os movimentos fascistas. No caso português a sua organização interna prefigura a instituição corporativa do “Estado Nacional-Sindicalista”. No critério do convite para o GC, tentou-se unir proximidade ideológica e competência específica. A análise da sua composição confirmou a inclusão de “individualidades não filiadas no N/S”, como previam os estatutos. Ainda que a maioria fosse afectada ao movimento, parte deles eram apenas genericamente próximos do Integralismo Lusitano.

O grupo mais importante do GC era constituído por Professores da Universidade de Coimbra, cuja adesão ao N/S causou um certo impacto. Eram todos conhecidos lentes, na sua maioria da Faculdade de Direito, caso de Cabral Moncada, Fernando Pires de Lima, João Pinto da Costa Leite, José Carlos Moreira e Eusébio Tamagnini. Rapidamente

¹⁹ Filho do Conde de Monsaraz, poeta e escritor, foi fundador do IL e permaneceu monárquico toda a sua vida. Manteve-se activo no Nacional-Sindicalismo até à sua dissolução e durante a fase clandestina. Foi provavelmente o mais importante dos contribuintes financeiros do N/S.

conhecidos como o “grupo dos doutores”, estes desempenharam um papel importante na vida interna do N/S, particularmente na cisão pró-salazarista.

O GC incluiria ainda dirigentes, como Alçada Padez ou António Pedro, e personalidades afectas ao IL ou ao seu derivado Acção Realista. Alguns eram abertamente salazaristas, como João Ameal ou Manuel Múrias e, apesar de desempenharem um papel escasso ou nulo na vida interna do movimento, transformaram-se em agentes do recém-nomeado chefe do governo, quando estalar a crise interna no outono de 1933. Ainda que não desempenhassem cargos no aparelho organizativo, a sua condição de personalidades influentes e a sua capacidade de relacionamento com o novo poder político conduziram-nos rapidamente a líderes da facção dissidente.

3.1.5 O SECRETARIADO DE PROPAGANDA NO ESTRANGEIRO

Preto nomeou secretário deste organismo José Campos e Sousa, que desempenhará um papel importante na fase clandestina. Competia ao SPE a “propaganda N.S. na imprensa estrangeira” e a organização de células N/S nos núcleos de emigrantes portugueses. Na prática limitou-se a coordenar os contactos com a imprensa e a traduzir artigos da imprensa fascista estrangeira. Assegurou também correspondência regular com organismos fascistas internacionais, nomeadamente italianos, como os C.A.U.R., embaixadas e, de forma mais escassa, com outros partidos.

3.1.6 O SECRETARIADO MILITAR

Ausente dos estatutos e de natureza clandestina, o SM coordenava um conjunto bastante razoável de simpatizantes N/S nas Forças Armadas, constituído na sua esmagadora maioria de oficiais do quadro permanente.

O funcionamento do SM era acompanhado apenas por Rolão Preto e por um reduzido número de dirigentes. Entre militantes e simpatizantes, o SM coordenava cerca de 30 oficiais do Exército e um grupo mais reduzido na Marinha. O Capitão Crujeira de Carvalho chefiava este organismo, desde a sua constituição, em finais de 1932, e dele faziam parte, entre outros, os tenentes Mário Pessoa, Romãozinho e o próprio ajudante de campo do general Carmona, tenente Carvalho Nunes.²⁰

Os militares afectos ao N/S eram na sua maioria jovens e constituíam um grupo de pressão no interior da instituição militar, pois, para além de estarem colocados em unidades operacionais (como Caçadores 5), desde cedo se tinham organizado politicamente, após o golpe de 1926, à volta da Liga 28 de Maio. Alguns eram monárquicos de origens integralistas e tinham já alguma experiência política, mesmo em pequenas organizações de combate ao republicanismo.²¹

Vários ex-militantes reconheceram o papel destacado do SM na acção política do N/S, aspecto que não deixou de preocupar Salazar, e de constituir eventualmente o principal factor de inibição deste no ataque a este movimento fascista. O SM pressionava o Presidente da República, participando em várias movimentações antissalazaristas entre 1932 e 34. O seu rasto ultrapassou aliás a tentativa golpista de setembro de 1935, permanecendo mais ou menos activo até 1938.

3.1.7 AS ORGANIZAÇÕES PERIFÉRICAS

A rápida ilegalização do movimento manteve embrionários os organismos propriamente milíciais. Estes teriam, segundo os estatutos,

²⁰ Sobre a actividade do Secretariado Militar *vide* o depoimento de Preto em 1975, *in* João Medina, *op. cit.*, p. 163; e os relatórios do secretário de Salazar sobre a penetração do N/S nas Forças Armadas *in* Assis Gonçalves, *op. cit.*, p. 11-116.

²¹ O irmão de Mário Pessoa, por exemplo, tinha sido chefe dos chamados “grupos civis”, organização monárquica que se destinava a responder à “formiga branca”, grupo de acção de rua do Partido Democrático. Cf. Jacinto Ferreira, *op. cit.*, p. 2.

duas componentes: as *Brigadas de Choque*, constituídas paralelamente à ossatura do partido, com funções policiais (guarda de sedes e vigiância de comícios), deveriam enquadrar, em casos de necessidade, as *Formações N/S*, constituídas pelos aderentes “válidos”.

As Brigadas de Choque seriam dirigidas por um comandante e possuiriam organização autónoma. A sua formação iniciou-se em meados de 1933, no rescaldo dos primeiros incidentes com militantes antifascistas. Em junho desse ano, o secretário-geral apelava aos secretariados recomendando: “é urgente organizarem-se em cada cidade Brigadas de Choque, formações de autodefesa comandadas por oficiais do exército que protejam e garantam eficazmente a livre expansão do nosso movimento”, mas o seu processo de criação foi interrompido pela repressão governamental.²²

Algumas circulares internas referiam já os “cadetes das brigadas de choque”, mas de facto criaram-se apenas duas, uma em Lisboa e outra no Porto. A de Lisboa ficou conhecida como a “brigada negra”, com cerca de 60 homens, e deixou algumas marcas da sua actividade de rua, mais do que a já censurada imprensa deixou transparecer, a crer nos relatórios policiais. Dutra Faria era o seu “2º comandante”. Como este salientou, 36 anos depois, esta brigada era constituída por estudantes e ainda por *lumpen* que ele definiu pudicamente como “indivíduos acaso não muito recomendáveis sob ponto de vista burguês”.²³

Sinal evidente do propósito de criar organismos paramilitares foi o exaustivo questionário incluído na ficha individual de adesão. Os filiados deviam informar a organização sobre a sua formação militar e “desportiva”, manejo de armas de fogo, etc.²⁴

²² Cf. “Ordem de Serviço” do Secretariado Geral, assinada por Alberto Monsaraz, 26-6-1933, AOS/CO/PC-3F, ANTT.

²³ Cf. Dutra Faria, “Carta a um Fascista Efervescente”, *Diário da Manhã*, 8/11/1969, p. 3.

²⁴ Cf. Fichas individuais de inscrição citadas na nota 16.

Problema semelhante ocorreu com as “organizações auxiliares”: Feminina, Infantil e Desportiva. Preto nomeou Secretária feminina Madalena Patrício, mas a sua acção não passou do papel.

3.1.8 AS ORGANIZAÇÕES DISTRITAIS E LOCAIS

Nas vésperas do Primeiro Congresso, em setembro de 1933, o N/S contava com uma organização distrital e concelhia relativamente bem implantada, cobrindo a maioria do território nacional.

Algumas publicações do movimento referem a existência de delegações em todos os distritos e em 72 concelhos, número certamente excessivo. Mas o inquérito realizado permite chegar à conclusão que o N/S cobria a maioria do país com uma rede partidária relativamente estável. As delegações possuíam, na maioria dos casos, uma sólida implantação local, com imprensa própria, ligações à Administração local e fontes de financiamento. Raras são aquelas que nascem por iniciativa de *outsiders*. As raízes desta rápida implantação local são já conhecidas. As redes de influência e os contactos do velho Integralismo Lusitano, em parte já reorganizados na Liga 28 de Maio, que forneceu delegações inteiras ao N/S, explica este rápido desenvolvimento organizativo. Mas a sua implantação era tanto mais expressiva quanto se organizava à revelia e paralelamente ao partido governamental.²⁵

Três secretários de zona dirigiam a organização regional, directamente dependentes do secretário-geral e nomeados por Preto em 1933. Para efeitos de organização, o país foi dividido em três zonas (Sul, Centro e Norte), dirigidas a partir das três cidades mais importantes.

O critério de escolha dos secretários obedeceu a um prudente equilíbrio. Para a região Sul, com base em Lisboa, escolheu-se um adepto fiel de Rolão Preto, membro do grupo fundador, Alçada Pa-

²⁵ Vide Cap. IV.

dez.²⁶ Para o controlo das comissões distritais da Zona Centro, foi designado Eusébio Tamagnini, professor universitário que liderava o núcleo de Coimbra e “notável” do GC.²⁷ Para a região Norte, com base no Porto, escolheu-se o jovem médico Augusto Pires de Lima, que desempenhou um papel importante na unificação dos núcleos integralistas locais e na Liga 28 de Maio, da qual foi fundador distrital, no final dos anos 20.

3.1.9 Os SECRETARIADOS DISTRITAIS E MUNICIPAIS

Conseguimos detectar a composição e o funcionamento de cerca de 15 secretariados distritais. Apenas no Baixo Alentejo não existiam núcleos N/S, distritais ou concelhios. Em todos os outros, mesmo quando não se criaram secretariados distritais, existiam núcleos em alguns concelhos do distrito.

No geral, os secretariados distritais eram compostos por dirigentes residentes, na maioria dos casos mesmo naturais da região, aqui exercendo a sua actividade profissional. Por vezes alguns “notáveis” nacionais, originários de um distrito, eram membros do secretariado correspondente, mas o movimento foi raro.²⁸ Como se viu atrás, a maioria dos secretariados distritais foram constituídos a partir de militantes integralistas e da Liga 28 de Maio, mas, com a excepção dos distritos de Leiria e Coimbra, a sua criação obedeceu a uma efectiva reestruturação feita pela direcção em Lisboa.

²⁶ Jovem integralista e fundador do N/S, manteve-se sempre ao lado de Rolão Preto durante a fase clandestina. Seria deportado pela sua participação no golpe de 1935, colaborou com as campanhas da “oposição democrática” e integrou-se no campo antissalazarista, após a Segunda Guerra Mundial.

²⁷ Destacado Professor da Universidade de Coimbra, foi nomeado Ministro da Educação, após a cisão pró-salazarista da qual foi dirigente. Pertenceu ao grupo pró-alemão desta Universidade, durante a guerra.

²⁸ É este o caso do Brigadeiro João D’Almeida, do Secretariado Distrital da Guarda. Estava já reformado quando aderiu ao N/S.

Ao contrário dos SD, criados quase integralmente pela direcção do movimento, os secretariados municipais têm origens muito diversas. Alguns foram apenas como que homologados, visto virem, sem grandes diferenças, da Liga 28 de Maio. Outros derivaram de núcleos integralistas, especialmente no Centro e Norte do país. Esta origem explica a existência de actividade local N/S onde não existia capacidade para organizar um secretariado distrital, casos de Aveiro e Portalegre.

Mais forte nos concelhos rurais do Centro/litoral e do Norte e das indústrias das mesmas regiões. Pouca implantação no Sul latifundiário cuja malha era distrital, com destaque para Évora e Alcácer do Sal, e alguma no Algarve. A diversidade de situações foi sensível, quer no nível da origem política dos núcleos e do seu grau de inserção na sociedade local, quer na sua composição social. Na impossibilidade de uma análise detalhada da composição destas comissões locais e da sua acção política, apontem-se algumas tendências, a partir de alguns estudos de caso.

No Norte, a maioria dos núcleos municipais eram de base integralista e possuíam uma sólida implantação local com a sua imprensa e, em muitos casos, dominando ou detendo laços privilegiados com a administração local. Nos casos em que os núcleos provinham da Liga 28 de Maio, a marca tradicionalista era menor e a militância fascista mais acentuada, casos do Distrito de Leiria, por exemplo.

Não é fácil ter uma ideia clara do dia a dia de uma delegação local do N/S. Exemplos colhidos de relatórios internos dos núcleos de província fornecem, no entanto, alguns elementos, de generalização duvidosa. Em muitos núcleos o carácter paramilitar dissolvia-se, permanecendo apenas o sector politicamente mais à direita do espectro político local, reduzido ao núcleo integralista. A sua imprensa reproduzia os comunicados nacionais, os seus membros participavam nos comícios, mas a sua organização local não sofreu grande transformação, bem como a composição elitista do núcleo.

Alguns secretariados concelhios, no entanto, aproximavam-se mais do modelo paramilitar ao nível da sua organização interna e da sua acção política. Em um concelho do Norte do país, por exemplo, o chefe local descrevia a situação desta forma ao secretário distrital: “os camaradas daqui organizam-se e trabalham e têm já feito coisas interessantes. Assim têm uma sede, fazem instrução militar, com um perfeito serviço disciplinar, com sanções, que vão desde a suspensão à expulsão”. Para a formação política, pediam-se algumas obras para a sede, para além das editadas pelo N/S. Referia o dirigente local:

Peço-lhe que tenha em atenção o nível mental cá dos rapazes, que é necessariamente baixo, na escolha dos livros, claro que também não convém os mestres dos integralistas, pelo menos por enquanto. [...] Suponho que uns discursos do Hitler e do Mussolini, *A Família* de Alberto Esteves; *Para Além do Comunismo*, de Rolão Preto, etc.²⁹

Previstas nos estatutos como núcleos de base do movimento ao nível da unidade administrativa menor – a freguesia – e “tanto quanto possível na sua profissão”, as células nunca se chegaram a constituir, se exceptuarmos as estudantis, nas Universidades de Lisboa e Coimbra. No campo sindical, no entanto, foram organizados vários núcleos socioprofissionais N/S, como se viu atrás.

3.1.10 O FUNCIONAMENTO INTERNO

A abordagem formal de organização anteriormente realizada dissolve-se parcialmente quando se observa o seu funcionamento concreto, afastando-se por vezes, quer em termos de disciplina interna, quer no nível organizativo, da imagem que se projectava na imprensa e nos comunicados oficiais.

²⁹ Cf. carta de António Pacheco a Quitério, SD [1934]. ARP.

Sob ponto de vista do seu funcionamento interno, o N/S conheceu duas fases: a legal (1932-33) e a clandestina (1934-36).³⁰ Durante a sua fase legal, a que se vem analisando, o N/S deu os passos clássicos de institucionalização que o Primeiro Congresso consagrou.

Sob o ponto de vista genético, a organização do N/S foi constituída em torno de uma figura carismática que aglutinou elementos de grupos preexistentes com uma dominância clara do IL. Nesta perspectiva, o processo de formação do N/S ilustra o modelo de *penetração* na formação de organizações partidárias, pois foi a partir de uma personalidade e de um centro de “empresários políticos” a ele associados que o movimento se constituiu e criou os seus núcleos locais (ou os reorganizou em função de uma nova lealdade a este centro).³¹

Na primeira fase da sua actividade, reproduzindo um padrão clássico da formação de partidos políticos, a fluidez e a dispersão reinaram na organização, com múltiplos laços paralelos de solidariedade, herdados de anteriores experiências e conspiratas, a atravessarem a sua vida política interna. A própria autoridade de Rolão Preto foi várias vezes posta em causa, ainda que de forma camuflada, e as críticas sobre a sua indefinição perante tensões internas foram-se avolumando até ao Primeiro Congresso. Mas foi à volta do “chefe” que o N/S se institucionalizou até à sua ilegalização e, ainda mais, durante a chamada “fase clandestina”.

³⁰ Muito embora esta estrutura clandestina tenha sobrevivido até ao início dos anos 40, ela nada acrescenta a esta periodização, passando a ser, a partir de 1936, uma rede de “amigos políticos” de Preto.

³¹ Sobre o modelo de “penetração” ou “difusão” na formação dos partidos políticos, K. Elíassem and L. Svaasand, “The formation of mass political organizations: an analytical framework”, *Scandinavian Political Studies*, 10 (1975), p. 90-120 e Angelo Panebianco, *op. cit.*, p. 104-110.



Figura 5 – Uma caderneta de filiado NS.³²

Fonte: coleção do Autor.

3.1.11 O PAPEL DE ALGUNS GRUPOS INFORMAIS

Sem consagração estatutária, o núcleo fundador do *Revolução* constituía na prática o Secretariado Distrital de Lisboa. Unido por fortes laços de amizade e por uma intensa sociabilidade, constituindo o grosso da redacção do diário do movimento, o “soviete de Lisboa” (assim se autointitulavam) dominava grande parte da organização.³³

³² Em finais de 1933, Rolão anunciava ter o partido cerca de 50.000 filiados. Alguns meses mais tarde, o secretário para as relações com o estrangeiro relatava para Roma ter o movimento “um total de 30.000 camaradas”, número já mais moderado. Mas mesmo este número, certamente ainda exagerado, era importante para Portugal nos anos trinta do século XX. O partido oficial de Salazar, a União Nacional, teria pela mesma altura pouco menos de 20.000 filiados.

³³ Cf. a nota memorialista de Barradas de Oliveira. “Evocação de dois antissalazaristas. António Pedro e a Política”. *A Rua*, n.º 180.27/12/1979, p. 7.

Constituído pelos fundadores do movimento, assegurando a vida do jornal e da sede nacional, estes foram o núcleo mais radical, mais antissalazarista e mais autoconvencido da sua condição de representantes em Portugal da “geração fascista” europeia. Foram eles que marcaram o perfil do N/S e foi neles que Rolão se apoiou internamente. Estudantes ou “desempregados”, estes possuíam uma disponibilidade e uma dedicação à organização que fazia deles uma espécie de “funcionários dirigentes” do movimento.

A autoridade deste grupo sobre os núcleos da província era difícil, e muitos destes acusavam o “soviete” de radicalismo, desorganização e dirigismo. Esta tensão era moderada pelo próprio Rolão Preto, que recebia regularmente queixas dos Secretariados contra Lisboa. Por outro lado, sobretudo no Norte, antigos conflitos pessoais e políticos entre integristas determinaram vários problemas na constituição das delegações.

Um segundo grupo com alguma coerência interna era o de Coimbra, por razões já conhecidas e que datavam da sua saída da UN e da passagem pela Liga 28 de Maio. Mais moderado e predisposto a um compromisso com o Poder, foi no seio deste grupo que se chegaram a tentar encontrar soluções que passassem pelo afastamento de Preto. Cabral Moncada chegou a ser convidado por Eusébio Tamagnini para assumir funções de chefia mas acabou por recusar.³⁴

Rolão Preto, que tinha relações de camaradagem estreitas com o de Lisboa, era por este acusado de hesitação, e retirava-se várias vezes para a sua casa da Beira, deixando o partido nas mãos do “soviete”, ao mesmo tempo em que tentava colocar-se “acima” das diversas sensibilidades.³⁵ No círculo restrito da direcção, Preto tentava controlar,

³⁴ Cf. Luis Cabral Moncada, *op. cit.*, p. 184-185.

³⁵ No auge da crise provocada pela cisão em finais de 1933, o “soviete” de Lisboa radicalizava contra os cisionistas pró-Salazar e vários dirigentes deste escreviam a Preto, que estava retido na sua quinta, doente, criticando o seu carácter conciliador. António Tinoco hesitava em apelar a que este “abandonasse esse anarquismo, essa desordem com que resolve e faz tudo” e o secretário-geral adjunto, Pereira de Matos, acusava também o “camarada Chefe” de andar

por vezes sem sucesso, os ímpetos mais “revolucionaristas” do núcleo fundador e manter a coesão do movimento.

As delegações detinham uma larga autonomia e muitas das acções de propaganda não tinham grande coordenação. Apesar disso, a capacidade de iniciativa dos diversos polos foi bastante significativa, excedendo sem dúvida os vários sectores conservadores e o próprio governo. As relações entre a direcção e os organismos distritais e locais eram bem mais flexíveis do que a letra dos estatutos previa, e a correspondência política interna demonstra um certo grau de pluralismo nas atitudes da comunidade militante e da sua capacidade de as expressar internamente. Se algum aspecto se deve salientar como dominante na vida interna do N/S, ele foi o da militância que o caracterizou, sobretudo tomando em consideração os seus recursos financeiros e a conjuntura política em que se desenvolveu.

3.1.12 A IMPRENSA N/S

Foi através da rede de imprensa do N/S que alguma coordenação foi tentando cimentar a organização a nível nacional. O *Revolução*, como órgão nacional, constituiu o principal veículo de comunicação interna e de difusão ideológica e política do N/S. A sua vida foi acidentada, quer pela repressão governamental, quer por dificuldades financeiras, provocando várias vezes a sua interrupção. O jornal nacional encontrava-se ainda apoiado por uma rede relativamente ampla de imprensa regional, ligada aos Secretariados locais. Pelo menos 11 jornais regionais filiados (e um número superior de jornais simpaticizantes) ampliavam o eco do *Revolução* pela província. Estes jornais chegaram a organizar-se em uma Federação da Imprensa Nacionalista que controlava um vasto número de publicações locais.³⁶

a fazer “bastantes asneiras que vêm comprometer o entusiasmo necessário neste momento”. Cf. cartas de António Tinoco e Pereira de Matos a Rolão Preto, 2/1/1934 e 30/12/1933. ARP.

³⁶ Cf. a organização desta associação nos números iniciais do *Revolução*, ainda em 1932.

Era através do *Revolução* que iam sendo dadas instruções aos Secretariados, na secção do “Secretariado Geral” e se coordenavam as acções de massas e de propaganda. O jornal continha ainda destacáveis como *A Revolução dos Trabalhadores*, destinado à classe operária. Com o crescimento dos ataques da censura, que rapidamente paralisaram o jornal, os comunicados do Secretariado Geral passaram a ser enviados por correio interno em “Ordens de Serviço” numeradas.

A imprensa local encontrava-se em uma situação mais confortável, pois tinha maior equilíbrio financeiro e uma ligação mais sólida às elites locais. A grande maioria apresentava-se já ou como órgãos da Liga 28 de Maio ou eram semanários integralistas cuja fundação remontava por vezes ao regime republicano. Mesmo em termos de repressão, a situação era aqui mais benevolente, dada a relativa desco-ordenação dos serviços de censura e o próprio facto de muitos serviços regionais ainda não estarem devidamente disciplinados pelo governo. A antiguidade era neste caso uma vantagem, pois a sua ilegalização era difícil. Mas, quando os secretariados distritais apresentavam pedidos de autorização para fundar novos jornais, estes perdiam-se nos corredores governamentais e só com a intervenção dos “amigos”, particularmente os militares, é que ela vinha. O órgão do Secretariado Distrital de Faro só conseguiu receber autorização do Ministério do Interior para iniciar a sua publicação sob intervenção do capitão David Neto.³⁷ Neste, como em muitos outros microepisódios da vida do N/S, o Secretariado Militar ia abrindo portas dificilmente contornáveis. Esta rede de imprensa constituía também um importante apoio logístico, pois, em muitos casos, as sedes locais do movimento aproveitavam as instalações destes jornais ou de delegações do *Revolução*.

³⁷ Cf. carta de José Domingos Garcia Domingues a Rolão Preto, 22/11/1932, ARP. Os N/S algarvios queixaram-se também a Marcello Caetano, segunda carta deste a Salazar. Cf. José Freire Antunes (Org.), *op. cit.*, p. 92.

3.1.13 Os APOIOS FINANCEIROS

Um problema que atravessou quase desde o início a vida política do N/S foi de natureza financeira. O movimento, com alguma militância, dispunha de todo um aparato de colectas. Ao habitual sistema de cotas mensais, juntavam-se as acções da Editorial, os “Amigos do Revolução”, as rifas, vinhetas e selos com os símbolos do movimento e a efígie de Rolão Preto.³⁸ Ainda que, pelo menos até finais de 1935, já ilegalizados, alguns secretariados continuassem a cobrá-las, este tipo de apoio não dava nem para um décimo das despesas do movimento. A falta de dinheiro era aliás um tema constante de relatórios internos.

Tanto quanto foi possível observar, o núcleo mais seguro, regular e constante dos apoios financeiros da organização veio quase sempre dos círculos próximos do IL. Inicialmente alguns “sacos azuis” governamentais controlados por “amigos” ou sob influência de militares podem ter funcionado, vários pedidos e negociações foram detectados nesse sentido, mas à medida que o distanciamento do poder se acentuou, estas portas fecharam-se e as dívidas limitaram-se a crescer.

Quando Rolão Preto assumiu a direcção do jornal e se fundou o movimento, vários mecenas apoiaram a sua publicação. O *Revolução*, por exemplo, foi inicialmente subsidiado por Álvaro Sousa Rego, que acreditou na sua viabilidade. António Pedro apontava-lhe a vantagem de, sendo “extremamente vaidoso” e “casado com uma mulher rica”, estar “convencido de que o jornal lhe trará, além de uma influência notável, um interesse de dinheiro”.³⁹ Mas, passado pouco tempo, quando as vendas comerciais do jornal começaram a provar o contrário, outros fundos foram necessários.⁴⁰

³⁸ Cf. alguns exemplares deste tipo de material in Proc. n.º 177I/SPS, Arqu. PIDE/DGS. ANTT.

³⁹ Cf. carta de António Pedro a Rolão Preto, 6/5/1932, ARP.

⁴⁰ Logo no início, em julho de 1932, Sousa Rego escrevia a Preto, dizendo-lhe que o jornal tinha descido em vendas na rua para cerca de 300 exemplares em Lisboa e outros tantos no Porto: “Por atenção para consigo prolongo-lhe a vida por mais uma semana, embora com

Os primeiros manifestos do movimento, da autoria de Rolão Preto de outros dirigentes, foram publicados pelas edições UP (e impressos em uma tipografia), cujos proprietários eram dois fundadores, António Pedro e Castro Fernandes. Jovens profissionais simpatizantes ou militantes do N/S, associados ao modernismo, asseguravam gratuitamente a estética dos folhetos e pequenas brochuras de propaganda. Foi este o caso do grupo portuense Ars.⁴¹ Em 1933, o jornal cresceu significativamente, e os seus fundos vieram da rede de simpatizantes que, apesar de tudo, não era pequena, e possuía muitos nomes sonantes da aristocracia. No entanto, quando o jornal encerrou no verão de 1933, com sucessivos golpes da censura, uma das razões que levou a direcção a transferir para outro título o órgão central era a da sua dívida.⁴² Na província, grande parte das delegações e os seus órgãos de imprensa autossustentavam-se.

Quer em Lisboa quer, sobretudo, no Norte alguns industriais contribuíram generosamente, por eventual instrumentalidade mas, acima de tudo, por laços pessoais com alguns dirigentes da alta classe média do Porto.⁴³ Mas, no fundamental, não parecem existir, em termos fac-

sacrifício”. Cf. carta de Álvaro de Sousa Rego a Rolão Preto, 11/7/1932, ARP.

⁴¹ Constituído pelos Arquitectos Fernando Cunha Leão, Fortunato Cabral e Mário Morais Soares, o grupo Ars foi responsável pelo design de obras como Augusto Pires de Lima, *N.S.-Revolução*, publicado pelo Secretariado do Porto do Nacional Sindicalismo em 1933, reeditado em 1934 em Lisboa pelo Secretariado Nacional. Devo esta informação ao Arquitecto João Delgado. Vide João Paulo Fialho de Almeida Pereira Delgado, *Uma Concepção Totalitária: “ARS Arquitectos”*. Cultura, ideologia e tecnologia construtiva na década de 1930 em Portugal, Dissertação de Doutoramento, Departamento de Arquitectura e Urbanismo, ISCTE-IUL, 2015. Outro jovem Nacional Sindicalista, mais tarde destacado participante na oposição católica.

⁴² Mas, provando alguma disponibilização dos próprios dirigentes, estas eram na sua maioria dívidas internas. Em janeiro de 1934, tendo em vista um eventual reinício da publicação, as dívidas do jornal dividiam-se entre 3.000\$ a terceiros, 18.000\$ a António Pedro e o “resto”, que não deveria ser pouco, a Alberto de Monsaraz. Cf. carta de António Tinoco a Rolão Preto, 19/1/1934, ARP.

⁴³ Que eram os principais atingidos pelas colectas. A título de exemplo, em julho de 1933, numa lista de donativos do Secretariado do Porto, para reforçar a “propaganda junto dos meios operários, infelizmente bastante penetrados pelas ideias comunistas”, inscreviam-se nomes e verbas que iam de 1.000 a 5.000\$00, a última de um nome não identificado da Lito-grafia Nacional e a primeira do médico Mário Cardia, integralista. Cf. Nacional-Sindicalismo, Secretariado do Porto, Circular de 1/7/1933. APL.

tuais, “segredos” a descobrir nos apoios financeiros ou em correlações sociais daí derivadas. A acusação dos partidos antifascistas de apoios financeiros do próprio governo, através de “saco azul” do Ministério do Interior, a ser verosímil, não deixou traços.⁴⁴

3.2 DIRIGENTES, MILITANTES E ADERENTES

Os números sempre constituíram um problema na investigação sobre os partidos fascistas. Dissoluções precoces, desaparecimento de arquivos e ilegalizações contribuíram para um retrato muito desigual. Esta escassez de dados empíricos excitou bastante a imaginação histórico-sociológica e, não raras vezes, a imaginação sobrepôs-se à inexistência de dados.⁴⁵

O problema agrava-se quando se estuda o período anterior à tomada de poder, no caso da Alemanha e da Itália, ou os partidos que nunca “conquistaram o Estado”. A participação eleitoral constituiu um bom indicador para a maioria dos casos na Europa ocidental e do Norte, mas não existe no caso português. Às limitações de ordem documental, acrescenta-se o facto de o N/S se ter desenvolvido já em uma situação política autoritária.

O desaparecimento dos ficheiros e dos arquivos da organização não nos permite uma aproximação rigorosa ao perfil dos aderentes fascistas ou mesmo procedimentos por amostra. Para os dirigentes, o moroso cruzamento de um conjunto diversificado de fontes permitiu-nos a reconstituição da elite e do fundamental da comunidade militante, no conjunto, cerca de 200 elementos. Para os aderentes possuímos apenas as listas de adesões divulgadas pelo Secretariado Nacional durante alguns períodos, identificando cerca de 3.800.⁴⁶

⁴⁴ Pelo menos no AGMI/ANTT.

⁴⁵ Cf. um dos mais importantes estudos coletivos, Stein U. Larsen *et al.* (edited by), *op. cit.* (Bergen: 1980).

⁴⁶ Os dados sobre os dirigentes foram obtidos cruzando um conjunto de fontes diversificadas (fundamentalmente a imprensa nacional e regional do movimento e o ficheiro polícia políti-

Em finais de 1933, vários dirigentes N/S, nomeadamente Rolão Preto, anunciavam que o partido contava com 50.000 aderentes.⁴⁷ Alguns meses mais tarde, em carta confidencial para Roma, dirigida ao secretário dos CAUR, o responsável pelas relações com o estrangeiro relatava ter no movimento “um total de 30.000 camaradas”, número já mais moderado.⁴⁸ Mas mesmo este quantitativo, certamente mais próximo da realidade, estava longe de ser desprezível no Portugal do início dos anos 30.

No seu conjunto, os cerca de 15% sobre os quais possuímos dados permitem-nos uma aproximação, ainda que limitada, ao perfil social e político dos dirigentes e aderentes, bem como a sua comparação com outros partidos fascistas e com o único partido com o qual partilhou o espaço político, em 1933, a União Nacional de Salazar.⁴⁹

ca) e submetidos a alguns ex-militantes entrevistados. Consideramos nestes, para além dos dirigentes nacionais, distritais e locais, os directores e principais redactores dos jornais do movimento. Quanto aos aderentes trabalhamos com base nas listas publicadas na imprensa e outras encontradas no próprio ARP, depois de as submetermos a algumas verificações junto de testemunhos orais. Os 3.800 sobre os quais possuímos alguns não correspondem pois a uma amostra, no sentido rigoroso do termo. Acresce que estas listas não eram seguras e vários nelas incluídas desmentiram a filiação. Cf. por exemplo o caso da Madeira in Emanuel Janes, *Nacionalismo e Nacionalistas na Madeira nos Anos Trinta (1928-1936)* (Funchal: 1997), p. 183.

⁴⁷ Este número foi apontado diversas vezes por Rolão Preto e tomado como hipótese credível pelas ciências sociais, sendo, a partir de alguns autores portugueses, citado pela investigação internacional para efeitos comparativos, caso, por exemplo, de Peter Merkl, “Comparing Fascist Movements”, Stein U. Larsen *et al.* (edited by), *op. cit.*, p. 756. Não cremos que tenham chegado a tanto. Apesar de não termos dados sobre o número de aderentes dos partidos dos anos 20, 50.000 deveria ter parecido exagerado, até pela conjuntura política em que se formou o movimento. O próprio partido governamental contava no mesmo ano com pouco menos de 20.000 filiados. Cremos que o N/S andasse da UN, mas nunca acima dos 25.000 aderentes. Chegamos a este número depois do estudo da estrutura interna da organização e das entrevistas realizadas.

⁴⁸ Cf. carta de José Campos e Sousa a Augusto Pescosolido de 26/5/1934, remetida por Co-sellschi a Galeazzo Ciano, em dossier intitulado “Movimento Nazional-Sindicalista Dissidente in Portogallo”, Miniculpop, Busta 404, A.C.S., Roma.

⁴⁹ Alguns quadros que apresentamos à frente foram comentados também por Martin Blinkhorn, com base em informação cedida pelo autor. Cf. “The Iberian States”, in Detlef Mühlberger (edited by), *op. cit.*, p. 320-348.

3.2.1 OS DIRIGENTES E A COMUNIDADE MILITANTE

3.2.1.1 IDADE

Provavelmente mais significativo que dezenas de quadros estatísticos sobre a composição etária e geracional da elite fascista é o facto de, em 1928, entre cerca de 15.000 nomes citados no *Who's who* alemão, não figurar o nome de nenhum dirigente nazi de 1933.⁵⁰ O mesmo se poderia dizer, com um maior número de excepções no entanto, sobre os correspondentes portugueses.

O elogio da juventude no discurso ideológico e político fascista correspondia, no caso do N/S, a uma quase autopromoção narcísica. Rolão Preto, com quase 40 anos, e Alberto Monsaraz, com 44, estavam à frente de um grupo dirigente nacional bastante mais novo. A juventude dos dirigentes nacionais, a grande maioria dos quais com menos de 26 anos, aproximava-se bastante da média de idades dos dirigentes fascistas europeus, maioritariamente pertencentes à geração de 20 e 30.

A “juventude” excessiva da direcção nacional seria aliás um argumento bastante utilizado no debate político interno. A clivagem política existente entre os fundadores do *Revolução* e os dirigentes locais, no geral mais velhos, era muitas vezes apontada em termos de idade, e a correspondência dirigida ao chefe do movimento revelava inúmeras críticas de militantes da província aos “rapazolas de Lisboa”. Os dirigentes concelhios e locais eram um pouco mais velhos, mas apenas o GC apresentava uma notória diferença, com mais de metade dos seus membros acima dos 35 anos.

A comunidade de geração é o elemento mais importante na elite dirigente N/S, e um factor importante de unidade do grupo dirigente de Lisboa. O único partido, contemporâneo do N/S, que contava com uma média de idades semelhante era o recém-reorganizado e clandestino

⁵⁰ Cf. Juan Linz, “Some notes toward...”, p. 43.

tino PCP, alguns dirigentes deste foram aliás colegas de faculdade dos dirigentes fascistas, na Universidade de Lisboa.

3.2.1.2 *A COMPOSIÇÃO SOCIOPROFISSIONAL*

Estudantes, intelectuais e jovens desempenhando profissões liberais dominavam a composição socioprofissional dos dirigentes nacionais e distritais. Estudantes ou ex-estudantes sem profissão constituem 36% dos dirigentes nacionais, seguidos de perto pelas profissões liberais (na sua maioria advogados). Boa parte destes aliás exercia funções esporádicas de jornalismo e interromperam os seus cursos universitários. Os dirigentes distritais apresentavam uma maior diversidade. Proprietários rurais e profissões liberais, sobretudo advogados, dominavam os dirigentes distritais. Encontramos ainda alguns militares que exerceram cargos de administração local durante os primeiros anos da Ditadura.

A separação entre dirigentes distritais e concelhios, dada a escassez dos números apurados sobre estes últimos, não se mostrou muito operativa, apresentando uma quase idêntica configuração, com o natural destaque para um número maior de proprietários rurais (34,5%), particularmente no Norte do País. Mas convém destacar a presença, sobretudo nos concelhos urbanos, de alguns empregados da área dos serviços, e mesmo de operários, nomeadamente em alguns concelhos do Norte, como o do Porto. Quanto ao GC, espécie de antecâmara de um conselho corporativo, apenas merece relevo os 24% de professores universitários, que representavam o já assinalado “grupo de Coimbra”.

3.2.1.3 *A ORIGEM POLÍTICA*

Apesar de jovens, os dirigentes do N/S, quer os nacionais, quer os distritais, vinham quase todos de outras organizações políticas quando fundaram ou aderiram ao movimento.⁵¹ A sistematização

⁵¹ , Contabilizou-se como integralistas os militantes da Liga conhecidos pela sua militância

em quadro confirma a presença esmagadora do Integralismo. O IL dominava quase exclusivamente, sendo responsável pela origem de 38,5% dos dirigentes. Poucos (11%) eram os que iniciaram a sua actividade política como dirigentes do N/S. Ulterior apuramento da origem de muitos dirigentes locais poderá fazer aumentar o número de integralistas, mas a escassez de informação obtida sobre estes não permite opiniões mais precisas.

Os dirigentes nacionais constituíam em grande parte, como vimos atrás, a Junta Escolar de Lisboa do IL, no final dos anos 20. Preto e Monsaraz eram ex-membros da Junta Central, e mesmo aqueles que não vieram directamente do IL iniciaram-se no campo político em organizações derivadas, caso de António Pedro, ou em organizações estrangeiras, enquanto estudantes, caso de Pereira de Matos que militou na *Action Française*.

A Liga 28 de Maio, que forneceu organizações locais inteiras ao movimento, foi responsável, por si só, pela origem de uma escassa dezena de dirigentes. No caso dos dirigentes distritais, a tendência era semelhante, apenas quatro provinham exclusivamente da Liga, dois dos quais ex-cadetes de Sidónio Pais, ainda que os 30% de desconhecidos não permitam grande rigor. Convém ainda não esquecer que uma parte dos núcleos distritais da Liga já recuperava integralistas, como nos do Porto, Coimbra ou Évora. Apenas o Grande Conselho, de vocação consultiva, apresenta uma maior pluralidade de origens, mas sempre na família da direita radical.

Quanto aos dirigentes e ao fundamental da comunidade militante, a sua origem no sector mais radical e fascizante do Integralismo impera esmagadoramente. Onde tal não se verificou foi nos militares, que representaram a parte mais significativa dos dirigentes que apenas provinham da Liga 28 de Maio.

no IL. Caso esta distinção não tivesse sido feita, o número de militantes tendo como origem imediata a Liga 28 de Maio teria aumentado bastante.

Em 1947, um ex-dirigente do N/S diria que, entre os fundadores do movimento, “vinham uns da direita e outros da esquerda – seguiram uns pela esquerda e outros pela direita”.⁵² Se a segunda parte da afirmação é sem dúvida verdadeira, a primeira não resiste à quantificação. A ausência de elementos provenientes da esquerda ou do sindicalismo foi evidente. Um ou outro trãnsfuga do anarcossindicalismo, como os atrás identificados, confirmou apenas a presença hegemónica da direita radical. A elite fascista portuguesa, em termos de origem política, não apresentou os elos “sindicalistas” ou “socialistas” revisionistas, comuns a outras versões europeias, particularmente, em França e em Itália.⁵³

A configuração da origem política da comunidade militante permite confirmar que o N/S herdou e reorganizou os anteriores projectos de organizações fascizantes criadas após o golpe de 1926, particularmente da Liga 28 de Maio. Mas, em termos ideológicos e políticos, foi o Integralismo que foi responsável pela formação da sua elite dirigente.

3.2.1.4 Os MILITARES

Os militares devem ser destacados da mera análise da composição socioprofissional dos dirigentes, pois estes ocuparam um lugar muito importante no N/S e, na sua maioria, não apareceram legalmente na organização. O Secretariado Militar unia apenas o sector filiado, mas este influenciava uma rede invejável de simpatizantes, bem visível pela presença de oficiais do exército nas manifestações públicas do

⁵² Cf. carta ao director de António Tinoco. *Vida Mundial*, 23/8/1947. p. 3.

⁵³ A origem “sindicalista” e “socialista” dos dirigentes fascistas europeus tende em certos casos a ser sobrevalorizada e não resiste a uma análise quantitativa. Pequenos partidos fascistas foram criados por ex-militantes socialistas, sindicalistas e mesmo, no caso de Jacques Doriot, comunistas, mas a excepção não deve ser confundida com a regra, e a regra é a origem conservadora e de direita. A bibliografia sobre a origem de esquerda de certos movimentos fascistas é bastante extensa. Cf. com introdução, para além dos já citados, A J. Gregor, *The Young Mussolini and the Intellectual Origins of Fascism* (Berkeley: 1979); Philippe Burrin, *La Dérive Fasciste. Doriot, Déat, Bergery, 1933-1945* (Paris: 1986); Jean-Paul Brunet, *Jacques Doriot. Du. Communisme au Fascisme* (Paris: 1986).

movimento.⁵⁴Jovens tenentes e capitães (promovidos recentemente) formam a esmagadora maioria do contingente. O único oficial general é o brigadeiro João d' Almeida, oficial monárquico e integralista, conhecido pelas inspirações e tentativas golpistas da direita radical, antes e depois do 28 de Maio de 1926.

O facto de a maioria destes militares provirem da Liga 28 de Maio permite perceber o papel desta organização no estreitar das relações entre integralistas e “tenentes do 28 de Maio”. Cerca de 20 militares eram dirigentes da Liga no início dos anos 30 e, como vimos atrás, o sector civil da Liga era, no fundamental, Integralista.

Os laços de sociabilidade e solidariedade políticas entre estes militares e os fundadores do movimento datam, como vimos, dos primeiros dias do golpe militar de 1926 e foram consolidados em diversos grupos, publicações e conspiratas até à fundação da Liga, em 1928. Ao núcleo propriamente militante do Secretariado Militar juntavam-se muitos simpatizantes, que se apresentavam nas manifestações de propaganda e, sobretudo, nas manobras de bastidores. As periódicas relações de tensão entre os militares e Salazar também ajudavam a que o N/S cumprisse funções tribunícias neste campo, permitindo-lhe atrair conjunturalmente para a sua órbita um número bastante maior do que os que se encontravam na sua esfera de influência política.

3.2.2 OS ADERENTES: DISTRIBUIÇÃO E PERFIL

Como foi salientado no início, a informação recolhida sobre os filiados no Nacional-Sindicalismo apresenta um grau de rigor bastante menor do que a que foi apresentada sobre a comunidade militante. Apesar das limitações apontadas, a sua sistematização permite observar com

⁵⁴ Consideramos aqui não só os elementos identificados como militantes do Secretariado Militar mas também alguns simpatizantes presentes nas manifestações públicas do N/S, muitas vezes em claro desafio ao governo, que participaram também na Liga 28 de Maio. Apesar de o Secretariado Militar contar também com alguns militantes na Marinha, apenas se conseguiu informação sobre dois.

maior clareza algumas tendências que a consulta de outras fontes já indicava, nomeadamente no que diz respeito a sua tentativa de penetração e implantação em alguns sectores da sociedade portuguesa da época.

A distribuição de recrutamento do N/S aponta para uma clara penetração no universo urbano, com maior incidência no litoral mais desenvolvido, e ainda para um maior impacto no Norte do que no Sul, particularmente nas áreas dos distritos do interior rural. Lisboa, Porto, Coimbra e Braga concentraram o fundamental das adesões, o que aliás coincidia com as cidades de maior actividade política do movimento.

As adesões, apesar de mais escassas, seguiram também a malha mais urbanizada do litoral, no Algarve e, acima de tudo, entre Lisboa e o eixo Porto-Braga. Apenas no Norte, particularmente no Minho e nos distritos de Vila Real e Bragança, se encontraram filiados significativos em zonas rurais.

O contraste Norte-Sul, particularmente nos distritos do interior do país, não representou apenas a natural diferenciação numérica da distribuição da população. Ele remete-se fundamentalmente à ausência de mobilização de um “fascismo rural” no Sul latifundiário, concentrado nos distritos de Setúbal, Évora e Beja. Em termos organizativos, como se viu, apenas em Évora e em um concelho rural do distrito de Setúbal, existiam delegações do N/S.

A distribuição das adesões em alguns distritos de província, nomeadamente ao norte do Porto, pode ter como factor explicativo a presença da notabilidade local integralista em certos concelhos rurais de distritos como Braga ou Bragança. Braga, no entanto, permaneceu um núcleo de forte implantação e actividade política N/S, e só um estudo local nos poderia fornecer algumas pistas.

3.2.2.1 A COMPOSIÇÃO SOCIOPROFISSIONAL

A figura da distribuição socioprofissional dos aderentes, coerente com a distribuição geográfica atrás referida, aponta para uma signi-

ficativa adesão nos sectores mais sensíveis ao discurso “integrador” e “antiplutocrático” do fascismo. Empregados, estudantes, pequenos proprietários, comerciantes, são “nomes” conhecidos mesmo dos não especialistas do tema. A famosa “crise das classes médias” que, com o “problema operário”, encheu páginas inteiras da propaganda do N/S, parecia ter eco na tendência geral do movimento de adesões. Algumas categorias, no entanto, não podendo ser desagregadas e correlacionadas, não permitem grandes voos interpretativos.

Alguns grupos sobrerrepresentados tinham já um passado associativo fascizante, caso do pequeno patronato comercial, que desde 1919 aderiu com relativo entusiasmo à Confederação Patronal de Sérgio Príncipe, representando 10,5% dos inscritos.⁵⁵ De salientar também os quase 14% de empregados do sector privado, grupo onde o N/S conseguiu uma relativa penetração, dinamizando sindicatos fascistas.

Não é de espantar a fraca adesão do funcionalismo público, ao qual a prudência e o próprio emprego aconselharam desde cedo a filiação no partido governamental.⁵⁶ Convém também não esquecer que parte dos agregados nesta categoria eram funcionários da administração local, onde, após o golpe de 1926, alguns dirigentes do N/S exerceram funções.

Mas o número de operários entre os filiados (quase 15%) merece alguma atenção, pois poderia significar um sucesso relativo do fascismo luso junto da classe operária, a qual, não esqueçamos, é a principal destinatária do discurso político N/S. A integração dos “trabalhadores” no sistema corporativo a criar, permitindo uma eficaz luta contra a influência comunista, era o principal *leitmotiv* do movimento. A distribuição nacional da adesão operária ao N/S aumenta claramente do sul

⁵⁵ Sobre esta organização fascizante do pequeno patronato de Lisboa, *vide* José Machado Pais, *op. cit.*

⁵⁶ O que aliás parece não se ter verificado, segundo os estudos de Manuel Braga da Cruz e Arlindo Caldeira. Este último nota, no entanto, que se tratava ainda do “dilatadíssimo” funcionalismo público da Primeira República, ligado ao patrocínio político dos velhos partidos. Cf. Arlindo Caldeira, “O Partido de Salazar...”. p. 960.

para o norte. Ela é fraca em Lisboa, quase nula em Setúbal, progride nas pequenas cidades do litoral, para apresentar o seu máximo em Braga.⁵⁷

Nas zonas de concentração operária tradicional, Lisboa e Setúbal, no Sul, e Porto, no Norte, base do movimento sindical do pós-guerra, o N/S penetrou pouco. Convém, no entanto, salientar que, pela sua actividade sindical em Lisboa e pela relação de proximidade com alguns sindicatos, é quase seguro que o número de filiados em Lisboa seria maior do que as listas recolhidas indiciam. Foi, no entanto, junto do operariado da pequena unidade industrial que o fascismo fundamentalmente recrutou. Em Braga, antigo núcleo industrial, na base da pequena oficina, e em outros concelhos do Norte cujos exemplos foram analisados atrás, outras fontes confirmaram a penetração do N/S.

Aproveitando uma conjuntura política favorável, com o sindicalismo livre já com uma margem de manobra legal limitada, os fascistas conseguiram, no entanto, penetrar no meio operário. Estes números, com as limitações metodológicas já apontadas, confirmam os dados descritivos expostos anteriormente, que já indiciavam a chegada do fascismo à classe operária e ao sindicalismo da pequena burguesia.

⁵⁷ Mas o elevado número em Bragança é um exemplo da prudência com que estes números devem ser interpretados. Trata-se provavelmente de manipulação simples ou mistura indiferenciada, na categoria “operário”, de elementos da área rural, criados, empregados de comércio, etc. Alguma correspondência interna, no entanto, cujo contexto não apelava ao exagero, apontava como sendo 500 o número de “operários” filiados no distrito de Vila Real. Cf. carta de Sebastião Antas Botelho a Augusto Pires de Lima, 15-19-1933, APL.

4 O N/S E O PARTIDO DE SALAZAR: ELEMENTOS PARA UMA COMPARAÇÃO

A maioria dos partidos fascistas não conseguiu atingir o poder na conjuntura histórica dos anos 30 do século XX. Em alguns países onde participaram, coligados ou não, no derrube de regimes liberais e democráticos, foram mais tarde secundarizados e “integrados” pelos novos poderes autoritários. Muitas vezes foram mesmo violentamente reprimidos na sequência de tentativas de tomada do poder, já em uma situação política não democrática. Nesta luta, da qual o caso português não escapou, emergiu um tipo de formação política particular, quer pela sua origem, quer pelas suas funções, da qual a União Nacional de Salazar foi paradigma.

O Nacional-Sindicalismo e a União Nacional foram os herdeiros dos diversos e contraditórios projectos de constituição de partidos no interior da Ditadura Militar. Ambos protagonizaram, como vimos, grande parte da conflituosidade política nos anos que presidiram à institucionalização de um novo regime, a partir da Ditadura Militar de 1926.

A coexistência durante alguns anos de um partido fascista e de um partido de iniciativa governamental em Portugal permite a sistematização de alguns elementos de comparação que, ainda que de forma limitada, ilustra a diferença entre estes dois partidos, diferença esta

que não é menos importante para a história do fascismo, como forma de regime, e para a do “Estado Novo” de Salazar.

Uma visão teleológica poderia não legitimar esta operação comparativa. O N/S foi um partido do início dos anos 30, a UN, o partido oficial do regime de Salazar, em vigor até 1974. Vista do final dos anos vinte, no entanto, a situação apresentava-se diversa.

UN e N/S foram o produto final de uma série de tentativas de criação de um partido que permitisse o domínio do “regime de excepção” que era a Ditadura Militar. Cronologicamente, os passos destes dois partidos são paralelos e, cremos, muito interligados, constituindo o N/S uma resposta do sector fascizante à criação da UN. Em 1933, a tensão entre os dois partidos foi crescente, até à repressão e integração forçada de parte do último, ocupando a UN o espaço da representação política. O próprio facto de os dois aparelhos se desenvolverem paralelamente permite uma aproximação às estratégias políticas de sectores diversos do bloco de apoio à ditadura.

Mas o óbice de legitimidade mais complexo à comparação entre o N/S e a UN diz respeito ao género das unidades. Ou seja, se se pode falar da UN como um partido em 1933, de tal forma ele não tinha existência autónoma do governo de Salazar e do aparelho de Estado. Esta característica da UN, que se iria manter na longa duração do salazarismo, foi sempre considerada estranha pelos observadores fascistas da época e mesmo ideólogos da direita radical, como Manoilescu, fizeram dela um exemplo a não seguir nas suas apologias do partido único.¹ Convém, portanto, introduzir algumas características deste tipo de partidos de iniciativa governamental, destinados a fazer escola nas modernas ditaduras do século XX.

¹ Cf. Mihail Manoilescu, *Le Parti Unique. Institution Politique des Régimes Nouveaux* (Paris: 1936).

4.1 A UN E OS PARTIDOS ÚNICOS DAS DITADURAS

A UN representou um caso extremamente interessante de formação de uma organização partidária em situações políticas autoritárias. Sob o ponto de vista genético, este foi um típico partido criado a partir de cima, visando monopolizar a representação política e para ele canalizar e neutralizar o amplo e contraditório bloco de apoio à ditadura.

O partido do salazarismo foi uma variante de um tipo particular de partidos, a que Juan Linz, pensando na sua génese, chamou “partidos unificados” e Sartori, pensando na sua função, chamou “partidos únicos autoritários”, e que no geral representaram “fusões a partir de cima de uma nova entidade política”, que prescindiu da existência de forças já constituídas, e as obrigou à integração ou à exclusão.²

Em vários casos estes partidos cumpriram algumas das funções assumidas pelos partidos únicos de regimes totalitários e fascistas; no entanto, em termos genéticos, de ideologia, de organização, de relações com o Estado e com a sociedade, estes apresentaram características diversas. Vale a pena sintetizar algumas delas antes da apresentação de elementos de comparação entre a o N/S e a UN:

- O elemento inicial e determinante da natureza destes partidos decorre, por um lado, da sua formação já em situação política autoritária, com o pluralismo político eliminado ou severamente condicionado e, por outro, de estes serem formados a partir do governo e com a utilização decisiva do aparelho de Estado. No geral, o “compromisso” fundador pode incluir, em graus variáveis, partidos ou grupos de pressão precedentes, responsáveis ou participantes na coligação vencedora.

² Cf. Juan J. Linz, “Totalitarian and Authoritarian Regimes” in F. Greenstein e N. Polsby (Edited by), *Handbook of Political Science* (Reading, Mas.: 1975), vol. 3, p. 266; Samuel P. Huntington and Clement H. Moore (Edited by), *Authoritarian Politics in Modern Society* (New York: 1970); Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems-A framework for analysis* (Cambridge: 1976). Vide também Marco Tarchi, *op. cit.*, p. 99.

- Cumprem funções de legitimação, particularmente importantes no caso de se manterem “eleições” e outros simulacros constitucionais de representação herdados do liberalismo, mas estas são limitadas após a institucionalização do novo regime. Não detêm no geral o monopólio da representação e coexistem com outras instituições políticas “orgânicas” que não controlam. Não são canal exclusivo de acesso ao poder, não mediatizam relações entre algumas instituições (como as Forças Armadas) e o poder. Associações de interesses, instituições religiosas e outras mantêm canais também não mediatizados por eles. Têm também funções restritas no campo da formação da elite política e governativa. O seu objectivo é mais o de “impedir a dissidência que organizar o consenso”.³ Sendo criados por regimes no geral pouco mobilizadores ou de mobilização episódica, mesmo neste último caso não são no geral os responsáveis por ela.

- Dada a natureza das suas funções, possuem um aparelho partidário débil e com pouca autonomia do governo e da administração. Os seus dirigentes são no geral nomeados pelo governo. A sua estrutura organizativa é primária e não penetra na sociedade civil. Não possuem células socioprofissionais, organismos de formação ou agitação, não controlam organizações de massas (ou paramilitares). A adesão é fluida, pouco ideológica, não demarca da massa da “Nação” e, em muitos casos, não é “socialmente prestigiante”.⁴ Se nos regimes com partidos únicos mobilizadores o apoliticismo é um óbice no acesso à elite dirigente, aqui pode ser uma vantagem.

- Possuem uma ideologia mais difusa e menos codificada do que os partidos fascistas, dada a natureza no geral mais heterogé-

³ *Idem*, p. 114.

⁴ Cf. Giovanni Sartori, *op. cit.*, p. 41-42.

nea da coligação que derrubou o anterior regime e a importância que nela desempenharam instituições como as Forças Armadas, igreja ou mesmo partidos conservadores. Esta menor codificação deriva também de serem uma criação *post-factum* e não concorrencial. Os valores expressos são pois mais difusos e negativos.⁵

Em Portugal e Espanha partidos com esta vocação tinham já antecedentes e modelos, em ditaduras como as de Sidónio Pais (“Partido Nacional Republicano”) ou de Primo de Rivera (“União Patriótica”).⁶ Projectos semelhantes, mais ou menos conseguidos, foram também promovidos por regimes autoritários dos anos 30, particularmente em Espanha, na Áustria, na Hungria (“Partido da União Nacional”) e na Polónia (“Campo da Unidade Nacional”).⁷

Um exemplo mais próximo deste modelo, em termos de origem, foi o do partido único do franquismo, onde o novo ditador, em 1937, forçou à unificação em um só agrupamento político vários partidos preexistentes, que participavam na coligação que iria vencer a guerra civil. Resultou daqui uma organização política estreitamente controlada por Franco, mas com “vários partidos perfeitamente demarcados e inclusivamente reconhecidos pelas mais altas instâncias do mesmo”.⁸ Quer em termos de hegemonia no interior do partido, quer em termos da própria elite ministerial, se podia reconhecer a identidade e a preponderância de cada uma destas famílias.

⁵ Cf. Juan J. Linz, *Obras Escogidas*, Vol. 3-*Sistemas Totalitários y Regímenes Autoritarios* (Madrid: 2009), p. 23-64.

⁶ Vide José Luis Gómes-Navarro, *El Régimen de Primo de Rivera* (Madrid: 1991), p. 207-26.

⁷ Cf. Stuart Woolf (Edited by), *Fascism in Europe* (London: 1981), p. 117-150 e 171-189 e António Costa Pinto, *The Nature of Fascism Revisited* (New York: 2011). Edward D. Wynot, *Polish Politics in Transition. The Camp of National Unity and the Struggle for Power, 1935-39* (Athens: 1974). Este exemplo seria seguido por inúmeras ditaduras de direita na segunda metade do século XX. Cf. Paul Brooker, *Twentieth-Century Dictatorships. The Ideological One-Party States* (London: 1995).

⁸ Cf. Ricardo Chueca, *op. cit.*, p. 166

Mas o partido único do franquismo, pelo menos na sua primeira fase, aproximou-se do modelo fascista italiano. Em Portugal, tal nunca se passou, e a UN confundiu-se com o aparelho de Estado e dele dependeu do primeiro ao último dia da sua vida. A sua própria existência, no sentido mais literal, foi duvidosa em algumas fases do regime, particularmente no período em que o senso comum levaria a crer ser esta mais importante: justamente nos anos da “época do fascismo”.

Qualquer que seja a perspectiva de análise adoptada para o estudo das relações entre o Estado e o Partido, nos regimes de partido único, o caso português estará sempre em um extremo do espectro, se comparado com os seus congéneres europeus do período entre as duas guerras. Algumas tipologias dos sistemas partidários, como a de Giovanni Sartori, chegaram mesmo a excluir o “Estado Novo” da família dos “únicos”, de tal forma a União Nacional parece não cumprir as funções que os seus irmãos iam desempenhando, ao longo da existência do regime.⁹ Mas, mais que debater aqui o papel da União Nacional no regime de Salazar, pretendemos sistematizar alguns elementos de comparação entre este partido, de criação governamental, e o N/S.¹⁰

4.1.1 OS FASCISTAS E O PARTIDO GOVERNAMENTAL

Uma “formação de moderados, vindos de todos os partidos, burgueses sem alma nem nenhuma fé nos imperativos nacionais e revolucionários do nosso tempo – gente “sensata” a quem apenas interessava a segurança da sua posição pessoal e as suas vantagens”¹¹: assim definia Rolão Preto a UN, em 1945.

⁹ Cf. Giovanni Sartori, *op. cit.*, p. 235-236.

¹⁰ Os dados quantitativos sobre a UN que utilizamos à frente foram retirados de Manuel Braga da Cruz, *op. cit.* (Lisboa: 1988) e Arlindo Caldeira, “O Partido de Salazar...”, *op. cit.* As diferentes grelhas de classificação socioprofissional utilizadas por estes autores e a não desagregação de certas categorias forçaram-nos a utilizar, em cada caso, a classificação por eles utilizada.

¹¹ Citado in Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 143.

Foi com alguma radicalidade que os fascistas encararam o partido governamental, tendo rapidamente percebido ser a organização para a qual os convidavam a aderir uma das últimas vias para chegar ao poder ou andar perto dele. Por outro lado, como à frente se vai observar, esta era, de todas as instituições do novo regime, aquela que mais lhes desagradava, a que mais se afastava do tipo de “corporação da política” do regime que aspiravam para Portugal.

4.1.2 A UN VISTA PELOS FASCISTAS PORTUGUESES

Considerando-se a vanguarda da “Revolução Nacional”, os N/S foram críticos radicais da UN. Só por motivações táticas manifestaram inicialmente, como vimos atrás, a posição de complementaridade da acção política dos dois partidos. Mais, cremos ter sido clara a oposição inicial à iniciativa governamental das próprias organizações que vieram a desembocar no Nacional-Sindicalismo, nomeadamente a Liga 28 de Maio, ou, pelo menos, a maioria das suas delegações.

As interrogações iniciais dos fascistas, rapidamente transformadas em acusações, remetiam claramente para as funções de um partido único fascista, que eles mesmos se esforçavam por cumprir. Basta citar um das centenas de artigos e panfletos N/S sobre o tema.

Para o N/S, a Ditadura precisava “mobilizar uma força popular” que desempenhasse pelo menos três funções: “defesa e colaboração com o exército perante o espírito revolucionário dos inimigos da Ditadura”; “propaganda das doutrinas em que assenta o estado corporativo”; “intervenção e direcção da vida económico-administrativa, dos novos quadros do Estado transformado”.¹² Era a UN essa força? “A nossa dedicação à Ditadura leva-nos a falar ao governo a linguagem da verdade... e dizer que ‘não é’”.

¹² Cf. *Alcácer*, nº 33, Alcácer do Sal, 1-12-1932.

A principal razão apontada remetia desde logo para os critérios que presidiram à escolha dos elementos dirigentes da UN, “recrutados entre a massa burguesa apática” e tendo como critério “o das antigas influências políticas e das fortunas, a respeitabilidade social, a vetustez das idades”. “Absolutamente incapazes para a acção e para a luta que constituem as necessidades da hora actual.”¹³

As primeiras referências sobre a UN, no verão de 1932, eram complacentes. A sua dissolução poderia “criar uma atmosfera de insatisfação e de despeito muito inconveniente”. “Que se deixem ficar pois as venerandas comissões de cavalheiros respeitáveis que compõem a UN. Mas que se facilite e estimule e proteja, ao contrário do que sucede, esta organização vigorosa e consciente [...] que é o Movimento Nacional Sindicalista”.¹⁴

A partir de finais de 1932, no entanto, as polémicas com a UN, ou com o governo via UN, começaram a desenvolver-se. O *Diário da Manhã*, mais do que órgão da UN, órgão do governo, iniciou cedo a demarcação perante o Nacional-Sindicalismo. O seu director, Sousa Gomes, vindo do Centro Católico, desferiu uma série de ataques ao fascismo português acusando-o de “enfeudamento” ao modelo italiano e de apologia da violência.¹⁵ Mas as críticas mais radicais vieram em 1933, correspondendo aos avanços organizativos e de propaganda do N/S perante a débilidade política da UN.¹⁶ A imprensa do N/S reagiu então com ataques virulentos ao partido governamental, ao que a já significativa imprensa afecta a esta organização respondia.

De uma forma geral, os ataques vindos de Lisboa (*Diário da Manhã*) dedicavam-se sobretudo à crítica dos aspectos fascistas do movimento

¹³ *Idem.*

¹⁴ *Idem.*

¹⁵ Cf. os editoriais do *Diário da Manhã* de 17-9, 3-10 e 15-10-1932.

¹⁶ Cf. a resposta a estes ataques, Dutra Faria, *Carta ao director do Diário da Manhã* (Lisboa: 1933).

e seria redundante ilustrá-los.¹⁷ A nível local, no entanto, era o estigma integralista e monárquico que surgia com frequência, da provável autoria de conservadores republicanos e de católicos, entretanto, escolhidos para comissões distritais e concelhias do partido governamental.

O órgão das comissões da UN do distrito da Guarda, por exemplo, sublinhava uma crítica comum aos partidos de oposição democrática. Atacava os N/S como “integralistas disfarçados”, exigindo “situações claras e definidas” e o fim dos “equivocos e confusões”. Alberto Monsaraz, visado directamente, respondeu com um longo artigo reivindicando o seu passado integralista, mas negando que o N/S fosse “monárquico”, explicando que vários integralistas nunca aderiram sequer ao movimento.¹⁸

Reagindo aos ataques, o Nacional-Sindicalismo, no seu discurso público, remetia a UN para o enquadramento dos “elementos conservadores moderados e prudentes, incapazes para a luta social que o N/S empreendeu”, apenas úteis para a luta eleitoral, cedência formal ao liberalismo consagrada na Constituição e que, desde o início, criticaram: “transigindo com o sofisma eleitoral individualista que nós repelimos, a UN destina-se, logicamente, à batalha eleitoral, que não nos interessa”.¹⁹

Mas perante o desenvolvimento dos ataques, onde a marca óbvia de Salazar se percebia, estes colocavam-no perante o dilema do sidonismo, “morto às próprias mãos dos seus serventuários”. “É nossa fé” – referia um jornal N/S – “que não longe virá o dia em que assistiremos ao deslocamento do fulcro da política da UN para o Nacional-Sindicalismo feito pelo próprio estadista, na dura necessidade de salvar e perpetuar a sua obra grandiosa”.²⁰

¹⁷ Cf., por exemplo, os editoriais de 12-1, 16-1 e 5-2-1933.

¹⁸ Cf. Alberto Monsaraz, “Nacional-Sindicalismo e União Nacional”, *União Nacional*, Leiria, 27-3-1933, p. 3 e 6.

¹⁹ Cf. “A União Nacional”, *Alcácer*, nº 59, Alcácer do Sal, 18-6-1933, p. 1.

²⁰ Cf. transcrição de um artigo do *União Nacional*, “Transcrição Oportuna”, *Alcácer*, nº 69,

Em setembro de 1933, quando a repressão se começou a abater sobre os nacional-sindicalistas, estes dividiam já a Ditadura em três correntes dificilmente conciliáveis: “Uma corrente ditatorial governante, de contas arrumadas e lucros nas finanças, apoiada no conjunto a que chamam União Nacional. Esta União Nacional é uma amálgama estranha de adeptos sinceros, de despeitados e de oportunistas que aqui e além se guerreia e digladia”; uma corrente pragmática, constituída por “homens bons, sinceros, e crente na reconstrução nacional materializada: uma escola, uma fonte e as estradas”; e, “finalmente, nós, os N/S animados pela chama mística da reconstrução nacional dentro dos valores tradicionais – mística que não se encontra na outra corrente situacionista”.²¹

Era neste contexto que o articulista (não por acaso um tenente do movimento) profetizava três razões para a vitória do N/S: a existência de “uma mística doutrinária, chama viva da fé e da confiança”; “a actividade do N/S no campo do proletariado: a obra de corporativismo da Ditadura era desconhecida da UN mas fazia parte dos princípios nacionais sindicalistas e do Estado orgânico que a Ditadura perfilhou”; e a última apontava para a natureza milicial do N/S, “constituído por uma plêiade de homens habituados à luta física [...] que se bateram em defesa da Pátria e do ideal sagrado”.²²

4.1.3 A UN VISTA POR UM FASCISTA ITALIANO

Muitas das críticas dos N/S à UN seriam mais tarde retomadas por diversos observadores fascistas estrangeiros que consideraram o partido único de Salazar, juntamente com a ausência de enquadramento da juven-

Alcácer do Sal, 27-8-1933, p. 2.

²¹ Cf. F.M., “1934”, *Alcácer*, nº 70, Alcácer do Sal, 3-9-1933, p. 2.

²² *Idem*.

tude, “*una delle debolezze più tragiche*” do regime.²³ Ainda que obviamente menos empenhadas, as opiniões expressas por vários fascistas italianos sobre a UN coincidiam em parte com as dos fascistas portugueses.

Em 1935, um delegado dos CAUR visitou Portugal e enviou um extenso relatório para Roma sobre o regime de Salazar e sobre as suas instituições, incluindo extractos de diálogos com dirigentes políticos portugueses. Baldi-Papini estudou os textos fundamentais do “Estado Novo”, teve entrevistas com dirigentes da UN e ficou sobretudo surpreendido com a debilidade do partido de Salazar.²⁴

Historiando o processo de derrube da ordem liberal e a ascensão de Salazar, Papini reafirmava as diferenças em relação ao fascismo italiano. Em Portugal,

uma operação de polícia exercida pelo exército foi suficiente, enquanto em Itália ocorreu uma revolução civil com os seus conflitos, com o seu sangue, com a sua “Marcha” e com o seu espírito colectivo de regeneração. Daí a falta de um “Duce”, de uma elite, de uma doutrina, de uma fé revolucionária que, nascida e cimentada no campo de batalha, banhasse, desde o princípio, a alma popular.²⁵

Referindo-se a Salazar, Papini sublinhava que “o chefe e fundador do Estado Novo” não participou no movimento e acabou por criar um regime pessoal sem personalidade”. Após a análise das suas instituições, reconhecendo aqui e ali a marca e a inspiração do fascismo, rematava da seguinte forma a sua síntese: “em resumo, enquanto o fascismo é um sistema de pensamento antes de ser um sistema de governo, o Estado

²³ Cf. C.A.U.R., *Relazione sulla Missione Compinta dall' Avv. U. Baldi Papini in Portogallo*, agosto 1935, Minculpop, Busta 404, ACS, Roma.

²⁴ Sobre estas missões dos C.A.U.R., cf. Simon Kuin, “O Braço Longo de Mussolini: os C.A.U.R. em Portugal (1933-1937)”, *Penélope*, nº 11, 1993, p. 7-20; Mario Ivani, *Esportare il Fascismo. Collaborazione di polizia e diplomazia culturale tra L'Italia fascista e Portogallo di Salazar (1928-1945)* (Bologna: 2008), p. 39-72.

²⁵ C.A.U.R., *op. cit.*, p. 4.

Novo é simplesmente um sistema de governo ao qual se procura dar um conteúdo ideal”.²⁶

No capítulo sobre o partido do salazarismo, logo na sua introdução, este fascista italiano notava que os seus interlocutores oficiais “ficaram perplexos quando eu perguntei através de que princípios e por que meios se pretendia formar a classe dirigente”.²⁷ Resumido o processo de formação do partido, Papini reconhecia a existência de um partido único mas não compreendia por que razão não se lhe dava nenhum dinamismo. A UN quedava-se, em sua opinião, por uma “ossatura” débil, espécie de “conselho de sábios”, “longe das massas”. Nenhuma atribuição “que faça participar o povo na vida do Estado, que o faça viver num clima de tensão ideal”.

A sua organização não tinha militância. Nenhuma obrigação unia os nela inscritos, “nenhuma disciplina os une, não têm nenhum dever. Ignoram o carácter militar do fascismo italiano e do Nacional-Socialismo Alemão”.²⁸

“Por que não se dota a UN de uma estrutura mais máscula [...], mais fascista, uma organização mais capilar para a transformar num verdadeiro partido de massas, vivo e activo?” “Um partido, como uma Igreja” – lembrava Papini – “tem necessidade de reunir os fiéis em cerimónias, ritos, reuniões. Não basta a difusão de opúsculos (que aliás é feita mais no estrangeiro do que em Portugal), especialmente quando os analfabetos abundam”.²⁹ Esta era a pergunta mais interessante (<“para nós fascistas”); mas o delegado italiano queixava-se de que apenas lhe eram dadas respostas cheias de reticências.³⁰

²⁶ *Idem*, p. 10.

²⁷ *Idem*, p. 11.

²⁸ *Idem*, p. 14.

²⁹ *Idem*, p. 16.

³⁰ Apesar de os portugueses não terem vivido “uma revolução de partido que tenha criado traços próprios”, Papini sugeria a um dirigente da UN que estes “podiam perfeitamente ter

Baldi-Papini colocou estas e outras questões a vários dirigentes da UN e as respostas remetiam sempre para um aspecto: a própria personalidade de Salazar, que, como lhe respondeu um dirigente, “ama o povo mas não a massa”. Alguns, no entanto, deram-lhe respostas mais convincentes.

A primeira remetia para necessidade de evitar o renascimento “das rivalidades e das guerrilhas, do campanilismo, especialmente na província”, o que poderia acontecer caso se permitisse maior participação na vida política ao partido único. Mas a segunda foi sem dúvida a mais credível para o observador fascista, que a repetia para Roma com algum exagero: “é o exército que garante o Estado Novo, é o exército o patrão escondido do país, é o exército, em resumo, que se opõe ao surgimento de um organismo civil potente, por temor de ser desautorizado”.³¹

Papini via no exército, no difícil compromisso político de Salazar com a instituição fundadora do regime ditatorial, uma das principais razões pelas quais não desenvolveu a UN assim como uma organização de juventude combativa, já que a promessa da A.E.V. se tinha rapidamente transformado em uma desilusão.³² O exército poderia ser, de facto, uma das componentes da explicação. No entanto, como vamos ver, estava longe de ser a única.

4.2 UN E N/S – ELEMENTOS DE COMPARAÇÃO

A UN nasceu por decisiva intervenção de Salazar, ainda ministro das Finanças, mas já o principal dirigente político da Ditadura, em 1930. O discurso de lançamento que acompanhou a sua organização foi vago,

criado símbolos sagrados a partir dos ex-combatentes da Grande Guerra...”.

³¹ *Idem*, p. 18.

³² *Idem*, p. 22.

quer em termos de funções, quer em termos de quem a deveria constituir. Salazar remetia para esta organização de iniciativa governamental todos os partidários da Ditadura, fossem eles republicanos, monárquicos ou católicos. As suas primeiras bases orgânicas declaravam expressamente que nela se admitiam “todos os cidadãos, sem distinção de escola política ou confissão religiosa”, desde que aderissem aos princípios do discurso de Salazar de 30 de junho de 1930.³³ Salientava-se em seguida a sua função de mero “apoio cívico” ao Poder, sublinhando-se desde logo que este lhe estaria vedado.

4.2.1 A ESTRUTURA ORGANIZATIVA

A comparação da estrutura organizativa dos dois partidos apresenta alguns problemas, visto durante o período em análise a UN quase não se diferenciar do aparelho administrativo de Estado. Perante o N/S, a UN não era apenas um partido dependente do governo, mas uma agência em formação, sem qualquer vida interna própria. Mesmo no interior dos sistemas políticos de “partido débil”, a estrutura interna da UN é um exemplo quase extremo.

Não tem sentido falar de vida partidária interna da UN ao longo do seu período de formação, até 1933. A partir de 1934, quando as novas instituições do regime foram criadas, a UN entrou em uma letargia da qual só saiu nas vésperas do fim guerra, em 1944. Parte desta letargia remete para uma afirmação clara por parte do poder no sentido de não lhe atribuir grande importância para além do ritual “eleitoral” e legitimador.

Durante os dois primeiros anos da sua existência, a UN não teve uma direcção independente do Ministério do Interior.³⁴ Os despachos

³³ Cf. Oliveira Salazar, *Discursos*, Vol. I (Coimbra: 1935), p. 69-96.

³⁴ Algumas tentativas para a designar falharam por eventuais divergências sobre a sua composição. Em dezembro de 1931, por exemplo, uma reunião planeada para eleger a comissão central foi adiada *sine die* por não convir “aos interesses do País e da UN”, ficando-se por

do ministro do Interior eram os instrumentos utilizados para dirigir o partido governamental, à medida que os governadores civis iam com maior ou menor êxito criando as comissões concelhias e distritais. Na sua fase inicial, o ministro do Interior podia substituir a qualquer momento os dirigentes locais, e estes respondiam perante o governador civil.³⁵

Esta dependência marcou o partido desde o início e, ao contrário do que se poderia pensar, a letargia da UN foi particularmente notória durante os anos 30. Nomeada a sua direcção, em 1932, dotada de estatutos, escolhidos os candidatos à Assembleia Nacional, em 1934, a UN quase desapareceu da cena política nacional. O próprio ditador reconheceu em 1938 que a actividade da UN “foi sucessivamente diminuindo até quase se extinguir”.³⁶ Só nas vésperas de 1945, no quadro da emergência de uma oposição eleitoral ao regime, se voltaria a falar da UN.

Apesar de ter sido fundada em 1930, e a quase totalidade das suas comissões distritais e concelhias estarem formadas poucos meses depois, a primeira comissão central da UN só seria nomeada em 1932. No entanto, mesmo após a sua nomeação, era o Ministério do Interior e os seus representantes nos distritos que continuavam a dirigir e, em muitos casos, a “reorganizar” as comissões concelhias. Por outro lado, era este que ia informando as comissões sobre as tarefas que deveriam desempenhar. As directivas para apoiar o *Diário da Manhã* ou a vinda a Lisboa de populares da província para as manifestações eram coordenadas pelos governadores civis com estas, e as queixas destes sobre a “inanição” de muitas delas eram um tema constante dos seus relatórios.³⁷

uma comissão provisória. Cf. circular do Ministro do Interior aos presidentes das comissões distritais da UN, 29-12-1931, Maço 452 – Caixa 5, AGMI/ANTT.

³⁵ Cf. AOS/CO/PC-4, ANTT.

³⁶ Cit. in Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 140.

³⁷ O *Diário da Manhã* foi fundado com dinheiros públicos para acompanhar e dar corpo à formação da UN.

A dependência do aparelho administrativo era quase total. Quando, por exemplo, se tinha que revitalizar as estruturas locais para as eleições, era ao Ministério do Interior e aos governadores civis que se confiava a tarefa.

A própria ligação entre esta Comissão Central e as comissões distritais e concelhias continuaria ainda a ser feita, durante os anos seguintes, pelo Ministério do Interior. Um exemplo de inexistência de vida partidária foi o próprio Primeiro Congresso da UN, em 1934, que foi mais uma manifestação de propaganda e de legitimação para a eliminação de concorrentes (neste caso do Nacional-Sindicalismo) do que um congresso de uma organização partidária. A própria figura do congresso nem sequer existia nos estatutos e só após a sua realização foi incluída.³⁸

Após a criação de uma ténue malha organizativa que seguiu a divisão administrativa do país, esta nunca funcionou, ao longo do período considerado, com um mínimo de autonomia. Mas esta debilidade da UN não se manifestava apenas na dependência do governo e da administração. Ela vai até à ausência de alguns organismos típicos, mesmo nos partidos únicos autoritários, como foram os de propaganda, de formação ideológica e intervenção cultural, ou os socioprofissionais, que se encontravam, por exemplo, na FET da vizinha Espanha.³⁹

O “Estado Novo” criou mais tarde organismos estatais para a propaganda, juventude, ou para o “Depois do Trabalho” sem qualquer ligação ao partido.⁴⁰ Quando muito, o que aconteceu raramente, nomeou funcionários para tarefas concretas que utilizam a sua rede. Um exemplo entre muitos: em 1934, criou-se o Centro de Estudos Corporativos da UN,

³⁸ Cf. Anabela Parreira *et alli*, “O I Congresso da União Nacional), in AA VV, *O Fascismo em Portugal* (Lisboa: 1980), p. 209-210.

³⁹ A FET, ainda que estreitamente controlada, desenvolveu uma enorme máquina burocrática que se estendia a organizações de juventude, propaganda e imprensa, sindicatos, etc., que aponta mais, pelo menos até 1945, para o modelo fascista. Cf. sobretudo Ricardo Chueca, *op. cit.*, p. 169-398.

⁴⁰ Cf. José Carlos Valente, *O Estado Novo e a Alegria no Trabalho. Uma História Política da FNAT (1935-1958)* (Lisboa: 1999).

tendo como principal função divulgar os novos princípios do corporativismo, mas os seus membros eram funcionários do Estado, dirigidos pelo subsecretário de Estado das Corporações, Pedro Teotónio Pereira.

Como rapidamente se conclui pela consulta dos documentos que presidiram ao lançamento do partido de Salazar, esta debilidade e dependência perde sentido se se abandonarem os procedimentos comparativos com o paradigma clássico dos partidos únicos das ditaduras fascistas. Com efeito, apesar de mais tarde alguns dirigentes do “Estado Novo” se referirem às ditaduras fascistas, quase sempre para apontarem as diferenças, a verdade é que os autores ideológicos e organizativos do lançamento da UN não se inspiraram neste modelo. Mais, se a Constituição de 1933 representou um compromisso formal com princípios liberais de representação, a UN representou também um evidente compromisso organizativo com os republicanos conservadores a nível local.

A ambiguidade organizativa da UN é facilmente constatável pela própria correspondência interna de muitos dirigentes locais para o Ministério do Interior. Enquanto, por exemplo, alguns elementos de direita radical nomeados para algumas comissões concelhias se queixavam, logo em 1931, da ausência de vida política interna, da dependência da administração, etc., outros, a maioria, como veremos à frente, manifestava propósitos tipicamente clientelares e inundava o Ministério com propostas de nomeação para postos locais, problemas de administração local, talvez a prática mais durável e intensa das comissões da UN, atingindo todos os sectores do aparelho de Estado. Nesta última perspectiva, a vida política interna da UN foi extremamente activa e recheada de conflitos, por vezes de grande intensidade, desde a sua fundação. Muitos deles davam continuidade a clivagens expressas durante a Primeira República pela diversidade partidária e transpuseram-se de imediato para o interior da UN.

O próprio modelo organizativo expresso por muitos dos fundadores da UN apontava para a fórmula de compromisso anteriormente aponta-

da, bem visível nas circulares de orientação expedidas pelo Ministério do Interior para os governadores civis. Para o presidente da Comissão Distrital da UN de Bragança, mais tarde governador civil, tratava-se, por exemplo, da “formação de um grande partido republicano conservador, bem definido, onde as forças de toda esta tendência pudessem entrar”, apoiando a passagem aos civis da ditadura.⁴¹

Alguns dirigentes concelhios da UN que eram também, em vários casos, filiados da Liga 28 de Maio, vindo mais tarde a aderir ao Nacional-Sindicalismo, aperceberam-se rapidamente que a UN nunca seria o partido mobilizador e fascista a que aspiravam. Enquanto o presidente da comissão distrital atrás referido apresentava com orgulho o panorama da UN na sua região, de acordo com esse pressuposto, um dirigente da comissão concelhia de Alcácer do Sal queixava-se, nesse mesmo ano de 1931, desse “corpo inerte”, “sem combatividade e sem doutrina”. “Para que a UN seja mais alguma coisa do que um corpo de caciques” – referia – era preciso organização, militância, propaganda.⁴² No ano seguinte seria fundador local do Nacional-Sindicalismo.

Muito embora, mais tarde, o regime tivesse adoptado do fascismo algumas das suas instituições, estas marcas fundadoras da organização do partido, contra as quais este fascista se definia, perduraram ao longo de toda a longa duração do regime de Salazar.

4.2.2 OS DIRIGENTES

Os primeiros dirigentes nacionais nomeados por Salazar para a Comissão Central da UN deram-lhe uma configuração mais similar a um “colégio de cardeais” do que à direcção de um partido político. Afectos às diversas “sensibilidades” da Ditadura Militar, estes possuíam uma

⁴¹ Cf. carta do Presidente da Comissão Distrital de Bragança da UN ao Presidente da UN [Ministro do Interior], 28-6-1931, Maço 452-Caixa 5, AGMI/ANTT.

⁴² Cf. carta de Portugal Branco ao Ministro do Interior, 21-5-1931, Maço 452-Caixa 5, AGMI/ANTI.

idade média que rondava os 50 anos, claramente superior à dos próprios deputados à Primeira Assembleia Nacional do “Estado Novo” e, no geral, superior à dos membros das restantes instituições do regime.⁴³

Para a Comissão Central da UN, Salazar convidou personalidades vindas de diversas áreas do conservadorismo monárquico e republicano, mas com um traço unificador: o vínculo ao Estado, ou por desempenho de cargos ministeriais, ou pela proveniência do alto funcionalismo público e da hierarquia militar.

O primeiro responsável pela UN foi o próprio ministro do Interior à data do seu lançamento, o coronel Lopes Mateus. Durante algum tempo sem direcção autónoma deste Ministério, só em 1932 foi criada a Comissão Central, quando já estavam constituídas quase todas as estruturas regionais e locais. O seu perfil indica o objectivo aglutinador e não militante da organização. Salazar assumiu a presidência, e Albino dos

Reis, ex-filiado de um partido republicano conservador (a União Liberal Republicana), foi nomeado vice-presidente. Para a primeira Comissão Central, foram convidados Bissaia Barreto, outro republicano do Partido Evolucionista, com grande influência no distrito de Coimbra, João Amaral, juiz e monárquico integralista, e Nuno Mexia, ligado à União dos Interesses Económicos dos anos 20. Todos os restantes eram ministros ou ex-ministros da Ditadura. Alguns militares rematavam a fronda, como Passos e Souza, republicano conservador com alguma influência no exército. Para dirigir a Distrital de Lisboa, foi escolhido Miguel Sousa e Mello, do Centro Católico.

Não se pense, no entanto, que esta pluralidade de origens significava da parte de Salazar um desejo (ou uma necessidade) de, como o franquismo faria mais tarde, “integrar” e disciplinar os diversos sectores para os utilizar depois na elite governativa. Se no partido

⁴³ Sobre a idade média dos deputados e procuradores à Câmara Corporativa, vide J. M. Tavares Castilho, *Os Deputados da Assembleia Nacional, 1935-1974* (Lisboa: 2009) e *Os Procuradores da Câmara Corporativa, 1935-1974* (Lisboa: 2010).

único do franquismo era possível distinguir diversos sectores na sua direcção e uma correlativa representação ao nível governamental e na administração, no salazarismo tal raramente se passou.⁴⁴ Ir para a direcção da UN significava antes “reforma” ou compasso de espera pouco prestigiado de cargos governamentais, não existindo qualquer movimento UN-Governo.

A nomeação destes dirigentes foi símbolo da magreza de funções que, desde o início, foram cometidas à UN. Não se tratava de escolher efectivos dirigentes políticos, mas de enviar personalidades simbólicas de algumas correntes políticas ou instituições centrais como o exército para uma espécie de “conselho consultivo” cuja ligação às estruturas distritais era escassa, mediatizada como era pelo Ministério do Interior.

Os dirigentes nacionais das duas organizações apresentaram grandes contrastes, quer no campo da origem política, quer no campo geracional. A ausência de juventude é uma característica da UN, particularmente acentuada nos anos 30.⁴⁵ No seu Primeiro Congresso, realizado em 1934, 68% dos delegados situavam-se acima dos 40 anos.⁴⁶ No campo geracional, enquanto a elite N/S pertencia maioritariamente às gerações de 20 e 30, os dirigentes da UN dividiam-se entre a de 1900 e 1910.

Diversa também era a origem política dos dirigentes dos dois partidos, obviamente bem mais diversificada no caso do partido governamental. Enquanto que os dirigentes nacionais do Nacional-Sindicalismo se apresentavam claramente como uma “elite alternativa”, com uma coesão ideológica e unidade de origem muito semelhante à dos restan-

⁴⁴ A FET unificada forneceu efectivamente uma parte da elite política nacional ao regime e era possível falar aqui numa “circulação” entre partido, administração e governo, o que nunca existiu, pelo menos nesta direcção, no “Estado Novo”. Cf. C. Viver Pi-Sunyer, *El Personal Político de Franco (1936-1945). Contribución empírica a una teoría del régimen franquista* (Barcelona: 1978), p. 145-231; Miguel Jerez Mir, *Elites Políticas y Centros de Extracción en España, 1938-1957* (Madrid: 1982), p. 49-178 e capitulo do mesmo autor in António Costa Pinto (coord.), *Governar em Ditadura* (Lisboa: 2012).

⁴⁵ Cf. Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 241-242.

⁴⁶ Cf. Anabela B. Parreira *et alli*, “ O I Congresso...”, *op. cit.*, p. 213.

tes partidos fascistas europeus, os dirigentes da UN representavam a predominância das elites conservadoras tradicionais.

4.2.2.1 Os DIRIGENTES DISTRITAIS E CONCELHIOS

O processo de formação das comissões distritais e concelhias da UN foi relativamente rápido. Em meados de 1931, estavam formadas quase todas as comissões. O processo foi desencadeado a partir dos governos civis e teve como elemento de triagem o Ministério do Interior. Só um ano depois se começou a pensar na sua direcção nacional, o que parece denotar de imediato o principal interesse do governo neste processo inicial: uma espécie de enorme consulta e triagem à notabilidade local que permitisse avaliar a eficácia da sua eventual reconversão e sua utilização pelo novo regime. Serviu também para um primeiro inventário das resistências, quer das ligadas a algumas franjas do republicanismo, quer da extrema direita.

De uma forma geral, a escolha das comissões concelhias foi feita pelo governador civil do distrito e enviada ao Ministério para aprovação. No caso de já existir uma comissão distrital, as listas passavam antes por ela. O processo foi confuso em muitos concelhos até porque, inicialmente, o discurso que acompanhava a UN foi tão vago e “abrangente” que não excluía filiações paralelas, nomeadamente em outras organizações do “campo” da Ditadura como a Liga 28 de Maio, as monárquicas e, mais tarde, o próprio Nacional-Sindicalismo. O próprio Rolão Preto e alguns outros se filiaram na União Nacional.

A estabilidade destas comissões concelhias era frágil, e a luta política pelo seu domínio foi em muitos casos feroz, o que provocava muitas vezes o seu quase desaparecimento. A alteração da sua composição era frequente, ou por inacção dos seus membros, ou por mudanças que o próprio governador civil impunha perante o peso relativo das facções locais, isto quando o próprio governador civil não era o produto de uma facção.

Em meados de 1931, já com a larga maioria da comissões distritais

e concelhias formadas e aprovadas, a Ditadura ensaiou a primeira utilização da rede e organizou uma manifestação da UN em Lisboa. O Ministério enviou uma circular a todas as comissões, foram pagos comboios especiais vindos da província, e a imprensa informou terem as comissões da UN mobilizado cerca de 14.000 pessoas. Anunciou-se também a realização de “eleições”, posteriormente adiadas, provavelmente por receio de que, ainda que controladas, elas não dessem os resultados de legitimação esperados, até porque se anunciou uma “Aliança Republicana e Socialista”, vasta coligação do que restava dos partidos republicanos.

4.2.2.2 A ORIGEM POLÍTICA E O PERFIL SOCIOPROFISSIONAL

Em finais de 1930, o ministro do Interior ordenou aos governadores civis um inquérito às filiações políticas dos dirigentes distritais e concelhios da UN, anteriores a 26 de Maio de 1926, e as respostas vieram em meados do ano seguinte. Muito embora com as limitações analíticas das próprias categorias utilizadas, das mudanças subsequentes e da imprecisão, ele fornece o “quadro fundador” do que será, após a eliminação repressiva dos concorrentes, o partido único do salazarismo.

Obedecendo a uma grelha que lhes tinha sido indicada pelo Ministério, os governadores civis dividiram os dirigentes em quatro grandes classificações: republicanos, monárquicos, católicos e independentes, sendo nos primeiros, sempre que possível, discriminada a sua filiação partidária. A identificação da origem política de 806 dirigentes concelhios, de oito distritos de Portugal continental, permite pelo menos um quadro aproximativo das grandes tendências que presidiram à selecção realizada pelo governo em 1931. Os relatórios confirmam o que alguma intuição já adivinhava, ou seja, a acentuada percentagem de elementos dos partidos republicanos que aderiram à ditadura. O elevado número de independentes deve motivar alguma prudência.

No entanto, estudos de caso que desbravem estes 30% poderão ainda reduzi-los significativamente a favor dos partidos republicanos, já que é provável que incluam filiados que se afastaram antes do derrube da República parlamentar.

Quanto aos monárquicos, os governadores civis separaram os integralistas desta categoria, identificando apenas sete, o que, mesmo se quase seguramente pecando por defeito, dá uma noção da resistência à filiação na UN. Tal não é de estranhar, pois mesmo alguns dos nomes de integralistas que se encontram nas listas se demitiram ou serão afastados nos anos seguintes.

Se, para os classificados como independentes, só estudos de caso poderão diminuir a sua percentagem, na destrição dos dirigentes “republicanos independentes”, ou seja, sem filiação partidária, possuímos indicadores claros de que o número de filiados era muito maior, e a grande predominância ia obviamente para os partidos republicanos conservadores.⁴⁷ Entre estes, destaquem-se o Partido Nacionalista e a União liberal Republicana de Cunha Leal, apoiantes do golpe de Estado de 1926 e candidatos à sua hegemonização, velhos opositores locais do Partido Democrático. Muitos militantes destes partidos, mesmo que os seus dirigentes de Lisboa se incompatibilizem com Salazar, forneceram comissões concelhias inteiras à UN.⁴⁸

⁴⁷ Identificamos como “republicano com filiação partidária não identificada” todos os que nas respostas eram descritos apenas como “republicano com filiação partidária”, sem a indicação expressa do partido.

⁴⁸ Desinteligências locais provocavam dezenas de denúncias ao ministro do Interior. Em 1932, por exemplo, o presidente da Comissão Concelhia da UN de Freixo de Espada à Cinta acusava o governador civil de Bragança, e presidente da Comissão Distrital, de alterar a favor dos seus amigos as presidências de Câmaras e os administradores de concelho. Para “queimar” o governador e presidente da Distrital, acusava-o de favorecer velhos caciques do Partido Nacionalista e citava um carta em que este convidava vários elementos do Partido Nacionalista local para Comissões Concelhias. Apesar de alguns elementos de Lisboa terem dado ordem para não aderir à UN, o então já dirigente da UN concluía na carta citada que, apesar dessas directrizes, se deveria aceitar, “pois isto está firme para mais 5 ou 6 anos e não se pode deixar o certo pelo duvidoso. Quando voltar o Doutor Lopes Cardoso a ter necessidade de votos, se um dia voltarem os partidos, lhe daremos o nosso; agora vamos com os que estão, que nos estimam e fazem coisas”. Cf. carta do Presidente da Comissão Concelhia da UN de

Vários governadores civis, na descrição das orientações políticas dos dirigentes, classificaram como “republicanos independentes” todos os que em 1931 já se encontravam desligados dos seus partidos de origem. No distrito de Vila Real, por exemplo, o presidente da Comissão Distrital da UN, José Timóteo Montalvão Machado, acompanhou a lista com um comentário político global e referia várias comissões concelhias como sendo constituídas por elementos do partido de Cunha Leal, “hoje perfeitamente integrados na UN”.⁴⁹ No entanto, na lista propriamente dita, enviada pelo governador civil, estes apareciam como “republicanos independentes”.⁵⁰

Por outro lado, é possível identificar movimentos organizados de ex-republicanos do mesmo partido que dominaram maioritariamente comissões concelhias, particularmente no caso do Partido Nacionalista e da União Liberal Republicana, e este movimento recebeu a aprovação do governador civil e do Ministério do Interior, ao confirmá-las. Mas o excessivo número de dirigentes cuja filiação era desconhecida ou não discriminada limita uma análise mais precisa.

Sabíamos já que o discurso político oficial que presidiu ao lançamento da UN sublinhava as adesões da notabilidade republicana conservadora. Foram de facto várias as sessões de inauguração de delegações locais, com a presença de muitos dirigentes que reivindicavam a sua anterior filiação em partidos republicanos conservadores, mas os próprios relatórios internos, que os responsáveis pela selecção dos dirigentes enviavam ao Ministério do Interior, provam até à exaustão as críticas e acusações daqueles que, acantonados na Liga 28 de Maio e depois no Nacional-Sindicalismo, faziam à UN. Mas até que ponto e

Freixo de Espada à Cinta ao Ministro do Interior, 9-4-1931, Maço 451 – Caixa 4, AGMI/ANTT. Sobre os Nacionalistas neste período, Manuel Baioa, *op. cit.*, p. 443-475.

⁴⁹ Cf. Relatório do Presidente da Comissão Distrital da UN de Vila Real ao Presidente da Comissão executiva da União Nacional, 3-7-1931, Maço 455 – Caixa 8, AGMI/ANTT.

⁵⁰ Cf. relatório do Governador Civil de Vila Real ao Ministro do Interior, 9-4-1931, Maço 451 – Caixa 4, AGMI/ANTT.

como se transferiram ou modificaram as velhas máquinas clientelares dos partidos do sistema liberal republicano para a UN, só através de um número significativo de estudos de caso o poderemos saber.⁵¹

Quanto às comissões distritais, apesar de o inquérito ter sido mais impreciso, os dados recolhidos não alteram o quadro anterior em termos de percentagens. Evidentemente que o controlo foi maior e as mudanças de nomes no período considerado também, mas as categorias “republicano” e “republicano independente” eram maioritárias em comissões como as do Porto, Faro ou Coimbra. No já citado caso de Vila Real, por exemplo, para o qual existe informação mais precisa, o presidente da Distrital referia como comentário à composição da mesma: “são todos republicanos e, embora alguns tenham estado filiados em diversos partidos republicanos, acompanham hoje lealmente a UN”.⁵² Ulteriores investigações poderão confirmar ou infirmar mais facilmente estes dados até porque a visibilidade política das comissões distritais era bastante maior.

Um primeiro aspecto que importa salientar foi o da demarcação entre as elites das duas organizações. Muito embora seja impossível verificar uma eventual dupla filiação, é possível pelo menos aferir que foram poucos os casos de dupla pertença a organismos concelhios e distritais das duas organizações. Ou seja, quer por directiva da UN, quer por resistência ao convite, até à cisão e posterior dissolução do N/S, os dirigentes das duas não se confundiam.

Em 1933, de uma amostra da composição de cerca de sete comissões distritais das duas organizações apenas se encontraram cinco elementos com dupla filiação dirigente (de um conjunto de 120 membros).⁵³

⁵¹ “Uma terrível continuidade” é a conclusão de um estudo de caso do distrito de Vila Real, Cf. Rui Ramos, “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)”, *Análise Social*, vol. XXII (90), 1986, p. 135.

⁵² Cf. relatório atrás citado do Governador Civil de Vila Real.

⁵³ Confrontámos as Comissões Distritais de Lisboa, Viseu, porto, Faro, Guarda, Évora, Leiria, Setúbal, V. do Castelo, V. Real, Braga e Bragança.

Nas comissões concelhias, este número deveria aumentar, ainda que a escassez de dados não permita uma quantificação rigorosa. Integrando algumas comissões concelhias logo em 1930, estes escolheram organizações mais mobilizadoras como a Liga 28 de Maio, e a adesão ao Nacional-Sindicalismo representou um quadro de acção diferenciado, mais ideológico e mobilizador.

Um segundo aspecto diz respeito à origem política dos dirigentes. Aqui parece claro que, em movimento semelhante ao já referido para os dirigentes nacionais, os dirigentes locais N/S apresentaram uma origem mais uniforme e ideológica, cujo rasto, como vimos atrás, remonta fundamentalmente ao Integralismo Lusitano e a outros núcleos de resistência ao liberalismo republicano, ou então a jovens quadros politizados pelos fascistas na universidade, que iniciavam a sua vida profissional na província.

No campo da UN, o esforço parece ser outro, pelo menos na sua fase inicial. Não só esta teve uma origem mais diversificada, como, sobretudo, foi mais clientelar do que ideológica. O esforço de captação de uma boa parte das redes dos partidos republicanos conservadores parece ter sido elevado, ao qual correspondeu um discurso político bem mais moderado do que o que caracterizaria o regime na segunda metade dos anos 30.

O perfil socioprofissional das comissões distritais e concelhias das duas organizações apresenta algumas diferenças, mas a não desagregação de certas categorias, como a dos “proprietários” e outras, constitui um factor inibidor. Apesar de ser tentador retirar algumas conclusões, a ausência de estudos de caso das organizações locais da UN não nos permite ir muito longe.⁵⁴ As comissões distritais apresentam apenas uma ligeira diferença, confirmando a presença tendencial de um maior número de categorias típicas dos partidos fascistas no N/S, como os estudantes ou os empregados, e alguns militares de baixa patente, sobreviventes da Liga

⁵⁴ Os dados referentes à UN foram retirados de Arlindo Caldeira, “O Partido de Salazar ...”, *op. cit.*, p. 976-977.

28 de Maio. Quanto às comissões concelhias registaram-se as mesmas tendências, ainda que a diferença entre o pequeno número de delegações concelhias N/S sobre as quais possuímos elementos e a quase totalidade das correspondentes da UN não permita grande rigor.⁵⁵

4.2.3 OS ADERENTES

A figura do aderente da UN impõe alguns esclarecimentos prévios, pois trata-se de uma categoria de difícil caracterização. Maurice Duverger distingue dois tipos de adesão nos partidos políticos modernos: a adesão aberta, quando esta comporta apenas a inscrição (e um eventual pagamento de quotas) e a regulamentada, quando esta pressupõe um pedido de adesão e uma decisão de admissão por um organismo dos partidos.⁵⁶

Entre 1930 e 1933, período que aqui nos interessa para efeitos de comparação, a adesão à UN foi inequivocamente aberta. Os próprios estatutos da UN não tinham sequer secção “direitos e deveres” dos “associados”. Bastava serem “maiores e estarem no pleno gozo dos seus direitos políticos”. Só mais tarde, à medida que as comissões locais começaram a ser inundadas com “pedidos” e “favores”, sucessivas circulares apelavam a um maior cuidado e controlo das adesões.

Algumas descrições do processo de formação da UN a nível local corroboram este carácter aberto. Nos primeiros anos, as inscrições no partido governamental eram feitas nas sedes dos Governos Civis e das Câmaras Municipais, sem qualquer requisito para além dos já assinalados.

Os aderentes, para além da mobilização esporádica para vindas a Lisboa às manifestações, não tinham pois quaisquer “direitos e deveres”, e não participavam de facto na organização, pelo que o governo não manifestava qualquer preocupação perante a denúncia

⁵⁵ Arlindo Caldeira identificou cerca de 1.737 elementos de comissões concelhias da UN face à centena de elementos do N/S sobre os quais temos elementos.

⁵⁶ Cf. Maurice Duverger, *Les Partis Politiques*, 3^o ed. (Paris: 1957). p. 93.

de “infiltrações”. A maioria destas, aliás, não se referia a “infiltrações políticas”, mas a mero clientelismo.

A adesão ao N/S era também aberta, à luz da tipologia de Duverger. Evidentemente que os boletins de adesão eram mais ideológicos (contendo os princípios do movimento e palavras de ordem), e o simples facto de a inscrição não ser feita directamente pela administração pressupõe uma adesão clientelar seguramente menor, mas a demagogia do N/S, intitulando-se embrião da organização corporativa, cumpriu certamente efeitos paralelos, ainda que mais mobilizadores. Embora se possam apontar algumas tendências, a comparação do perfil de adesão das duas organizações tem um interesse limitado, dada a natureza quase exclusivamente clientelar da adesão à UN.

4.2.3.1 A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA ADESÃO

Em finais de 1933, a UN deveria contar com cerca de 20.000 “associados”, andando a par com o número dos N/S.⁵⁷ A comparação da distribuição geográfica dos aderentes das duas organizações revelou algumas diferenças, mas não tantas como se poderia esperar.⁵⁸ O N/S possuía uma implantação mais urbana e litoral que a UN, estando no geral mais representado em distritos como Lisboa, Coimbra, Porto e Braga. A UN, apresentando embora menor recrutamento nas zonas mais desenvolvidas, está sobrerrepresentada nos distritos rurais do interior Centro e Norte, como Vila Real, Guarda e Viseu, com 15% nos dois primeiros e 10% neste último.

4.2.3.2 A BASE SOCIAL DOS ADERENTES

A UN nunca procurou uma clientela popular. O próprio ditador diria um dia, não em privado para os seus ministros mas em um dis-

⁵⁷ Segundo a investigação de Manuel Braga da Cruz, a UN possuía em 1933 cerca de 18.871 aderentes.

⁵⁸ Os dados referentes à distribuição dos aderentes da UN em 1933 (17.105) foram retirados de Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 233.

curso público, referindo-se à classe operária, que “não precisamos de a incensar, para que nos sirva de apoio, nem de incendiar-lhe as iras para depois a mandarmos fuzilar pelos seus excessos”.⁵⁹ Os próprios instrumentos de “consenso” dirigidos aos grupos sociais populares que criou mais tarde não passaram nunca pela alçada do partido único. O N/S, pelo contrário, procurou até à exaustão uma base popular.⁶⁰

Perante 58,2% de proprietários e patrões aderentes à UN, o N/S apresenta um número significativamente superior de empregados do sector privado, estudantes e trabalhadores manuais, resultado de um efectivo esforço militante junto das classes médias e do operariado

4.3 A TENSÃO N/S-UN – ALGUNS EPISÓDIOS

É difícil construir uma tipologia dos múltiplos conflitos a nível local entre o Nacional-Sindicalismo e a UN, sem a realização de estudos de caso exaustivos. Por outro lado, a própria UN era ainda, como se viu atrás, um conglomerado de comissões dependentes do Ministério do Interior, e atravessada por divergências internas que remetiam directamente para clivagens clientelares locais cuja análise será aqui subestimada.

À medida que a animosidade entre o governo e os fascistas crescia, ao longo de 1933, os governadores civis, obedecendo a instruções do Ministério do Interior, começaram a expulsá-los de alguns postos na administração local que estes detinham ou herdaram da Liga 28 de Maio. A UN local coadjuvava esta acção de ocupação e controlo mas não desenvolvia qualquer mobilização alternativa. Os poucos esforços

⁵⁹ Oliveira Salazar, *op. cit.*, p. 178.

⁶⁰ Na comparação entre a composição socioprofissional das duas organizações utilizamos as categorias apresentadas por Manuel Braga da Cruz, visto este não desagregar algumas destas, caso dos “proprietários e patrões”, apenas unimos as categorias “trabalhadores manuais especializados” e “não especializados”, Cf. Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 239.

de “integração” verificados eram impostos por governadores mais audaciosos, sobretudo se enviados por, ou de, Lisboa.

De uma forma geral encontrámos dois tipos de situações. A primeira, rara, representada por uma coexistência relativamente pacífica entre as duas organizações, quando os núcleos do N/S eram de formação recente, fundados no geral por ex-estudantes recém-regressados às suas cidades de origem. Estes dirigentes locais demarcavam-se dos da UN pela sua juventude e pelas pretensões de mobilização política dos grupos sociais populares. Os problemas agravavam-se no caso das delegações formadas ex-integralistas ou dirigentes da Liga 28 de Maio que, ou aderiram à UN, abandonando-a (sendo por vezes forçados a abandoná-la, o que também aconteceu) por discordâncias com o seu modo de funcionamento, ou continuaram organizados em alternativa à UN. Tratava-se, no geral, de núcleos de antiga implantação local que, em muitos casos, ainda estavam ou tinham estado, já sob a Ditadura, em comissões administrativas de Câmaras Municipais. Perante a opção de neutralização destes focos de “agitação” e “mobilização” por parte do Governo e a clara predominância da notabilidade local conservadora na selecção dos dirigentes da UN, estes núcleos N/S radicalizaram então as suas posições.

Um exemplo do primeiro caso, raro senão único a nível local, foi o do Algarve, onde, como se viu atrás, a fundação do Nacional-Sindicalismo se deveu a um núcleo de jovens oriundos do distrito, recém-formados pelas Universidades de Lisboa e Coimbra, e que começaram a sua actividade profissional. A organização da UN datava de 1931 e dominava já a administração local existindo um corte geracional e social significativo entre as comissões concelhias das duas organizações.

A complementaridade na acção política dos dois partidos parece desenvolver-se sem problemas até ao verão de 1933. O *Nacional Sindicalista*, órgão local fundado um ano antes, denotava uma grande proximidade discursiva com o órgão central publicado em Lisboa, mas a mobilização local não era contrariada pela administração ou pela UN

local. A UN era a “ordem” e o N/S a “acção”. Cada uma “com as suas características [...]”, convergentes na finalidade de servirem o “ideal nacional”.⁶¹

Apesar de ser evidente a acção da censura sobre o seu órgão local, os Nacionais Sindicalistas desenvolviam a sua acção política sem grandes limitações.⁶² Nas conferências era comum a presença do presidente da Comissão Concelhia da UN, o capitão Manuel Alexandre, e enviavam-se telegramas a Salazar e a Rolão Preto.⁶³ Quando ministros visitavam o Algarve, os N/S esperavam-nos fardados e em “saudação à romana”.⁶⁴

Mas, na maioria dos concelhos e distritos, foi em clima de tensão que coabitaram as duas organizações. Em Coimbra, os conflitos entre N/S e a UN remontavam, como vimos atrás, à própria fundação da UN, já que parte dos seus fundadores se tinham demitido do partido governamental quando alguns elementos de matriz republicana conservadora, nomeadamente Bissaia Barreto, foram convidados a aderir à UN. A delegação da Liga 28 de Maio foi assim constituída em oposição ao partido governamental e foi esta que deu origem ao Nacional-Sindicalismo no final de 1932.

Na sequência do anúncio de uma conferência pública de Rolão Preto sobre “a revolução nacional dos trabalhadores”, o governador civil, obedecendo a instruções do Ministério do Interior, tomou medidas drásticas e encerrou a delegação proibindo quaisquer manifestações públicas do movimento.⁶⁵ Os N/S manifestaram-se então com palavras de ordem do tipo “abaixo o penetralho” e “abaixo Bissaia Barreto”, e nem o facto de estes contarem com um número significativo de pro-

⁶¹ Cf. *O Nacional Sindicalista*, Faro, 5-3-1933, p. 1.

⁶² Apesar das constantes queixas dos N/S. Cf. José Freire Antunes (org.), *op. cit.*, p. 92.

⁶³ Cf. *O Nacional Sindicalista*, Faro, 15-1-1833, p. 1.

⁶⁴ *Idem*, 5-3-1933, p. 4-5.

⁶⁵ Cf. o protesto de Marcello Caetano a Salazar in José Freire Antunes (org.), *op. cit.*, p. 92.

fessores universitários, que protestaram em carta a Salazar, impediu a sua ilegalização precoce.

Notava-se entre eles, referia o governador civil para Lisboa, “uma grande má vontade contra a política de bom senso”, nomeadamente no que tocava à adesão de republicanos conservadores do distrito à UN, amigos de Bissaia Barreto. Por outro lado, o governador civil mostrava também apreensivo com o programa político do N/S, com a sua “organização do Estado nacionalista a que chamam totalitário, feito à pressa, com um realce anticapitalista que nos parece despropositado e impolítico”, e com o desrespeito constante “às autoridades”.⁶⁶

Coimbra representou o único caso de transferência de uma comissão da UN para o N/S, pois na maioria dos concelhos sobre os quais existe informação os núcleos fascistas não aceitaram ou não foram escolhidos para os órgãos dirigentes da UN, muito embora alguns se tenham filiado. No entanto, há casos isolados de dirigentes locais da UN que se transferem para o N/S. Na Madeira, por exemplo, Fernão Favila Vieira demite-se de Vice-Presidente da Comissão Distrital do partido do Governo para cofundar e dirigir o N/S na Madeira.⁶⁷

Na Anadia, a delegação da Liga 28 de Maio ridicularizava constantemente a UN local. Em março de 1932, por exemplo, escrevia-se no seu órgão concelhio:

consta que a comissão da UN da Anadia ultimamente vinda a público vai ser modificada [...] é esta a quinta ou sexta tentativa de organizar a UN entre nós. Umas morreram antes de nascer [...] ora para prestígio da Ditadura é preciso que se acabe com tão vergonhosos processos”.⁶⁸

⁶⁶ Relatório do Governador Civil de Coimbra ao Ministro do Interior, 6-2-1933, Maço 463 – Caixa 15, AGMI/ANTT.

⁶⁷ Emanuel Janes, *op. cit.*, p. 179.

⁶⁸ Cf. *Ordem Nova*, Anadia, 5-4-1932, p. 1.

A delegação da Liga, base da delegação do Nacional-Sindicalismo, já tinha dominado a administração do concelho e tinha sido preterida na escolha da comissão concelhia da UN.⁶⁹ Bem ou mal organizada, esta acabaria por ser designada para a Câmara local e, apesar das relações formais entre as duas organizações, esta conseguiu irradiar os que aderiram ao Nacional-Sindicalismo.

Em agosto de 1932, ao tentarem demitir o secretário da Câmara que era afecto ao N/S e ex-dirigente da Liga, apesar de este se ter desligado formalmente da actividade política, um grupo de N/S invadiu a Câmara quando esta se encontrava em reunião, expulsou os seus elementos “e partiu o mobiliário”.⁷⁰ O assalto, da autoria de um grupo de dirigentes locais, “composto por pessoas de categoria social”, ficaria impune, e o Ministério do Interior impediu o afastamento. Entre os participantes contavam-se de facto um médico, director do órgão N/S local, e um padre, o já citado Abel Condesso, que de resto continuou ao lado de Rolão Preto, após a cisão, e foi dirigente da organização na fase clandestina. Alguns apoios na neutralização dos incidentes, nomeadamente o do administrador do concelho, um capitão frequentador dos comícios do Nacional-Sindicalismo, não foram provavelmente estranhos ao acontecimento.

Em janeiro de 1933, Rolão Preto visitava a Anadia com outros delegados de Lisboa, e a confraternização contou com a presença deste militar administrador do concelho. O núcleo local desenvolveu ainda alguma mobilização, incluindo comícios na região e a participação nos de Coimbra e do Porto, envolvendo-se em conflitos de rua com militantes da oposição antifascista. Segundo a imprensa republicana local, no entanto, o administrador do concelho seria exonerado pouco tempo depois.⁷¹

⁶⁹ Cf. carta de António Costa e Almeida ao Governador Civil de Aveiro, 26-11-1930, Maço 451 – Caixa 4, AGMI/ANTT.

⁷⁰ Cf. Relatório do Governador Civil de Aveiro ao Ministro do Interior. 16-8-1932, Maço 455 – Caixa 8, AGMI/ANTT.

⁷¹ Esta exoneração, segundo um jornal afecto à oposição antifascista, teria “desgostado os integralistas”. Cf. *Ideia Livre*, Anadia, 11-2-1933. p. 1.

Em alguns outros casos, o Nacional-Sindicalismo estava escorado na administração local em 1933 e sofreu um cerco, sob a direcção do governador civil e com o apoio da hierarquia religiosa e das “forças vivas” locais que aderiram à UN, para a sua expulsão destas posições. Observe-se o exemplo de um concelho da Beira Alta do qual se tem um relato bastante pormenorizado, escrito pelo governador civil da Guarda.

Em abril de 1933, a Câmara Municipal de Fornos de Algodres inaugurou uma série de melhoramentos realizados sob a direcção do tenente Castel Branco, militante N/S, com a presença de Rolão Preto e de outros dirigentes vindos de Lisboa, nomeadamente. “Tudo indicava” – escrevia o governador civil – “o propósito de empalmar o entusiasmo das festas, em benefício da propaganda do Nacional-Sindicalismo e emmenoscar a acção do governo”.⁷² Durante os discursos, os N/S “excederam-se” de tal forma que o bispo de Viseu, também presente, se retirou apressadamente, e o governador civil não compareceu. Apesar de já existir uma comissão concelhia da UN, sublinhava o governador, “não foi aproveitada a ocasião para lhe dar posse” e atacou-se o próprio representante do governo.⁷³

Perante a queixa das “forças vivas” da UN, solidárias com o governador civil, os dirigentes da Câmara demitiram-se, e este nomeou uma comissão afectada ao partido governamental. Ao pretender desencadear uma manifestação contra esta, a GNR interveio e prendeu “os desordeiros”, aliás de “baixa” condição social. Perante as habituais acusações de “reviralhismo” por parte dos N/S, o delegado do governo considerou-as meras “calúnias” sem fundamento.⁷⁴

⁷² Cf. Relatório do Governador Civil da Guarda ao Ministro do Interior, 4-5-1933, Maço 462 – Caixa 15, AGMI/ANTI.

⁷³ O governador civil encarava estes ataques como naturais porque tinha “proibido no meu distrito os comícios rurais do N/S, por entender que só há uma doutrina política a defender por aqueles que são afeiçoados ao Governo: a dos princípios da União Nacional, o único que é patrocinado pelo governo e que os Nacionais-Sindicalistas pretendem desacreditar”.

⁷⁴ *Idem.*

A estranheza deste governador civil e dirigente distrital da UN perante a acção política local dos nacionais-sindicalistas, constatamo-la em relatórios referentes a outros distritos com forte presença militante dos fascistas, onde, confrontadas com a sua actividade, esta era percebida pelas autoridades como elemento de agitação.

No distrito de Leiria, os relatórios já citados do governador civil consideravam a acção política e de agitação dos N/S uma espécie de “comunismo branco” que confundia os rurais. Ainda por cima, “essa desorientação” tornava-se “maior por se tratar de oficiais do exército”.⁷⁵ Apesar da proibição da propaganda, os N/S de Leiria continuaram a ser referidos pelos governadores civis, nos anos seguintes, como um foco de “agitação”, pois parte dos serviços centrais do movimento passaram em finais de 1933 para aquela cidade.⁷⁶

Outros exemplos se poderiam dar das múltiplas tensões entre as delegações locais do Nacional-Sindicalismo e da UN, mas os casos referidos são suficientes para ilustrar, com a evidente mediatização de clivagens locais, o eco da tensão mais geral que se desenvolvia. Conflito que representou sobretudo a eliminação dos focos de mobilização fascista e a sua secundarização, a nível local, a favor, muito mais do que se poderia pensar, da notabilidade conservadora, na sua maioria de origem republicana, acantonada na UN. As sempre ferozes e reactivas denúncias de “reviralhismo” e “adesivagem”, com que os fascistas mimoseavam o partido criado por Salazar, não eram de facto meras figuras de retórica.

Quando herdavam situações de conflito, no entanto, nem todos os governadores civis manifestavam esta hostilidade pelo Nacional-Sindicalismo local. Nomeado em julho de 1934 governador civil de Vila Real, o ex-secretário de Salazar, tenente Assis Gonçalves, recebeu uma delegação de “chefes nacionais sindicalistas locais”, no próprio dia em

⁷⁵ *Idem.*

⁷⁶ Cf. circular-confidencial nº 1877 do Governador Civil de Leiria aos Administradores de Concelho, 4-8-1933, Maço 463, AGMI/ANTT.

que Salazar ilegalizava o movimento, após a expulsão de Rolão Preto. No seu relato da reunião a Salazar, este resumiu as declarações da delegação: “viam Rolão Preto como único chefe, condensador e intérprete das suas doutrinas”; “julgavam-se uma força e senhores exclusivos dos papiros doutrinários da revolução nacional”; “criam ter sido eles quem fez a reacção do 28 de Maio”; “que desejavam colaborar comigo, mas afastando todos os demais”.⁷⁷ O alvo central das suas críticas era a UN, e Assis Gonçalves, que tinha substituído Montalvão Machado como governador civil e se preparava para o afastar da direcção da Comissão Distrital, prometeu “que trabalharia por uma UN em qualidade e não em quantidade”. No dia seguinte um membro da delegação voltou e disponibilizou-se para colaborar. Assis Gonçalves terminava, optimista: “Lá para o fim de Agosto, quando penso começar a mexer nas organizações políticas e administrativas, depois de me ter inteirado dos xadrezes locais, veremos se ainda mantêm os seus propósitos e podemos aproveitá-los para fazer alguma coisa”.⁷⁸

Assis Gonçalves estava convencido de que, à medida que a escala se reduzia, era mais fácil dissolver alguns conflitos. Ao descrever em setembro o panorama em que se encontrava a “situação” nos diversos concelhos, este deu o exemplo do de Sabrosa: “quatro correntes diferentes dentro da Situação: uma Contra Montalvão – forte; outra a favor – fraca; outra de Vicente de Freitas – a menor; finalmente outra nacional sindicalista – pequena (contra todas as outras)”.⁷⁹ Ao “desemaranhar uma tal rede com paciência e cautela”, Assis resolveu manter o presidente da Câmara, mas, como este era influenciado pelo secretário da mesma, um antigo influente local do partido unionista, deu um conselho de discrição ao segundo, mandando-o “apagar-se na

⁷⁷ Cf. Assis Gonçalves, *op. cit.*, p. 128-129.

⁷⁸ *Idem*, p. 130-131.

⁷⁹ *Idem*, p. 137.

opinião pública”. Como o administrador do concelho era incompetente, “resolvi nomear o chefe local do Nacional-Sindicalismo um rapaz novo, de boa apresentação e fortuna” que tinha influência na organização distrital do movimento. Existia uma justificação suplementar para esta escolha: o N/S era primo do principal influente local do Partido Democrático e, por causa deste parentesco, não o hostilizaria. “O Nacional-Sindicalismo e o democratismo” – concluía Gonçalves – “vão-se assim esbatendo e assimilando devagarinho”.

4.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Giovanni Sartori, referindo-se à emergência dos sistemas de partido único, salienta que, “quanto mais modernizada e/ou desenvolvida a sociedade, mais o antipartidarismo cede ao unipartidarismo – pelo menos no sentido de que a segunda solução se revela muito menos frágil e muito mais eficiente do que a primeira”.⁸⁰ Esta tendência parece ser parcialmente ilustrada pela experiência histórica dos regimes ditatoriais e fascistas do período entre as duas guerras. De facto, nos países em que a ordem liberal e democrática do pós-guerra conheceu a existência de partidos de massas e ampla participação política, o partido único do regime que lhe sucedeu foi no geral mais importante e mobilizador, independentemente do maior ou menor grau de dependência do Estado.

Alguns dos factores genéticos da debilidade do partido único do salazarismo já foram atrás abordados. Mas os dados comparativos apresentados permitem pelo menos complementá-los com outros elementos. Quer em Espanha, quer em Itália, os respectivos partidos únicos, ainda que dependentes e controlados, desempenhavam inúmeras funções no sistema político que não encontramos no seu correspondente português.

⁸⁰ Cf. Giovanni Sartori, *op. cit.*, p. 61.

Um dos factores genéticos da diferença remete sem dúvida para a existência prévia em ambos os países de partidos fascistas e de direita fortes. Em ambos, o novo partido único aglutinou várias formações. Em Itália, foi o partido fascista que recebeu e englobou outras formações, como os Nacionalistas. Em Espanha, o movimento foi mais paritário até porque a Falange era bem mais fraca. Mas em ambos os casos o partido único transformou-se em uma máquina burocrática pesada, com funções de mobilização e de propaganda, de selecção da elite e de veículo privilegiado de ligação com as “massas”.⁸¹

Em Portugal, a direita que participou no derrube da ordem liberal tinha uma expressão partidária mínima, os seus partidos nunca tiveram expressão que ultrapassasse, ou o grupo de pressão ideológico ou o do grupo de “notáveis”, e a sua força escorou-se em duas instituições centrais: o exército e a Igreja. Ou seja, a “cultura política” da direita cristalizou-se em formações pré-partidárias, com grande desconfiança da “massificação da política” e com escassa utilização de recursos mobilizadores.

O aparecimento do N/S reflectia o projecto de criação de um partido de massas fascista e o seu rápido crescimento parece confirmar, por irónico que pareça e ainda que de forma limitada, os factores de modernização política da sociedade portuguesa, fundamentalmente nos seus polos urbanos, mais tocados pela mobilização antiautoritária. A elite N/S apresentava-se claramente como uma “elite alternativa” não muito diferente das suas congéneres fascistas europeias. Mas a resposta de Salazar, muito embora mais tarde tivesse cedido a algumas pressões, não passou pela “unificação forçada” com os fascistas, permitindo-lhes, como em Espanha, um lugar destacado no partido único. Mesmo quando, em 1934, o governo colocou os fascistas perante a obrigatoriedade de

⁸¹ Cf. Emilio Gentile, *op. cit.* e Paul Corner, *The Fascist Party and Popular Opinion in Mussolini's Italy* (Oxford: 2012); Miguel Ángel Gimenez Martínez, *El Estado franquista, Fundamentos ideológicos, bases legales y sistema institucional* (Madrid: 2014).

integração no regime, os que o fizeram escolheram, como veremos à frente, outras instituições que não a UN.

Os elementos recolhidos permitem concluir que não só a elite fascista local foi inicialmente excluída pelo partido governamental, como ainda que o esforço se dirigiu para a “oferta” das elites conservadoras, em um compromisso que expressa a estratégia social do regime em criação. A UN, para além das funções legitimadoras do novo regime e de “exclusão” de candidatos mais mobilizadores, parece ser importante como instrumento de “canalização política” não tanto das massas, mas da notabilidade local.⁸²

Poder-se-ia mesmo arriscar que, se no fascismo italiano o governo controla e dirige a mobilização do partido, a UN foi, ela própria, uma agência estatal de “integração” das elites locais e, ao mesmo tempo, de “desmobilização” política em sentido lato.

⁸² Cf. Giovanni Sartori, *op. cit.*, p. 63.

5 “SEM O PODER”: DA TENSÃO COM SALAZAR À ILEGALIZAÇÃO

Sempre atenta ao evoluir da situação política portuguesa, a embaixada inglesa observava de perto o desenvolvimento do Nacional-Sindicalismo. Em julho de 1933, parecia-lhe que a posição de Salazar estava a ficar enfraquecida pelo crescimento da organização, “em número e em força”.¹ Na verdade, os fascistas portugueses constituíram rapidamente uma malha partidária sem precedentes, desde o golpe militar de 1926, sendo a única força política do bloco de apoio à Ditadura susceptível de contestar a sua figura.

No início do verão de 1933, o N/S encontrava-se em uma situação dificilmente sustentável face ao novo chefe do Governo. Formalmente reconhecia-o como o reequilibrador das finanças do Estado, mas contestava-lhe o monopólio do poder político. Negou o apoio explícito à Constituição plebiscitada nesse ano, na qual viu uma conciliação com princípios liberais e a negação do corporativismo integral. Encontrou-se em conflito latente, por vezes aberto, com a União Nacional, o partido oficial do novo regime. Relativamente influente no Exército, desde cedo começou a participar nos movimentos e nas conspirações antissalazaristas.

¹ Cf. Relatório de 12-7-1933, FO 371/17415, PRO.

Desde o início de 1933 que a chefia do Nacional-Sindicalismo tentava entrar em conversações com Salazar, mas estas falharam sucessivamente, inclusive uma, que chegou a estar marcada, com o próprio Rolão Preto.² A correspondência interna da organização revela várias tentativas de encontrar um compromisso que permitisse aos fascistas um maior papel na edificação do novo regime, nomeadamente pela institucionalização da sua milícia e pela sua chamada para a esfera da decisão no campo das instituições corporativas, mas Salazar recusou qualquer contacto directo com estes.³

5.1 O N/S VISTO DE FORA

5.1.1 O ESTIGMA INTEGRALISTA

As forças conservadoras que dominavam a Ditadura desde o derrube de Gomes da Costa encararam o N/S com extrema desconfiança e algumas velhas clivagens presentes na cultura política portuguesa desde 1910 contribuíram decisivamente para isso. Uma delas, talvez a mais importante, foi pelo menos tão decisiva como a da própria natureza fascista do movimento: a base monárquica do N/S.

Como ficou claro quando se analisou a estrutura organizativa, quer enquanto partido, quer enquanto ideologia, o N/S foi um derivado fascista do Integralismo. Muito embora o “revolucionarismo” do seu núcleo central e as suas posições oficiais tentassem desde a sua fundação considerar ultrapassada a clivagem entre monárquicos e republicanos, esta origem do N/S e a utilização, fundamentalmente na província, da velha malha organizativa monárquica, constituíram um elemento inibidor da sua penetração política.

² Cf. entrevista com Barradas D'Oliveira, 17 e 23 de julho de 1984. Mas recebe Alberto de Monsaraz em fevereiro de 1933 e assinala-o na sua agenda.

³ Cf. circular de Alberto Monsaraz aos secretários distritais, 29-7-1933, ARP.

Dirigidos por um centro fascista, muitos N/S eram ainda, e sobretudo, monárquicos integralistas. A identidade política de muitos N/S locais continuou a ter a restauração da monarquia como referencial, o que limitava a ultrapassagem da questão no interior do próprio movimento e cristalizava uma imagem “integralista” por parte das restantes forças políticas.⁴ Tal facto dominou algumas das estratégias de alianças locais entre republicanos, mesmo entre os que aderiram ao partido governamental, para isolar os núcleos N/S locais e inibir a sua capacidade de mobilização de alguns sectores mais sensíveis ao discurso “popular” do fascismo.

Convém também salientar que boa parte da elite política, nomeadamente os próprios generais que asseguraram a Presidência do Conselho nos últimos anos da Ditadura Militar, eram republicanos ou pelo menos apoiantes pragmáticos da não colocação da “questão do regime”, encarando com desconfiança as manobras integralistas, cujos dirigentes e respectivos contactos militares já tinham sofrido rudes golpes com a deportação dos mais irrequietos. Ao nível militar, se os “tenentes” afectos ao N/S ainda constituíam uma base relativamente segura, as suas acções eram vistas com progressiva desconfiança pelas altas patentes.

Para além dos naturais ataques da oposição antifascista, foi dos católicos que surgiu, no âmbito do bloco de apoio à Ditadura, a demarcação mais frontal perante o N/S.

5.1.2 OS CATÓLICOS E O FASCISMO

A hierarquia da Igreja Católica portuguesa e o Partido do Centro Católico, elementos-chave nos bastidores políticos da Ditadura desde o consulado

⁴ Veja-se o depoimento de Jacinto Ferreira, delegado distrital de Setúbal, onde este afirma ter aceitado o convite “não com muito entusiasmo porque entendia que a principal tarefa dos monárquicos devia ser [...] a de trabalhar pela restauração da monarquia”, ao que Rolão Preto lhe retorquiu que “o principal objectivo devia ser conquistar o Poder”. Cf. Jacinto Ferreira, *op. cit.*, p. 78.

de Gomes da Costa, constituíram um entrave bastante importante às tendências de grupos fascizantes desenvolvidas desde 1926.

Muito embora comungando parte do programa político integralista e sendo muitos militantes do Centro Católico monárquicos, algumas das fracturas entre católicos e integralistas acentuaram-se no pós-guerra, e motivaram acesas polémicas entre estes dois grupos. Como vimos atrás, a propósito da polémica com Rolão Preto sobre a tomada do poder por Mussolini, as inflexões fascistas de alguns integralistas nos anos 20 foram de imediato criticadas. Após o golpe de 1926, a pressão antifascizante, nomeadamente no que tocava à criação de partidos miliciais protagonistas de um “nacionalismo exacerbado”, foi também significativa.⁵

A sua atitude em relação ao Nacional-Sindicalismo foi de denúncia radical, demonstrando sempre que possível o receio de que o Poder (particularmente alguns militares) pudesse, de algum modo, apoiar o projecto dos fascistas. Curiosamente, algumas das polémicas entre católicos e o N/S desenvolveram-se com alguns padres que tinham aderido ao movimento de Rolão Preto, muito embora a adesão do clero tenha sido rara, e o catolicismo tradicionalista fosse pouco importante na elite do movimento.

Quando se anunciou o lançamento do *Revolução* e a fundação de uma organização de “estudantes nacionalistas” onde participassem “monárquicos, republicanos, católicos e ateus”, o *Novidades* atacou de imediato.

Só dentro de um nacionalismo que professe a estatolatria e pretenda substituir a sua mística político-social à fé religiosa, poderão caber católicos e ateus, mas para se curvarem igualmente ante a nova divindade: o Deus-Estado. Nenhum católico de verdade poderá aceitar essa posição.⁶

⁵ Como introdução ao tema, vide Manuel Braga da Cruz, “As elites católicas nos primórdios do Salazarismo”, *Análise Social*, vol. XXVII, 1992, p. 547-574; e António Matos Ferreira, “Le Catholicisme au Portugal (1914-1958)”, Jean-Marie Mayeur *et alli* (Sous la direction de), *Histoire du Christianisme. Des origines à nos jours, tome Xli. Guerres mondiales et totalitarismes (1914-1958)* (Paris: 1990), p. 403-417.

⁶ Cf. *Novidades*. 5-1-1932, p. 1.

A partir do outono de 1932, quando a aventura do *Revolução* se transformou em partido político, os ataques cresceram. As atitudes políticas e ideológicas do N/S foram então consideradas anticatólicas, relembrando-se as velhas querelas da Igreja Católica com a *Action Française* e com o fascismo italiano.⁷ A imprensa mais “oficiosa” da Igreja começou a condenar como heresia este nacionalismo “pagão” e “agnóstico” que “despreza os destinos eternos para adorar a Nação divinizada”.⁸ Muito embora os porta-vozes do fascismo português ignorem tacticamente as críticas e continuem a proclamar a sua fidelidade formal ao catolicismo, alguns núcleos, particularmente do Norte, onde párocos de matriz integralista eram activos dirigentes locais, reagiram, animando várias polémicas.

O semanário N/S de Águeda, por exemplo, em artigo da provável autoria de “Eugénio de Belonor”, pseudónimo de um padre dirigente local, acusou os católicos de pretenderem aproveitar-se de “alguns deslizes” do movimento para “apressadas interdições feitas aos católicos portugueses de colaborarem no movimento nacional sindicalista”.⁹ Os visados do padre N/S eram acima de tudo os militantes do Centro Católico que em sua opinião “se têm mostrado incapazes” de fazer algo “de aproveitável no campo económico-social português”.¹⁰

A resposta do *Novidades* foi de clara negação de qualquer cedência ao N/S. Reafirmava as críticas ao “sindicalismo político” e não via qualquer carácter cristão nele, “bem pelo contrário, encontra-se influenciado pelos excessos do nacionalismo e do laicismo prático, que

⁷ Sobre estes conflitos, Eugen Weber. *op. cit.*, pp. 219-255; John F. Pollard. *The Vatican and Italian Fascism. A Study in Conflict, 1929-32* (Cambridge: 1985); Tracy H. Koon, *Believe. Obey, Fight. Political Socialization of Youth in Fascist Italy. 1922-1943* (Chapell Hill and London: 1985); p. 116-142.

⁸ Cf. “Condenando Excessos”. *Novidades*, 7-1-1933. p. 1. Vide também “Dois Conceitos de Patriotismo”, *Novidades*. 1-12-1932, p. 1.

⁹ Cf. “Não! Não confundimos nada!”, *Reacção*. Águeda, 14-1-1933, p. 1.

¹⁰ *Idem*.

tem merecido a reprovação da Igreja em movimentos semelhantes de outros países”. A única solução para o fascismo era justamente a de se “cristianizar, integrando-se no movimento social cristão, onde a força da verdade e da justiça conhecidas, afirmadas e sobretudo praticadas, constituem a única violência capaz de defender as sociedades ameaçadas pela violência revolucionária”.¹¹

Neste extremar de posições com o Nacional-Sindicalismo emergiu a mais sistemática refutação do seu ideário e da sua prática política na perspectiva do catolicismo social. O seu autor foi o padre Abel Varzim, futuro animador das Juventudes Operárias Católicas.¹² As suas críticas ao N/S anteciparam parte das resistências da hierarquia da Igreja, quando o próprio regime de Salazar vier a criar algumas organizações susceptíveis de ameaçar aquilo que a Igreja considerava seu território, nomeadamente a “Mocidade Portuguesa”, alguns anos mais tarde.

Em *Catolicismo e Nacional-Sindicalismo*, Abel Varzim analisou ponto por ponto o programa do N/S e os escritos dos seus principais dirigentes, apontando os limites que a Igreja deve impor a “esta nova religião panteísta” da qual o N/S era arauto.¹³ Já em anterior artigo, Abel Varzim se lamentava de a Igreja Católica ter ao lado, na sua batalha contra o socialismo e o comunismo, o “nacionalismo exagerado e totalitário” do fascismo (“baseado na teoria hegeliana do Estado”), que esta teria que “combater em nome dos princípios católicos”.¹⁴ Em uma conjuntura em que Salazar obrigava à dissolução do Centro Católico, e a hierarquia apontava como

¹¹ Cf. “Novos messias”. *Novidades*, 31-1-1933, p. 1. Vide também a resposta do padre N/S, “Moinhos de Vento”, *Reacção*, Águeda, 11-2-1933, p. 1.

¹² Abel Varzim seria um activo elemento da Acção Católica e, em particular, da sua área de acção junto da classe operária, o que lhe criará problemas com a Ditadura de Salazar. Sobre o tema, vide Maria Inácia Rezola, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo* (Lisboa:1999).

¹³ Cf. Abel Varzim, *Catolicismo e Nacional-Sindicalismo* (Lisboa: 1933), p. 16. Este opúsculo foi publicado em destacável pelo *Novidades*, entre 6-2-1933 e 27-2-1933.

¹⁴ Cf. os seus artigos de crítica a Rolão Preto, a propósito da sua obra *Balizas*, *Novidades*, 10-10-1932, p. 1, e a resposta a um artigo de um N/S da Madeira, *Novidades*, 4-11-1932, p. 1.

tarifa central “a nova cruzada de reconquista cristã de Portugal”, Abel Varzim reagia, pois, perante qualquer tentativa do fascismo visando à ocupação desse espaço.¹⁵ “A Igreja condena como imoral” – referia – “a intervenção exagerada do Estado na economia, o monopólio escolar [...], a imposição de estatutos ou regulamentos à associação”.¹⁶ Criticava também o modelo corporativo do N/S com a sua sindicalização obrigatória, a pretensão totalitária do Estado sobre a juventude e o monopólio escolar deste, que “não pode conciliar-se com a doutrina católica”.¹⁷ A forma como o “Estado Novo” irá resolver cada um destes problemas, muito embora o coloque por vezes em tensão com a Igreja, representou justamente um compromisso, que os fascistas considerarão aliás a vitória do “centrismo católico” sobre as suas pretensões.

Para além desta demarcação política e ideológica, a própria hierarquia da Igreja colaborou activamente com as autoridades administrativas nas lutas locais contra o N/S, esforçando-se por isolar alguns bastiões em concelhos onde o movimento dispunha de alguma hegemonia política nas câmaras municipais. No campo das suas relações com o poder político, a Igreja católica, ao mesmo tempo em que apoiava decididamente a consolidação do autoritarismo e via com evidente agrado a inscrição dos seus princípios na simbologia, ideologia e na acção política do regime, reagiu sempre a qualquer tentativa de “fascização”, fazendo valer os seus direitos de “cristianização” quando o governo criar uma organização de juventude e a LP.

¹⁵ Vide artigo do Cardeal Cerejeira no *Boletim da Acção Católica portuguesa*, nº 1, Maio de 1934, citado por António Matos Ferreira, “La Peninsule ..”, *op. cit.*, p. 407. Sobre a Acção Católica e o Estado Novo, vide, do mesmo autor, “A acção católica. Questões em torno da organização e da autonomia da acção católica (1933-1958)”, AA.VV, *O Estado Novo – Das origens ao fim da autarcia*, 1926-1959. 1º Vol. (Lisboa: 1987), p. 281-302.

¹⁶ Cf. Abel Varzim, *op. cit.*, p. 34.

¹⁷ Cf. *idem*, p. 39. Alguns dos N/S visados por Abel Varzim responderam, nomeadamente Luis Forjaz Trigueiros, autor de um artigo (“Roma e Moscovo”) onde defendia a típica tese fascista das “duas revoluções” e inexistência de alternativa. Cf. a resposta do padre Abel Varzim in *Novidades*, 18-2-1933, p. 3.

5.1.3 A OPOSIÇÃO ANTIFASCISTA E O N/S

No início dos anos 30, as forças de oposição encontravam-se já em uma situação de visível debilidade organizativa. O mais importante dos velhos partidos republicanos, o Partido Democrático, implicado em várias tentativas de derrube da Ditadura, tinha já vários dirigentes exilados e a desmobilização grassava. Os dirigentes dos pequenos partidos republicanos conservadores, ou estavam remetidos ao silêncio, ou estavam também exilados, enquanto muitos dos seus dirigentes locais aderiram ao partido governamental. A sua margem de manobra legal tinha sido na prática eliminada.

Muito embora todos os partidos de oposição se tenham referido com abundância ao Nacional-Sindicalismo, importa salientar as posições dos que estavam mais próximos do movimento operário e sindical, caso dos comunistas, anarcossindicalistas e socialistas. Eram estes que mais tinham a recear da actividade dos fascistas e os que se encontravam mais próximos do campo de acção política destes. O jovem PCP possuía em 1932 um reduzido número de militantes. Sendo ainda uma força minoritária no movimento operário e sindical, onde os anarcossindicalistas ainda dominavam, o PCP começava a recrutar um conjunto significativo de estudantes e intelectuais que viriam a constituir o núcleo duro da direcção clandestina, quando o velho sector operário for deportado para o campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde.¹⁸

Os comunistas viram no N/S a chegada a Portugal da virulência milicial fascista.¹⁹ Como referia a sua imprensa clandestina, temia-se que “à política tortuosa, jesuítica e habilidosa do Centro Católico” se

¹⁸ Cf. João Arsénio Nunes, “Sobre alguns aspectos da evolução política do Partido Comunista Português após a reorganização de 1929 (1931-33)”, *Análise Social*, vol. XVII (67-68), 1981, p. 715-731.

¹⁹ Para uma introdução às posições do movimento comunista internacional, cf. David Beecham, *Marxists in Face of Fascism. Writings by Marxists on Fascism from the Inter-war Period* (Manchester: 1983), p. 1-62.

seguisse “a opressão mais brutal do Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto”.²⁰ Em 1933, a imprensa clandestina e os relatórios internos do PCP começaram a dar atenção ao Nacional-Sindicalismo, ao mesmo tempo em que várias acções preventivas iam sendo tomadas, no sentido de responder na rua às manifestações do movimento.²¹

Para os comunistas, o N/S era uma nova frente do regime, incapaz de sobreviver “no caso de a defesa do Estado actual da grande burguesia continuar entregue à simples guarda dos “altos comandos” do exército”.²² Vendo no movimento a expressão da evolução do “Estado Novo” na direcção do fascismo, o seu objectivo era a denúncia de um partido que, fingindo “representar, por vezes, um movimento de oposição à Ditadura”, era, na sua opinião, subsidiado pelo próprio governo.

Foi devido a este apoio que

essa quadrilha de bandoleiros com pretensões hitlerianas, esse partido de Rolão Preto, um novo apêndice do capitalismo reaccionário, enfeudado ao suborno integralista e dos grandes proprietários da indústria, do capital financeiro e dos latifúndios; essa quadrilha sustentada, igualmente, pelos cofres ditatoriais, já começou a dar largas ao seu papel de provocação do proletariado em geral.²³

Em uma conjuntura caracterizada pela introdução da legislação corporativa governamental e pela integração obrigatória do que restava do movimento sindical livre no novo sistema, o N/S era, para o PCP, a guarda avançada dessa ofensiva antioperária, que os iria provocar na rua e tentar dividir. “Eles querem a guerra de rua!” – avisava o *Avante!*,

²⁰ Cf. *Frente Vermelha*, N° 1, Setembro 1933, p. 3.

²¹ Cf. para além dos citados, “O que é o Nacional-Sindicalismo?”, *O Jovem*, n° 20, março de 1933, p. 4; “O Nacional-Sindicalismo e o Proletariado”, *O Jovem* n° 21, julho de 1933, p. 3; “Aos Operários Conscientes de Portugal”, comunicado do P.C.P. e F.J.C.P., S.D. [1933].

²² Cf. “Contra o Nacional-Sindicalismo! Por uma frente única antifascista de massas!”, comunicado do P.C.P., 1933.

²³ Cf. *idem*.

em janeiro de 1933 – “O Nacional-Sindicalismo, milícias terroristas do fascismo português – como o italiano e o alemão, polaco, etc. – é o maior inimigo das massas operárias”.²⁴ Em resumo, o PCP viu no N/S uma nova fase de “fascização” do regime, não se apercebendo inicialmente das divergências que separavam o projecto N/S do Salazarismo.

A identificação do fascismo com o Nacional-Sindicalismo era também a tónica dos anarcossindicalistas, no entanto, tal como para os socialistas, o perigo de captação de alguns sectores mais “atrasados” do proletariado por parte dos N/S era sublinhado mais claramente pela sua imprensa. Muito embora ridicularizando a pretensão N/S de conciliar “um Estado todo-poderoso com os interesses proletários”, as Juventudes Anarcossindicalistas alertavam para o perigo do regime apoiar estas milícias, apelando ao seu ataque antes de qualquer investida dos fascistas.²⁵ Seria nos sindicatos e na sua imprensa, já que a *Batalha* tinha sido proibida pela Ditadura alguns anos antes, que os anarcossindicalistas denunciariam os N/S, utilizando basicamente a mesma linguagem e tipo de análise dos comunistas.

Maior destaque interpretativo caracterizou a denúncia do N/S feita pelos socialistas.²⁶ Como tem sido salientado pela investigação, o velho PSP representava ainda uma força significativa no movimento operário e sindical português no início dos anos 30.²⁷ Fiel à sua estratégia reformista e legalista, este dispunha de uma imprensa legal, de um conjunto assinalável de polos de sociabilidade política como as “casas do povo”, e de uma rede de activistas sindicais e de correspondentes um pouco por todo o país. A sua imprensa foi porta-voz

²⁴ Cf. “Contra o Fascismo. Viver trabalhando ou morrer combatendo”, *Avante!*, nº 9, janeiro de 1933, p. 5.

²⁵ Cf. “À Juventude Trabalhadora! ao Proletariado!”, comunicado da Federação Regional Portuguesa das Juventudes Anarco-Sindicalistas, s.d. [1933].

²⁶ Sobre a história do Partido Socialista, cf. Maria Filomena Mónica, *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)* (Lisboa: 1985).

²⁷ Cf. Fátima Patriarca, *op. cit.*

de uma denúncia sistemática do fascismo europeu e do socialismo soviético, dele se demarcando em nome da defesa da democracia formal. “Querem-nos meter entre duas espadas!” – afirmava um comunicado socialista. – “O comunismo ou o N/S. Nem um nem outro nos serve”.²⁸ Ramada Curto e outros socialistas, em uma sequência de artigos sobre o tema do fascismo, não se esqueciam de assinalar que, muito embora com diferentes matrizes ideológicas, estas se esbatiam “nos métodos”.²⁹

Para os socialistas, em consonância com as posições dos comunistas e anarcossindicalistas, o N/S não era mais do que “o fascismo português disfarçado, a soldo da burguesia e da alta finança [...] para desagregar e estabelecer a confusão entre as massas operárias”.³⁰ No entanto, a denúncia sua filiação integralista e do perigo de este mobilizar as camadas “menos conscientes” das classes populares levou-os mesmo a publicarem obras ideológicas de crítica ao “sindicalismo orgânico” dos N/S.³¹ Por outro lado, o *República Social* passou a dar mais atenção ao fenómeno nazi, como contrapropaganda às frequentes referências entusiásticas dos fascistas ao seu programa “social”.

“O Pelicano evoluiu, adaptou-se, faltava-lhe a matéria-prima e tratou de formar uma mística nova” e, por isso, o fundamental do trabalho de propaganda antifascista do PS consistiu em lembrar os pressupostos elitistas, aristocráticos e antipopulares, anteriores àquilo que consideravam a inflexão fascista do velho IL.³² Perante o discurso dos comícios do N/S, em “que não faltaram ataques à burguesia, ao capitalismo, à

²⁸ Comunicado “Trabalhadores”, assinado por “um grupo de trabalhadores” [socialistas], s.d., Proc. Cr. 167/933 PIP, Arq. PIDE/DGS. ANTT.

²⁹ Cf. Ramada Curto, “Contradições”, *República Social*. Órgão Oficial do Partido Socialista Português. Porto, 20-5-1933, p. 1.

³⁰ Cf. José Peixoto Lampreia, “Nacional-Sindicalismo”. *República Social*, Porto, 27-5-1933, p. 3.

³¹ Cf. *Ideias do Integralismo* (Lisboa: 1933).

³² Cf. *República Social*, Porto, 20-5-1933, p. 1.

escravatura, à actual sociedade capitalista, ao Estado em que vivemos”, os socialistas lembravam aos organizadores da “comezaina do Palácio” as palavras de outrora, para demonstrar a sua “falta de sinceridade”.³³ Apesar do seu reformismo e legalismo, o Partido Socialista participou em algumas das contramanifestações que degeneraram em conflitos violentos com nacionais-sindicalistas, nomeadamente nas de Coimbra, e provavelmente em várias outras no norte do país.³⁴

Comunistas e anarcossindicalistas encararam o N/S como símbolo da fascização da Ditadura, ignorando no geral qualquer clivagem no interior do seu bloco de apoio. As acções de rua contra os fascistas foram aliás um exemplo de unidade entre as forças de oposição. Apesar de não ser fácil ter indicações precisas sobre o peso relativo das várias forças políticas de oposição nos incidentes entre nacionais-sindicalistas e as “massas”, alguns elementos recolhidos apontam para uma participação unitária. Os comunicados clandestinos dos comunistas referiram-se aos acidentes de Coimbra, Vila Real, Ermesinde e Braga como produto da “heroicidade espontânea daquelas vanguardas proletárias”.³⁵ Foram piquetes de anarcossindicalistas, comunistas e republicanos os responsáveis pela resposta antifascista às manifestações públicas dos N/S em Lisboa, em Coimbra, ou no Porto, por exemplo.

Em Coimbra, a Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas reivindicou 18 “camisas-azuis” feridos e os restantes encurralados no Hotel Avenida, e atribuiu os ataques a tiro ao desfile de Braga ao PCP.³⁶ Mas é de crer que o “revirinho” associado ao Partido Democrático, ou ao que dele restava, tenha tido um papel importante,

³³ Referência ao comício do Palácio de Cristal. Cf. *República Social*, Porto, 20-5-1933, p. 5. Vide também, por exemplo, Silva Costa. “Basta, Rolão Preto!”, *República Social*, Porto, 27-5-1933, p. 10.

³⁴ Sobre a luta contra os “rafeiros Pretos” em Coimbra, cf. António Fernando das Neves, “Cartas de Coimbra”, *República Social*, Porto, 27-5-1933, p. 8.

³⁵ Cf. “Contra o Nacional-Sindicalismo ...” *Cit.*

³⁶ Cf. *O Jovem*, nº 21, julho de 1933, p. 3.

até porque os comunistas não dispunham de núcleos organizados na maioria das localidades onde ocorreram muitos dos conflitos de rua com os fascistas.

Parece ser este o caso das batalhas campais com os fascistas nas celebrações do golpe do 28 de Maio em Braga. O ataque em Ermesinde ao comboio especial N/S que se dirigia a Braga foi uma acção bem planeada, que incluiu, como vimos atrás, uma tentativa falhada de descarrilamento e ataques a tiro aos militantes N/S. Tanto quanto a polícia política apurou mais tarde, vários ferroviários estiveram implicados, todos sem cadastro político conhecido, se exceptuarmos um ex-regedor do Partido Democrático. Camionetas de N/S foram também atacadas no Porto e desencadearam-se confrontos em Braga, Guimarães e Ponte de Lima.³⁷

5.2 A OFENSIVA DE SALAZAR: DEMARCAÇÃO VERSUS INTEGRAÇÃO

Chegado ao poder sob a oposição dos chefes do movimento, Salazar manteve desde finais de 1932 uma prudente distância face à acção dos Nacionais-Sindicalistas e não perdeu nenhuma oportunidade para deles se demarcar no campo doutrinário e político. Nas entrevistas dadas a António Ferro, que permaneceram, para além dos seus discursos, o mais importante breviário do seu pensamento político, Salazar distanciou-se dos fascismos europeus e dos seus equivalentes internos.

O chefe da propaganda do “Estado Novo” nada tinha de comum com Salazar em termos de trajectória política. Ferro era um intelectual cosmopolita e extrovertido, associado às elites futuristas e modernistas portuguesas dos anos 20.³⁸ O seu primeiro fascínio político foi Sidónio

³⁷ Cerca de 11 ferroviários foram interrogados, e identificou-se a “agitadora” que falou no pequeno comício na estação, uma mulher sem cadastro político anterior. Cf. Proc. 104/1933, Tribunal Militar Especial de Lisboa.

³⁸ Cf. António Ferro, *Obras. I – Intervenção Modernista* (Lisboa: 1987).

Pais, nele vendo o fascismo *avant la lettre*. Nas suas conversas com Salazar, colocou-lhe frontalmente a questão.

Salazar demarcou-se do totalitarismo fascista que “tende para um cesarismo pagão, para um Estado Novo que não conhece limitações de ordem jurídica ou moral”. Aliás, mesmo que tal fosse “legítimo”, em Portugal “isso não seria aguentado pela Nação... somos um país pobre, doente [...] vamos devagarinho, passo a passo”.³⁹ Em vários passos da entrevista, o chefe do “Estado Novo” negou, no campo ideológico, o nacionalismo e o corporativismo integral e, no campo político, a violência do partido, a acção milicial e a chefia carismática dos ditadores fascistas.

Em 28 de Maio de 1933, ao mesmo tempo em que os fascistas portugueses desfilavam em Braga comemorando o golpe de 1926, Salazar distanciava-se dos que “sempre febris, excitados e descontentes [...] continuarão gritando, diante do impossível: mais! Mais!”.⁴⁰ Mas a ainda delicada situação política não lhe permitia ultrapassar a demarcação ideológica através da imediata repressão. O partido governamental não possuía ainda capacidade de intervenção adequada. Os instrumentos de repressão e controlo políticos não estavam ainda sob a sua alçada directa. E, acima de tudo, a sua periclitante dependência do Presidente da República e dos militares (grupo a cujas pressões Carmona era obviamente sensível) não lhe permitia grande margem de manobra.

A 7 de junho de 1933, Rolão Preto foi recebido oficialmente por Carmona na Presidência e exigiu liberdade de acção, protestando contra a ofensiva salazarista. O chefe de Estado assegurou-lhe que, “dentro da situação criada pelo 28 de Maio, cabem todos os nacionalistas”.⁴¹

³⁹ Cf. António Ferro, *Salazar. O homem e a sua obra* (Lisboa: 1933), p. 148.

⁴⁰ Cf. Oliveira Salazar, *op. cit.*, p. 225.

⁴¹ Cf. José Machado Plácido Barbosa, *op. cit.*, p. 126.

Em 1933, Salazar convocava ainda o Conselho de Ministros, prática que se tornará bastante irregular com a consolidação efectiva do seu poder. O crescimento do N/S já tinha sido tema da agenda de trabalhos. Alguns ministros manifestaram-se a favor de uma rápida intervenção repressiva, mas outros assumiram uma posição mais conciliatória. A 7 de julho o tema regressou a debate e, durante o verão, foi também conversa obrigatória com o general Carmona.⁴²

Salazar tentou substituir o ministro da Guerra, mas o exército movimentou-se, e o Presidente recusou. Conseguiu, no entanto, nomear um novo ministro para a pasta do Interior, António Gomes Pereira, oficial do exército que, enquanto governador civil de Évora, tinha sido um destacado inimigo do Nacional-Sindicalismo local. A sua nomeação vai-se reflectir imediatamente na repressão à acção pública e à propaganda escrita do movimento através da censura. O *Revolução* suspendeu a publicação passados poucos dias, para só reaparecer, brevemente, em setembro desse ano. Os relatórios dos informadores de Salazar no Exército impediram medidas mais frontais. O tenente Assis Gonçalves, em sucessivos relatórios, propunha o afastamento de variadíssimos militares N/S de unidades operacionais e anunciava que Carvalho Nunes e outros desejavam uma “recomposição ministerial com um militar a chefiar o governo”.⁴³

O Secretariado Militar Nacional Sindicalista controlava unidades militares operacionais (Bateria de Artilharia da Graça, Caçadores 5, etc.), e os seus membros gozavam de relativa influência nos bastidores militares que sobressaltavam os apoiantes do governo. Salazar tentou ainda afastar o tenente Carvalho Nunes, nacional-sindicalista e ajudante de campo de Carmona, mas sem resultado.⁴⁴ Em julho de 1933, Rolão

⁴² Cf. Franco Nogueira. *Salazar, V. II - Os Tempos Áureos (1928-1936)* (Lisboa: 1977), p. 237.

⁴³ Cf. Assis Gonçalves. *op. cit.*, p. 88-89 e 96-100.

⁴⁴ Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 238.

Preto atacava publicamente o governo graças à protecção do sector militar e discursava em S. Carlos, aproveitando uma conferência de um militar N/S.⁴⁵

5.2.1 A LEGISLAÇÃO CORPORATIVA

A iniciativa de Salazar que mais impacto produziu no movimento foi a promulgação da legislação corporativa nesse verão de 1933. O “Estado Corporativo” era uma das metas centrais do programa político N/S e o tema mais importante da sua propaganda. O Estatuto do Trabalho Nacional, declaração de princípios do corporativismo do “Estado Novo”, era largamente devedor da *Carta del Lavoro* do fascismo italiano, ainda que temperado pela matriz católica do regime.⁴⁶ Mas, mais do que discutir agora essas diferenças, interessa salientar que a sua promulgação provocou uma natural tensão no interior do movimento. Não só porque este não tinha sido nem chamado nem ouvido, como, à revelia dos organismos dirigentes, vários filiados foram convidados a colaborar na criação do edifício corporativo. Nas palavras da embaixada inglesa, o Estatuto veio “roubar o fogo” ao N/S.⁴⁷

O corporativismo da Constituição de 1933 não tinha dado à representação dos “elementos orgânicos” o monopólio desejado pelos fascistas. Formalmente, tratava-se de conciliar princípios liberais e corporativos de representação política e, se os primeiros foram pervertidos por regulamentação repressiva, os segundos foram bem limitados desde o princípio. O Presidente da República e os deputados da Assembleia Nacional eram eleitos por sufrágio directo dos “cidadãos” e mesmo se, na prática, a Assembleia Nacional não tivesse poderes, reunisse

⁴⁵ Cf. José Plácido Machado Barbosa, *op. cit.*, p. 126.

⁴⁶ Cf. Manuel de Lucena, *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, Vol. I – *O Salazarismo* (Lisboa: 1976), p. 179.

⁴⁷ Cf. Relatório de 31-8-1933. FO 371/1715, PRO.

pouco e se limitasse, na maioria dos casos, a aprovar passivamente as leis vindas do governo, a Câmara Corporativa era mesmo minorizada perante a primeira.⁴⁸

Aprovado em setembro de 1933, o Estatuto do Trabalho Nacional foi acompanhado de um discurso político que pretendia sintetizar a clara influência da equivalente italiana com a do “catolicismo social”. Os novos sindicatos seriam desde o início submetidos a um controlo total por parte do chamado “Instituto Nacional do Trabalho e Previdência” (INTP). Os seus estatutos teriam que ser aprovados pelo Estado, e a sua direcção também, podendo estes ser dissolvidos a qualquer momento se se desviassem do ETN. A própria utilização do dinheiro das quotizações dependia de autorização.

As “Casas do Povo” foram destinadas ao mundo rural. O regime não reconhecia a existência de diferenciação social nos campos, e os grandes proprietários foram nomeados seus “associados protectores”.⁴⁹ Ao contrário do universo operário, aqui os velhos sindicatos rurais foram pura e simplesmente dissolvidos. Para assegurar o aprovisionamento cultural das classes trabalhadoras, foi criada a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) que coordenou, em colaboração com o SPN, as actividades de *Doppo Lavoro*, organismo de clara inspiração italiana.⁵⁰

Os decretos sobre os “Grémios”, visando à organização dos proprietários e profissões liberais, foram mais moderados e prudentes. As velhas associações patronais poderiam, de forma “transitória”, manter-se em actividade e, em muito casos, o transitório atravessou a longa duração do regime. Formalmente, a organização dos grémios poderia ser voluntária ou obrigatória, sendo o Estado a tomar a inicia-

⁴⁸ Cf. António Costa Pinto, “O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo”, *Varia Historia*, Vol. 30, N. 52, 2014, p. 17-49.

⁴⁹ Cf. Howard J. Wiarda, *Corporatism and Development. The Portuguese Experience* (Amherst: 1977), p. 112-113.

⁵⁰ Sobre o caso italiano, vide Victoria De Grazia. *The Culture of Consent: Mass organization of Leisure in Fascist Italy* (Cambridge: 1981).

tiva em função dos “interesses da economia nacional”.⁵¹ De facto serão as estratégias de intervenção económica a determinar a organização obrigatória em certos casos e não qualquer procura de coerência do edifício corporativo.⁵²

O ETN e legislação subsequente previam toda uma série de organismos intermédios que levariam à constituição das “corporações” mas, na sua falta, a Câmara Corporativa, que deveria representar os “elementos orgânicos da Nação”, era escolhida pelo chamado Conselho Corporativo, constituído por Salazar e pelos ministros ligados ao sector. Estabelecia-se assim um hiato entre os organismos de base e a Câmara Corporativa e esta acabava por ser preenchida com elementos escolhidos pelo governo.

Aprovado o ETN e criados os organismos de controlo, o governo deu um prazo de dois meses aos sindicatos para aceitarem o novo sistema ou serem dissolvidos. Pedro Teotónio Pereira, recém-nomeado subsecretário de Estado das Corporações, tinha passado pelo Integralismo na sua juventude e convidou vários N/S a participarem no processo de criação dos Sindicatos Nacionais e alguns aceitaram de imediato, casos de Amaral Pyrrait, Abílio Pinto de Lemos e Castro Fernandes. “Desta vez – escrevia Teotónio Pereira – não era de todo possível acusar o Poder de abúlico ou de falta de dinamismo.”⁵³

A direcção N/S, no entanto, reagiu friamente à legislação corporativa e demarcou-se dela com alguma violência. Acusou-a de estar “embuída do ecletismo dominante”, já patente na Constituição, reafirmando que entre o seu projecto e o do governo “vai exactamente a

⁵¹ Cf. Philippe C. Schmitter, “Corporatism and Public Policy in Authoritarian Portugal”, *Contemporary Political Sociological Series, Sage Professional Series*, Vol. I (London: 1975).

⁵² Cf. Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)* (Lisboa: 1986); Álvaro Garrido e Fernando Rosas (Org.), *Corporativismo, fascismos, Estado Novo* (Coimbra: 2012).

⁵³ Cf. Pedro Teotónio Pereira, *Memórias*, Vol. I, 2ª edição (Lisboa: 1973), p. 128.

distância que separa das soluções integrais as meia soluções”.⁵⁴ Para os fascistas, o governo reconhecia e adoptava alguns dos seus princípios, mas conciliava com o conservadorismo. “O Governo atira com as leis para o *Diário do Governo* e diz aos operários e aos patrões [...]: aí têm, sirvam-se! e eles não se servem.”⁵⁵

Comparando o regime português com as ditaduras de Mussolini e Hitler, “ambas com as suas místicas [...] e a sua milícia dedicada à revolução”, este ficava-se com “uma burocracia adversa; delegados locais do poder central impreparados, impotentes e sem escola política”. Poderia acontecer com o corporativismo o mesmo que com a UN, que era caracterizada como “um organismo político amorfo, amalgamado, sem acções definidas e viciado desde a origem de conservantismo social e infiltrações liberalistas”.⁵⁶

A adesão destes membros fundadores ao projecto corporativo governamental provocou o imediato desencadear da crise no interior do movimento, obrigando a uma tomada de posição clara face ao novo regime, Assis Gonçalves, na linguagem peculiar dos seus relatórios a Salazar, informava sobre o N/S: “há agora por lá duas correntes à facada... Uma, *a dos Rolões*, contra Salazar, outra, *a dos rapazes*, que o Dr. Teotónio traz à mão, e que é a favor de Salazar”.⁵⁷

A legislação corporativa foi tanto mais importante para o N/S quanto este se encontrava ainda em uma fase de institucionalização, afirmando a sua “identidade colectiva”. Como refere Panebianco, nesta fase do desenvolvimento dos partidos “a organização é ainda um instrumento para a realização de certos objectivos e a sua identidade refere-se quase

⁵⁴ Cf. Alcácer, Alcácer do Sal, 13/8/1933.

⁵⁵ *Idem.*

⁵⁶ *Idem.*

⁵⁷ Cf. Assis Gonçalves, *op. cit.*, p. 103.

exclusivamente às metas ideológicas que os líderes estão seleccionando”.⁵⁸ Ora o corporativismo era, como se viu, o principal elemento programático do N/S e a pedra de toque do seu projecto de reorganização do Estado. Muito embora o programa de Salazar divergisse daqueles do N/S, este constituiu um severo golpe na demarcação do movimento e levou vários dos seus dirigentes a integrarem-se no salazarismo.

5.2.2 AS PRIMEIRAS MEDIDAS REPRESSIVAS

Após algumas suspensões do *Revolução*, ordenadas pela censura, o jornal interrompeu a sua publicação no início do verão de 1933 para reaparecer, totalmente mutilado, em setembro. As “ordens de serviço” emitidas internamente pelo secretário-geral anunciavam que a suspensão da publicação reflectia “a ofensiva geral dos meios governamentais contra o Nacional-Sindicalismo”.⁵⁹ De facto, as novas instruções dadas à censura correspondiam à ilegalização, senão formal, pelo menos na prática, do movimento, pois a censura impedia, a partir daí, todas as referências ao N/S, à sua organização e actividades, as menções de partidos similares europeus e mesmo a própria designação de “camarada” deveria ser substituído pela de “leitores”.⁶⁰ Caracterizando os números do *Revolução* saídos nesses dias, um dirigente distrital escrevia a Rolão Preto: “os camaradas agora são amigos, de modo que o jornal tem o ar pançudo de um pacato burguês”.⁶¹

A censura foi a arma inicial do regime contra o N/S, com particular severidade a partir do outono de 1933.⁶² Números inteiros do *Revolução*

⁵⁸ Cf. Angelo Panebianco, *op. cit.*, p. 111.

⁵⁹ Cf. Secretariado Geral do Nacional-Sindicalismo, “Ordem de Serviço” nº 7 de Alberto Monsaraz, ARP.

⁶⁰ *Idem.*

⁶¹ Cf. carta de Abrantes Tavares a Rolão Preto. 24/9/1933, ARP.

⁶² Cf. alguns dos relatórios da censura in J. Cândido de Azevedo. “A “contra-revolução” Salazar e a Censura”, *Diário de Notícias*, 18-1-1978. Sobre a censura neste período, cf. Joaquim

dos Trabalhadores vinham todos cortados.⁶³ A descrição das actividades de propaganda do movimento era também limitada, particularmente em Lisboa, mas, a partir de setembro, os cortes passaram a totais.

Ao contrário do que a oposição antifascista referia, o Ministério do Interior e os seus delegados locais tentaram limitar desde o início a actividade dos fascistas. Em alguns distritos, as sedes foram encerradas preventivamente.⁶⁴ A utilização de espaços públicos era também limitada, e só através de expedientes vários estes conseguiram contornar os impedimentos burocráticos. Os exemplos desta repressão velada multiplicaram-se ao longo do ano de 1933. Em Coimbra, o governador civil proibiu uma sessão com o próprio Eusébio Tamagnini, e em alguns distritos ilegalizou-se mesmo toda a visibilidade associada ao N/S.⁶⁵ Mesmo na capital, os pedidos de realização de comícios começaram desde cedo a ser recusados. Em junho de 1933, por exemplo, uma tentativa de organizar uma sessão no teatro S. Carlos era proibida.⁶⁶

Foi também no início do verão desse ano que o Ministério do Interior deu instruções claras aos governadores civis para que iniciassem a proibição das manifestações públicas do N/S. As acções de massas começaram então a ser proibidas e mesmo as conferências em recintos fechados foram suspensas. Os governadores civis eram bastante hostis às actividades do N/S e cumpriram com grande zelo as directivas, que, aliás, se limitaram a endurecer. O edital do governador civil de Vila Real, por exemplo, justificava a proibição de exhibir trajes ou distintivos

Cardoso Gomes, *Os Militares e a Censura. A censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)* (Lisboa: 2006).

⁶³ Cf. carta de militante não identificado a Rolão Preto, s.d., ARP.

⁶⁴ A de Bragança, por exemplo, só seria reaberta em março de 1933, após o governador civil ter obtido um “compromisso” por parte dos N/S locais de acatamento das “instituições vigentes” e dos “princípios da UN”. Cf. relatório do Governador Civil de Bragança, 11-3-1933, AGMI/ANTT.

⁶⁵ Cf. carta de Alberto Monsaraz a Rolão Preto. 7-6-1933, ARP.

⁶⁶ Cf. Maço 462 – Caixa 15. AGMI/ANTT.

a “que possa atribuir-se qualquer significado político ou social” pelas seguintes razões: a existência de conflitos locais; não estar nos hábitos da política da Ditadura a demonstração de qualquer força civil; de não haver necessidade de “invadir as atribuições que só à força armada estão confiadas”; e, finalmente, porque existia a UN, “que é suficientemente apta a dar ao governo da República aquele apoio moral de que todos os governos carecem”.⁶⁷

As razões para a vaga de proibições invocadas pela correspondência dos governadores civis remetiam para problemas de ordem pública e para as afrontas ao Governo e ao partido governamental. Na sequência dos incidentes atrás descritos entre N/S e antifascistas, o tom dos relatórios dos governadores era bastante acusatório. Os N/S eram referidos como querendo utilizar os inquéritos “para conquistar posições de comando”, “desagregar” a UN e substituir autoridades municipais afectas ao partido governamental.⁶⁸

Apesar destas medidas, o N/S conseguia ainda expressar-se através dos seus múltiplos órgãos regionais, cujas comissões de censura eram mais tolerantes, e ainda organizava manifestações de propaganda como a do aluguer de um rebocador para ir cumprimentar Italo Balbo, quando nesse Verão passou por Lisboa.⁶⁹ Mas circulares internas da organização começaram então a atacar explicitamente Salazar, acusando-o de estar por detrás destas medidas, e a apelar para o desenvolvimento de uma campanha de propaganda que denunciasse as arbitrariedades de que o N/S estava sendo vítima. Nas vésperas da convocação do Congresso, a direcção do movimento jogava já nos movimentos conspirativos militares contra Salazar.

⁶⁷ Cf. *Ideia Livre*, Anadia, 24-6-1933, p. 1.

⁶⁸ Cf. o relatório do Governador Civil de Viana do Castelo, Maço 463-Caixa 15., AGMI/ANTT.

⁶⁹ Cf. *União Nacional*, Leiria, 10-9-1933, p. 1.

5.3 A CRISE INTERNA DO VERÃO DE 1933

Em apontamento do punho do próprio Salazar, provavelmente notas para instruções orais ao Ministério do Interior, este escrevia: “tentar afastar os chefes”; “proibir as manifestações de propaganda”; “não permitir a existência de sedes”; “não aceitar recomendações que deles partam”.⁷⁰ A burocracia governamental iniciou então a sua concretização.

Desde maio de 1933 que o governo procurava encontrar e promover uma ala moderada susceptível de possibilitar a integração e posterior autodissolução do movimento. O sector mais permeável era o Grande Conselho, constituído por figuras de prestígio nacional, o que, ainda que desempenhassem um reduzido papel na vida interna do partido, lhe conferia legitimidade política e ideológica. Quando a situação se radicalizou no verão de 1933, o “grupo dos lentes” de Coimbra foi a favor de uma aproximação com Salazar, mesmo que isso acarretasse decapitar a chefia do N/S, pois esta era a primeira condição de Salazar para qualquer negociação.

O mais destacado líder do grupo que irá provocar a cisão foi José Cabral, um membro do Grande Conselho que nunca tinha assumido preponderância na vida interna da organização, não sendo sequer membro fundador. O seu ascenso rápido provinha exactamente da ligação privilegiada com Salazar.⁷¹

Em junho de 1933 sucediam-se pressões junto de Rolão Preto para que este “seja assistido e auxiliado por meia dúzia de pessoas de prestígio e cabeça”, e crie um directório.⁷² A iniciativa partiu de Coimbra, com o objectivo de, criando um órgão colegial de direcção, limitar o poder de Preto e Monsaraz e, eventualmente, substituí-los. O nome de Cabral Moncada era habitualmente citado como alternativa. Respon-

⁷⁰ Cf. AOS/CO/PC-3F, ANTT.

⁷¹ Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 258.

⁷² Cf. carta de Carlos Proença de Figueiredo a Rolão Preto. 3-6-1933, ARP.

dendo a Preto, um dirigente distrital negava tal “boato”, reafirmando que aí “ninguém discutia a chefia” na qual “todos vemos uma condição *indispensável* para a marcha do movimento”. Tal acto de “deslealdade” não seria possível.

Referia este dirigente:

O Moncada é o maior pensador do nacionalismo português. Tenho-o dito muitas vezes [...] mas exactamente por isso é um especulativo. Um construtor de ideologia. Nunca certamente lhe passou pela cabeça transformar-se em condutor da acção, em comandante da Legião.⁷³

No entanto, vários dirigentes locais escreviam a Preto, denunciando as manobras do grupo de Coimbra. O secretário de Oliveira do Hospital era claro: “andam interessados em nos arranjar outro chefe”.⁷⁴ Cabral Moncada seria de facto convidado para avançar contra Preto mas acabou por não aceitar.⁷⁵

Na correspondência para a chefia do movimento, era visível a criação desta ala divergente no interior do N/S. Preto cedeu na questão do Directório e, em setembro, este foi nomeado, ainda que na prática não tenha entrado em funcionamento, pois, perante o avolumar do conflito e da repressão ao movimento, foi convocado o Primeiro Congresso para o mês seguinte. Dele faziam parte, para além do “chefe”, Alberto Monsaraz, os três secretários de zona (Alçada Padez, Eusébio Tamagnini e Augusto Pires de Lima) e ainda José Cabral, provavelmente em representação do Grande Conselho.

A mais radical das posições surgiu, entretanto, via José Cabral: a alteração dos estatutos, eliminando os cargos individuais de chefia, e o reconhecimento inequívoco de Salazar como chefe único da “Revolução

⁷³ *Idem.*

⁷⁴ Cf. carta de António Abrantes Tavares a Rolão Preto. 6-6-1933, ARP.

⁷⁵ Cf. Luís Cabral Moncada, *op. cit.*, p. 184.

Nacional”.⁷⁶ Após um inquérito prévio feito a toda a organização, cujos resultados apontavam para uma quase certa vitória de Preto, decidiu-se convocar o Congresso.

5.3.1 O PRIMEIRO CONGRESSO N/S: “PELO PODER, CONTRA O PODER, SEM O PODER?”

O Primeiro Congresso realizou-se a 12 de novembro de 1933, no palácio do secretário-geral, com autorização do governo. Na circular convocatória, Alberto Monsaraz não escondia a sua animosidade antissalazarista. Acusava-o de ignorar todos os convites de negociação que, em público e em privado, lhe haviam sido feitos e de ter passado da “indiferença” inicial à “ofensiva”. Definia a seguir a questão central a ser resolvida em Congresso, a saber, a do relacionamento entre o N/S e o novo regime, apontando três respostas possíveis: “Pelo Poder, Contra o Poder, Sem o Poder?”.⁷⁷

O segundo problema referia-se à posição a tomar face à organização corporativa, anunciada e já institucionalizada por Salazar, tópico tanto mais importante quanto alguns militantes tinham já aceite cargos no seu aparelho. Para o secretário-geral, o ETN mantinha a distinção patrões-trabalhadores, “constituindo-se, horizontalmente, em face dos sindicatos nacionais operários, os grémios privilegiados e indissolúveis de patrões”.⁷⁸ As corporações propriamente ditas só viriam a constituir-se nas “altas esferas do Trabalho Nacional, sem eficiência nem acção pacificadora”. Permaneciam as sociedades anónimas, “coio de plutocratas sem escrúpulos”, e não se frisava a acção intervencionista do Estado na economia e, em especial, na previdência social. No seu conjunto, o Estatuto manifestava cedências “burguesas

⁷⁶ Cf. carta de José Virgulino a Augusto Pires de Lima, 7-10-1933, APL.

⁷⁷ Cf. circular-convocatória do I Congresso de Alberto Monsaraz, SD, APL.

⁷⁸ *Idem*.

e capitalistas” aos quais o N/S se opunha, pelo que os seus filiados se deveriam abster de nele colaborar.⁷⁹

A tradução interna do conflito com Salazar repousava finalmente no cumprimento do verdadeiro ultimato expresso pelo sector pró-governamental: a eliminação da chefia individualizada, condição *sine qua non* de uma possível integração. Preparando a convocação do Congresso, delegados do Secretariado Geral visitaram as delegações distritais e concelhias apelando para o apoio a Rolão Preto e preparando a resposta ao questionário enviado. A resposta pedida pela chefia era simples. Ao com, sem e contra, o Congresso deveria responder “sem o poder”, reafirmando o seu apoio ao chefe do movimento e decidindo-se pela abstenção perante a organização corporativa governamental.

A larga maioria das respostas ao questionário foram favoráveis a Preto, mesmo as dos organismos da província, mas temia-se que os delegados não acompanhassem a radicalização antissalazarista do sector de Lisboa. Com efeito, Eusébio Tamagnini, secretário da Zona Centro, fazia parte do grupo partidário da conciliação e o do Norte, Augusto Pires de Lima, hesitava.

O regulamento de participação no Congresso era difuso. Nele estavam, por inerência, o secretário-geral e os das três zonas, os membros do GC e os directores da imprensa N/S. Quanto aos delegados distritais não se conhece o critério utilizado. Algumas respostas ao questionário parecem indicar que os delegados estavam vinculados às posições previamente definidas nos secretariados locais.⁸⁰

Previa-se a presença no Congresso de cerca de 150 delegados. O relato oficial do órgão central informava nele terem estado 300 militantes, número certamente excessivo.⁸¹ Mas, pelos dados atrás sistematizados

⁷⁹ *Idem.*

⁸⁰ Cf., por exemplo, a “Ordem de Serviço – confidencial” do Secretariado Distrital de Bragança, SD, APL.

⁸¹ Cf. relato oficial do Congresso in *União Nacional*, Leiria, 19/11/1933, p. 1 e 8.

sobre a organização interna, podemos afirmar com segurança que o Congresso reuniu o fundamental da comunidade militante. Os diversos relatos obtidos sobre o resultados da reunião foram unânimes, Rolão Preto saiu vitorioso do Congresso perante o grupo de José Cabral.⁸²

Monsaraz abriu os trabalhos com um relatório sobre o primeiro ano de vida do N/S, onde descrevia o progressivo distanciamento perante Salazar e a repressão à sua actividade. Contemporâneo do chefe do Governo em Coimbra, ainda que mais velho que este, o secretário-geral acusou-o de ser um conservador, inimigo do N/S e dos seus princípios, relatandomesmo uma conversa em que este havia acusado a propaganda N/S de andar “paredes meias com os comunistas”.⁸³

Iniciado o debate, José Cabral liderou o ataque a Preto com o apoio moderado de Lumbrales, Eusébio Tamagnini, José Carlos Moreira e de outros membros do GC.⁸⁴ Sendo derrotados estes, ainda que minoritários, fracturaram o núcleo fundador do movimento. Amaral Pyrrait, Pinto de Lemos e o velho amigo de António Pedro, Castro Fernandes, ficaram com o “grupo dos lentes”. Com a chefia ficaram, não só o “soviète” de Lisboa (António Pedro, Dutra Faria, Barradas D’Oliveira, António Tinoco, Campos e Sousa, Pereira de Matos, etc.), como também a larga maioria dos delegados distritais e concelhios. Rolão Preto encerrou o Congresso com uma intervenção conciliadora, apresentando uma moção aprovada por aclamação. Esta dava ao Directório “poderes para a reorganização do movimento [...] a fim de definir junto do governo a sua autonomia, ou as condições de colaboração com ele entro da mesma autonomia”.⁸⁵

⁸² *Idem.*

⁸³ Entrevista com Barradas D’Oliveira, 17 e 23 de julho de 1984.

⁸⁴ Alguns dirigentes presentes no Congresso consideraram Lumbrales como o principal contacto com Salazar que o teria encarregado de “minar o movimento”. Cf. Jacinto Ferreira, *op. cit.*, p. 78.

⁸⁵ Circular do Secretariado-Geral de 14-11-1933, assinada por Alberto Monsaraz, ARP.

Nesse mesmo dia reuniu o Directório, cuja composição não tinha sido alterada, mantendo-se o grupo minoritário em equilíbrio numérico com o sector afecto a Rolão Preto. Nesta reunião decidiu-se transferir o Secretariado-Geral para Leiria, cidade onde o chefe deveria passar a residir. O *União Nacional*, até aí órgão distrital, passou a órgão nacional, já que o *Revolução* tinha dívidas que impossibilitavam o seu rápido reaparecimento. Outra razão para a mudança, mais importante, era a de evitar a censura, aproveitando a ainda fraca capacidade de coordenação dos serviços regionais.⁸⁶

O Directório adiou a discussão da reforma orgânica, mas reafirmou a abstenção face à legislação corporativa e Alberto Monsaraz, por um lado, e José Cabral, por outro, ficaram encarregues de apresentar projectos de estatutos.⁸⁷ Poucos dias depois, o novo órgão central do movimento fazia o relato do Congresso, dando uma imagem unanimista que contrastava com a realidade interna. O culto da personalidade a Rolão Preto era reforçado e a sua vitória era descrita como “própria de um cérebro privilegiado, dum cérebro de chefe”, reafirmando-se a identidade do N/S como partido “nacionalista revolucionário”, demarcado do novo regime.⁸⁸

A imprensa de Lisboa, informada pelo grupo afecto a Salazar apresentou desde logo uma outra versão dos acontecimentos. Segundo *O Século*, as mudanças tinham sido assinaláveis e “foi encarregado de toda a organização N/S o dr. José Cabral, deixando de existir, segundo se depreende da resolução, o lugar de Chefe que estava sendo desempenhado por Rolão Preto”.⁸⁹

⁸⁶ Rapidamente resolvido, pois em dezembro, a censura regional proibia todas as referências ao N/S. Cf. carta de José Virgulino a Augusto Pires de Lima, 9-12-1933, APL.

⁸⁷ Cf. *União Nacional*. Leiria. 19-11-1933, p. 8.

⁸⁸ *Idem*, p. 1 e 3.

⁸⁹ Cf. *O Século*. 15-11-1933, p. 1.

5.3.2 SEM COMPROMISSO

Poucos dias depois do Congresso, José Cabral deu uma entrevista ao *Novidades*, jornal católico que nunca manifestou qualquer simpatia pelo N/S. As suas declarações contrastaram de imediato com o aparente unanimismo da versão do porta-voz da organização, agora transferido para Leiria. Reconhecendo a existência no interior do movimento de divergências entre “os que desde a primeira hora preconizaram um entendimento com a política do sr. dr. Oliveira Salazar” e os “que, não menos claramente, se manifestam por um desentendimento com ela”, Cabral subestimou o facto e preconizou um claro entendimento com o poder.⁹⁰ Mas, quando lhe foi perguntado se Rolão Preto continuaria à frente do N/S, este não respondeu, tentando muito embora justificar a necessidade de um N/S depurado, em acção complementar à do partido governamental.

O Directório saído do Congresso representava um equilíbrio dificilmente operativo, e a cisão deu-se na sequência da sua reunião de 26 de novembro de 1933. A orgânica proposta por José Cabral implicava a eliminação de Rolão Preto e de Alberto de Monsaraz dos seus lugares de chefia. Os relatos da reunião e alguns extractos da sua acta confirmaram a cisão. José Cabral justificou a demissão de Preto e Monsaraz como uma imposição de Salazar para a sobrevivência do movimento. Monsaraz e Alçada Padez votaram contra a proposta de Cabral por entenderem que “se deve entrar num acordo com o Chefe do Governo mas mantendo a sua orgânica anterior” com as mesmas chefias.⁹¹ Augusto Pires de Lima apresentou uma proposta conciliatória, prevendo eliminar Monsaraz e manter Rolão Preto na chefia. Mas este propõe que, “tal como está”, a organização procure Salazar para lhe expor “com lealdade os nossos

⁹⁰ Cf. *Novidades*,. 17-11 – 1933, p. 1 e 5.

⁹¹ Cf. “Acta da Reunião do Conselho Directivo do Movimento Nacional-Sindicalista (Extracto) de 28 de Novembro de 1933, APL.

pontos de vista”. Depois de se recusar a admitir qualquer decisão vinculativa, Preto aceitou a proposta de votação de José Cabral.

Votaram a favor da proposta de Pires de Lima, Eusébio Tamagnini, José Cabral e o proponente. Votaram contra os restantes três. Perante a impossibilidade de acordo, Tamagnini e José Cabral declararam que “recuperavam a sua liberdade de acção”. Pires de Lima retirou-se também, declarando que se afastaria. Após a saída destes, Preto, Monsaraz e Alçada Padez,

considerando que essa divisão de opiniões colocadas num pé de irreductibilidade tornavam improfícua, senão impossível, a actuação do C.D., resolve com o aplauso dos membros presentes do mesmo Conselho a sua dissolução chamando a si como Chefe do Movimento todas as responsabilidades do Comando enquanto não seja constituído um novo Conselho.⁹²

Poucos dias depois, os cisionistas encontraram-se com o ministro do Interior e com Salazar, em nome do Nacional-Sindicalismo.⁹³ Segundo comunicado da reunião, o novo N/S poderia manter a sua “autonomia e organização independente” desde que actuando “no campo político em convergência com a União Nacional isto é, não hostilizará este organismo nem será hostilizado por ele, apoiando o Estado Novo e as realizações que, através dele, forem tendo lugar”.⁹⁴ O órgão central do movimento apressou-se a demarcar-se da iniciativa. “Poderão representar-se a si. Nós, e todo o país; não delegamos nem passamos procuração a esses senhores para nos representarem”.⁹⁵ Poucos dias depois seria o próprio Rolão Preto a desautorizar as reuniões e as decisões aí tomadas, por

⁹² *Idem.*

⁹³ Em carta a Salazar, os chefes da cisão perguntavam-lhe o que fazer para “evitar a dispersão dos elementos do N/S e consequente perda de boas vontades”, mas, como se verá, o ditador sempre desconfiou da iniciativa. Cf. carta de José Luís Supico e outros a Oliveira Salazar, 30-11-1933, AOS/CO/PC-3F, ANTT.

⁹⁴ Cf. *Revolução Nacional*, 8-3-1934, p. 3.

⁹⁵ Cf. *União Nacional*, Leiria, 10-12-1933, p. 6.

os N/S presentes “não ocuparem nenhuma posição de comando, nem terem mandato que os autorize a falar em nome do N/S. É pois de sua exclusiva responsabilidade pessoal qualquer *démarche* feita, sendo prematuro tudo quanto se diga sobre o assunto”.⁹⁶

Na “Ordem de Serviço” que relatava os acontecimentos, Monsaraz era mais claro, apelando à denúncia de “qualquer paródia de movimento Nacional-Sindicalista que provavelmente surja como uma manobra grosseira tendente a desvirtuar o espírito revolucionário, fascista, europeu e moderno da Revolução Nacional dos Trabalhadores”.⁹⁷

Mas José Cabral, fortalecido pelo apoio do Poder à cisão, anunciou a nova orgânica e uma nova direcção do Nacional-Sindicalismo que, “unindo os seus esforços aos do governo, na luta contra o extremismo e todos os elementos de dissociação nacional, constituirá uma vanguarda de ideias e de acção, com indiscutível influência na vida social portuguesa”. Acusou Preto e Monsaraz de estarem “sugestionados pela aparência romântica dos factos culminantes ocorridos no estrangeiro com movimentos similares” e sublinhou que “aqui não há que pensar em conquistar o poder mas apenas, e não é pouco, ajudá-lo a vencer os inimigos da Nação, e influir nele de modo a por ele e através dele ir realizando gradualmente as aspirações nacional-sindicalistas”.⁹⁸

5.4 A CISÃO PRÓ-SALAZARISTA

Muito embora se tenha dado a imagem de que um N/S reorganizado pela cisão e livre de Preto iria continuar a existir no quadro do novo regime, a função explícita da acção do grupo pró-salazarista foi a de tentar neutralizar o movimento e os seus chefes, com o apoio do aparelho de

⁹⁶ *Idem*, 24-12-1933, p. I.

⁹⁷ Cf. “Ordem de Serviço” do Secretário-Geral, Novembro de 1933. AOS/CO/PC-3F, ANTT.

⁹⁸ Comunicado do Secretariado-Geral, assinado por José Luís Supico. s.d. [1933].

propaganda do “Estado Novo”. Salazar deu poucas garantias aos cisionistas e nunca autorizou a sua oficialização como milícia do regime. Alguns dos seus quadros, no entanto, acreditaram ainda por algum tempo que seria possível manter uma organização fascista no quadro do salazarismo.

5.4.1 O GRUPO “REVOLUÇÃO NACIONAL”

No compromisso estabelecido com Salazar e com o ministro do Interior, o grupo cisionista tinha teoricamente assegurado a sua autonomia organizativa e “liberdade para a sua doutrinação própria”, ainda que em convergência com a União Nacional”.⁹⁹ Nos primeiros meses de 1934, a cisão tentou de facto reorganizar o N/S. Foram nomeados novos delegados dos distritais, o *Revolução Nacional* incitou os filiados à renovação dos seus cartões de membro e Amaral Pyrrait dirigiu um novo *Revolução Nacional dos Trabalhadores*.

O núcleo mais activo da cisão, no entanto, foi quase imediatamente cooptado para funções políticas nas instituições do regime. Entre os fundadores do *Revolução Nacional*, Amaral Pyrrait e Castro Fernandes (chefe de redacção) pertenciam aos quadros do INTP, Oliveira e Silva tinha sido nomeado presidente da Acção Escolar Vanguarda pelo SPN. O próprio jornal era integralmente apoiado pelo aparelho de propaganda de Salazar.¹⁰⁰ A reorganização das hostes cisionistas não se chegará a realizar e a função mais importante que este pequeno grupo desempenhou foi a de elemento de passagem e selecção de filiados para os Sindicatos Nacionais. O único aparecimento público do grupo foi participar no desfile do 1º de Maio de 1934, organizado pelo INTP e pelo SPN.¹⁰¹

⁹⁹ Cf. *Revolução Nacional*, 8-3-1934, p. 3.

¹⁰⁰ O jornal *Revolução Nacional* era pago pelo governo através do SPN. Cf. Relatório de Luís Supico ao Ministro do Interior, Maio de 1934, AOS/CO/PC-12D, ANTT.

¹⁰¹ Cf. *Revolução Nacional*, 3-5-1934, p. 4.

Os ataques a Rolão Preto e ao N/S, doravante conhecido como “ortodoxo”, dominaram o publicismo dissidente. O entusiasmo pró-salazarista levava-os a considerar que o “Nacional-Sindicalismo foi o produto de um estado de espírito formado após seis anos de Ditadura e *devido a Salazar*”.¹⁰² Rolão Preto era caracterizado como alguém que “se deixou arrastar à fraqueza de copiar as atitudes hitlerianas”. Denunciavam também o seu objectivo “de fazer do N/S um Movimento do exterior para o interior, com uma marcha copiada de Fascismo ou Hitlerismo, contra Salazar, e ao serviço das suas ambições pessoais”.¹⁰³ A tentativa de associar Preto às posições nacionais-socialistas permitia-lhes confundi-lo com os que pregavam “a militarização da juventude”, “a confusão entre Estado e religião”, “o ódio à Igreja”, “o paganismo imoral” que arruína os “valores clássicos da civilização cristã” e significa “o triunfo da barbárie sobre a latinidade”.¹⁰⁴

As actividades dos N/S afectos à cisão foram também limitadas e as referências às suas actividades na imprensa eram sistematicamente cortadas, o que motivava dúvidas por parte de alguns governadores civis que promoviam a integração. No seio do grupo de José Cabral era notória a desorientação, pois as medidas repressivas contrariavam as declarações de apoio do governo.¹⁰⁵ Figuras gradas do regime desprezavam o apoio do grupo e o ministro do Interior, em uma visita ao Norte, alterou o seu percurso para evitar um pequeno desfile, enviando de seguida um telegrama pedindo desculpa por se ter “enganado no caminho”.¹⁰⁶

¹⁰² Cf. José Luís Supico. “Salazar-Rolão Preto”, *Revolução Nacional*, 17-4-1934, p. 1 e 13.

¹⁰³ *Idem*, 24-4-1934, p. 3.

¹⁰⁴ Cf. F.A., “Entre Roma e Moscovo”, *Revolução Nacional*, 19-4-1934, p. 1.

¹⁰⁵ Vide algumas proibições à propaganda N/S dissidente in Maço 470-Caixa 23. AGMI/ANTT.

¹⁰⁶ Cf. *Revolução Nacional*, 23-6-1934.

O órgão dos cisionistas também começou a não poder referir-se a qualquer actividade organizada, e a censura cortava os editoriais mais “excessivos” que contivessem temática social.¹⁰⁷ Perante as críticas que a UN fazia, quer ao grupo dissidente, quer à AEV, estes ainda tentaram responder mas foram impedidos pela censura.¹⁰⁸ O *Diário da Manhã* continuou a atacá-los, e Manuel Múrias, director do órgão da cisão, escrevia ao Ditador: “Bastará que V. Ex. [...] nos diga – estais enganados. O vosso esforço é inútil. E retirar-nos-emos logo, sem um amuo, sem um movimento de revolta”.¹⁰⁹

Apesar das denúncias e apelos à repressão sobre o N/S de Preto, o que estes faziam periodicamente, e ainda da promoção de algumas batalhas de rua entre militantes afectos às duas organizações, o apoio do Regime à sua organização foi meramente instrumental.¹¹⁰ Poucos meses depois da sua criação, o Ministério do Interior começou a recusar os seus pedidos de organização de desfiles de rua, por instruções do Ditador.¹¹¹

A estratégia adoptada perante alguns elementos mais duvidosos do “grupo dos lentes”, cuja posição perante o salazarismo não era clara, foi diversa. Como confessava nas suas memórias um dos seus membros, Salazar nomeou-os para cargos vários e alguns foram mesmo enviados para o estrangeiro: “Ficámos aí mais sossegados”.¹¹²

¹⁰⁷ Cf. Boletim nº 112 dos serviços de censura de Lisboa, Maço 460-Caixa 14, AGMII/ANTT.

¹⁰⁸ *Idem.*

¹⁰⁹ Cf. carta de Manuel Múrias a Salazar, 13-7-1934, ARP.

¹¹⁰ Vide algumas denúncias à polícia e as referências a conflitos violentos entre partidários das duas facções in Maço 461 – Caixa 14, AGMI/ANTT.

¹¹¹ Cf. carta de José Luís Supico ao Ministro do Interior, 1-6-1934, AOS/CO/PC-3F, ANTT.

¹¹² Cabral Moncada foi nomeado juiz no Tribunal Internacional do Sarre, e Eusébio Tamagnini seria chamado à pasta da Instrução. Cf. Luís Cabral Moncada, *op. cit.*, p. 183. Alguns elementos deste grupo constituiriam, ao longo dos anos da guerra, o “núcleo duro” do sector germanófilo da Universidade de Coimbra.

5.4.2 OS INSTRUMENTOS DE INTEGRAÇÃO

Parece difícil, observando o movimento de integração do grupo cisionista no “Estado Novo”, caracterizá-lo como nova tendência no seu interior. Salazar receou sempre a emergência de instituições políticas que concentrassem elementos de tensão fascista à sua direita e acabou por rejeitar, como se viu atrás, algumas propostas por estes realizadas. Mesmo nas instituições onde a presença dos dissidentes se fez sentir com alguma intensidade, caso do aparelho corporativo, só excepcionalmente e de forma localizada foi detectado algum esforço, como o da criação de uma milícia fascista no quadro do salazarismo. Na sua esmagadora maioria, tratou-se de uma integração individual e diferenciada no tempo, representando o abandono das posições políticas anteriores e uma adesão às virtudes, valores ou empregos do novo regime.

5.4.3 O APARELHO CORPORATIVO

O aparelho corporativo recrutou vários dos seus quadros no N/S, não só nos “intelectuais” agora reconvertidos a assistentes e delegados do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, mas também nos militantes sindicais. Alguns dos dirigentes do N/S, que abandonaram o movimento com a cisão, foram mesmo a mola de arranque da “corporativização” do movimento sindical português. Pedro Teotónio Pereira, Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, cargo que ocupou até 1936, provinha do mesmo magma de formação integralista e foi generoso na integração.¹¹³

Apesar de não constituírem, em uma perspectiva estritamente quantitativa, o elemento determinante da sua formação ideológica ou organizativa (pois os quadros de origem N/S representavam uma mi-

¹¹³ O seu sobrinho, Nuno Teotónio Pereira, que provinha do mesmo magma cultural monárquico e integralista foi um jovem entusiasta de Rolão Preto e do Nacional Sindicalismo, vindo mais tarde a ser um destacado Arquitecto e militante católico opositor da Ditadura, várias vezes preso.

noria e não conseguiram formar um grupo coerente, se é que alguma vez pensaram em sê-lo), alguns N/S constituíram o seu sector mais dinâmico, procurando imprimir algum voluntarismo fascista à criação dos Sindicatos Nacionais, particularmente nos casos em que dispunham de organização autónoma ou constituíam minorias significativas antes da dissolução do sindicalismo livre. Este pequeno grupo constituiu ao longo dos anos 30 aquilo que se poderia caracterizar como um “grupo de pressão fascizante” que procurou, “a partir de baixo”, introduzir componentes institucionais e políticas fascistas no regime de Salazar.

O aparelho burocrático da Subsecretaria de Estado das Corporações dissolveria, no entanto, estes ímpetus e, na maior parte dos casos, a adesão de muitos ao salazarismo representou uma acentuada moderação, ou mesmo alteração dos seus comportamentos políticos. Aqui, como em outras áreas onde se integraram, “os dissidentes tornaram-se, na sua maioria, devotos salazaristas”.¹¹⁴ Alguns iriam demarcar-se rapidamente do fascismo para professarem um bem mais “católico” autoritarismo corporativo.¹¹⁵

No campo do sistema corporativo, a presença dos dissidentes N/S foi desde logo visível na composição dos assistentes e delegados do já referido INTP, organismo de coordenação e controlo dos sindicatos nacionais e de todo o processo de negociação sindical. Entre os novos dirigentes do INTP, Castro Fernandes e Amaral Pyrrait foram os vértices de um triângulo que se esforçou por integrar os dissidentes fascistas no regime, fazendo a ligação entre o grupo *Revolução Nacional* e os Sindicatos Nacionais. Vários outros fundadores do N/S foram colaboradores activos das diversas instituições do sistema corporativo,

¹¹⁴ Cf. Jacinto Ferreira, *op. cit.*, p. 79.

¹¹⁵ Veja-se o caso de Castro Fernandes e as críticas de matriz “católica social” que faz ao fascismo italiano, em 1938. Cf. António de Castro Fernandes, *O Corporativismo Fascista* (Lisboa: 1938), p. 13-31.

como Neves da Costa e ainda alguns homens próximos do IL.¹¹⁶ A selecção realizada rejeitou obviamente os que apoiaram claramente Preto no processo de cisão, mas, apesar disso, encontraram-se partidários deste em alguns distritos. Cerca de 20% dos delegados nomeados em 1934 tinham passado pelas direcções distritais do movimento. Entre os que tinham exercido funções mais importantes no N/S contavam-se Eduardo Frias, nomeado para Beja, e Abrantes Tavares, para Viseu.¹¹⁷

Mais difícil é detectar a passagem para as direcções dos Sindicatos Nacionais de militantes e dirigentes N/S. Como seria de esperar, muitos dos que acompanharam a cisão, ou simplesmente se desmobilizaram com a radicalização das relações com o governo, ou se integraram nos sindicatos nacionais.¹¹⁸ A tentativa de reorganização de um N/S pró-salazarista desempenhou um papel importante nesta transferência, e os dirigentes do INTP escolheram-nos para algumas direcções, particularmente na área dos serviços. Na província vamos encontrar vários casos em que secretários distritais e concelhios passaram para direcções de novos Sindicatos Nacionais. Álvaro Dória, por exemplo, dirigente distrital N/S de Braga, seria nomeado presidente do Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório desse distrito em 1934.¹¹⁹ António Pacheco, dirigente regional do Algarve, seria presidente do Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Faro. O próprio Francisco Moreira, apontado por Preto como exemplo de quadro operário recuperado ao anarcossindicalismo e orador regular dos comícios N/S, seria também fundador do Sindicato Nacional dos

¹¹⁶ Era este o caso de Augusto da Costa, outro colaborador do aparelho corporativo.

¹¹⁷ Cf. Boletim do INTP, nº 1, 30-11-1933, p. 8 e nº 6, 15-2-1934. Apontem-se ainda Bento Caldas, delegado no distrito de Leiria, filiado N/S e Miranda Rocha, delegado no Distrito de Braga, próximo do movimento.

¹¹⁸ Um cruzamento exaustivo das listas de dirigentes e filiados N/S com as direcções destes Sindicatos, que aqui não fazemos, poderia acrescentar significativamente os exemplos que se apontam.

¹¹⁹ Cf. Boletim do INTP, nº 14, 15-6-1934, p. 3.

Operários da Construção Civil do seu distrito.¹²⁰ Estas adesões não significaram o transporte de uma corrente fascista estruturada para o interior dos Sindicatos Nacionais, muitos dos quais, como provou Fátima Patriarca, foram constituídos a partir das velhas associações que aceitaram a nova orgânica corporativa.¹²¹

O único sector onde tal movimento foi claro deu-se no dos empregados dos serviços de Lisboa, mais uma vez com os empregados bancários a assumirem um papel importante. A sua direcção foi das poucas a constituir um núcleo cuja actividade extravasou a mera actividade sindical e procurou integrá-la em um quadro de mobilização fascista. Em 1935, um grupo de empregados bancários, dos seguros e dos caixeiros, todos dirigentes de Sindicatos Nacionais, propuseram a criação das “Milícias Armadas Sindicalistas”, o que “era de algum modo” – como confessaria mais tarde um dos seus proponentes – “uma coisa concorrente ao movimento criado pelo Rolão Preto, um homem que tinha as mesmas origens que nós, o Integralismo Lusitano, mas com quem tínhamos desde há algum tempo sérias discordâncias”.¹²² Salazar, no entanto, evitou a proposta e canalizou-a para a Legião Portuguesa, em 1936. Partiram do N/S dissidente e deste sector do sindicalismo corporativo alguns dos fundadores da LP, como à frente se verá, mas seria excessivo considerar ter sido o sistema corporativo e a sua elite dirigente um produto deste grupo.

5.4.4 A ACÇÃO ESCOLAR VANGUARDA

A Acção Escolar Vanguarda, primeira organização paramilitar de juventude criada pelo regime, foi uma resposta governamental ao

¹²⁰ Cf. Boletim do INTP, nº 23, 31-10-1934, p. 7.

¹²¹ Cf. Fátima Patriarca, “A institucionalização corporativa – das associações de classe aos sindicatos nacionais (1933)”, *Análise Social*, vol. XXVI (110), 1991, p. 23-58.

¹²² Citado in José Pedro Castanheira, *op. cit.*, p. 94.

N/S.¹²³ Fundada pelo Secretariado de Propaganda Nacional em finais de 1933, a AEV teria uma vida bastante curta, desaparecendo dois anos depois para dar lugar à Mocidade Portuguesa, o movimento oficial de juventude do salazarismo, bem menos politizada que este primeiro esboço, virado sobretudo para a neutralização da mobilização N/S junto dos estudantes.

O primeiro presidente da AEV foi um jovem N/S dissidente, Ernesto de Oliveira e Silva, e a sua actividade à frente da AEV estava muito ligada ao grupo do *Revolução Nacional*. O seu órgão central, *Avante!*, era escrito pelos colaboradores do SPN e a sua retórica aproximava-a das suas congéneres estrangeiras. O objectivo de criar a elite juvenil do “Estado Novo” era explicitamente apontado, e os delegados do PNF italiano e do Partido Nacional Socialista Alemão em Portugal escreviam nele artigos de divulgação sobre as organizações juvenis fascistas. A AEV tinha um carácter voluntário e iniciaria treino militar alguns meses após a sua fundação. Ao longo de 1934, os seus filiados começaram a participar em manifestações de apoio ao regime e a criar uma mística de tipo fascista em volta do “chefe” Salazar.

Inaugurada com a presença de Salazar e de vários dissidentes do N/S em janeiro de 1934, a AEV definia-se como uma organização destinada a combater o comunismo no meio juvenil. O discurso de António Ferro na sessão inaugural no teatro S. Carlos foi particularmente interessante em relação à sua função integradora da juventude afecta ao N/S. O chefe da propaganda do “Estado Novo” promoveu um Salazar “revolucionário”, respondendo aos “que o preferiam no íntimo, mais teatral, mais discípulo de Hitler ou de Mussolini, mais revolucionário no sentido exterior da palavra”. Ele próprio confessou que “já pertenceu a esse número”, mas admira hoje a “inteligência e o carácter” do Ditador. “Atrás da sua calma, do seu perfil inquebran-

¹²³ Sobre a AEV, cf. António Costa Pinto e Nuno Afonso Ribeiro, *A Acção Escolar Vanguarda. A Juventude nacionalista nos primórdios do Estado Novo* (Lisboa: 1980).

tável, há mais inquietação, mais revolução, mais vanguarda do que em todos esses movimentos desordeiros das alfurjas, que pretendem escalar o poder e terminam sempre na polícia”.¹²⁴

Enquanto operação do SPN, a AEV inspirou-se directamente nas organizações similares do fascismo e o seu principal “padrinho”, António Eça de Queiroz, também funcionário do aparelho de propaganda do regime, seria o representante português ao congresso fascista de Montreux, com o discreto estatuto de observador. Após a dissolução do N/S, em julho de 1934, a actividade da AEV decaiu e, em finais desse ano, já dava poucos sinais de vida, demonstrando o pouco interesse governamental em dar continuidade à organização nos moldes em que esta funcionava.

Até que ponto os filiados estudantis do N/S aderiram efectivamente à AEV é difícil de aferir com um mínimo de rigor. Alguns jovens simpaticizantes de Preto, que continuariam ainda por alguns anos na sua órbita, foram Vanguardistas, mas o seu rápido apagamento da cena política parece demonstrar a desconfiança do governo perante a organização.¹²⁵ Diversos relatórios enviados a Salazar sublinhavam que os N/S cisionistas tinham uma preponderância excessiva, e que alguns partidários de Preto tinham também atingido algumas posições de chefia, tendo como consequência algumas contradições no seu interior.¹²⁶

A criação da AEV parece confirmar um passo em frente, uma cederência aos que exigem mais no processo de fascização, uma abertura à criação de um dinamismo de massas e de um voluntarismo fascista. A sua queda virá confirmar que, em 1934, Salazar não estava disposto

¹²⁴ Citado in António Costa Pinto e Nuno Afonso Ribeiro, *op. cit.*, p. 30-31.

¹²⁵ Entre os militantes vanguardistas que eram também apoiantes de Rolão Preto, saliente-se José Guilherme de Meio e Castro, reformista do partido único durante o consulado de Marcello Caetano. Sobre a sua vida política, *vide* Joana Reis, *Melo e Castro* (Lisboa: 2013). Outro importante colaborador foi Eduardo Freitas da Costa, que sempre se manteve na extrema-direita do salazarismo.

¹²⁶ Cf. AOS/CO/PC-3F, ANTT.

a permiti-lo e muito menos apoiá-lo para além dos limites inerentes ao mero expediente tático.

5.4.5 O PRIMEIRO CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL

O dobre de finados das ilusões dos dissidentes do N/S que acreditavam na sobrevivência do movimento, integrado no salazarismo, foi dado pelo Primeiro Congresso do partido governamental, realizado em maio de 1934. O Congresso da UN, como foi já salientado, destinou-se a consagrar o “comando único” de Salazar e a legitimar a dissolução de todos os partidos, mesmo daqueles que se situavam no bloco de apoio à Ditadura. Seria Albino dos Reis, um ex-filiado em um partido republicano, o primeiro a dar o mote: “é sobretudo de esperar” – dizia – “que este congresso realize a desejada e perfeita unidade das forças políticas que apoiam a actual situação, pela sua integração numa hierarquia única através da qual recebam as directrizes de um comando superior”.¹²⁷ Como refere um estudo o sobre o tema, estava “dado, claramente, o tom que dominará o congresso, feito em grande parte a pensar nos nacionais-sindicalistas, sobretudo nos de Rolão Preto, que Salazar se prepara para eliminar”.¹²⁸

Alguns N/S que chefiaram a cisão, nomeadamente José Cabral, Amaral Pyrrait e Castro Fernandes, participaram nele como delegados.¹²⁹ Nenhum, no entanto, pertenceria à sua comissão organizadora ou seria nomeado para a direcção do partido governamental. Alfredo Peres, autor de umas das teses apresentadas, salientava que

ao lado da UN – numa situação de facto, sem estatutos que definam os seus objectivos e assegurem ao governo e ao Estado os limites da sua actuação – está agindo um organismo político; ou antes, estão agindo uns organismos políticos – porque, na realidade, se trata de dois grupos distintos, cujos elementos,

¹²⁷ Citado *in* Anabela Parreira *et alli* “O I Congresso da União Nacional”, *op. cit.*, p. 216.

¹²⁸ *Idem*, p. 216. Cf. também Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 135.

¹²⁹ Nele participaram ainda alguns integralistas como Mário Cardia

alguns de comprovado mérito que bem úteis podiam ser à causa do Estado Novo – que vivem mais um recíproco ódio político do que um combate são pelas suas ideias.¹³⁰

A AEV foi também vítima de remoques que antecipavam já a sua neutralização. Lopes Mateus, fundador da UN e seu principal organizador, diria que esta deveria evitar “exibicionismos ridículos que rebaixem” e “provocações que irrite”, e rejeitou as milícias armadas, que “o exército não veria com bons olhos”.¹³¹

No seu discurso ao congresso, Salazar definiu o lugar do “Estado Novo” no quadro da evolução política europeia. Reivindicou-se das exigências da “nossa história e da civilização latino-cristã, ambas desviadas em certos períodos do seu rumo certo”. Dedicou-se então às diferenças que separavam o regime português e o nacionalismo que lhe era subjacente das outras experiências autoritárias e fascistas europeias. “Consideramo-lo” – repetiu – “tão afastado do liberalismo individualista, nascido no estrangeiro, e do internacionalismo da esquerda, como de outros sistemas teóricos e práticos aparecidos lá fora como reacção a eles”. Como ponto de contacto apontou apenas a “ideia corporativa”. Para que não restassem dúvidas, apontou as diferenças “sobretudo na concepção do Estado e na organização do apoio político e civil do governo”. Tal Estado “seria essencialmente pagão, incompatível por natureza com o génio da nossa civilização cristã”.¹³² As palavras de Salazar, mais do que uma real demarcação do fascismo, devem ser entendidas como aviso de política interna aos adeptos do N/S, mesmo aos devotos salazaristas. Por outro lado, o Ditador clarificava também a natureza diversa do próprio partido governamental, apontando-lhe a eleição da nova Assembleia Nacional como tarefa imediata. Para que não

¹³⁰ Citado in Anabela Parreira *et alli*, “O I Congresso ...”, *Cit.*, p. 223.

¹³¹ *Idem*, p. 226.

¹³² Oliveira Salazar, *op. cit.*, p. 334 e 337.

restassem dúvidas sobre a natureza do partido do regime que dovarante seria “único”, Salazar mais uma vez repetiria o carácter de “associação cívica” da UN e a sua subordinação ao poder. A função meramente consagratória do congresso foi notória no número de comunicações sobre a própria UN: apenas uma.¹³³ Quanto aos delegados vindos do N/S (apesar de alguns vivas a Rolão Preto que a censura se encarregou de eliminar), as suas funções esgotaram-se após a realização do Congresso.

O Primeiro Congresso da UN marcou a monopolização do espaço político pelo partido de Salazar, legitimando a dissolução do N/S ou de qualquer tentativa de institucionalização de uma componente fascista no seio do “Estado Novo” em formação.

5.5 O N/S DE ROLÃO PRETO: INTEGRAÇÃO OU EXÍLIO

Em maio de 1934, respondendo a um pedido de informação do secretário geral dos CAUR, o responsável pelas relações internacionais do N/S resumia para Roma a natureza da cisão em termos cristalinos: “Uma centena de burgueses conservadores, oportunistas e ambiciosos, juntou-se ao actual presidente do Ministério, o senhor Salazar, homem do centro, espécie de Brüning antifascista, anti-revolucionário, conservador, e o nosso pior inimigo”.¹³⁴ Mais à frente, definindo a posição dos que ficaram ao lado de Rolão Preto, Campos e Sousa escrevia: “como fascistas, nós estamos no meio da luta contra um governo centrista, tirânico e profundamente impopular”.¹³⁵ Estava-se nas vésperas da ilegalização do N/S e uma primeira vaga de prisões já tinha atingido o movimento cujas sedes tinham sido entretanto encerradas.

¹³³ Cf. Anabela Parreira *et alli*, “O I Congresso ...”, *op. cit.*, p. 221.

¹³⁴ Cf. carta de José Campos e Sousa a Augusto Pescosolido de 26/5/1934, Miniculpop, Busta 404, A.C.S., Roma.

¹³⁵ *Idem*.

5.5.1 CONTRA OS “CONSERVADORES SOCIAIS”

Os últimos meses da vida legal do N/S foram marcados por várias tentativas de conciliação com o Poder e com os cisionistas pela sobrevivência da organização. A cisão, como se viu atrás, levou um número considerável de quadros que se afastaram do N/S a aceitarem lugares no aparelho governamental. A radicalização ideológica e política acentuou-se então no interior do N/S, agora dominado pelo “soviete” de Lisboa.¹³⁶ Esta radicalização não seria acompanhada, no entanto, por muitos militantes que, “não estando dispostos a desenvolver actividades clandestinas, passaram à disponibilidade”.¹³⁷

Entre novembro de 1933 e março de 1934, o esforço da direcção foi o de reorganizar o aparelho partidário estancando a confusão provocada pela cisão e afastando alguns hesitantes de cargos de direcção regional e local. Rolão Preto deixou ao “soviete” de Lisboa parte dessa tarefa, colocando-se em uma posição mais conciliatória e de negociação com alguns sectores, nomeadamente o de Coimbra, e com Salazar. Pereira de Matos, secretário-geral adjunto, fez uma viagem pelo país com outros dirigentes de Lisboa para substituir alguns chefes de secretariados locais e montar um esquema de comunicações clandestino.¹³⁸

A maioria dos núcleos locais mantiveram-se fiéis a Rolão Preto, mas, no Porto, Augusto Pires de Lima, secretário da Zona Norte, pretendia assumir uma posição de neutralidade perante a cisão. Os elementos afectos a Preto ganharam a votação e obrigaram os derrotados a sair da reunião “vaiados”, segundo relato que o próprio enviaria a Rolão Preto.¹³⁹ Em Coimbra, a maioria dos núcleos do distrito e Carlos Proença

¹³⁶ Cf. Nacional-Sindicalismo. “Comunicado nº 1”, SD [Janeiro de 1934?], assinado por Pereira de Matos, AOS/CO/PC-3F, ANTT.

¹³⁷ Cf. entrevista com Luís Forjaz Trigueiros, 10-1-1985.

¹³⁸ Cf. carta de Pereira de Matos a Rolão Preto, 8-1-1934, ARP.

¹³⁹ Cf. carta de Augusto Pires de Lima a Rolão Preto, 25-12-1933, ARP.

de Figueiredo ficaram com Preto, mas os “lentes” demarcaram-se e assumiram uma posição conciliatória com o regime.¹⁴⁰ A maior parte dos restantes secretários distritais do Norte ficaram na organização. Os “notáveis”, no entanto, hesitavam. Em Braga, referia um relatório, “ficou connosco a arraia miúda (como em toda a parte)”.¹⁴¹

Alguns dirigentes regionais que ficaram com Preto alimentaram até à última a esperança de que Salazar precisaria do N/S. Em Viseu, o secretário distrital estava convencido de que, “sem nós, a nossa fé, sem o nosso espírito de isenção e sacrifício, o Estado Novo não passa de uma construção de gabinete [...] sem vida, sem condições de resistência e perpetuidade”.¹⁴²

Em vários concelhos, no entanto, alguns núcleos começaram a desmobilizar. O retrato de desorientação traçado por um dirigente de Alcácer do Sal sobre as perspectivas do N/S deveria ser partilhado por muitos núcleos locais. Portugal Branco confessava o seu “desânimo” pela possível “desagregação do Nacional-Sindicalismo”. Previa a rápida reconversão “numa sucursal da UN” do grupo de José Cabral, mas o que mais o preocupava era o “facto de estarem a colaborar com a situação [...] grande parte, talvez a melhor parte dos nossos camaradas ou simpatizantes”, nomeadamente “os rapazes que foram nomeados para delegados distritais do INTP”.¹⁴³ Tal facto “coloca-nos numa posição muito difícil para a hipótese da hostilidade ao poder e a da vida clandestina da organização, preconizadas por alguns dos nossos amigos”.¹⁴⁴

¹⁴⁰ Cf. carta de Pereira de Matos a Rolão Preto, 8-1-1934, ARP.

¹⁴¹ Cf. carta de António Tinoco a Rolão Preto, 19-1-1934, ARP.

¹⁴² Cf. carta de Vasco Santa Rita a Rolão Preto, 10-1-1934, ARP.

¹⁴³ A atitude pró-Rolão Preto no Congresso de novembro de 1933 seria bitola para algumas nomeações para o aparelho corporativo e vários dos que votaram por Preto queixavam-se que tinham sido preteridos.

¹⁴⁴ Cf. carta de Manuel de Portugal Branco a Rolão Preto, 10-1-1934, ARP.

Em inícios de janeiro realizou-se uma reunião de delegados distritais na residência de Rolão Preto na Soalheira, e o conflito com os cisionistas radicalizou-se. O novo órgão central acentuou algum culto da personalidade a Rolão Preto como resposta. “Ponhamos a nossa fé no Chefe, no único chefe a quem juramos fidelidade na grande parada da Zona Norte do N/S na velha cidade de Braga”, escrevia o *União Nacional* em Novembro de 1933.¹⁴⁵

Nesses meses da cisão, Preto recebia vários telegramas e cartas de secretários de núcleos locais manifestando fidelidade. Euclides Portugal, secretário de Vila Real, escrevia:

Sois o chefe absoluto e soberano do Nacional-Sindicalismo [...] reconhecem-no comigo todos os camaradas de Vila Real, que se mantêm continuamente alerta às vossas ordens, a respeito de tudo e de alguns nefandos traidores, até à conquista necessária do Estado, e ainda para além, sob o signo viril da nossa cruz.¹⁴⁶

As pressões radicalizadoras do “soviète” de Lisboa contra qualquer plataforma de conciliação com a cisão caracterizaram este período. Campos e Sousa advertia Preto, em finais de 1933, que havia “que evitar toda e qualquer [...] reconciliação com os cabrões [referência a José Cabral, dirigente da cisão] [...] que só pretendem vigarizá-lo para alcançar lutas comedorias no banquete Salazarino”.¹⁴⁷ Todas as tentativas de dialogar directamente com Salazar falharam, e algumas tentativas de mediação não resultaram, entre as quais uma desenvolvida por Eusébio Tamagnini, que foi recebido por Salazar em inícios de 1934.¹⁴⁸

Quando o Governo promoveu o aparecimento do *Revolução Nacional*, que atacava violentamente Rolão Preto, os secretariados rea-

¹⁴⁵ Cf. *União Nacional*, Leiria, 12-11-1933, p. 1.

¹⁴⁶ Cf. carta de Euclides Portugal a Rolão Preto, SD, ARP.

¹⁴⁷ Cf. carta de José Campos e Sousa a Rolão Preto, 30-12-1933, ARP.

¹⁴⁸ Cf. carta de António Tinoco a Rolão Preto, 19-1-1934, ARP.

giram, e o tom antissalazarista e da correspondência interna abriu-se publicamente nos sucessivos comunicados que eram distribuídos na rua, denunciando-se nas duras palavras do Visconde do Porto da Cruz, Secretário do N/S da Madeira, os que “colocam mais alto a gamela do que a pureza dos ideais”.¹⁴⁹ Denunciava-se o “pequeno grupo de políticos burgueses que resolveu actuar neste momento, protegido e auxiliado financeiramente por algumas entidades oficiais” e reforçava-se a linguagem “revolucionária” e “obreirista” do N/S. O seu discurso aproximou-se então de um “trabalhismo” nacionalista cada vez mais explícito, sobretudo pelo “soviete” de Lisboa onde pontuava António Tinoco.¹⁵⁰ Em um panfleto clandestino que não vinha assinado por nenhum organismo, o N/S era definido como uma força destinada a “revolucionar a actual sociedade, arrancando da miséria, em que hoje declaradamente se aviltam as classes trabalhadoras, oprimidas pelo capitalismo, e elevando os trabalhadores à merecida dignidade de homens livres”.¹⁵¹ Como “todas as organizações fascistas”, o N/S “possui um chefe, Rolão Preto, [...] extraordinária figura de galvanizador de energias, de condutor de multidões [...] guia da generosa mocidade portuguesa nesta dura escalada, à conquista de uma sociedade nova, onde haja pão e justiça para todos”.¹⁵²

Neste discurso, mais próximo do “socialismo nacional”, o corporativismo ia-se esbatendo a favor de alguns temas caros aos fascistas

¹⁴⁹ Cf. carta a todos os N/S da Madeira, 7-4-1934, Arquivo Particular de João Manuel da Costa Figueira, doravante (AJMCF). Fernão Favila Vieira, um dos mais destacados dirigentes N/S na Madeira tinha, entretanto, aderido ao Estado Novo e abandonado Rolão Preto. O Visconde do Porto da Cruz, velho integralista, continuou próximo do fascismo e de Rolão Preto, reanimando mesmo um antissemitismo já presente desde os anos 20 e assumindo a sua simpatia pelo Nacional Socialismo Alemão. Cf. Emanuel Janes, *op. cit.*, (Funchal: 1997), p. 179-193 e 147-175.

¹⁵⁰ Cf. Comunicado do Secretariado Distrital de Lisboa, Março de 1934, ARP.

¹⁵¹ Cf. Comunicado clandestino assinado “Fernão Vasques”, 13-3-1933, ARP.

¹⁵² *Idem.*

franceses vindos da esquerda.¹⁵³ Rolão Preto começou também a acompanhar este desvio “socialista”. Nos editoriais do órgão oficial, Preto acentuava a sua crítica ao “conservadorismo político e social”, definindo um “eles e nós” onde o novo poder era caracterizado como “a contrarrevolução incessante e proveitosa” e nós “a agitação insofrida das gerações novas, fartas da tirania inglória dos políticos e da tirania infamante das oligarquias capitalistas”.¹⁵⁴ Perante o acentuar das medidas repressivas do governo, após a tentativa revolucionária de 18 de janeiro de 1934, Preto assumia-se como defensor da “arraia miúda” que nele participou, proclamando que vencer o comunismo é “vencer primeiro que tudo a miséria e a injustiça”.¹⁵⁵

Confrontados com a consolidação da “contrarrevolução”, os fascistas proclamavam a passagem à “revolução”. Como escrevia António Pedro: “o que há de comum entre a contrarrevolução e a revolução nacional é o fim duma e princípio da outra. Sem a primeira a segunda não é possível”, mas se, como Dollfuss, não se passar à segunda, o regime ficará no “provisório”, ou, citando Rolão Preto, na “tirania preventiva”.¹⁵⁶

A 1 de maio de 1934, Rolão Preto publicou um manifesto onde tentava responder aos ataques do governo e dos cisionistas. Relembrava o seu exílio de 1910, com 17 anos, e a sua participação na fundação do IL e no processo que conduziu ao golpe de 1926. “Nada realizei dentro do Estado? – evidentemente só os que têm a posse do Estado podem realizar qualquer obra dentro do Estado.” Denunciava então os que “sem pudor se servem de uma organização que eu criei e lancei, querendo impô-la a mim próprio e por força alheia como sendo deles”.¹⁵⁷

¹⁵³ Cf. Philippe Burrin, *Op. Cit.* (Paris: 1986).

¹⁵⁴ Cf. Rolão Preto, “O Grande Erro”. *Unido Nacional*, Leiria, 28-1-1934, p. 1.

¹⁵⁵ *Idem*, 4-2-1934, p. 1.

¹⁵⁶ Cf. António Pedro, “Contra-revolução e Revolução Nacional”, *União Nacional*, Leiria, 7-4-1934, p. 1.

¹⁵⁷ Cf. Rolão Preto, “Em legítima defesa”, 1-5-1934, Proc. 1771/SPS, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

Reforçando o carácter “revolucionário” do fascismo internacional, Preto proclamava o N/S como sendo “em Portugal a parte desse sopro criador que move o mundo”.¹⁵⁸

5.5.2 “EM LEGÍTIMA DEFESA”

Ao mesmo tempo em que promovia a cisão e apoiava financeiramente o seu órgão, o governo iniciou a partir de início de 1934 a repressão sistemática a qualquer acção do N/S. Os passos de Rolão Preto começaram também a ser severamente limitados. Após uma reunião comemorativa do 1º aniversário da Casa Sindical do Porto, realizada em fevereiro, com a presença de Preto, a sua participação em reuniões e a sua visita aos núcleos locais foram praticamente proibidas.¹⁵⁹ Um dos objectivos era o de impedir que este “desorientasse” os núcleos que aderiram ao regime. Logo em janeiro de 1934, os seus delegados foram presos e expulsos de Braga quando se dirigiam a uma reunião de 300 N/S onde se encontravam também elementos da cisão.¹⁶⁰ Preto seria também impedido de entrar no Porto pelo governador civil, e foram proibidos comícios com a sua participação em São João da Pesqueira e Fermentelos.¹⁶¹

Em março, o governo encerrou a “Casa Sindical” do Porto e, no mês seguinte, a própria sede nacional de Lisboa, deixando o N/S reduzido a algumas sedes que coincidiam com as redacções de jornais locais.¹⁶² No início de maio, vários N/S do Porto começaram a ser presos, alguns

¹⁵⁸ Cf. Rolão Preto, “Para onde vai o Mundo? O verdadeiro sentido do Nacional-Sindicalismo”, *Fradique*, 24-5-1934, p. 1. O chefe do Nacional-Sindicalismo escreveu vários artigos neste semanário cultural próximo do movimento sob o pseudónimo de “Raul Prestes”.

¹⁵⁹ Cf. *União Nacional*, Leiria, 11-3-1934.

¹⁶⁰ Cf. Relatório do Governador Civil de Braga ao Ministro do Interior, 15-1-1934, Maço 469 – Caixa 22, AGMI/ANTT.

¹⁶¹ Cf. relatório do Administrador do Concelho de Alijó, Maço 468-Caixa 21, AGMI/ANTT.

¹⁶² Cf. circular do Secretariado Distrital do Porto de 17 de Março de 1934, Proc. Crime nº 1112, Arqu. PIDE/DGS, ANTT, e *Ideia Livre*, Anadia, 28-4-1934, p. 1.

na sequência de conflitos violentos com membros da facção pró-governamental.¹⁶³ Em Lisboa também se deram algumas escaramuças entre partidários dos dois grupos.¹⁶⁴ No final desse mês, segundo relatório interno para Lisboa, tinham sido presos por séries de 15 dias por cerca de 29 filiados, no norte do país.¹⁶⁵

Apesar disso os N/S conseguiram ainda formar piquetes de rua quando estalou a revolta de 18 de janeiro de 1934, manifestar-se no Porto, gritando vivas a Rolão Preto, quando Salazar visitou a cidade em maio desse ano, e organizar um desfile comemorativo do golpe de 1926.¹⁶⁶ A 28 de maio cerca de 300 N/S uniformizados, dirigidos por um alferes do movimento, desfilaram perante o monumento aos mortos da Grande Guerra e à tarde organizaram um comício onde discursou Vieira da Cunha em nome dos operários N/S. Particularmente no Norte, vários núcleos forçavam periodicamente a legalidade e manifestavam-se na rua. Em Braga ainda existiram confrontos entre N/S e antifascistas em junho de 1934, tendo a polícia efectuado várias prisões.¹⁶⁷

A partir de maio, as prisões, no geral intimidatórias, pois não duravam mais do que uma semana, começaram a atingir a própria direcção nacional. Alguns membros do “soviète” de Lisboa já tinham sido presos esporadicamente quando distribuía propaganda que o director da PVDE caracterizava como “comunista branca”.¹⁶⁸ Em abril, a polícia interrompeu uma reunião do Secretariado Distrital de Lisboa

¹⁶³ Cf. carta de Claudio Correa de Oliveira Guimarães a Rolão Preto, 10-5-1934, ARP.

¹⁶⁴ Cf. Boletim nº 105 dos serviços de censura de Lisboa, Maço 460-Caixa 14, AGMI/ANTT.

¹⁶⁵ Cf. relatório de militante não identificado, SD, ARP.

¹⁶⁶ Cf. “Ordem de Serviço” do Secretariado Distrital de Lisboa, 19-1-1934, AOS/CO/PC-3F, ANTT. Sobre a manifestação, vide *União Nacional*, Leiria, 23-6-1934, p. 8.

¹⁶⁷ Cf. Boletim nº 115 dos serviços de censura de Lisboa, Maço 467, AGMI/ANTT.

¹⁶⁸ Nesta acção foram presos Barradas de Oliveira e Dutra Faria. Cf. entrevista com Barradas D’Oliveira, 17 e 23 de julho de 1984.

e prendeu vários dirigentes para interrogatório.¹⁶⁹ Em 21 maio seria a vez de o secretário-geral, Alberto Monsaraz, ser preso em Lisboa com outros dois dirigentes, tendo a polícia apreendido alguns meios de impressão do N/S.¹⁷⁰

5.5.3 O APELO A CARMONA E AOS MILITARES

Na sua resistência aos ataques governamentais e dos cisionistas que dele dependiam, o grupo de Rolão Preto confiava sobretudo no Exército, explorando os conflitos entre este e Salazar, e pressionando Carmona para o seu eventual afastamento. Desde finais de 1933 que, como vimos anteriormente, o sector militar do N/S participava em manobras antissalazaristas.

Em abril de 1934, quando se celebrava o sexto aniversário da proclamação de Carmona como Presidente, existiram diversas movimentações militares. Os informadores de Salazar apontavam a hipótese de um conluio de diversos generais contra ele. Algumas altas patentes militares afectas ao N/S, caso do brigadeiro João D’Almeida, movimentaram-se com outros sectores do exército, representados pelos generais Farinha Beirão e Schiappa de Azevedo, com a eventual conivência de Carmona.¹⁷¹

A imprensa espanhola referiu-se à queda iminente de Salazar, denunciando a participação N/S, e referindo a conivência de Alberto Monsaraz.¹⁷² De facto, no quartel de Caçadores 5, Luna de Oliveira, chefe do secretariado militar do N/S, afirmou perante Carmona que só o reconhecia a ele como chefe da Nação e o próprio Ministro da Guerra, também presente, desautorizou Salazar na sua intervenção. Rolão Preto

¹⁶⁹ Entre os quais Dutra Faria, que permaneceu cinco dias preso. Cf. Cadastro 4.935, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

¹⁷⁰ Alberto Monsaraz seria rapidamente libertado. Cf. Cadastro 5.022, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

¹⁷¹ Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, p. 259.

¹⁷² Cr. o desmentido da notícia do *EI Liberal* in *União Nacional*, Leiria, 21-4-1934.

acompanhou imediatamente o coro de homenagens ao Presidente da República, considerando-o o “centro moral do Estado”. Homenageou também a tropa, “tantas vezes incompreendida e a quem tão poucas vezes se fez justiça”, terminando significativamente com a reafirmação de que “em todos os momentos da nossa história a esperança é sempre militar”.¹⁷³ Mas Carmona, apesar de criticar Salazar pela diminuição a que tinha confinado o seu papel de chefe de Estado, não demitiu o Presidente do Conselho no dia seguinte, quando o recebeu em Belém.

Este episódio provocou uma jogada de neutralização do próprio Presidente, pois Salazar apresentou no dia seguinte a sua demissão que, ao ser rejeitada por Carmona, o “obrigou” a uma tomada de posição, pública e inequívoca, de apoio ao chefe do governo. Os termos em que este, pela primeira vez e perante uma crise forte, apoiou publicamente Salazar marcaram a “vitória” deste de forma clara. O Presidente, perante “supostas divergências” com o chefe do governo, declarou-se em “mais inteira concordância com a orientação que, com todo o acerto, vem imprimindo à governação pública”, o Dr. Oliveira Salazar.

Muito embora aparentemente anódina e de bastidores, esta crise reforçou inequivocamente Salazar e diminuiu qualquer veleidade de Carmona, ainda que este detivesse sempre o “poder” de o demitir.¹⁷⁴ Salazar mobilizou então as suas forças de apoio. A jovem Acção Escolar Vanguarda foi mobilizada para uma manifestação, aproveitando o aniversário da sua nomeação para o Ministério das Finanças, os militares recuaram, desmentindo qualquer manobra, e a UN realizou o seu congresso sob o lema do “comando único” pouco tempo depois.

¹⁷³ Cf. Rolão Preto, “O chefe da nação e o exército”, *União Nacional*, Leiria, 5-5-1934, p. 1.

¹⁷⁴ Franco Nogueira, provavelmente com algum exagero, afirma que “este momento político deverá considerar-se como muito importante no desenvolvimento do Estado Novo”, pois após esta crise, “Carmona colocou-se numa posição de quase impossibilidade política de afastar alguma vez o chefe do governo, embora legalmente o pudesse fazer em qualquer ocasião.” (*op. cit.*, p. 262). De facto, esta crise parece ser a última em que Salazar temeu uma manobra do velho general. Sobre o tema Cf. Telmo Faria, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)* (Lisboa: 2000).

Em finais de junho, Alçada Padez, secretário da Zona Sul, entregava a Carmona uma longa exposição de Rolão Preto, mas a cobertura militar estava então bastante diminuída. Através dela, já que tomava a liberdade “de a tornar pública”, Preto pretendia também “falar ao país”.¹⁷⁵

No seu balanço da evolução política após o golpe do 28 de Maio, Rolão Preto via as tensões no interior da Ditadura como a luta “de duas concepções”: “uma é a revolução total e profunda, que entende transformar o Estado nas suas engrenagens vitais e a sociedade nas suas feições predominantes. A outra é a reforma, a concepção dos conservadores políticos e sociais”. Infelizmente, frisava, “a revolução nacionalista não assegurou, como a italiana ou a alemã, a posse exclusiva das alavancas do Estado àqueles que a sonharam, a prepararam e, vitoriosamente, souberam impô-la. Daqui a diferença primacial”. Ora em Portugal, “nenhum dos homens que constituem o actual governo da Ditadura contribuiu, de perto ou de longe, para o Movimento de 28 de Maio. Bem natural é, pois, que os nacionalistas, únicos e vigilantes defensores da Ditadura, formulem perante tais governantes as mais justas reservas”. Acusava a seguir o governo de perseguir o seu movimento e de apoiar os cisionistas “salazaristas” e repetia a velha acusação à UN, um “grupo eclético, composto das mais antagónicas correntes políticas, sem nenhuma espécie de consciência nacionalista, mas que aceita seguir e servir, sem condições que não sejam as de pretender e obter lugares, o actual chefe do governo”.

Para além de outros considerandos de natureza política e social, repisando a situação angustiante das “classes médias e populares”, Preto entrava então no sensível tema dos militares, aqueles a quem a nação sempre apelou, quando “a política nacional se enforca na confusão de um nó gordio”. Em consonância com as preocupações de vários sectores

¹⁷⁵ Cf. Nacional-Sindicalismo, Representação do Chefe do Nacional-Sindicalismo a Sua Excelência o Presidente da República, 20 de Junho de 1934, Proc. Cr. 1174/SPS, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

do Exército, observava que se vinha negando a este “toda capacidade governativa [...] procurando escorraçá-lo daquelas posições, por ele legitimamente conquistadas, que façam sombra à influência dos políticos ou possam assegurar qualquer espécie de controlo sobre os seus actos”. Apelava no final para uma intervenção pessoal do Presidente da República, no sentido de assegurar a liberdade de acção do Nacional-Sindicalismo, conceder uma amnistia pacificadora e “reorganizar e rearmar o exército”.¹⁷⁶

Tratava-se de uma proposta de afastamento de Salazar em consonância com a movimentação de abril. Mas Carmona não reagiu. Acusados de distribuírem a proclamação, foram imediatamente presos vários militantes, entre os quais o secretário-geral, Alberto Monsaraz.¹⁷⁷ Os dissidentes recém-integrados na UN, particularmente José Cabral, José Luís Supico e Mira da Silva, insistiram para que Salazar actuasse com firmeza e liquidasse o movimento e, em articulação com o Ministro do Interior, acompanham a decisão do Ditador.

Salazar, após longa reunião com Agostinho Lourenço, chefe da polícia política, decidiu dissolver o N/S. A 4 de julho, Rolão Preto foi trazido preso para Lisboa e mantido incomunicável.¹⁷⁸ Na prisão, Preto ainda protestou pela “violência de que foi vítima”, escrevendo uma carta a Salazar que a organização distribuiria alguns dias depois, clandestinamente.¹⁷⁹ Monsaraz seria preso poucos dias depois e fez idênticos protestos, considerando-se “um precursor do Estado Novo e

¹⁷⁶ *Idem.*

¹⁷⁷ Cf. Cadastro 5.022, Arqu. PIDE/DGS, ANTT. Monsaraz esteve apenas um dia detido, mas voltaria a ser preso poucos dias depois. Os N/S mais activos de Lisboa organizaram de imediato um jantar em sua homenagem. Cf. *União Nacional*, Leiria, 23/6/1934, p. 3.

¹⁷⁸ Cf. Proc. Cr. 1174/SPS, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

¹⁷⁹ A carta foi distribuída clandestinamente. Preto utilizava a Constituição para se defender, acusava Salazar de exercer a tirania e reservava-se “o direito de levar este documento ao conhecimento dos meus concidadãos”. Cf. Nacional-Sindicalismo, Representação do Chefe do Nacional-Sindicalismo enviada do cárcere ao Senhor Presidente do Conselho, Proc. Cr. 2772/SPS. Arqu. PIDE/DGS, ANTT. Cf. também AOS/CO/PC-3F, ANTT.

um nacionalista de sempre”.¹⁸⁰ A 11 de julho, o Conselho de Ministros decidiu expulsar do país por seis meses (prorrogáveis) os dois dirigentes máximos do Nacional-Sindicalismo. Nas vésperas da partida Preto e Monsaraz, escreveram aos N/S dos “quartos particulares do Governo Civil” de Lisboa:

Na hora de suprema violência em que o Governo de Oliveira Salazar arbitrariamente nos ordena a saída deste País que é o nosso [...] a caminho do exílio o nosso coração fica convosco, Nacionais-Sindicalistas revolucionários, confiados na vossa resolução jurada de vencer ou morrer.¹⁸¹

Fora algumas manifestações espontâneas de alguns militantes que saíram para a rua com “vivas a Rolão Preto” e uma pequena multidão de telegramas de protesto, bloqueados na origem, não houve qualquer resposta da organização.¹⁸² Multiplicaram-se, no entanto, os panfletos antissalazaristas apelando “a um assopro violento que varra o cisco”.¹⁸³ Anunciando a radicalização de alguns núcleos, um destes protestos, de dirigentes do Porto, terminava: “A UN não passa de uma vigarice imposta por V. Ex. àqueles que o ajudaram [...] avisamo-lo e ao mesmo tempo lembramos-lhe a recente morte do chanceler austríaco [...] não nos desarmamos e esperamos o momento”.¹⁸⁴

A 29 de julho, em nota oficiosa, Salazar anunciou formalmente ao país a dissolução/ilegalização do N/S. Começou por definir o movimento “como inspirado em certos modelos estrangeiros em parte da

¹⁸⁰ Cf. Proc. 1184/PS, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

¹⁸¹ Cf. Comunicado assinado por Rolão Preto e Alberto de Monsaraz, 14-7-1934, AJMCF.

¹⁸² Cf. alguns dos telegramas apreendidos in Maço 468 – Caixa 14, AGMI/ANTT. Alguns N/S seriam presos por se manifestarem com “vivas a Rolão Preto” nomeadamente um “conhecido” empregado de escritório do Porto. Cf. Boletim 119 dos serviços de censura de Lisboa, Maço 466 – Caixa 19, AGMI/ANTT.

¹⁸³ Cf. comunicado “Aos Portugueses” de “um grupo de Nacionais Sindicalistas Revolucionários”, 24-7-1934, AJMCF.

¹⁸⁴ Cf. AOS/CO/PC-3F, ANTT.

sua ideologia e nos processos de actuação política”, pois “deles copiou a exaltação do valor da mocidade, o culto da força na chamada acção directa, o princípio da superioridade do poder político na vida social, a propensão para o enquadramento das massas atrás ou adiante de um chefe”. Acusava em seguida o N/S de constituir “o arco do círculo que unia em confusa aspiração comum os extremismos da política portuguesa” e de pretender ser “o partido a que deviam ser entregues os destinos da revolução”. O “aspecto da constituição de uma milícia para defesa da situação política também não podia deixar de causar preocupações, além de ser desnecessária, dadas as responsabilidades do exército [...]”. Assim, em vez de ser um elemento de ordem, este transformara-se “em elemento perturbador e de desagregação das forças nacionalistas do Estado Novo”, pelo que se impunha a sua dissolução. Aos seus filiados apontava a entrada na UN ou na recém-criada AEV. Os que recusassem seriam considerados doravante “indiferentes ou inimigos”.¹⁸⁵

A nota oficiosa de Salazar referia-se também ao grupo de José Cabral, que alguns dias depois reunia o seu Directório e, “confiado em que a União Nacional será em breve um organismo coeso, homogéneo, disciplinado, seleccionador de valores políticos e activo”, exprimia a “sua firme vontade de colaborar dentro da UN assim definida”¹⁸⁶. O seu jornal seria encerrado algum tempo depois, demonstrando Salazar não estar disposto ainda permitir qualquer organização milicial, mesmo apoiando claramente o seu regime.

A embaixada inglesa informava para Londres os acontecimentos com alguma satisfação. O autor do relatório informava com exagero que o N/S devia “a sua inspiração à legação de Itália” e Rolão Preto era descrito como um “*vain man with a strong sense of intrigue*”¹⁸⁷.

¹⁸⁵ Cf. a nota oficiosa in *Diário de Notícias*, 29-7-1934, p. 1.

¹⁸⁶ Cf. *Revolução Nacional*, 6-8-1934, p. 1.

¹⁸⁷ Cf. relatório de 11 de julho de 1934, FO 371/18886, PRO.

6 “CONTRA O PODER”: OS ANOS DA CONSPIRAÇÃO (1934-1945)

A expulsão de Preto e Monsaraz para Espanha marcou a passagem do N/S à oposição declarada ao Salazarismo. Uma oposição que importa analisar nos seus traços essenciais, não só por ela ser em grande parte desconhecida, como ainda pelas diferenças que ela comportou perante outros casos (e foram muitos) de tensão entre movimentos fascistas e poderes autoritários em consolidação.

A oposição do N/S ao Salazarismo é, no geral, apenas referida (e terminada) a propósito da tentativa golpista de 10 de setembro de 1935. No entanto, em termos de continuidade organizativa, é possível detectar a sua actividade até à viragem da Segunda Guerra Mundial.¹

A segunda metade dos anos 30 assistiu à consolidação do Salazarismo. Parte da direita radical e do fascismo português integraram-se então no novo regime, e o que restou sofreu a repressão policial e a censura. Esta integração “recalcitrante” passou por várias tentativas

¹ O afinar dos mecanismos de informação e repressão política do Salazarismo, a partir de 1933, oferece à investigação uma massa informativa sem precedentes, se comparada, por exemplo, com a existente sobre o período da Ditadura Militar. Por questões de economia de narrativa e análise, este capítulo será bastante sintético, evitando a gigantização artificial que a informação requeria. No entanto, porque a “história” desta oposição ao Salazarismo é praticamente desconhecida, dar-se-á algum desenvolvimento descritivo à sua acção política.

golpistas e por uma rejeição de qualquer veleidade fascizante por parte de Salazar, até ao desencadear da Guerra Civil da Espanha.

A partir de 1934, o N/S, enquanto movimento político, tornou-se uma variável cada vez mais dependente das tensões entre os militares e o novo poder autoritário de que eles foram a base. Esgotadas as capacidades de utilização política do “tenentismo” herdado do golpe de 1926, o regime quebrou rapidamente a espinha às suas reivindicações. Algumas variáveis internacionais, como a situação periférica de Portugal e a neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial, deixando-o fora do campo estratégico da Alemanha nazi e da Itália fascista, também resolveu mais rapidamente uma tensão que, em outros países, perdurou e atravessou a Europa ocupada ou aliada do Eixo.

6.1 A ORGANIZAÇÃO CLANDESTINA

A vida política “clandestina” do N/S pode ser dividida em duas fases: a primeira, entre 1934 e 1936, caracterizada por uma tentativa de resistência organizada e de derrube do Salazarismo, e uma segunda, entre 1936 e o final da Segunda Guerra Mundial, representando a mera e incipiente sobrevivência de uma rede de “amigos políticos” de Rolão Preto, com uma formalização partidária mínima.

O critério utilizado para esta periodização remete para a tipologia dos partidos políticos em situação de ilegalidade. Até 1936, uma chefia, uma organização e um núcleo de militantes disciplinaram e formataram uma dada acção política. A partir do rescaldo do golpe de 1935 e, sobretudo, do início da Guerra Civil da Espanha, a organização N/S pulverizou-se, sofreu deserções importantes ao nível da sua direcção, sobrevivendo-lhe uma rede “nebulosa” bem mais flexível e permeável a outros sectores da oposição, que a Segunda Guerra Mundial e a propaganda do Eixo vieram como que “congelar” *pre mortem*. Porque se trata de um universo de resistência clandestina pouco conhecido e

com uma durabilidade assinalável, importa traçar rapidamente o seu perfil e a sua dimensão.

O objectivo dos dirigentes que pretenderam reorganizar o N/S após a expulsão de Preto era a resistência antissalazarista em moldes clandestinos, mantendo tanto quanto possível as bases legais de propaganda e organização, nomeadamente através da imprensa e das suas sedes. Em finais de 1934, Monsaraz escrevia da Espanha a António Pedro e relatava que o movimento estava a “reformular-se em novas bases, mais sólidas e apropriadas para uma resistência que tem que ser longa, mas tem que durar até que a onda passe”.² O esqueleto organizativo com que o N/S pretendeu resistir ao Salazarismo estava já no fundamental criado pouco antes do exílio dos dois chefes. Manteve-se o Commissariado de Organização (COMORG), encarregado do controlo e ligação com os commissariados distritais, que funcionava em Leiria (em conjunto com o órgão central, *União Nacional*, agora severamente limitado pela censura) dirigido pelo tenente Virgulino, mas a direcção política clandestina seria assegurada pela Junta de Acção Nacional Sindicalista (JANS).

Paralelamente ao órgão central, novos jornais foram criados, estreitamente associados ao movimento. Logo em 1934, o *Fradique*, semanário cultural publicado em Lisboa, reproduzia as posições do grupo, onde Rolão Preto escrevia sob pseudónimo.³ Um ano mais tarde o sector estudantil do N/S tentou reeditar o *Revolução*, agora com o nome de *Revelação*, mas, após uma suspensão ordenada pela censura e uma busca policial, este desapareceria rapidamente.⁴ Na província, a maioria da imprensa N/S desapareceu ou mudou de filiação com a

² Cf. carta de Alberto Monsaraz a António Pedro, 17-12-1934, Espólio António Pedro, BNL.

³ Este semanário de vida breve teve como chefe de redacção Dutra Faria. Campos e Sousa, da JANS, era administrador.

⁴ Foram autores da experiência os jovens N/S Ramiro Valadão e os irmãos Calvet de Magalhães. Colaboraram nele António Pedro, Dutra Faria, Barradas D’Oliveira, Garcia Domingues e José Campos e Sousa.

cisão, mas cerca de cinco jornais regionais continuaram associados ao movimento, até aos anos 40.⁵

A JANS ficou constituída por um reduzido número do núcleo fundador: Pereira de Matos, António Tinoco, José Campos e Sousa, associados a alguns “resistentes” do “soviete” de Lisboa, que já eram *de facto* os impulsionadores de uma linha de clara confrontação com o “Estado Novo”.⁶ Alberto Monsaraz, uma vez regressado a Portugal, não ocupou o seu velho lugar de secretário-geral, mas continuou a desempenhar um papel importante, pelo menos até 1936.⁷

Quanto aos organismos locais, nesta nova fase da organização, mantiveram-se “núcleos duros” em algumas capitais de distrito e de concelho na província.⁸ De entre os Comissariados Distritais, o mais activo continuou a ser o do Porto, que sofreu sucessivas investidas da polícia. Braga, Leiria, Coimbra, Viseu, Vila Real e Viana do Castelo reduziram significativamente o seu número de militantes, mas continuavam a possuir núcleos organizados. Não existem dados sobre a actividade da maioria destes núcleos, mas em distritos para os quais se possuem relatórios detalhados, como o de Vila Real, por exemplo, é com alguma surpresa que se constata a sua permanência organizativa para além de 1934, dispondo de uma malha concelhia bastante apertada.⁹

Várias expressões de uma vida política interna continuaram a desenrolar-se nesta fase. Mantinha-se a cobrança de cotas, distribuía-se cartões de identificação, emitiram-se selos com a efígie de Rolão Preto,

⁵ Desapareceram sobretudo aqueles que nasceram associados ao N/S ou à Liga 28 de Maio, como o *Nacional Sindicalista*, de Faro, *O Manuelinho D’Évora*, o *Alcácer*, *O Nacionalista*, de Lamego, o *Ordem Nova*, da Anadia, e alguns outros.

⁶ Cf. entrevista com Barradas D’Oliveira, 17-7-1984.

⁷ Cf. carta de Alberto de Monsaraz a Rolão Preto, 15-12-1936, ARP.

⁸ A militância de alguns núcleos do Norte, que se mantiveram fiéis a Rolão Preto até aos anos 40, mereceria um estudo mais detalhado.

⁹ Cf. os relatórios do Governador Civil do Distrito referentes aos anos de 1934 e 1935, Assis Gonçalves, *op. cit.*

e distribuía-se circulares e “Ordens de Serviço” que iam informando os filiados das posições políticas do movimento. A progressiva grupuscularização conduzia também ao reforço do culto a Rolão Preto nos rituais internos e data também da fase clandestina uma proposta de hino, versão adaptada do velho hino da Maria da Fonte. Ainda que nunca adoptado oficialmente, o hino glorificava Preto como chefe de uma insurreição popular contra Salazar: “Viva Viva Rolão Preto/Que há-de Salvar a Nação/Das Garras do Usurário/E dar-lhe justiça e Pão. Nesta luta tão renhida/ entre o Estado e a Nação/A vitória há-de ser desta/ Comandada por Rolão”.¹⁰

Quanto aos aderentes, a sua importância diminuiu bastante após a ilegalização. Tendo em vista a base de recrutamento do N/S, o número de filiados diminuiu radicalmente em 1934. No entanto, crenes ainda em uma mobilização mínima que fornecesse um “apoio de massas” às manobras conspiratórias em preparação, o COMORG e os comissariados distritais e concelhios mantiveram uma rede de aderentes que surpreende, por excesso, as expectativas. Os novos recrutamentos referiam-se fundamentalmente a “quadros”, e alguns estudantes e intelectuais aderiram ao grupo de Rolão Preto já na fase clandestina, na esteira do pequeno grupo do *Revelação*.¹¹

Em janeiro de 1936, o N/S contava ainda, segundo um relatório interno, com 1.541 aderentes. Trata-se de um número que não deveria pecar por exagero até por que ele foi apontado por um dirigente do COMORG, justamente com o objectivo de provar o extremo isolamento

¹⁰ Cf. Proc. 1771/SPS, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

¹¹ Caso já citado de Mello e Castro, futuro obreiro da reforma marcelista do partido único, seria um deles. Este seria presidente da Associação Académica de Coimbra e membro do grupo de Preto na fase clandestina. Cf. Proc. 921-SS, Arqu. da PIDE/DGS, ANTI. Em 1949, após a sua adesão ao “Estado Novo”, Mello e Castro escreveria a Preto estranhando vê-lo ao lado da oposição democrática e não ao lado de Salazar que evitou que “o meu ilustre amigo e os que o seguíamos fôssemos para um fascismo intolerante e belicoso para o qual o N/S caminhava a passos largos, não obstante os justos propósitos “socialistas” que também nos animavam”. Cf. carta de José Guilherme Mello e Castro a Rolão Preto, 15-2-1949, ARP.

a que estava confinado o movimento, e servir de pretexto para a sua demissão.¹² A sua distribuição por distritos reflectia com alguma coerência as zonas onde o movimento tinha conseguido maior penetração na fase legal, e os números apenas se limitaram a diminuir.

Lisboa, Porto e Braga continuaram a constituir os núcleos de maior implantação. No distrito de Vila Real, os relatórios do governador civil confirmaram também a credibilidade do relatório do COMORG. A maioria destes filiados (75% segundo a circular do responsável pela cobrança das cotas) eram “humildes trabalhadores do campo e operários que esperavam de nós pão e justiça” e, segundo o mesmo dirigente, “seguem ligados a nós como a outra coisa qualquer”.¹³ Muitos deles tinham-se, entretanto, filiado em outras organizações do regime e, pelo menos em alguns distritos, nos “Sindicatos Nacionais”.¹⁴

O Secretariado Militar continuou a desempenhar um papel fundamental até 1935, e o seu número pouco diminuiu. Mas as alianças tácticas com outros elementos da oposição acirraram as divergências no seu interior, no rescaldo do golpe. Vários N/S militares começaram, entretanto, sofrer processos disciplinares e transferências punitivas, com óbvias intenções de desarticulação.

Considerados agora “inimigos”, os N/S eram vítimas regulares de prisões.¹⁵ Para além daquelas associadas à repressão a tentativas

¹² Cf. circular numerada do tenente Marino Sanches Ferreira aos Comissariados Distritais, setembro de 1936, ARP.

¹³ *Idem.*

¹⁴ Para além dos referidos no capítulo II, outras fontes indiciam este movimento. No distrito de Vila Real, para o qual existe informação mais precisa, o núcleo N/S era dirigido por elementos ligados aos “Sindicatos Nacionais” e ao aparelho corporativo, Cf. Assis Gonçalves, *op. cit.*, p. 155-156. O relatório do Comissário do Tesouro referia ainda que “são inúmeros os N/S que se filiaram na UN”.

¹⁵ À medida que o autor prosseguia a investigação sobre a “fase clandestina” do N/S, foram-se avolumando as desconfianças já pressentidas sobre algumas listas sobre presos políticos produzidas após o 25 de abril de 1974. A Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista publicou uma série de livros sobre presos políticos sob o Salazarismo. Foi com surpresa que o autor constatou que as prisões e deportações que atrás foram descritas e à frente se continuarão a descrever não estavam registradas. Só a consulta do Arquivo da

golpistas, o seu aparelho sofria investidas da polícia e das autoridades administrativas sempre que distribuía comunicados ou intervinham na vida política local.

Em agosto de 1935, alguns dirigentes concelhios do Norte foram presos por “agitação contra o Estado Novo”.¹⁶ Alguns meses depois, foi presa quase a totalidade do Comissariado Distrital do Porto, na sequência da distribuição de um manifesto sobre o 10 de setembro de 1935.¹⁷ A prisão esporádica de N/S continuaria, por motivos diversos, sob denúncia das autoridades administrativas locais afectas à UN. Em outubro de 1936, um dirigente N/S do concelho de Tarouca foi preso por alguns meses.¹⁸ Seguidos de perto pela polícia, mesmo alguns actos individuais e esporádicos de dirigentes ou ex-dirigentes eram de imediato reprimidos, António Pedro, por exemplo, passaria uma semana preso por ter “insultado” Salazar em um jantar comemorativo do 1º de dezembro, em 1936.¹⁹ A grande maioria dos dirigentes voltaria à prisão em abril de 1938, no âmbito da repressão à tentativa golpista associada a Paiva Couceiro, onde passariam dois meses, sendo ilibados e libertados em finais de maio.²⁰

Os fascistas, como aliás os elementos da oposição republicana liberal, sofreram uma repressão preventiva e bastante mais ligeira do que a que se abatia sobre os comunistas e anarcossindicalistas. Nenhum conheceu o famoso campo de concentração do Tarrafal, em Cabo

PIDE permitiu a reconstituição das prisões de N/S. Cf. os volumes que dizem respeito ao período em análise, *Presos Políticos no Regime Fascista, Vol. I (1932-1935)* (Lisboa: 1981) e *Vol. II (1936-1939)* (Lisboa: 1982).

¹⁶ Entre eles o delegado de Vilaverde, António Ribeiro Guimarães, que estaria meses meses preso até ser despronunciado pelo TME. Cf. Proc. 1726/35, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

¹⁷ Seriam libertados dois meses depois, em maio de 1936. Cf. Proc. 291/36, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

¹⁸ Cf. Proc. 1472/36, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

¹⁹ Este teria criticado Salazar, a quem chamou “Lázaro”, e reafirmou não se “curvar perante um regime com o qual não concorda”. Quando foi preso, António Pedro estava já em processo de afastamento da organização. Cf. Proc. Cr. 1794/36, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

²⁰ Cf. Proc. 203/38, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

Verde, para onde o governo enviou a extrema-esquerda comunista e anarcossindicalista, ou prisões maiores significativas.

6.2 UMA OPOSIÇÃO FASCISTA? O N/S CLAMANDO POR LIBERDADE

Na primeira tomada de posição política após a prisão e expulsão dos chefes N/S, a Junta de Acção iniciou a defesa aberta do derrube de Salazar. A linha de continuidade mais evidente continuou a ser a defesa do “espírito do 28 de Maio” e dos seus militares que viram “o seu esforço redentor vilipendiado e esquecido” enquanto os civis “nacionalistas de sempre são perseguidos, presos, maltratados e expatriados”.²¹ O regime era definido como “uma ignominiosa oligarquia de metéques que a Censura protege e Salazar sustenta”. A UN, “como o antigo partido democrático, é uma agência de empregos”, etc.²²

“A Revolução Nacional dos Trabalhadores” começou então a sofrer inflexões liberalizantes, que só um exercício teleológico, realizado por muitos ex-dirigentes fascistas, poderia considerar estarem inscritos desde a fundação nos princípios do N/S. Perante a realidade do Salazarismo e utilização de alguns elementos do programa político do Movimento, estes encetaram um processo de revisão que passou, quer por uma ultrapassagem “trabalhista” e “social”, quer pela recuperação da tradição “descentralizadora” e antiestatista do velho IL.

Logo em outubro de 1934, a JANS emitiu um comunicado sobre as eleições legislativas, destinadas a completar a “constitucionalização” do regime com a nomeação dos deputados à Assembleia Nacional. O N/S desafiou “o governo a fazer eleições livres”, pois “ainda que seja contrário em princípio a qualquer forma de representação que não seja

²¹ Cf. Manifesto “Aos portugueses”, assinado “Um grupo de N/S revolucionários”, 24-7-1934, Proc. 164/36, TME.

²² *Idem.*

orgânica, concorda, por agora [...], com certas modalidades de representação política”.²³ Apoiava por isso o restabelecimento da liberdade de imprensa, a amnistia aos presos políticos e o consentimento da propaganda de todas “as correntes que defendem programas políticos e sociais compatíveis com a dignidade da personalidade humana dentro das fronteiras da nação portuguesa”.²⁴ Finda a eleição dos candidatos a deputados do partido governamental, o N/S clamou contra a “farsa eleitoral e contra o “poder discricionário de Salazar” e sublinhou a sua crença em uma “revolução profundíssima, indispensável para a reconquista das liberdades públicas”.²⁵ Esta inflexão era clara no programa mínimo do N/S: amnistia, supressão da censura prévia, “organização funcional da representação nacional”, reorganização do Exército e seu “armamento rápido e eficaz”, colonização das províncias ultramarinas, “favorecendo a emigração da metrópole”, e outras medidas, das quais se destacava a protecção à vida rural e à produção agrícola.²⁶

Em uma das suas primeiras declarações públicas após o seu regresso da Espanha, discursando em um banquete de intelectuais nacionalistas, Preto apresentou, com todas as suas contradições, um novo discurso de oposição ao autoritarismo salazarista.²⁷ Dirigindo-se a elementos das elites culturais, o chefe do N/S continuou à procura de uma “terceira via”, no interior de um magma ideológico agora menos transparente do que as velhas fórmulas de matriz integralista. Este

²³ Cf. comunicado “O Nacional-Sindicalismo em período eleitoral desafia o Governo a fazer eleições livres!”, assinado pela Junta de Acção Nacional Sindicalista, novembro de 1934.

²⁴ *Idem.*

²⁵ Cf. comunicado “Depois da impudente farça eleitoral...”, Junta de Acção Nacional Sindicalista, 24-12-1934, Proc. 1771/SPS, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

²⁶ Cf. Nacional-Sindicalismo, Ano IV. “programa mínimo”, SD, Proc. 1771/SPS, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

²⁷ Cf. Rolão Preto, “*Em Frente!*”. *Discurso pronunciado pelo Dr. Rolão Preto no banquete dos intelectuais nacionalistas* (Castelo Branco: 1942). Alguns extractos foram publicados de imediato no jornal N/S *Revelação*, 4-3-1935. p. 1 e 4.

retomou a sua ruptura do pós-guerra com o nacionalismo saudosista, agora assimilado pelo “Estado Novo”.

Estamos fartos – tenhamos a coragem de proclamá-lo – da ladainha de marasmo e tédio [...] fazendo desfilar a seus olhos cansados as cavalgadas reluzentes, mas hoje inoperantes e inúteis dos heróis famosos da História... Sempre os Gamas, os Albuquerque, os Pachecos... Basta.

A Nação, sublinhava, “está cansada de tanto olhar para trás...”. Por outro lado, Preto recuperou a “liberdade”, defendendo um “personalismo” que combate o “liberalismo” por ele se ter revelado impotente em garantir as liberdades e o comunismo que criou “por seu turno outra tirania: a tirania do Estado”.²⁸

“Herdeiros de um personalismo sempre evidente através de tantos lances da sua vida nacional, fundadores de civilização e apóstolos do mundo da Revolução Cristã, para os Portugueses ‘Chefe’ tem um sinónimo apenas: *Procurador do Povo*.” Esta “liberdade” é “Municipalista, Regionalista, Sindicalista [...] aspectos que o liberalismo combateu [...] e que constituem a armadura forte e invencível do Homem contra as prepotências do Estado e os abusos de mando dos outros homens”.²⁹

O seu tema preferido continuou a ser o da “juventude” e o da crítica “aos que mostram todos os dias a sua pobre alma de reaccionários, de conformistas, de conservadores inconfessos”: “A época viril da Nacionalidade coincide com a idade moça nos comandos”. A juventude, como elite revolucionária, preenchia ainda o fundamental do seu projecto de “ruptura” que definia como sendo “nem contra as direitas nem contra as esquerdas. Pela Nação, contra a Antinacção”.³⁰

²⁸ Cf. Rolão Preto, *op. cit.*, p. 2.

²⁹ *Idem*, p. 3.

³⁰ *Idem*, p. 7.

A síntese da evolução das posições políticas de Preto e do N/S estará contida no seu livro *Justiça!*, terminado em maio de 1936 e rapidamente apreendido, todo ele crítico do Salazarismo.³¹ Rolão Preto verificava que

Homem, Nação, Família, Sindicato, Corporação – todas as fórmulas a que o espírito revolucionário dá uma interpretação renovadora e forte – não tardam em perder, ao contacto do condicionalismo contra-revolucionário, todo o seu sentido e toda a sua fecundidade.³²

Mas a sua crença continua a ser a do funcionamento dos pressupostos corporativos do seu projecto político. Um corporativismo que limite “o poder pelas liberdades regionais e sindicais”, que seja uma “representação funcional, e sancionada pelo sufrágio popular organicamente expresso”.³³ Acredita também em uma chefia carismática, mas que seja “o procurador do povo”, “alma com devoções de apóstolo” e não “de temperamento burocrata”.³⁴ Acentua a sua crítica ao capitalismo, estando cada vez mais presente no seu discurso uma componente de “socialismo nacional”, que foi determinante na deriva fascista de vários socialistas nessa época.

Continuou também a elogiar os militares que “são ainda quem melhor percentagem conserva de virtudes cívicas: disciplina, espírito de sacrifício, heroísmo”.³⁵ Na propaganda clandestina do N/S, as Forças Armadas continuaram a ter um lugar central. Aquando das eleições de 1934, os manifestos do N/S já alertavam contra o objectivo de Salazar ocupar também a pasta da Guerra e daí melhor controlar os elementos irrequietos do exército, procedendo ao “quebrar da espinha” das Forças Armadas. “Com o servil instrumento” da UN em S. Bento – escreviam

³¹ Cf. Rolão Preto, *Justiça!* (Lisboa: 1936).

³² *Idem*, p. 32.

³³ *Idem*, p. 94-95.

³⁴ *Idem*, p. 190.

³⁵ Cf. Rolão Preto, *op. cit.*, p. 19.

– “o Dr. Salazar tentará agora abalançar-se – custe o que custar – à conquista do último reduto de mando que é a pasta da Guerra, para fazer, enfim, do Exército, que não o tolera nem procura ocultar-lho, o órgão supremo do seu despotismo pessoal”.³⁶

6.2.1 A AGITAÇÃO GOLPISTA

O padrão da acção política conspiratória do N/S não sofreu grandes alterações com a expulsão de Rolão Preto. Apenas se limitou a agravar a já reduzida margem de autonomia perante as movimentações militares. A partir de 1934, com a repressão a qualquer manifestação legal e a desarticulação da sua capacidade de mobilização de massas, o N/S transformou-se em uma variável dependente dos conflitos entre diversos sectores da Forças Armadas e o novo poder de Salazar.

O próprio peso do Secretariado Militar nas conspirações sofreu algumas deserções, pois a inflexão “com todos – contra Salazar”, o que na prática queria dizer o contacto com militares republicanos exilados, não agradou a vários jovens oficiais, diminuindo o número de participantes no golpe de 1935. Não vale a pena descrever em detalhe as diversas conspirações da fase clandestina (pois qualquer que seja o seu pretexto imediato, a sua maioria correspondia a tensões entre os militares e o poder político autoritário e remetiam para problemas corporativos da instituição militar, desempenhando Carmona o papel de charneira), referindo-se apenas aquelas que contaram com uma participação activa do N/S.

Logo em outubro de 1934, o SM movimentou-se em consonância com outros sectores militares. Carmona recebeu o general Vicente de Freitas, destituído por Salazar alguns anos antes, que lhe apresentou diversas reivindicações e lhe manifestou o apoio à sua recandidatura, o que foi visto como uma provocação ao Presidente do Conselho. A polícia política, que vigiava de perto os passos dos militares do SM,

³⁶ Cf. comunicado “Depois da impudente farça eleitoral...”, *op. cit.*

aconselhou um movimento generalizado de transferências de unidade, o que efectivamente desarticulou a movimentação. Alguns dias depois, perante uma situação em que os chefes militares se declaravam impotentes perante o risco de “saírem dos quartéis algumas unidades do exército ou da GNR e de combaterem entre si”, Salazar conseguiu de Carmona a demissão do ministro da Guerra.³⁷

No exílio, Monsaraz escreveria a outro dirigente sobre esta movimentação e a sua neutralização através da transferência “dos oficiais nacionalistas”:

o Lázaro [nome pelo qual Salazar começaria a ser conhecido na correspondência interna] lá se vai aguentando [...] em 1 de outubro esteve perdido. Salvaram-no a Revolução Espanhola e as suas labaredas comunistas que à última hora amedrontaram as nossas tropas, desgraçadamente mais conservadoras do que revolucionárias.³⁸

Regressado do exílio em janeiro de 1935, Preto retomou o controlo da organização e visitou os núcleos de província ainda em funcionamento. Em fevereiro foi recebido no Porto com uma manifestação na estação de S. Bento e fez o seu primeiro discurso público no já referido banquete dos intelectuais nacionalistas, realizado no parque Eduardo VII.³⁹ O tom do seu discurso, como se viu, não foi de “pacificação” com o regime.

Os seus passos continuaram severamente limitados pela polícia e pelas autoridades administrativas locais. Qualquer manifestação de hesitação por parte destas era severamente punida.⁴⁰ Ao pretender celebrar o 1º de Maio em Vila Real com sindicalistas corporativos

³⁷ Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, Vol. II, p. 285.

³⁸ Cf. carta de Alberto Monsaraz a António Pedro, 17-12-1934, Espólio António Pedro, BNL.

³⁹ Cf. Boletim nº 152 dos serviços de censura da Lisboa, 4 a 10-3-1935, Maço 466 – Caixa 14. AGMI/ANTT.

⁴⁰ Por ter participado em um almoço de “aniversário” com Rolão Preto, por exemplo, o administrador do concelho da Mealhada foi de imediato demitido. Cf. relatório do Governador Civil de Aveiro para o Ministro do Interior, 14-9-1935, Maço 451, AGMI/ANTT.

afectos ao N/S, o governador civil apenas o autorizou a “ver os seus amigos”.⁴¹ A imprensa conservadora acusou-o então de “estar a fazer uma campanha insurreccional através do país”. Preto desmentiu sistematicamente qualquer envolvimento com “conspirações” de outro quadrante político, mas confirmou ser o seu “programa de nacionalismo revolucionário” compatível com as “liberdades públicas e a dignidade da pessoa humana como base da política nacional”.⁴²

A nível interno, no entanto, seria o próprio Preto a enviar instruções para a orientação do órgão central do N/S, segundo as quais este, ao mesmo tempo em que deveria “desconhecer por completo o Estado Novo Corporativo e tudo o que a ele [...] diga respeito”, suprimia “até nova ordem o combate às correntes políticas ditas de esquerda, aos seus homens e organizações”.⁴³

6.2.2 O GOLPE DE SETEMBRO DE 1935

A 10 de setembro de 1935, com a participação activa de Rolão Preto, os N/S coligados com outros sectores da oposição e com trânsfugas do 28 de maio, pontuando aqui o grupo de Ribeiro de Carvalho, também exilado em Espanha, tentaram derrubar Salazar. Ao contrário de conspirações anteriores em que os N/S foram uma componente das manobras de militares, desta vez a própria chefia esboçou e negociou o programa político. A participação N/S dominou a tentativa golpista, e a sua derrota anunciada marcou o fim de um movimento fascista organizado em Portugal.

O golpe deveria ter sido desencadeado duas semanas antes, a 26 de agosto, mas a prisão preventiva de alguns bloqueou o desencadeamento

⁴¹ Cf. relatório *in* Assis Gonçalves, *op. cit.*, p. 155-156.

⁴² Cf. Nacional-Sindicalismo, “Cópia da carta que o chefe Dr. Rolão Preto dirigiu aos jornais *Diário de Notícias* e *A Voz* [...]”. Proc. cr. 1771/SPS, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

⁴³ Cf. *Modus Vivendi* do semanário *União Nacional*, Março de 1935. Reproduzido *in* circular de Marino Sanches Ferreira. *op. cit.*, ARP.

da acção. A ideia inicial, como relataria Rolão Preto mais tarde, era “fazer uma manifestação na Batalha” e acompanhar o golpe com uma “Marcha sobre Lisboa”.⁴⁴ A mobilização foi rapidamente abandonada pois a polícia antecipou-se, prendendo alguns elementos de ligação. Apesar da prevenção policial, os conspiradores resolveram avançar alguns dias depois com o resto do plano.

A sua origem imediata é de difícil reconstituição, mas, ao contrário do que Rolão Preto afirmaria mais tarde, em cartas à organização, e em consonância com as inflexões programáticas das publicações clandestinas da Junta de Acção, este entrou em conversações com elementos da “oposição reviralista”.⁴⁵ Segundo o testemunho de Vasco da Gama Fernandes, foi ele o elemento de ligação com o grupo de Ribeiro de Carvalho e um dos documentos programáticos que serviram de base à preparação do golpe seria elaborado por Cunha Leal, outro inimigo político de Preto.⁴⁶ As bases programáticas estabelecidas asseguravam que “o regime republicano era aceite pelas hostes de Preto, que se comprometiam a respeitá-lo, e haveria um período de preparação da nova ordem constitucional, a abolição da censura, amnistia”, etc.⁴⁷ Pode ser, no entanto, que Cunha Leal se viesse a distanciar, pois não se encontraram referências posteriores à sua colaboração no golpe. O que parece seguro é a convivência de Ribeiro de Carvalho e do seu grupo de “amigos políticos”.

⁴⁴ Cf. depoimento de Rolão Preto in João Medina, *op. cit.*, p. 164. Será que Rolão Preto confundia os preparativos do golpe de 1935 com o de 1934? Esteve de facto prevista a realização, no verão de 1934, de uma manifestação na Batalha com a participação de militares. Cf. Capítulo II.

⁴⁵ Como Preto declararia mais tarde, já após 1945, ele encontrou-se em Valência de Alcântara (Espanha) com Ribeiro de Carvalho durante o seu exílio de 1934. Cf. a entrevista de Preto in *Vida Mundial*, 26-7-1947, p. 7. Sobre os “reviralistas” envolvidos, cf. Luís Farinha, *O Reviramento. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940* (Lisboa: 1998).

⁴⁶ Cf. entrevista com Vasco da Gama Fernandes, 5-2-1986.

⁴⁷ Cf. entrevista com Vasco da Gama Fernandes, *Depoimento Inacabado. Memórias* (Lisboa: 1975), p. 55.

A história do golpe conta-se rapidamente. Alguns oficiais nacional-sindicalistas deveriam desencadear a operação a partir de algumas guarnições de Lisboa e de província, e o comandante Mendes Norton, responsável pelo golpe na Armada, deveria tomar conta do navio de guerra Bartolomeu Dias, fundeado no Tejo.

A base de operações em terra seria o quartel da Penha de França, em Lisboa, onde o tenente Soares de Albergaria, do Secretariado Militar N/S, era oficial de dia.⁴⁸ Em Cascais, Rolão Preto, o capitão Corujeira de Carvalho, dirigente do Secretariado Militar, e o Secretário Sul do N/S, Alçada Padez, esperavam o desencadear do golpe para ir entregar ao Presidente da República um ultimato para a demissão de Salazar.⁴⁹ Outros militares N/S, como o cunhado de Rolão Preto, capitão João dos Santos Marques, já comprometido nas movimentações de outubro de 1934, também participaram. Alguns piquetes civis N/S chefiados por um dirigente regional asseguravam as ligações.⁵⁰ O capitão Jaime Batista, foragido de anteriores conspirações deveria dirigir um grupo a partir da Praça do Chile. Vários sargentos e oficiais republicanos colaboraram também no golpe, afectos ao grupo de Ribeiro de Carvalho, que se deslocara clandestinamente a Portugal, tal como Batista, a partir do seu exílio espanhol.⁵¹

Os vários relatos da conspiração não permitem aferir com segurança a composição do poder a sair do golpe. Mas a aliança expressa no programa atrás descrito apontava para um governo de coligação entre N/S, designados como “os Rolões”, e militares e civis republicanos. A participação política dominante era, no entanto, N/S e monárquica.

⁴⁸ O coronel Valente, o mais graduado dos oficiais presos, dirigia o golpe a partir da mesma unidade. Desconhecemos se é o mesmo que é identificado como N/S por Assis Gonçalves, *op. cit.*, p. 98.

⁴⁹ Cf. Proc. 177/35, Tribunal Militar Especial.

⁵⁰ Joaquim Cerqueira de Vasconcelos.

⁵¹ Cf. Proc. 1646/SPS, Arqu. PIOE/DGS, ANTT.

Segundo relatório para Londres da Embaixada britânica, Rolão seria o novo chefe do Governo, Mendes Norton, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Marinha, o tenente-coronel Manuel Valente seria ministro da Guerra, e o N/S Alçada Padez seria nomeado para a pasta da Justiça.⁵²

A polícia vigiava atentamente os militares N/S e informava que estes já estavam comprometidos na “intentona revolucionária que esteve para eclodir em outubro de 1934”, sendo os seus passos estreitamente controlados.⁵³ Presa à maioria dos conspiradores no quartel da Penha de França, Mendes Norton não desencadeou a tomada do navio, sendo aprisionado por outro oficial.⁵⁴ Avisado, Rolão Preto refugiou-se nos arredores de Leiria, fugindo depois para Espanha. Alçada Padez foi preso de imediato e António Tinoco, outro activo dirigente da JANS, seria apanhado, clandestino, no Norte, dois meses depois.⁵⁵ Ambos seriam deportados com alguns dos restantes conspiradores, para os Açores, onde ficaram presos.⁵⁶ A polícia prendeu cerca de 40 implicados, entre os quais cerca de oito militares que foram enviados a tribunal. Jaime Batista conseguiu escapar, assim como cinco civis, entre os quais se contava o chefe do N/S. Alguns civis participantes como Vasco da Gama Fernandes, agente de ligação entre os fascistas e o grupo republicano, não serão descobertos.⁵⁷

⁵² Ainda segundo a Embaixada inglesa. João de Almeida, convidado a participar, teria denunciado o golpe. Cf. nota de 25 de setembro de 1935, FO 371/19725, PRO.

⁵³ Cf. Proc. 1646/SPS, Arqu. PIDE/DGS, ANTT. Esta composição não se afastava muito da referida pela imprensa. Cf. *Diário de Notícias*. 13-9-1935, p. 2.

⁵⁴ Segundo Barradas D'Oliveira, Mendes Norton era um monárquico próximo do Nacional-Sindicalismo. Cf. entrevista com Barradas D'Oliveira, 17-7-1984.

⁵⁵ Tinoco seria preso com Sebastião Caires Fernandes, outro conspirador que participaria na tentativa de 1938. Cf. Cadastro nº 5760, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

⁵⁶ Ambos regressarão da fortaleza de São João Baptista, na sequência de uma amnistia, em junho de 1936.

⁵⁷ Cf. Vasco da Gama Fernandes, *op. cit.*, p. 55.

A origem política dos incriminados no golpe era heterogénea, mas o elemento militar e civil politicamente mais importante era o N/S.⁵⁸ Entre os presos, segundo o relatório da polícia política, contar-se-iam ainda elementos republicanos, socialistas e, recobrando provavelmente as duas categorias, da Maçonaria.⁵⁹

As progressivas alianças táticas com os republicanos por parte de Preto e da Junta de Acção levaram alguns militares N/S a não participarem no golpe e foram mais um factor de turbulência interna, que Preto tentará estabilizar negando internamente a existência de compromissos. Alguns oficiais N/S como Mário Pessoa não participaram por desconfiança perante a aliança com o “revirvalho”.

Já antes de 10 de setembro, Preto tinha enviado uma circular interna reafirmando que o “movimento N/S não tem qualquer aliança política”.⁶⁰ Mas perante o falhanço do golpe, com a manifestação pública de N/S prevista para finais de agosto, e a natureza do compromisso putchista de 10 de setembro, que as notas officiosas governamentais, denunciando a participação de N/S, se esforçavam por sublinhar, os comissariados distritais viram-se na obrigação de desmentir qualquer aliança com “internacionalistas” e “revirvalhistas”.⁶¹ “O facto de um ou mais elementos N/S terem sido presos – afirmava-se em circular interna – não pode acorrentar todo o Movimento.” Pedia-se confiança em torno do chefe, que aparecerá “no momento oportuno” e, perante os ataques da

⁵⁸ Entre os presos N/S contaram-se, para além dos já identificados, Manuel Caipira, considerado o “financiador”, José Carlos Abelha, apenas simpatizante porque “intransigentemente monárquico” e João Gago da Câmara. Cf. Proc. 1646/SPS, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

⁵⁹ Piteira Santos identificou, para além dos referidos, Pedro Bogarim, José Batista Machado Junior, Joaquim Meira e Sousa, e outros. A deportação de N/S ocasionou, a criação de um comité de apoio aos presos na Faculdade de Direito de Lisboa, com a participação de estudantes comunistas e republicanos (F. Piteira Santos e Alvaro Salema) N/S (Dutra Faria, Ramiro Valadão, Franz Langhan). Cf. entrevista com Fernando Piteira Santos, 22-12-1984.

⁶⁰ Cf. Proc. cr. 1771/SPS. Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

⁶¹ Cf. Nacional-Sindicalismo. Circular secreta do Comissariado Municipal do Porto, 16-9-1935, Proc. cr. 1771/SPS. Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

imprensa governamental, as circulares respondiam com referências a Hitler e a Mussolini a quem “nas vésperas da vitória chamavam ‘pintor de tabuletas’ e ‘actor’”.⁶²

Nos dias seguintes, Salazar reuniu com o chefe da polícia política e enviou uma primeira nota oficiosa para os jornais. O Conselho de Ministros demitiu imediatamente da função pública os militares e civis envolvidos. A imprensa conservadora afectada ao regime não se coibiu de desenvolver o tema da “estranha aliança” entre as oposições de direita e de esquerda ao Salazarismo e falou de divergências de última hora entre o N/S, visto que “Rolão Preto exigia a chefia” e os militares republicanos preferiam “uma alta figura militar de reconhecido prestígio”.⁶³ Mas foi da imprensa católica que veio a crítica mais forte: “Abundam por aí os Hitleres e os Mussolinis improvisados, embora a força política de que estes dispõem nos seus países seja mais alguma coisa do que a arrogância teatral a que fica reduzida na cópia dos seus fanáticos admiradores”.⁶⁴

Salazar aproveitou a ocasião para responder com violência a um derivado estreitamente associado a este núcleo de oficiais à sua direita e, nesse mesmo mês, expulsou o velho Paiva Couceiro para Espanha, na sequência de uma carta da sua autoria ao oficial Mário Pessoa sobre o Império Colonial, profusamente distribuída nos quartéis, e onde este tecia duras críticas ao regime. Couceiro era um “herói” das campanhas militares de ocupação em África e o chefe das mais importantes tentativas de restauração da monarquia. Em 1911 e 1912, chefiou as incursões monárquicas a partir da Espanha, em que Preto participou, e foi, em 1918, a figura decisiva da efémera “Monarquia do Norte”, sendo por isso um respeitado “barão” dos monárquicos conservadores. Na sua

⁶² *Idem.*

⁶³ Cf. *Diário de Notícias*, 13-9-1935, p. 2.

⁶⁴ Cf. *Novidades*, 23-9-1935. citado in Manuel Braga da Cruz, “As elites “. *op. cit.*

carta, Couceiro acusava Salazar de enfraquecer as Forças Armadas e a sua presença nas colónias, fragilizando a posição portuguesa perante eventuais ameaças internacionais à soberania portuguesa em Angola e Moçambique, o tema mais sensível da política externa portuguesa desde finais do século XIX.⁶⁵

Poucos dias depois, em uma extensa nota oficiosa de conteúdo altamente ideológico, Salazar sentia-se já com suficiente confiança para fazer a história das suas divergências com este grupo irrequieto de militares e civis, reconhecendo que por trás dos “assaltantes da Penha de França está um certo número de oficiais [...], que tomaram sobre si nada menos que a representação do verdadeiro pensamento do 28 de Maio”.⁶⁶ Na sua linguagem peculiar, definiu as divergências entre o seu regime e este grupo, aproveitando para declarar que “os embaraços resultantes de andarem também nas conjuras revolucionárias indivíduos que se dizem amigos da situação deixaram de existir, porque todos os conspiradores os consideramos por princípio inimigos da Revolução Nacional”. Os temas, já recorrentes em discursos anteriores, eram agora cristalizados em três questões: o conflito “entre a força e a violência”; “entre a política e a administração” e o da “constitucionalização da Revolução Nacional”.

Voltou a sublinhar, sobre o primeiro ponto, o seu repúdio pela “violência no Governo [...] sem limitações da moral e sem definição de certo estado de legalidade”. Sobre o segundo, reafirmou que “a política matou neste país a administração”, pelo que se impunha era melhorar a segunda: “fazer política” – afirmou – “não é governar”.⁶⁷ Quanto à “constitucionalização” do novo regime, encarava-a como a garantia “de frutificarem os princípios fundamentais do sistema”,

⁶⁵ Cf. relatório da Embaixada de Inglaterra de 25 de setembro de 1935, FO 3711/19725, PRO.

⁶⁶ Cf. Oliveira Salazar, *Op. Cit.*, Vol. II (Coimbra: 1945). p. 69.

⁶⁷ *Idem*, p. 72.

contra os que “queriam que a Ditadura continuasse um pouco oscilante e incerta”.⁶⁸

Ao mesmo tempo em que preparava toda uma série de medidas visando a uma reforma das Forças Armadas e a sua submissão ao poder civil, Salazar falava agora mais à vontade da instituição central que suportava a Ditadura. Após os habituais elogios aos militares que derrubaram a República liberal, Salazar afastava-os da esfera política, remetendo-os “para a manutenção da ordem e da defesa da Pátria”. Deles dependia, no entanto, no campo da acção governativa, visto que não tinha “nem nunca quis ter nenhuma milícia ou força armada com que no caso de revolta ou de oposição violenta” o possa apoiar.⁶⁹

No seu estertor enquanto organização fascista autónoma, o N/S agravou a sua dependência dos militares. A JANS respondeu ponto por ponto à nota oficiosa de Salazar em longo comunicado clandestino, tomando a defesa dos presos, entre os quais havia “bons nacionalistas de sempre a quem a situação muito deve”.⁷⁰

A tentativa de fusão entre reivindicações N/S e dos militares era clara. Sobre os conflitos da Ditadura Militar, a Junta descrevia que “a tropa queria que, aproveitando o calor do entusiasmo revolucionário, se modificasse a estrutura do Estado”. Salazar ficou-se por metade e, ainda por cima, fê-lo “a frio”. Os N/S entravam mesmo em considerações técnicas sobre a reforma do Exército, para terminar: “como não há-de o Exército estranhar tão condenável atitude, e receber sempre com reservas a sua candidatura a ministro da Guerra?”.⁷¹

⁶⁸ *Idem*, p. 74.

⁶⁹ *Idem*, p. 78.

⁷⁰ Cf. comunicado “Ex. Sr. Presidente do Ministério”, Junta de Acção Nacional Sindicalista, setembro de 1935, Proc. 1771/SPS, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

⁷¹ *Idem*.

6.2.3 ATRÁS DE PAIVA COUCEIRO E DO QUE VIER

A partir de 1937, no entanto, Salazar estava seguro perante conspirações militares e não hesitaria em prender e expulsar diversos oficiais, sem os receios do início da década. Por outro lado, na minúcia informativa a que tinha acesso, incluía regularmente Preto, o N/S e o sector dissidente monárquico e integralista.⁷² A sua atitude perante novas tentativas golpistas e conspiratórias foi então endurecendo.

Apesar disso, mais algumas conspirações tentaram abalar o “Estado Novo”, mesmo durante o período da Guerra Civil da Espanha, envolvendo uma nebulosa de militares e civis descontentes, com uma componente importante à sua direita. A mais significativa desencadeou-se em 1938 e o mote unificador seria, mais uma vez, o da luta contra o controlo político e administrativo de Salazar sobre as Forças Armadas.

Em finais de outubro de 1937, Paiva Couceiro enviava uma nova carta aberta sobre a questão colonial, desta vez ao próprio Salazar.⁷³ Nela voltava a acusá-lo de fazer perigar a “integridade nacional” com a sua “panaceia universal do equilíbrio do orçamento” e a redução do Exército.⁷⁴ Couceiro foi desta vez imediatamente preso e, da sua cela, diz-lhe que este se “arrisca a cair do Capitólio, qualquer dia”.⁷⁵ Novamente banido do território nacional, agora por dois anos, Couceiro partiu para Espanha onde a policia de Franco o controlava.⁷⁶

⁷² Em 1937 e 1938, sucedem-se as anotações na sua agenda sobre Paiva Couceiro, Rolão Preto e o Nacional-Sindicalismo clandestino.

⁷³ Vide Filipe Ribeiro de Meneses, *Paiva Couceiro. Diário, Correspondência e Escritos Dispersos* (Lisboa: 2011).

⁷⁴ Cf. exemplar da carta in Hipólito Raposo, *Folhas do meu Cadastro*. Vol. II (1926-1952) (Lisboa: 1986), p. 91-100.

⁷⁵ Cf. *idem*, p. 100.

⁷⁶ Alguns integralistas sofreram prisões intimidatórias por o tentarem visitar na prisão, caso de Álvaro dos Reis Torgal. Caetano Beirão, Hipólito Raposo, Afonso Lopes Vieira, Alfredo de Freitas Branco (delegado N/S na Madeira) e outros. Cf. Proc. 3387/SPS. Arqu. PIDE/DGS, ANTT e também Manuel Braga da Cruz (Org.), *Salazar e Alfredo Pimenta. Correspondência*,

Em 1936, após a segunda fuga de Rolão Preto, na sequência do insucesso de 10 de setembro de 1935, este ainda pensou em utilizar Paiva Couceiro como elemento federador, e alguns N/S foram à Espanha convencê-lo a dirigir nova tentativa golpista, sendo presos na fronteira, ao regressarem a Portugal.⁷⁷ Vale a pena reter os nomes dos que conferenciaram com o velho caudilho monárquico, que aliás continuaram a aventura conspiratória: Raul Pereira Caldas, o fundador da Liga 28 de Maio, e Garcia Domingues, fundador do N/S no Algarve e dirigente da fase clandestina. Couceiro aceitou chefiar o golpe se o movimento fosse “nacional” e não exclusivamente N/S.⁷⁸ Vários militares foram contactados, mas a conspiração abortou sem consequências de maior.⁷⁹

Em 1938, no entanto, Rolão Preto proibiu o seu grupo de participar em nova conspiração associada ao segundo exílio de Couceiro, provavelmente por não querer arriscar o compromisso que presidiu ao seu regresso a Portugal, em 1936, em uma aventura na qual não via hipóteses de sucesso. Em carta a um dirigente N/S do Norte, este lamentava “a situação que certos aventureiros criaram ao pobre Couceiro, velho venerando que anda assim a sujeitar o seu nome a vexames de toda a ordem”, reafirmando “que estamos onde ficámos desde a minha declaração do ano passado”.⁸⁰ Os sucessivos apelos de Preto resultaram,

1931-1950 (Lisboa: 2008), p. 53-59.

⁷⁷ Cf. Proc. 5399/SR. Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

⁷⁸ Numa das viagens do Conde de Silves a Espanha, Rolão Preto apresentou-lhe alguns dirigentes da Falange.

⁷⁹ Garcia Domingues e alguns outros presos declarariam mais tarde que esta tentativa conspiratória era “nacional-sindicalista” e que “a política saída dessa revolução seria uma ideologia de Estado, nem monárquica nem republicana, à imagem talvez do regime hitleriano”, mas, dada a natureza da fonte policial, esta merece pouca credibilidade. Cf. Proc. 5399/SR, Arqu. PIDE/DGS, ANTT. Garcia Domingues seria, no entanto, um fervoroso pró-nazi durante a Segunda Guerra Mundial, colaborando com a imprensa subsidiada pela Alemanha Nacional Socialista e escrevendo o livro apologético *O Pensamento Alemão* (Lisboa: 1942).

⁸⁰ Cf. carta de Rolão Preto a Moreira Lopes, 12-3-1938, Proc. 203/38, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

pois parece que o “núcleo duro” dos seus incondicionais se afastou da conspiração ainda que muitos tivessem sido presos no rescaldo. Mas alguns N/S, à revelia ou já desiludidos com o “compromisso” de Preto, participaram na preparação do golpe.⁸¹

Algumas fontes indiciam a participação de três sectores: o de Paiva Couceiro e de Ribeiro de Carvalho, com a eventual colaboração do próprio general Domingos de Oliveira, governador militar de Lisboa. O último tinha apresentado a Salazar algumas reservas às reformas e seria afastado pelo Ditador alguns meses mais tarde.⁸²

Segundo um dos implicados militares, o coronel João Casqueiro, que deveria assinar o manifesto com Paiva Couceiro, a sua motivação era evitar a reorganização do Exército, confirmando a existência de duas tendências políticas no projectado golpe: a “liberal” e a “monárquico-conservadora”.⁸³

A polícia tinha agora bastante mais liberdade na repressão aos militares e, em abril de 1938, desencadeou preventivamente uma vaga de prisões. A estratégia perante os militares envolvidos (como aliás, em movimento retrospectivo, para os civis mais destacados de anteriores movimentos) parece ser, no caso dos oficiais superiores, a expulsão do país.⁸⁴ Quanto aos civis implicados, nomeadamente Raul Pereira

⁸¹ Nomeadamente os que “ficaram mal impressionados” com a sua circular, recomendando a não participação em “movimentos revolucionários”. Garcia Domingues seria o principal N/S envolvido na sua preparação. Cf. Proc. 203/38, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

⁸² Cf. Franco Nogueira, *op. cit.*, Vol. III, p. 142-143.

⁸³ Cf. depoimento do coronel José Joaquim Ramos. O manifesto deveria ser assinado por Paiva Couceiro, coronéis Casqueiro e Alberto Pais. Algumas declarações mostravam a existência de dúvidas em participar, por parte de elementos republicanos, devido à colaboração de oficiais N/S, como o tenente Queiroga. Cf. Proc. 203/38, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

⁸⁴ Segundo os autos policiais, foram expulsos para França e Inglaterra, por estarem directamente associados à componente militar do golpe, os coronéis Silva Casqueiro, Lello Portela (este republicano) e Ferreira Guimarães, o mesmo sucedendo com o brigadeiro João de Almeida, velho amigo das incursões antirrepublicanas de Paiva Couceiro e próximo do N/S. Sebastião Caires Fernandes, já implicado no movimento de setembro de 1935, também foi preso. Cf. *idem*. João de Almeida negou a participação, mas foi na mesma expulso. Tentou instalar-se em Espanha, mas as pressões do governo português levaram o regime franquista

Caldas, estes seriam condenados a penas de dois anos de prisão. Paiva Couceiro, vítima da colaboração policial franquista na zona nacionalista, veria os seus passos estritamente controlados e foi enviado para uma pequena aldeia de Tenerife.

A polícia prendeu os “habituais suspeitos” civis do sector, entre os quais cerca de uma dezena de N/S, a maioria dos quais seriam libertados, após terem declarado com abundantes elementos de prova (entre os quais circulares do próprio Preto) a sua não participação.⁸⁵

A conspiração de 1938 foi provavelmente o último resquício de utilização do “espírito do 28 de Maio” por parte de civis e militares colocados à direita de Salazar, de integralistas e N/S desiludidos, em uma conjuntura de reacção de certos sectores do Exército às reformas militares do Ditador e do controlo mais apertado a que este submeteu as Forças Armadas.

6.2.4 O FIM PÓSTUMO DA DITADURA MILITAR

Muito embora, na longa duração do Estado Novo, as Forças Armadas tenham sido sempre a única força que Salazar receou, a efectiva consolidação de uma ditadura civil a partir de um regime militar era um facto em 1939.

Nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, Salazar estava finalmente mais descansado no que toca à consolidação do seu regime. A nível interno, o seu controlo político e administrativo sobre as Forças Armadas atingia talvez o seu ponto mais alto e, a nível externo, a ameaça da República espanhola desaparecia sob a vitória de Franco.

a proibir-lhe a estadia, partindo para França em 1940. Cf. AOS/CO/PC-3H, ANTT.

⁸⁵ As prisões atingiram fundamentalmente o núcleo N/S do Porto, sendo presos dirigentes distritais como Rangel Pamplona e Conceição Tabuada. António Tinoco e Alçada Padez foram também contactados para colaborar mas, tal como os anteriormente citados, demarcaram-se do golpe. Cf. Proc. 203/38, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

O seu discurso de 1938, perante uma manifestação de oficiais, marcou emblematicamente o que Maria Carrilho chamou a vitória de “uma ditadura civil policial” sobre a velha Ditadura Militar implantada em 1926.⁸⁶ Em termos político-administrativos, os dois passos mais importantes deste processo de controlo passaram pela chegada de Salazar ao Ministério da Guerra, em meados de 1936, após várias tentativas anteriores recusadas por Carmona, e pela reforma das Forças Armadas de 1937.

Aproveitando o rescaldo do golpe de 10 de setembro de 1935, Salazar tentou ocupar a pasta da Guerra, objectivo que só atingiria no ano seguinte. Mas desde essa altura que este, por via administrativa, viu os seus poderes aumentados em matéria de Defesa, criando toda uma série de organismos de coordenação dependentes do Governo e presididos por ele.⁸⁷ Ao atingir o Ministério da Guerra em 1936, ainda que com um carácter provisório, Salazar passou então a ter uma palavra decisiva sobre todo o movimento de promoções e transferências das altas patentes. Apesar de “provisório”, Salazar manteve-se ministro da Guerra até ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Foi já como ministro da Guerra que este apresentou a sua reforma das Forças Armadas de 1937, que constituiu o instrumento mais importante de controlo dos militares pelo poder político. Esta reforma provocou a mais importante redução quantitativa e qualitativa das Forças Armadas desde a Primeira Guerra Mundial. Nos anos seguintes o corpo de oficiais, já significativamente reduzido pelas demissões e passagens à reserva dos implicados em dezenas de golpes e tentativas revolucionárias desde 1926, diminuiu cerca de 30%, “atingindo o nível mais baixo registrado desde 1905”.⁸⁸

⁸⁶ Cf. Maria Carrilho, *op. cit.*, p. 423.

⁸⁷ É o caso do *Conselho Superior de Defesa Nacional*, do *Conselho Superior Militar* e outros organismos, todos presididos por Salazar. Cf. Maria Carrilho, *op. cit.*, p. 418-420.

⁸⁸ Cf. *idem*, p. 422.

Para além deste controlo “por cima”, várias medidas legislativas reforçaram o controlo policial e ideológico sobre as Forças Armadas, inaugurando-se o baronato político sobre o Exército do adjunto do Ditador para o sector, o capitão Santos Costa, elevado à categoria de subsecretário de Estado, cujo predomínio se manteve sólido até ao final dos anos 50.

Estas medidas, ao arrepio da tendência de militarização progressiva dos Estados europeus e em plena Guerra Civil espanhola, só podem ser entendidas à luz da tensão entre os militares e o novo poder político, resolvido a favor do segundo, no final dos anos 30.⁸⁹ Sofrendo humilhações e desafios por parte das Forças Armadas desde 1932, com a prudente mediação de Carmona, Salazar encontrava-se finalmente senhor da situação e, ainda que sempre desconfiando do velho Presidente, sentia-se mais à vontade para diminuir os poderes que este ainda detinha sobre os militares.

Variável dependente desta tensão, o peso do N/S esvaiu-se irreversivelmente nas vésperas da Segunda Guerra Mundial. As conspirações seriam doravante (como já eram desde 1938) um assunto de polícia, referente a uma minoria de recalcitrantes conhecidos e facilmente controláveis.

6.3 O EFEITO DA GUERRA CIVIL DA ESPANHA: 1936

Os estudiosos do “Estado Novo” têm sublinhado a importância da vitória eleitoral da Frente popular e o desencadear da Guerra Civil da Espanha no Salazarismo.⁹⁰ A hipótese de vitória “vermelha” foi

⁸⁹ Na perspectiva de Carrilho, utilizando a tipologia de Janowitz, [*Military Institutions and coercion in Developing Nations* (Chicago: 1971)], Salazar conseguiu estabelecer então um modelo totalitário no relacionamento civil militar. Cf. Maria Carrilho, *op. cit.*, p. 423. Cf. também José Medeiros Ferreira, *op. cit.*, p. 175-202.

⁹⁰ Cf. César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha* (Lisboa: 1987).

obviamente sentida como uma ameaça pelo regime, e a sua reacção interna a este desafio passou pela adopção de um discurso político, de uma simbologia e de duas organizações miliciais, onde vários viram uma “fascização” do regime de Salazar.

Hermínio Martins, por exemplo, considerou esta nova dinâmica como indiciando “claramente um novo nível de fascização do regime, ou pelo menos uma fase de desenvolvimento político que vai além do corporativismo cristão, tradicionalmente e convencionalmente autoritário, que constituía provavelmente o seu “projecto” inicial”.⁹¹ Qualquer que seja o seu significado em termos de natureza do regime, o que será discutido mais à frente, a situação em Espanha foi o factor essencial que conduziu à criação destas novas instituições políticas do Salazarismo.

Até às vésperas da Guerra Civil espanhola, como vimos atrás, Salazar recusou quer a criação de instituições de tipo milicial, quer a fascização, inevitavelmente a partir de cima, do partido único. Em 1936, no entanto, o regime criou uma organização juvenil paramilitar e permitiu o aparecimento de uma organização milicial directamente inspirada no modelo fascista. A Legião Portuguesa (LP) foi fundada em setembro de 1936, na sequência de um comício anticomunista organizado pelos “Sindicatos Nacionais”, e representou uma genuína “pressão” de certos sectores recém-aderidos ao Regime.⁹² Salazar autorizou então a sua formação e decretou a sua estrita submissão ao governo. Como era seu costume, moderou a sua declaração de princípios e enquadró-a por militares, evitando na selecção de nomes aqueles oficiais que mais se tinham destacado na associação à direita radical e ao Nacional-Sindicalismo.

Igual “pressão”, no entanto logo bloqueada, caracterizou a fundação da Mocidade Portuguesa (MP). Vários projectos foram delineados pelo

⁹¹ Cf. S. J. Woolf. *op. cit.*, p. 448. Cf. também Hermínio Martins, *Classe, status e poder – ensaios sobre o Portugal contemporâneo* (Lisboa: 1998).

⁹² Cf. Luís Nuno Rodrigues, *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo, 1936-1944*, (Lisboa: 1996).

Ministério da Educação para unir a juventude em uma organização paramilitar, que substituísse a moribunda AEV. Durante os primeiros meses após a sua fundação, entre maio e setembro de 1936, existiu um movimento de adesões indiscriminado, que excedia a juventude escolar e cuja dinâmica de acção estava associada ao novo contexto da vitória da Frente Popular espanhola. O seu carácter voluntário permitiu a inscrição de jovens das “classes médias baixas”, empregados comerciais e dos serviços, e operários. Nesses primeiros meses, a base social da MP “aproximou-se da do Movimento Nacional-Sindicalista”.⁹³ Este movimento foi rapidamente interrompido, com a transferência para a LP destes voluntários não estudantes e pela redução exclusiva da MP à juventude escolar, sendo a participação obrigatória e a dependência do Ministério da Educação reforçada. Por outro lado, a MP foi rapidamente “cristianizada”, coexistindo com outras organizações juvenis, fundamentalmente católicas, após uma campanha de críticas promovida pela hierarquia da Igreja.

A autorização da criação de uma milícia como a LP, essa sim voluntária e mais politizada, por parte do Ditador é dificilmente dissociável da conjuntura de radicalização provocada pela Guerra Civil da Espanha, mas interessa para já salientar que esta era uma das reivindicações da cisão do N/S, que em finais de 1933 abandonou Rolão Preto e aderiu ao Salazarismo. Logo em 1934, o grupo Revolução Nacional pretendia sobreviver enquanto milícia e, em 1935, um grupo de sindicalistas corporativos, dissidentes de Preto, tinha feito idêntica tentativa, também recusada.⁹⁴ O grupo propulsor da LP teve origem no mesmo sector e não foi por acaso que o comício de lançamento foi convocado pelo aparelho corporativo, onde pontuavam vários dissidentes N/S. Para

⁹³ Cf. Simon Kuin, “*Mocidade Portuguesa nos anos 30. Anteprojetos e instauração de uma organização paramilitar de juventude*” *Análise Social*, vol. xxviii (122), 1993, p. 555-588.

⁹⁴ Esta iniciativa de criação de umas “Milícias Armadas Sindicalistas”, como anteriormente se analisou, partiu do grupo N/S dos Empregados Bancários e foi recusada. *Vide* Capítulo IV.

primeiro presidente da sua Junta Central, Salazar escolheu Costa Leite (Lumbrales), um Professor da Universidade de Coimbra que, em 1933, tinha dirigido com o seu apoio a cisão anti-Rolão Preto no Congresso N/S.

A LP obteve um destaque na memória colectiva sobre o “Estado Novo” inversamente proporcional ao peso escasso que desempenhou no regime. Os seus 30.000 filiados, “fardados, enquadrados e instruídos”, dominaram a coreografia do regime, juntamente com a MP, entre 1936 e 1939.⁹⁵ Com o final da Guerra Civil da Espanha e o regresso discreto dos voluntários portugueses que lutaram ao lado de Franco, a presença da LP, mesmo a coreográfica, reduziu-se significativamente, cumprindo funções de provocação e informação durante os breves períodos eleitorais, no pós-guerra. Foi também, desde o início, enquadrada por oficiais do Exército, e o Ministério da Guerra poderia colocá-la sob a sua dependência mesmo em tempo de paz e na sua direcção, de cinco membros, dois tinham que ser militares e um deles o comandante.⁹⁶ As suas comissões distritais foram confiadas também a oficiais do Exército.

O desencadear da Guerra Civil da Espanha levou também Rolão Preto, aí exilado na sequência da tentativa de 1935, a declarar “trégua política” ao regime e a regressar a Portugal com a autorização do governo.⁹⁷ Vários documentos internos assinalam a alteração sensível posições do N/S na sequência da ameaça “vermelha” no país vizinho, referindo a existência de um pacto. Em dezembro de 1936, Rolão escrevia à JANS e ordenava a “suspensão [...] de todo o trabalho de propaganda e de toda a actividade partidária”.⁹⁸ Alguns dias mais tarde, o COMORG

⁹⁵ Em 1939 a LP contava com 53.000 filiados, dos quais 30.000 no activo. Cf. relatório confidencial a Salazar do Presidente da Junta Central da Legião Portuguesa, 27-4-1939, AOS CO-PC, ANTT.

⁹⁶ Cf. Maria Carrilho, *op. cit.*, p. 314.

⁹⁷ Cf. José Plácido Machado Barbosa, *op. cit.*, p. 129.

⁹⁸ Cf. comunicado da Junta de Acção Nacional Sindicalista, Janeiro de 1937, AOS/CO/PC-3F, ANTT.

referia a “existência de tréguas políticas”, dando no entanto instruções de não adesão a organizações governamentais.⁹⁹

Mesmo que, como aconteceu efectivamente, Preto retomasse o combate ao Salazarismo pouco depois, o N/S, com a criação da LP, perdia o último dos seus *leitmotiv*, e uma parte dos que ainda resistiam sob a sua chefia nos vários comissariados de província abandonaram-no então, a favor deste espaço mobilizador criado pelo Salazarismo. A circular de demissão de um tenente fundador do N/S, datada de setembro de 1936, expressava esta ideia de forma cristalina. Marino Sanches Ferreira tinha já duvidado das alianças com sectores “reviralhistas” no ano anterior e as divergências com a organização cresceram quando a direcção impôs ao *União Nacional*, de que era director, que este não criticasse a esquerda oposicionista. Com a criação da LP, ele, “soldado fiel do Nacionalismo Lusitano”, não iria desperdiçar mais o seu tempo, aderindo a esta organização do Regime.¹⁰⁰

É curioso verificar no entanto que, se a nível de aderentes é fortemente provável que muitos tenham seguido o exemplo deste tenente, a LP tentou evitar que dirigentes regionais do N/S passassem para a organização em 1936/37. A direcção da LP não queria que estes se “infiltrassem”, e o seu presidente, em relatório confidencial a Salazar, orgulhava-se de ter afastado alguns N/S, referindo: “esses elementos não estão na Legião. Têm sido sistematicamente afastados os poucos que foram objecto de quaisquer suspeitas e aqui, como em tudo, com um rigor que excede o que em outros sectores têm sido usado”.¹⁰¹

As relações entre a LP e as restantes instituições do regime não foram pacíficas, nomeadamente com a UN e a MP. Salazar manteve a MP separada da Legião, e todas as propostas de a colocar sobre a sua

⁹⁹ Cf. circular do COMORG, 11-1-1937, AOS/CO/PC-3F, ANTT.

¹⁰⁰ Cf. circular numerada do tenente Marino Sanches Ferreira... *op. cit.*, ARP.

¹⁰¹ Cf. relatório citado, AOS CO-PC, ANTT.

dependência foram rejeitadas. Quanto ao partido único, sempre desconfiado das organizações miliciais, continuava a dominar a administração local e a constituir o principal “canal” de contacto entre o Estado e a província, sem qualquer ligação formal com estas organizações.

Quer a Igreja, quer o Exército, após o sobressalto inicial, viram as suas prerrogativas asseguradas nas duas instituições. A primeira manteve as suas organizações e “cristianizou” a MP, no quadro de um aparelho escolar cuja reforma esta moldou em grande parte, e o segundo dominou a estrutura da Legião, enviando para ele um número apreciável de oficiais na reserva, com um complemento salarial. Existem, no entanto, algumas diferenças entre as duas que convém salientar. Enquanto a MP foi rapidamente despolitizada e cristianizada e, se ignorarmos os primeiros meses, foi programada para ser assim, a LP tinha de facto um carácter milicial, era mais politizada e dotou-se de um discurso, de uma estrutura organizativa e de uma composição social, típica de uma milícia fascista. Uma vez terminada a Guerra Civil da Espanha, a LP temia a secundarização, pressionando Salazar para que não a extinguisse, pois “há muito a fazer ainda no nosso revigoreamento patriótico, e a Legião julga por isso que a sua missão não deve ter terminado”.¹⁰² Salazar não a dissolveu, mas a sua presença diminuiu então irreversivelmente.

A nova dinâmica provocada pela Guerra Civil constituiu o dobre de finados do Nacional-Sindicalismo. Em 1939, a organização clandestina estava reduzida então a um grupo de “amigos políticos”. Apenas o desencadear da Segunda Guerra Mundial veio adiar a desarticulação deste pequeno núcleo antissalazarista, cujo percurso divergente era já um facto no final dos anos 30.

¹⁰² Relatório citado, p. 10, AOS CO-PC, ANTT.

6.4 UMA SUBCULTURA SOBREVIVENTE

Nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, Rolão Preto, regressado a Portugal após o breve exílio em Espanha, reeditou os escritos polémicos sobre o fascismo italiano, publicados em 1922. A reedição não deixava de ser oportuna, pois tratava-se de uma série de artigos de um debate com um padre do Centro Católico, sobre o significado do fascismo.¹⁰³ Derrotado no plano interno, com o seu partido reduzido a escombros, ainda que com uma vegetativa actividade clandestina, Preto depositava agora as suas esperanças no eixo Roma-Berlim. Na introdução a *O Fascismo* (1939), estigmatizava o regime de Salazar, então definitivamente consolidado após o sobressalto provocado pela Guerra Civil da Espanha, apontando o exemplo vitorioso dos fascismos italiano e alemão.¹⁰⁴

Dada a censura interna, aplicada com igual severidade aos opositores de direita do salazarismo, Preto socorreu-se do exemplo da ditadura de Dollfuss-Schuschnigg.¹⁰⁵ Apontava assim o *Anschluss* como consequência inevitável de um “pseudofascismo católico” que se limitou a copiar do fascismo a “parte coerciva, esmagadora, paralisante” e criou burocráticos “sucedâneos” de ideias, organizações e instituições deste, construindo um regime chefiado por alguém que, “por temperamento, educação e espírito exclusivamente católico”, conduziu a Áustria à tragédia.¹⁰⁶ Optimista sobre a onda fascista, Rolão Preto avisava os que queriam utilizar alguns aspectos do fascismo, “quando eles mesmo não o sejam”, para o seguinte dilema:

ou o sistema não ganha alma e tudo acaba por cair, arrastando na derrocada o país, a que se tiraram todas as possibilidades

¹⁰³ Artigos publicados em *A Época*, entre agosto e outubro de 1922.

¹⁰⁴ Cf. Rolão Preto, *O Fascismo* (Guimarães: 1939).

¹⁰⁵ Sobre o tema, vide Gerhard Botz, “The Coming of the Dollfuss-Schuschnigg Regime and the Stages of its Development”, António Costa Pinto and Aristotle Kallis (eds.), *Rethinking Fascism and Dictatorship in Europe* (London: 2014), p. 121-153.

¹⁰⁶ Cf. Rolão Preto, *op. cit.*, p. X-XI.

de reacção vital; ou então – paradoxo milagroso – o sistema consegue manter-se, [...] gerando clima e exaltação mística a despeito dos seus pálidos dirigentes e, nesse caso, a onda de fundo que cedo ou tarde se há-de erguer, galgando as costas, passará por cima destes num grande e forte arranque, numa enxurrada inexorável e fatal.¹⁰⁷

Um dilema que, em 1939, só se colocaria ao Salazarismo se este fosse arrastado para a guerra, o que uma estratégia deliberada e, fundamentalmente, a paragem nazi nos Pirenéus, evitaram. Tinha sido a esperança nesta “onda de fundo” que levou Rolão Preto a chefiar o N/S no início da década. Derrotado por “um triste apagador de almas”, este parecia depositar as suas esperanças na guerra que se adivinhava.

Pelo menos até à viragem da guerra, Preto situou-se ainda no campo do fascismo antissalazarista. Só nas vésperas do fim da Segunda Guerra Mundial se afastaria do fascismo, mantendo-se sempre em oposição ao Salazarismo, até à queda do “Estado Novo” em 1974. Mas a polémica de 1922 merecia de facto ser relida na época, até porque se ele tinha ganho em Itália e na Alemanha, como se ufanava em 1939, quem tinha ganho em Portugal era o seu desconhecido adversário católico de 1922.

Nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, o jornalista Plácido Barbosa, autor das entrevistas com o chefe do N/S publicadas no ano seguinte, escrevia a Rolão Preto referindo que lhe têm sido “apresentados muitos elementos do N/S cá em Lisboa”.¹⁰⁸ Quem eram e quantos eram estes N/S, que continuavam a sonhar com a “revolução”?

Em 1939, o N/S estava reduzido a três centenas de dirigentes e filiados, espalhados pelo país. Alguns núcleos de província, sangrados por deserções para organizações do regime como a LP, reduziam-se ao seu “núcleo duro” e mantinham-se. Era o caso do do Porto, animado pelo grupo já descrito, e do de Coimbra, onde alguns ex-tenentes

¹⁰⁷ *Id.*, *ibidem*.

¹⁰⁸ Cf. carta de Plácido Barbosa a Rolão Preto, 7-7-1939, ARP.

conspiravam sempre.¹⁰⁹ Dos da Anadia, onde o padre Abel Condeço pontuava em aberta oposição ao salazarismo, e de Leiria, onde o já capitão Virgulino se mantinha. Uma formalização partidária, com cargos e circulares internas, unia um pequeno grupo de “amigos políticos”.¹¹⁰

A cada rumor de movimentação militar, alguns N/S ainda se preparavam para a apoiar. Em agosto desse ano, Abel Condeço organizava uma reunião na Anadia, em nome de Rolão Preto, onde preparava a componente civil do N/S para “secundar um movimento que seria estruturalmente dirigido dentro da esfera militar” e se distribuíam braçadeiras para identificação.¹¹¹

O presidente da LP, sempre receoso de que esta organização paramilitar pudesse ser associada aos N/S, “elementos que desejariam ver encaminhar-se a política da Revolução Nacional por rumos de maior violência”, negava qualquer participação de legionários em manifestações conspirativas, exemplificando alguns, poucos, casos de infiltração N/S prontamente expulsos das suas fileiras.¹¹² Durante a guerra, no entanto, existiram alguma colaboração e, provavelmente, alguma dupla filiação, dada a posição pró-Eixo da organização.

O desencadear da Segunda Guerra Mundial e a neutralidade portuguesa vieram redinamizar a incipiente estrutura do N/S, já atravessada por círculos divergentes.¹¹³ A utilização da “rede” do N/S pelos serviços

¹⁰⁹ Nomes já conhecidos do SM do N/S, como o ex-tenente Romãozinho, etc.

¹¹⁰ Em setembro de 1939, segundo relatório da polícia política para Salazar, o tenente Virgulino era o “lugar-tenente” de Preto e o padre Resende (“Eugénio de Belonor”), o Secretário-Geral. Cf. Relatório da PVDE a Salazar, setembro de 1939, AOS/CO/PC-3F, ANTT.

¹¹¹ Cf. relatório do inspector Francisco Sales Vale, Coimbra, 30-8-1939, Proc. 921.SS, Arqu. da PIDE/DGS, ANTT. Alguns relatórios policiais referem a cumplicidade de núcleos da LP. Cf. AOS/CO/PC-3F, ANTT.

¹¹² Lumbrals exemplificava com o caso de Torres Vedras onde, perante alguns incidentes com elementos da União Nacional, vários legionários “foram abatidos aos efectivos por se ter sabido que desenvolviam campanhas condenáveis, e que muitos deles eram adeptos de Rolão Preto, que na região tinha bastantes elementos”. Cf. relatório citado, p. 9, AOS CO-PC. ANTT.

¹¹³ Sobre Portugal e Segunda Guerra Mundial, cf. António Telo, *Portugal na Segunda Guerra (1941-45)*, 2 vol., (Lisboa: 1991) e Fernando Rosas. *Portugal entre a Guerra e a Paz* (Lisboa: 1990).

de propaganda do Eixo reanimou uma máquina organizativa débil e “congelou” um processo de mutação ideológica de afastamento do fascismo. Como se viu atrás, quer a Alemanha nacional-socialista, quer o fascismo italiano não apadrinharam o fascismo português. Os seus interesses de hegemonia só marginalmente passavam por esta periferia ocidental da Europa. Os fascistas portugueses nunca tiveram o apoio (por vezes concorrencial) por parte da Alemanha e da Itália de que dispunham os seus congéneres da Europa central, oriental e do norte. A Alemanha hitleriana mantinha relações distantes com o regime de Salazar e a Itália fascista mantinha boas relações e esforçava-se por contactar as instituições oficiais, que aliás reagiam com bastante desconfiança às suas propostas de criação de organizações de defesa da “latinidade”.¹¹⁴

Com o desencadear da guerra, no entanto, o Eixo desenvolveu rapidamente uma máquina de propaganda que durante os primeiros anos ultrapassou a Aliada.¹¹⁵ Perante as instruções de equilíbrio informativo do governo, que ordenava à censura uma balança bastante severa, os serviços de informação e propaganda de Inglaterra e da Alemanha conseguiram rapidamente penetrar e dividir a polícia política, a imprensa, e mesmo algumas instituições de regime.

No caso do Eixo, algumas instituições de matriz fascista, como a Legião Portuguesa, constituíram instrumentos espontaneamente dóceis da sua propaganda. Mas parece hoje provado que “os sectores mais activos na defesa dos princípios germanófilos são homens que se encontram nas margens do regime”.¹¹⁶

Ao contrário do que se poderia esperar, velhos admiradores do fascismo italiano como António Ferro, o chefe da propaganda do regime,

¹¹⁴ Cf. Simon Kuin, “O Braço Longo de Mussolini...”, *op. cit.*

¹¹⁵ Sobre o tema, vide António José Telo, *Propaganda e Guerra Secreta em Portugal (1939-45)* (Lisboa: 1990).

¹¹⁶ Cf. Júlia Leitão de Barros, “Anglofilia e Germanofilia em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial”, AA. VV., *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação* (Lisboa: 1989), p. 98.

foram notórios anglófilos desde o início. A cruzada contra a Rússia galvanizou a extrema-direita do regime mas a matriz católica não deixou de pesar na oposição e demarcação do nazismo. No campo da política externa, a preocupação inicial de Salazar foi a de evitar (ou prevenir) a participação espanhola ao lado do Eixo e a consequente invasão de Portugal. Terá muitas outras nos anos seguintes, exceptuando uma, a de qualquer ameaça interna vinda da sua direita.

A própria evolução ideológica de Rolão Preto conduziu-o a dúvidas crescentes sobre a política do fascismo no poder. Em 1938, quando reeditou os artigos polémicos de 1922 sobre o fascismo italiano, Preto situava-se ainda na sua defesa entusiástica, mas interrogava-se se “volvidos 17 anos de ressurreição e inovações máximas”, este saberia “evoluir” no plano da “justiça social”, “formar uma nova elite”, e moderar os “seus voos dominadores”.¹¹⁷

Segundo comunicado definindo a posição do movimento perante a Segunda Guerra Mundial, o N/S apoiou a declaração de neutralidade e a reafirmação da Aliança inglesa. A longa circular da Junta de Acção apoiava a neutralidade, receava a eventual intervenção espanhola e denunciava o imperialismo alemão, mas este não poderia deixar de se aproveitar da situação internacional para tentar reforçar a sua posição interna.¹¹⁸ Em 1939, Rolão Preto denunciou publicamente o tratado germano-soviético.¹¹⁹ Livres deste após a invasão da Rússia, a organização N/S colocou-se ao serviço da propaganda do Eixo e animou várias publicações e acções de propaganda pró-fascista.

Desde agosto de 1939 que a rede N/S iniciou a sua actividade de propaganda a favor do Eixo. Em Coimbra, o núcleo N/S realizava

¹¹⁷ Cf. Rolão Preto, *op. cit.*, p. XV.

¹¹⁸ Cf. circular da Junta de Acção, SD, AOS/CO/PC-3F, ANTT. Existiram ainda algumas tentativas de negociação com o governo, através de Mário Pessoa, em 1940. Cf. carta de Rolão Preto a Mário Pessoa, 13-3-1940, AOS/CO/PC-3F, ANTT.

¹¹⁹ Cf. o testemunho do jornalista Luís C. Lupi, *Memórias. Diário de um inconformista (1938 a 1945)* (Lisboa: 1972), p. 261.

distribuições de propaganda alemã a partir de dezembro desse ano.¹²⁰ Estas acções eram concertadas com funcionários alemães e italianos, ultrapassavam obviamente o círculo N/S, estendendo-se à LP e a alguns professores da Universidade.¹²¹ A propaganda italiana, com a qual os N/S teriam maior sintonia, estava longe do poderio alemão, mas também utilizava a rede e contactava directamente os núcleos locais.

Em várias outras localidades de província, N/S e LP constituíam a base da propaganda do Eixo. Em Elvas, por exemplo, era o núcleo N/S. Segundo relatório da polícia política, Rolão Preto passou por lá em 1942 e convidou os germanófilos a integrarem-se na sua organização.¹²² No início dos anos 40, o N/S ainda possuía um conjunto razoável de jornais locais que sobreviveram à ilegalização e eram dominados por filiados ou ex-filiados que tinham aderido à LP, e que também receberam apoios financeiros.

De uma forma geral, os N/S de 1933 participaram na propaganda do Eixo, independentemente das posições divergentes perante Salazar e o “Estado do Novo”. Mesmo os adeptos da cisão, entretanto filiados em diversas instituições do regime, foram fervorosos adeptos do Eixo e a imprensa subsidiada pelos alemães contou com a sua colaboração activa.¹²³ Mas as suas atitudes durante a guerra apenas comprovavam a posição atrás expressa, segundo a qual quanto mais se empenhavam na propaganda de Eixo, mais secundária era a sua posição no Salazarismo.

A posição assumida por Preto sobre a Segunda Guerra Mundial talvez fosse a mola de arranque para uma pequena cisão constituída no início dos anos 40 por um conjunto de filiados N/S mais germa-

¹²⁰ Cf. Proc. 921-SS, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

¹²¹ Alguns ex-N/S que tinham saído na cisão de finais de 1933.

¹²² *Cit.* in António José Telo, *op. cit.*, p. 31.

¹²³ Seria impossível descrevê-la aqui em detalhe. Ela passou pela publicação de livros de propaganda, colaboração em jornais como *A Esfera* (de propaganda exclusivamente alemã), desenvolvimento de acções no quadro da LP, etc. Alguns órgãos pró-alemães eram dirigidos directamente por N/S, como era o caso da *Revista Portuguesa*, do Visconde de Porto da Cruz.

nófilos e que conduziu à criação do “Nacional-Corporativismo”, um derivado do N/S, que seria dirigido por Vergílio Godinho.¹²⁴ Vários N/S da geração clandestina, como Manuel Figueira e Lúcio Saraiva, participaram nesta aventura, mantendo alguns uma dupla filiação.¹²⁵ Várias conversações entre Preto e o grupo cisionista falharam e, em 1945, ambos os grupos tentaram criar um “partido trabalhista”, reivindicando-se basicamente dos mesmos princípios. Este “Movimento Social Trabalhista” seria uma “oposição construtiva” ao Salazarismo, congregando uma afirmação “realista dos princípios da liberdade pessoal e da autoridade social”.¹²⁶

O N/C moveu-se em estreita associação com a propaganda alemã. As publicações a ele associadas eram apoiadas financeiramente por estes e assim continuaram até ao fim da guerra. Em 1942, os dois grupos negociavam com os serviços de propaganda alemã o apoio a um jornal fascista e a uma empresa editorial, mas é notória a maior desconfiança do N/S perante esses apoios.¹²⁷ Em 1944, multiplicaram-se as tentativas de contactar outros núcleos de extrema-direita para uma “resposta” às greves e agitação dos “comunistas”.¹²⁸ Mas alguns aproximaram-se da oposição democrática no pós-guerra.

Em novembro de 1945, quando, em plena ilusão liberalizante do pós-guerra, vários sectores da oposição se moveram para constituir toda uma série de partidos políticos rapidamente dissolvidos, quer Rolão Preto,

¹²⁴ Vergílio Godinho, advogado e escritor, aderiu ao N/S já na fase clandestina, era simpatizante da Alemanha Nazi. Cf. Entrevista com Barradas D’Oliveira, 17-7-1984, e com Fernando Piteira Santos, 22-12-1984.

¹²⁵ Sobre estas tentativas de conciliação, *vide* carta de Julião Vieira a João Manuel da Costa Figueira, 2-7-1942, ARP.

¹²⁶ Cf. documento anónimo de 26-11-1945, APJMCF.

¹²⁷ Cf. carta de Julião Vieira a Rolão Preto, 21-6-1942, ARP.

¹²⁸ Manuel Figueira e Amândio César, ambos do N/C, criaram “os cadernos anticomunistas” e uma série de publicações em volta das quais emergiram os polos intelectuais de um incipiente neofascismo português no pós-guerra.

quer Vergílio Godinho apresentaram os seus partidos trabalhistas.¹²⁹ O do segundo chamava-se “Acção Social Trabalhista” e deveria ser lançado com base na reorganização do “Nacional Corporativismo”. O seu programa apontava para um trabalhismo de direita, aceitando “os métodos chamados democráticos” e baseando-se na “revisão do sistema corporativo”.¹³⁰

6.5 OS FASCISTAS E O “ESTADO NOVO”: INTEGRAÇÃO E OPOSIÇÃO

O “Estado Novo” sobreviveu à Segunda Guerra Mundial e só nos anos 70 seria derrubado pelos militares, 42 anos após a fundação do Nacional-Sindicalismo. A grande maioria dos militantes e aderentes do N/S que o foram abandonando ao longo da segunda metade dos anos 30 integraram-se, de uma forma ou de outra, no regime de Salazar. Mas, se o primeiro ciclo de “integração”, com a cisão de finais de 1933, representou um movimento organizado de adesão, os seguintes corresponderam a percursos erráticos e individuais, movimentando-se à volta de redes de sociabilidade e de influência.

O estudo da “integração” dos fascistas no regime impõe particulares cuidados metodológicos, já que estes não constituíram, como na Espanha franquista, uma de entre várias instituições com capacidade de influenciar a selecção da elite político-administrativa do Salazarismo. Feita uma breve sondagem aos perfis de carreira política dos dirigentes N/S sob o “Estado Novo” até 1945, é fácil observar que estes foram integrados nas instituições mais “mobilizadoras” dos anos 30. A cisão N/S integrou-se rapidamente no regime, mas o único sector onde detiveram algum peso foi no aparelho corporativo.

¹²⁹ Cf. *Diário de Lisboa*. 6-11-1945.

¹³⁰ Cf. o programa *in* Proc. 1089-SS, Arqu. PIDE/DGS. ANTT. Sobre este período e as diversas versões de criação de um “movimentos Nacional-Corporativista dos Trabalhadores” tendo a rede Nacional Sindicalista “como rampa de lançamento”, *vide* João M. Costa Figueira, “Do Nacional-Sindicalismo (Notas para um estudo), 1996”, APJMCF.

Um núcleo significativo entrou, como se analisou em capítulo anterior, para o aparelho corporativo e anexos, como delegados do INTP, dirigentes dos “sindicatos nacionais”, propagandistas da sua imprensa.¹³¹ O SPN de António Ferro recuperaria outra parte. Dutra Faria, Barradas D’Oliveira e outros integraram-se nele. Muito poucos fizeram carreira parlamentar ou no partido único, a menos apelativa e receptiva das instituições políticas do Salazarismo. Na primeira Assembleia Nacional do “Estado Novo”, Salazar premiou apenas José Cabral, pelo seu papel na cisão anti-Rolão Preto.

Ao nível local é bastante mais difícil apresentar um retrato seguro. A LP constituiu em 1936 um veículo de “integração” que absorveu uma parte significativa dos aderentes fascistas a nível local, ainda que nenhum dirigente nacional desempenhasse funções de chefia na LP. Apesar disso, vários N/S seriam fundadores das organizações distritais da LP. Dos 1.500 aderentes ainda filiados no início de 1936, é provável que a maioria se tenha alistado, ainda que tenha sido rara, como se viu atrás, a passagem directa de dirigentes distritais do N/S a postos equivalentes na LP.

Quanto aos dirigentes locais mais ligados à velha notabilidade integralista, estes retomaram (se é que alguma vez abandonaram) a velha identidade monárquica tradicionalista, mantendo posições no partido único e participando activamente nas lutas políticas locais.

A análise da natureza, origem e modos de recrutamento da elite política do Salazarismo, demonstra que o fascismo organizado em partido não constituiu uma unidade de conta do sistema político do “Estado Novo”.¹³² Quer em termos de cultura política, quer em termos

¹³¹ Cf. o programa *in* Proc. 1089-SS, Arqu. PIDE/DGS. ANTT.

¹². Um jornal estreitamente associado ao aparelho corporativo, da iniciativa de ex-N/S, foi o *Acção* (Lisboa. 1936-37). Nele colaboraram Abílio Pinto de Lemos, Luís Forjaz Trigueiros e o próprio António Pedro. O último seria repreendido por Rolão Preto e abandonou a iniciativa. Cf. também Pedro Teotónio Pereira. *Correspondência para Oliveira Salazar* (193/-1939), Vol. I (Lisboa: 1987).

¹³² Cf. António Costa Pinto (Org.), *Governar em Ditadura* (Lisboa: 2012).

de elite, o N/S marcou pouco o regime de Salazar. Os seus dirigentes dividiram-se entre a oposição, o apoio crítico e um devoto Salazarismo, em lugares secundários do aparelho de propaganda e corporativo. A sua adesão ao regime representou uma mudança nas suas atitudes políticas e foram raros os que chegaram a entrar no reduzido círculo da elite governamental.

Só nos anos 60 alguns dos jovens fascistas dos anos 30 ocuparão posições de destaque. Castro Fernandes, o amigo de António Pedro, foi ministro da Economia e dirigente da UN. Barradas de Oliveira terminaria a sua carreira como director do oficial *Diário da Manhã*. Gonçalves Rapazote foi ministro do Interior, nas vésperas da queda do regime. Mas os critérios da sua selecção nada tinham a ver com a sua condição de antigos filiados fascistas, ou de membros de instituições a ele associados. No mundo do pós-guerra, estes limitaram-se a envelhecer à direita e com Salazar na sua maioria.

Quanto ao “núcleo duro” da oposição clandestina a Salazar, alguns dos seus dirigentes, entre os quais Rolão Preto, passaram do que poderia ser definido como uma oposição fascista a uma oposição *tout court* ao Salazarismo. Foram, no entanto, muito poucos. Trânsfugas do fascismo, os seus percursos cruzar-se-iam em algumas manifestações unitárias da “oposição democrática”, durante as breves campanhas eleitorais, mas sem qualquer identidade organizativa própria. Nos breves meses de hesitação pós-1945, vários militares do 28 de Maio emergiram em unidade com a oposição republicana e socialista ao Salazarismo, mas os seus caminhos foram diversos.

Alguns ex-fascistas aderiram a partidos de esquerda no pós-guerra. António Tinoco, já director de um jornal não afecto ao regime, por exemplo, participou nas tentativas de criação de um partido socialista com António Sérgio. António Pedro foi recrutado para a secção portuguesa da BBC em 1943 e, apesar do seu passado, já era considerado pela Embaixada Inglesa um admirador do parlamentarismo britânico. As

suas crônicas foram aliás motivo de repreensão por possíveis ofensas ao Governo Português, levando à sua demissão em outubro de 1945.¹³³ Após a sua estadia em Inglaterra, regressou a Portugal com um projeto de criação de um jornal “que defenda as instituições democráticas, liberdades fundamentais, modernização e industrialização”.¹³⁴ Pedro seria o principal elemento do grupo surrealista português e deixaria um rasto assinalável no campo da pintura e do teatro. Como refere um estudioso da sua obra, este “foi fascista em 1934 e socialista em 1948 [...] o fascismo e o socialismo de António Pedro tiveram porém um denominador comum: uma visceral repugnância pelo frio provincianismo paternal de Oliveira Salazar”.¹³⁵

Quer Pedro quer Tinoco participariam, como aliás Rolão Preto, na campanha eleitoral do primeiro candidato de oposição, o General Norton de Matos, em 1949. Em 1951, Rolão Preto, Mário Pessoa e Alçada Padez aliaram-se a republicanos moderados, promovendo a candidatura à presidência de Quintão Meireles, constituída em grande parte por dissidentes do regime.¹³⁶ Preto seria uma figura constante das manifestações eleitorais da oposição, assumindo particular destaque a candidatura à presidência de outro dissidente do “Estado Novo”, a do General Humberto Delgado, em 1958. Outros dirigentes regionais, como o padre Abel Condesso, continuaram em oposição a Salazar apoiando o bispo do Porto no seu conflito com o regime.¹³⁷

O antissalazarismo de outros ex-integralistas e do N/S seria bem mais moderado e muito marcado pela defesa da opção monárquica.

¹³³ Cf. Nelson Costa Ribeiro, *Salazar e a BBC na Segunda Guerra Mundial: informação e propaganda* (Coimbra: 2014), p. 197-204.

¹³⁴ Cf. V-91, Esp. António Pedro, BNL.

¹³⁵ Cf. José Augusto França, “O político e o jornalista”, AA.VV., *António Pedro (1909-1966)* (Lisboa: 1979), p. 43.

¹³⁶ Cf. Manuel Braga da Cruz, “A oposição eleitoral ao salazarismo”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 5, 1983, p. 724.

¹³⁷ Cf. Processo 921-SS, Arqu. PIDE/DGS, ANTT.

Alberto Monsaraz seria um deles. Nos anos 50, Monsaraz escreveria um depoimento onde lamenta a contaminação soreliana do velho IL, conduzindo directamente ao fascismo, essa “violência ocidental” que perverteu alguns nacionalismos “patriotas e cristãos”.¹³⁸

Tal como Preto, Monsaraz retomou o magma ideológico integralista, recuperando a sua vertente monárquica, descentralizada, orgânica e popular, que seria a base de formação de um movimento monárquico independente, por vezes nas margens, por vezes na oposição ao Salazarismo. Ao longo dos anos 50, a rejeição da restauração da monarquia por parte da UN, provocou novas tensões. A progressiva distanciação do regime de uma nova geração de monárquicos que, nos anos 60, apresentariam listas demarcadas da “oposição democrática” e da UN não foi estranha à influência de Preto e outros obreiros da revisão “personalista” do velho IL e do N/S.

A revisão das ideias e da acção política do passado foi inicialmente justificada pela traição aos princípios e depois limitou-se a desaparecer. O balanço que Preto traçou em 1945 sobre a queda dos fascismos foi a da *Traição Burguesa*, título de uma obra publicada no fim da guerra, onde estigmatizou os fascismos no poder por terem sido vítimas dos compromissos sociais e políticos com a “burguesia”.¹³⁹ Desde as vésperas da guerra, aliás, que Preto evoluía eclecticamente para a “esquerda” do fascismo. Criticava agora as cedências de Mussolini que o “levaram ao plano inclinado de um orgulho imenso, ao temeroso calvário da sua morte trágica, da sua revoltante morte”, sublinhando que “o Fascismo, aliado da Burguesia, perdera o seu verdadeiro sentido”.¹⁴⁰

¹³⁸ Cf. o capítulo onde este descreve os factores que marcaram a sua geração, percorrendo sobre o IL, a *Action Française* e “o veneno soreliano”. Cf. Alberto Monsaraz, *A Verdade Monárquica* (Lisboa: SD), p. 53-59.

¹³⁹ Cf. Rolão Preto, *A Traição Burguesa* (Lisboa: 1945).

¹⁴⁰ *Idem*, p. 150.

Idêntico pressuposto era salientado para o caso alemão, contrariando alguns artigos que publicara nos anos 30. Preto voltava-se agora para a crítica dos compromissos de Hitler com a mesma burguesia que, perante a avançada do Nacional-Socialismo, verdadeiro “assalto revolucionário” que, “das ruas sobe até ao palácio do velho Marechal”, preferiu aliar-se a ela. Reivindicou-se então da “ala esquerda, a ala social” do NSDAP, que Hitler eliminou, perante a iminência de “ser ele esmagado pelas forças de conservação e de nacionalismo estreme”.¹⁴¹ Caiu assim “toda a ala esquerda do partido, oferecida em holocausto à aliança burguesa”.¹⁴²

Vale a pena citar as suas palavras de 1945 sobre o fim do Nacional-Socialismo:

Decerto, um vivo clima heroico, uma porta mística nacionalista imperial agitam [...] o povo alemão erguendo-o às culminâncias da História, na bravura, na unidade e na grandeza moral, com que soube sofrer batalhas e cair de pé no lance supremo; de resto ainda, a orgânica social e política, as conquistas no Trabalho, na Técnica e na Assistência, os limites postos à ambição latifundiária dos Junkers – decerto, isto é uma obra que merecerá ser considerada pela História na hora em que serenamente ela puder fazer o seu julgamento.

Mas nem os clarões estupendos da mística nacionalista, nem as poderosas projecções sociais do esforço nazista podem fazer esquecer o que o nazismo representa de decepção para a esperança revolucionária que fizera nascer no mundo o Nacional-Socialismo.¹⁴³

Sobre o seu Nacional-Sindicalismo, este refugiou-se na “especificidade” do caso português. Aceitou que seguiu o “método fascista”, mas recusou o adjectivo.¹⁴⁴ Realizando uma viragem de certo modo

¹⁴¹ *Idem*, p. 152-153.

¹⁴² *Idem*, p. 155.

¹⁴³ *Idem*, p. 156.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 246.

inversa à de vários dirigentes fascistas dos anos 30, Rolão Preto entrou no mundo do pós-guerra recuperando um fascismo “social” cujos contornos via agora na vitória trabalhista em Inglaterra. Esquerda e direita eram uma “fantasmagórica batalha entre mitos”, que o combate contra o imobilismo salazarista deveria ignorar.

Mais tarde, Preto afastar-se-ia não só do fascismo como também de alguns mestres da contrarrevolução do início do século. De Maurras a Sorel, “porventura os dois maiores responsáveis do clima duro e anti-humano ao qual a guerra trouxe as vastas perspectivas dos seus expeditos métodos de acção”.¹⁴⁵

¹⁴⁵ Cf. Rolão Preto, *Inquietação*, (Lisboa: 1936), p. 18. Quando se for estruturando um periférico neo-fascismo português no final dos anos 50, Rolão Preto não será nem mestre nem precursor. Cf. Riccardo Marchi, *Império, Nação, Revolução. As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)* (Lisboa: 2009).

CONCLUSÃO: FASCISMO E SALAZARISMO

Os movimentos fascistas apresentaram-se como uma variante das reacções autoritárias no período entre as duas guerras mundiais. “Como movimento de massas, com a sua ideologia, estilo, criatividade organizacional e base social heterogénea, [ele] foi o resultado de uma situação histórica única após a Primeira Guerra Mundial?”¹ A confusão entre fascismo e factores de crise do liberalismo nem sempre clarifica a sua especificidade perante a diversidade de formas de reacção ditatoriais que com ele coabitaram nas sociedades europeias do pós-guerra, e o caso português, como muitos outros, está aí para ilustrar. A generalização de factores explicativos de natureza “estrutural” para a emergência vitoriosa do fascismo não é comprovada pelo estudo de muitos casos, nomeadamente o de Portugal.²

Difícilmente se pode conceber a emergência de movimentos fascistas significativos e autónomos da direita conservadora e autoritária, fora do quadro de crise de um processo de democratização, caracterizada pela volatilidade de um sistema partidário.³ Também não é

¹ Cf. Juan J. Linz, *Op. Cit.*, p. 83. Michael Mann, *Fascistas* (Lisboa: 2011).

² Cf. Dirk Berg-Schlosser e Jeremy Mitchell (eds.), *Conditions of Democracy in Europe, 1919-1939 - Systematic Case Studies* (London: 2000).

³ Cf. Nancy Bermeo, *Ordinary People in Extraordinary Times: The Citizenry and the Collapse*

fácil pensar o fascismo em sociedades onde o liberalismo mantinha uma marca clientelar e elitista e onde as clivagens inerentes à sua crise se apresentaram de forma diferente das que levaram à vitória do fascismo em Itália e na Alemanha.⁴

No caso português, os movimentos que se poderiam caracterizar como “alternativas funcionais” ao fascismo, e que desempenharam um papel fundamental na legitimação ideológica e política do derrube da República liberal, correspondiam a pequenos partidos e grupos elitistas. Ambos nasceram estreitamente ligados a duas clivagens determinantes da política portuguesa: a do regime, monarquia/república e a religiosa/secularização. O Integralismo Lusitano e o Centro Católico ocuparam cedo um espaço político e ideológico de reacção ao liberalismo republicano, e elaboraram uma alternativa autoritária corporativa, que estará na origem do “Estado Novo” salazarista.

Por outro lado, muito embora a ameaça operária não tenha deixado de assustar a frágil e fraccionada burguesia lusitana, tratava-se de uma clivagem menor na queda do liberalismo português. O caso português aproxima-se neste campo dos da Europa de Central e Leste, onde este factor também não foi decisivo para a queda do liberalismo.⁵

Parceiros menores e fraccionados da ampla coligação que derrubou o liberalismo, os fascistas portugueses representavam um segmento minoritário, as organizações autónomas que se fundaram nos anos 20 tiveram uma expressão mínima e foram uma componente menor do apelo ao golpe militar. Neste contexto, o Nacional-Sindicalismo representou uma manifestação tardia e minoritária de uma corrente fascista no interior da vasta coligação antiliberal que sustentava a Ditadura

of Democracy (Princeton: 2000).

⁴ Mas casos como o da Guarda de Ferro ou a da Acção Integralista Brasileira são desafios interpretativos interessantes.

⁵ Cf. Andrew C. Janos, *East Central Europe in the Modern World* (Berkeley: 2000).

Militar.⁶ Profundamente marcado pela magma cultural do Integralismo Lusitano, o Nacional-Sindicalismo desenvolveu-se em uma conjuntura política autoritária, onde os seus principais inimigos se encontravam já com uma margem de manobra bastante reduzida.

Subproduto dos conflitos de institucionalização da Ditadura Militar, os fascistas portugueses conseguiram então, conjunturalmente, ter um peso significativo, graças sobretudo à sua capacidade de ocupar um espaço de mobilização política e ao apoio dos jovens oficiais, quando os partidos republicanos estavam suspensos e a elite da Ditadura hesitava em criar novas instituições.

A elite fascista possuía uma origem política de direita radical, com um núcleo fundador jovem e contestatário do reaccionarismo tradicionalista dos integralistas, sobretudo no seu dogmático restauracionismo monárquico. Em termos de origem não apresenta grandes diferenças perante grupos semelhantes fundados em outros países europeus. A sua emergência em uma conjuntura política autoritária permitiu-lhes a recuperação da rede integralista na província, bem como de outros partidos fascizantes criados no final dos anos 20.

Em termos de penetração social, o N/S apresentou duas características, que merecem destaque: a sua influência em segmentos dos jovens oficiais do Exército e o número considerável de filiados dos grupos sociais populares, nomeadamente operários. O seu apoio junto de um número significativo de jovens oficiais remete para uma capacidade de mobilizar estes actores fundamentais do derrube do liberalismo nos anos 20, no contexto de uma Ditadura Militar instável. Abrindo uma brecha na hierarquia tradicional, invadindo os postos de governação e da administração local, dividindo-se em grupos que atravessavam transversalmente as Forças Armadas, os

⁶ Um autor, estudioso do Integralismo, mas eventualmente convertido ao neo-integralismo, recusou a caracterização de fascista ao Nacional-Sindicalismo. Cf. José Manuel Quintas, “O Integralismo Lusitano para além das Etiquetas”, Riccardo Marchi (Coord. De), *Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas* (Lisboa: 2014), p. 167-195.

generais tiveram grandes dificuldades em repor a hierarquia nos primeiros anos da Ditadura.

Ao organizarem-se como partido político que se erigia como fiel depositário do espírito da “revolução de 28 de Maio”, apologistas dos valores militaristas e de uma radical substituição da elite política conservadora pela “juventude” (civil e militar) que contribuiu para o golpe de 1926, os fascistas conseguiram, durante alguns anos, explorar e divinizar o “tenentismo”, de que a Liga 28 de Maio era expressão política. Um “tenentismo” refractário à estabilização que inevitavelmente conduziria ao restabelecimento da hierarquia, e que se fundiu com o núcleo mais mobilizador no quadro de uma Ditadura que, como foi atrás descrito, hesitava em criar organizações políticas que assegurassem a sua rápida institucionalização.

A expressão quantitativa dos filiados operários na composição social dos aderentes fascistas portuguesa deve, no entanto, ser relativizada. O razoável número de operários filados não significou particular sucesso dos fascistas junto dos grupos sociais populares ou a criação de uma elite alternativa fascista no movimento sindical. Desenvolvendo-se num regime ditatorial que limitava já severamente a margem de manobra do sindicalismo livre, a sua estratégia de se apresentar como embrião do sistema corporativo permitiu-lhe no entanto alguma mobilização, bem como a formação de alguns quadros (mais na área dos serviços que na classe operária) que viriam a integrar-se nos “sindicatos nacionais” do corporativismo salazarista.

A alternativa dos fascistas foi, no entanto, rapidamente esmagada pelos “pactos constitucionais” entre as elites militares e Salazar, que conseguiu amalgamar os grupos conservadores na União Nacional e dominar, por via administrativa e repressiva, os polos de resistência fascistas.⁷ A tensão entre fascistas e outros grupos de pressão autoritários

⁷ Cf. António de Araújo, *A Lei de Salazar* (Lisboa: 2007).

que dominavam a Ditadura representou a manifestação em Portugal de um conflito que caracterizou a maioria dos processos de transição ao autoritarismo, com a presença de movimentos fascistas débeis.⁸ A sua resolução mais rápida a favor do novo poder autoritário em Portugal, com a conseqüente eliminação dos fascistas recalcitrantes, é explicada por vários factores que se podem enumerar de forma sintética.

Em Portugal existiam, desde a primeira década do século XX, ideologias e movimentos políticos concorrentes, mais próximos dos dirigentes militares da Ditadura, sem ameaçarem as suas funções, valores e posicionamento no novo regime. No quadro de uma transição em que os militares assumem um papel central, estes, apesar de os seus sectores mais jovens poderem simpatizar com os fascistas, viram-se para as elites burocráticas e dos partidos conservadores e não para os fascistas.⁹ Foi este o caso da Ditadura Militar implantada em Portugal, em 1926.

Foi a partir do Governo que um sector da elite civil, composta em grande parte por professores universitários de Direito e dirigida pelo jovem ministro das Finanças Oliveira Salazar, foi negociando, por vezes com grande tensão, a “constitucionalização” da Ditadura e o progressivo afastamento dos militares. Os fascistas foram, neste processo, uma “quantidade negligenciável”. A existência de uma direita autoritária, escorada em instituições poderosas como a Igreja, o fundamental da hierarquia das Forças Armadas e dos grupos de interesses dos proprietários agrícolas e industriais, bloqueou espaço e função a este polo radical e mobilizador.

Foi a transformação de um golpe de Estado militar em uma guerra civil prolongada que permitiu, por exemplo, aos vizinhos fascistas espanhóis, cuja importância numérica e sociológica se aproximava dos seus congéneres portugueses, imprimirem uma marca importante na

⁸ Cf. Roger Griffin, *op. cit.*, p. 116-145.

⁹ Cf. Juan J. Linz, *Obras Escogidas*, Vol. 1-*Fascismo: Perspectivas Historicas y Comparadas* (Madrid: 2008).

dinâmica de criação do Franquismo. Em Portugal, uma intervenção militar com sucesso conduziu a uma Ditadura e foram algumas crises de institucionalização que deram aos fascistas alguma capacidade de manobra. No caso português, portanto, quer a nível interno, quer a nível externo, nenhum factor potenciou o papel dos fascistas.

O factor externo não é desprezível, já que, quer em certos países da Europa de Leste e do Norte, quer, por exemplo, na França de Vichy, foi o desencadear da Segunda Guerra Mundial que condicionou muitas ditaduras de direita a não procederem a uma eliminação ou dissolução integrativa rápida do fascismo nativo. Com a provável excepção da Roménia, o processo estava aliás em curso quando nasceu a “Europa alemã”, e mesmo os movimentos fascistas que se mantinham em países onde a democracia sobreviveu, como na Bélgica, na Noruega ou na Dinamarca, constituíam fenómenos negligenciáveis nas vésperas da ocupação alemã.

Em Portugal como, em uma conjuntura menos diversa do que se supõe, no Brasil, nenhuma variável internacional condicionou a espontânea decisão das elites governamentais de eliminarem um contestatário movimento fascista nativo. Muitas destas ditaduras utilizaram os fascistas “para certas funções como as de propaganda, controlo dos *mass media*”.¹⁰ Em Portugal, o processo de integração dos fascistas no novo regime de Salazar foi tímido e sofreu a prudência burocrática da elite do “Estado Novo”, sendo estes canalizados para instituições secundárias do regime. Os fascistas não marcaram nem a configuração da elite política nem as instituições fundamentais do Salazarismo.

Os recalcitrantes tentaram a sua sorte no golpe de 1935 e evoluíram para um “fascismo de esquerda” e “social”, que levará alguns, poucos, para a oposição ao Salazarismo após 1945. Os outros, a grande maioria, reconverteu-se ao regime, particularmente quando a Guerra Civil da Espanha introduziu alguma coreografia fascista.

¹⁰ Cf. Juan J. Linz, *op. cit.*, p. 71.

Dos factores genéticos que marcaram o “Estado Novo” de Salazar, a sua origem numa intervenção militar foi, sem dúvida o mais importante. O Presidente da República manteve-se durante alguns anos como o garante dos interesses militares. O partido único foi débil, pouco mobilizador e complemento da máquina burocrático-administrativa. O próprio aparelho de Estado foi desmilitarizado, mas muito lentamente. Repare-se que Salazar foi extremamente prudente no afastamento dos oficiais que exerciam funções políticas. Alguns foram incluídos no partido único; a administração local nomeadamente os governadores civis, ainda eram maioritariamente militares no final dos anos 30, alguns serviços, como os da censura, mantiveram uma fortíssima componente de oficiais do Exército; a própria direcção da polícia política era militar. Quando em 1936, Salazar autorizou a criação de uma milícia, para sua direcção e quadros superiores foram nomeados sempre oficiais do Exército.

O “Estado Novo” foi também símbolo da hegemonia ideológica de uma direita antidemocrática de matriz tradicionalista e católica, no seu processo de formação. O catolicismo social e a hierarquia de Igreja constituíram um importante instrumento de limitação à fascização do regime de Salazar, ou, se se quiser, foram o eixo de uma “alternativa funcional” ao papel cumprido pelo fascismo em outros processos de consolidação de uma nova ordem autoritária nos anos 30.

Evidentemente que o regime de Salazar, como quase todas as outras ditaduras do mesmo período, importou ideias e instituições dos dois modelos fascistas existentes. Parte da legislação corporativa, os organismos de propaganda, a LP e a organização de juventude repescaram do fascismo no poder uma inspiração notória, rapidamente secundarizada quando terminou a Guerra Civil da Espanha e o regime assumiu uma posição de neutralidade durante a Segunda Guerra Mundial.

Para um sector importante da investigação sobre o fascismo, a presença ou não destes partidos nos processos de ruptura do liberalismo

e da democracia é desprezível, na medida em que outras coligações ou fracções da direita construíram regimes cujas configuração cumpriu as mesmas funções. A análise do sistema político do Salazarismo transcende os objectivos deste livro, mas a ausência de um partido fascista tem consequências importantes na dinâmica e configuração institucional de uma Ditadura da chamada “Época do Fascismo”. Com efeito, uma das suas características distintivas foi justamente a ausência “da tradução em actos de uma vontade de mobilização total da sociedade na linha de uma ideologia exclusiva”.¹¹ É evidente que também em Itália, ou mesmo na Alemanha, o fascismo fez compromissos, muito mais no primeiro do que no segundo, mas estes movimentos foram os depositários de uma tensão indissociável do fenómeno fascista e da sua especificidade política e social, que regimes como o “Estado Novo” desconheciam. No caso da Alemanha, nem mesmo o mais primário determinismo pode defender ter sido indiferente para a natureza do regime resultante da crise de Weimar a tomada do poder pelos nazis ou por outra qualquer coligação da direita reaccionária.¹²

A construção institucional do Salazarismo, muito embora recolhendo inspiração do fascismo no poder, particularmente do italiano, adoptou aqueles que uniram tendencialmente as ditaduras de direita do período, rejeitando justamente os que apenas caracterizaram o fascismo. Tal diferenciação foi visível na chefia, no funcionamento do sistema político e no seu modelo de relacionamento com a sociedade.

Muitos estudos sobre os regimes ditatoriais modernos, quer por perspectiva teórica, quer mesmo pelo carácter pragmático do ditador, ignoram o chefe. No caso do “Estado Novo” seria um erro. Salazar vinha de um meio político particular, mas bem definido, dispunha de uma visão do mundo e da sociedade, dirigiu todo o desenho institucional

¹¹ Cf. Philippe Burrin, «Politique et Société: Les structures du pouvoir dans L'Italie Fasciste et L'Allemagne Nazie», *Annales ESC*, mai-juin 1988, nº 3, p. 617.

¹² Cf. Hans Mommsen, *From Weimar to Auschwitz* (Princeton: 1991), p. 141-162.

do regime e, uma vez chefe incontestado, pouca legislação, da mais importante à mais mesquinha, deve ter sido publicada sem o seu atento visto, até à sua decrepitude nos anos 60.

O ditador português conservou sempre alguns traços ideológicos que derivaram da magma cultural de onde proveio: o integrismo católico, de matriz tradicionalista e antiliberal, em um contexto de laicização e modernização acelerada que para ele simbolizava a Primeira República. Foi um ultraconservador no sentido mais literal do termo. Defendeu com intransigência a recusa liminar da democracia e da sua herança ideológica baseado em uma visão “organicista” da sociedade, de matriz tradicionalista e católica. Geriu o país consciente da inevitabilidade desta modernização, mas pensando sempre na sobrevivência e no bem-estar do que estava ameaçado por ela. Todo o resto foi derivado ou veio por acréscimo. E este acréscimo não foi pouco, já que, ao contrário de outros ditadores, era ainda professor de finanças e tinha ideias claras sobre a gestão do dever e do haver de um Estado.

O partido único Portugal não foi um agente importante de formação da elite política do Salazarismo, já que as suas funções eram reduzidas neste campo, mas a sua presença reforçou a autoridade de Salazar, reduziu a organização de blocos e grupos de pressão à sua revelia e permitiu-lhe um certo pluralismo “tecnocrático” de escolha individual. É verdade que, uma vez no poder, também o partido fascista se transformou em uma máquina burocrática dependente do poder, mas penso ter discutido as diferenças fundamentais no capítulo respectivo. Esta característica de regime português afastou-o da típica tensão partido-Estado do fascismo. O “Estado Novo” nunca foi um “Estado duplo”, e Salazar governou sobre e com o aparato administrativo e policial controlado, secundarizando as instituições propriamente “políticas” de mobilização.

O corporativismo constituiu, no âmbito das ideologias de “terceira via”, o grande eleito do “Estado Novo”. Previsto na Constituição de 1933, ele desempenhou um papel central na ossatura institucional, na

ideologia, na relação com os grupos de interesses e na intervenção económica do Estado, sob o Salazarismo. A declaração de princípios do corporativismo português sofreu a influência da sua congénere italiana, mas foi moderada pela doutrina do catolicismo social. Por outro lado, a Constituição de 1933 não ofereceu aos “elementos orgânicos” o monopólio da representação que a direita radical desejava.

Sendo um dos elementos do fascismo italiano, o corporativismo recobriu um largo espectro ideológico da direita antidemocrática do início do século XX, e esteve longe de ser um monopólio deste. No campo dos regimes ditatoriais, não foi um elemento específico do fascismo, sendo mesmo duvidoso que se possa falar dele no caso do nazismo alemão. Mas ele constitui um elemento de legitimação central de boa parte dos autoritarismos do pós-guerra.¹³

No sistema político do “Estado Novo”, a representação corporativa foi secundarizada. O princípio eleitoral liberal foi formalmente mantido e a Câmara Corporativa, em uma Assembleia Nacional já de si quase sem poderes, estava na dependência desta. O próprio edifício corporativo nunca foi completado, à revelia dos projectos originais. Mas as suas funções, quer na intervenção económica do Estado, quer como amortecedor da conflituosidade social, são reveladoras do que foi o projecto económico e social do regime.¹⁴

O mesmo se poderia dizer de uma instituição que teve uma importância determinante no regime de Salazar: a igreja católica. Trata-se de uma dimensão cuja comparação importa fazer com regimes como o de Franco, Dollfuss e mesmo Vichy, já que todos eles tiveram nesta um apoio importante e ainda porque ambos se edificaram na sequência de programas de laicização republicanos.

¹³ Cf. Antonio Costa Pinto, “Fascism, Corporatism and the Crafting of Authoritarian Institutions in Inter-war European Dictatorships”, António Costa Pinto and Aristotle Kallis (eds.), *Rethinking Fascism and Dictatorship in Europe* (London: 2014), p. 87-117.

¹⁴ Cf. Fernando Rosas, *Salazar e o Poder. A arte de saber durar* (Lisboa: 2012).

A Igreja Católica portuguesa, mesmo que naturalmente com tensões, não contribuiu apenas para a matriz ideológica do regime. Para além de toda a simbologia católica de que o regime se apropriou com o apoio explícito da hierarquia, pode-se mesmo falar de um programa político de “cristianização”, que atravessou todas as instituições, particularmente aquelas mais vocacionadas para a socialização, como o aparelho escolar. A estreita associação Igreja-Estado no Salazarismo ultrapassou bastante a mera convergência de interesses, podendo-se falar de um núcleo ideológico e político comum Igreja-Regime, desde o corporativismo, ao antiliberalismo e anticomunismo.

Muitos estudiosos do fascismo tenderam a salientar a dimensão não mobilizadora de regimes como o de Salazar. Tal posição, se apenas entendida como sinónimo de uma ausência de mobilização e enquadramento tendencialmente totalitária da população, é sem dúvida correcto. O “Estado Novo”, mesmo durante a “época do fascismo”, foi profundamente conservador e confiou mais nos instrumentos de enquadramento tradicionais, como a Igreja e as elites de província, do que em organizações de massas. Não deixou, no entanto, de acautelar os seus interesses no campo das suas relações com a sociedade, criando todo um aparato cultural e de socialização inspirado directamente no fascismo italiano.

O corporativismo ficou incompleto no aparato político e institucional, mas constituiu, pelo menos, o modelo cultural oficial do “Estado Novo”: uma concepção eminentemente “organicista” dominou a visão que o regime tentou projectar de si próprio e do país. No campo da propaganda, dir-se-ia que era o projecto da direita radical integralista com a bênção do catolicismo social que estava em aplicação. No fundamental, o regime não compartilhou das tensões de mobilização dos congéneres fascistas. Isolando o pequeno universo urbano, este contou com dois grandes agentes no universo do “Portugal profundo”: a notabilidade local e a igreja. Interlaçando habilmente a administração e o partido, que agregava a notabilidade local, o regime contou com as

elites tradicionais para manter a ordem social. A coadjuvação da Igreja bastou para manter a província em uma ordem que se queria imutável.

O “Estado Novo” foi um regime obsessivamente institucionalizado. Instituiu oficialmente uma visão “orgânica” da sociedade e tentou, com alguma perseverança, utilizar todos os instrumentos ideológicos e de controlo social ao seu alcance para a enquadrar: a administração, o corporativismo, a escola, a propaganda de iniciativa estatal, as elites locais e a igreja. Reforçou, por outro lado, a presença do Estado na economia, limitou a autonomia das elites económicas e disciplinou-as com um cerrado controlo.

O Salazarismo, como todas as ditaduras de direita da mesma época, inspirou-se no largo espectro das ideologias de “terceira via” presentes no panorama cultural europeu deste início do século XX, sintetizando fundamentalmente elementos do catolicismo social e da direita radical maurrasiana. No campo das suas instituições e da configuração das suas elites políticas, nomeadamente na criação de um regime de partido único estreitamente dependente do governo, na hegemonia da administração, no aparato corporativo, no recrutamento e na composição da elite dirigente, o Salazarismo aproximou-se das ditaduras do mesmo período (e foram muitas...) que não conheceram algumas características que singularizaram o fascismo alemão e italiano.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES PRIMÁRIAS

1. MANUSCRITOS E OUTRAS NÃO PUBLICADAS

ARQUIVOS PARTICULARES

Arquivo Rolão Preto:

Correspondência política diversa (período 1920/45), circulares internas, “Ordens de Serviço” e outros documentos referentes ao Nacional-Sindicalismo.

Arquivo Augusto Pires de Lima:

Correspondência política (1929/35), actas dactilografadas, circulares e outros documentos referentes ao Nacional-Sindicalismo.

Arquivo João Manuel da Costa Figueira:

Correspondência política (1935-1945) e outros documentos referentes ao Nacional-Sindicalismo.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Arquivo da Comissão de Extinção da PIDE/DGS UN e LP:

Processos crime nº 23/A/29, 203/38, 291/36, 596/36, 1112/SPS, 1113/SPS, 1174/SPS, 1184/SPS, 1472/36, 1594, 1646/SPS, 1726/35, 1750/SPS, 1771/SPS, 1772/36, 1794/36, 2051/SPS, 2166/35, 2772/SPS, 3387/SPS, 4401/SPS.

Processos 167/933/PIP, 22/45/SR, 36/49/SR, 51/45/SR, 51/SIR/45, 399/SR, 1173/48/SR, 1788/73/SR, 2330/65/SR, 5399/SR, 7265/SR, 921-SS, 1089-SS.

Cadastros nº 2284/SS, 2488, 4935, 4936, 5022, 5760, 5761, 7843, 8070, 8071, 8555.

Arquivo Geral do Ministério do Interior:

Maços, 425, 451, 452, 454, 455, 460, 461, 462, 463, 465, 466, 467, 468, 469, 470.

Arquivo Oliveira Salazar:

CO/PC-3A, CO/PC-3F, CO/PC-3H, CO/PC-3J, CO/PC-IN, CO/PC-2C, CO/PC-12D, CP-042, CP-183, CP-262.

BIBLIOTECA NACIONAL (RESERVADOS)

Espólio António Pedro:

V-9 e V-CR/146-148.

OUTROS ARQUIVOS

Public Record Office (Depositado na Biblioteca do ICS, Lisboa):

Reports on Portugal (1932/35).

Archivio Centrale dello Stato (Roma):
Miniculpop, Busta 404. Documentos sobre Portugal.

Arquivo do Tribunal Militar Especial (Lisboa):
Proc. 104/1933, 177/35, 164/36.

2. ORAIS

Entrevista com Alberto Mota Capitão, Lisboa, 28 de novembro de 1984.
Entrevista com Vasco da Gama Fernandes, Lisboa, 5 de fevereiro de 1986.
Entrevista com Carlos Proença de Figueiredo, Lisboa, 20 de julho de 1984.
Entrevista com Barradas d'Oliveira, Lisboa, 17 e 23 de julho de 1984.
Entrevista com Fernando Piteira Santos, Lisboa, 22 de dezembro de 1984.
Entrevista com Luís Forjaz Trigueiros, Lisboa, 29 de novembro de 1984
e 10 de janeiro de 1985.

3. IMPRESSAS

IMPRESSA N/S

NACIONAL:

Revolução, Diário, Lisboa, 1932/33.
Revolução Nacional, Diário, Lisboa, 1934.
União Nacional, Semanário, Leiria, 1933/36.
Revelação, Lisboa, 1935.

LOCAL:

Alcácer, Alcácer do Sal, 1932/33.
Manuelinho d'Évora, O, Évora, 1932.
Nacional Sindicalista, O, Faro, 1932/33.
Nacionalista, O, Lamego, 1933.
Ordem Nova, Anadia, 1932/33.
Propaganda e Defesa, Portalegre, S.D.
Reacção, Águeda, 1932/33.
Ressurgimento, Funchal, 1933.
Tradição, Vila da Feira, 1932/33.
Tribuna, Luanda, 1933.
União Nacional, Leiria, 1932/33.

SIMPATIZANTE N/S

Alto Concelho de Alenquer, O, Alenquer, 1932.
Fradique, Lisboa, 1934/35.
Justiça, A, Marco de Canavezes, 1932.
Notícias de Barcelos, Barcelos, 1932/33.
Povo da Lousã, Lousã, 1932/34.
Verdade, Alenquer, 1932/33.

OBRAS DE ROLÃO PRETO E DE OUTROS DIRIGENTES

Barbosa, J. P. Machado, *Para Além da Revolução... A Revolução. Entrevistas com Rolão Preto* (Porto: 1940).
Belonor, Eugénio de, *Revolução Social* (Porto: 1933).
Costa, A. Neves da, *Para Além da Ditadura – Soluções Corporativas* (Lisboa: 1933).
Domingues, José Domingos Garcia, *O Pensamento Alemão* (Lisboa: 1942).
Faria, Dutra, *Carta ao Director do Diário da Manhã* (Lisboa: 1933).
Faria, Dutra, *Roda do Tempo – crónicas* (Lisboa: 1936).

Faria, Dutra, *Diário de um Intelectual Comunista* (Lisboa: 1936).
Fernandes, António de Castro, *O Corporativismo Fascista* (Lisboa: 1938).
Ferreira, Jacinto, *Ao Serviço da Pátria e do Rei. Memórias políticas (1926-1974)* (Lisboa: 1991).
Ferreira, Marino S., *Da Vida Agrária* (Leiria: 1933).
Frias, Eduardo, *1000 Pensamentos de Adolfo Hitler* (Lisboa: 1942).
Liga Nacional 28 de Maio, *Cartilha de Iniciação Político-Social* (Leiria: 1931).
Lima, A. Pires de, *Revolução* (Porto: 1933).
Moncada, Luís Cabral de, *Memórias ao Longo de uma Vida. Pessoas, factos, ideias* (Lisboa: 1992).
Monsaraz, Alberto de, *Cartilha Monárquica* (Lisboa: 1916).
Monsaraz, Alberto de, *A Verdade Monárquica* (Lisboa: s.d.).
Pedro, António, *Esboço para uma Revisão de Valores* (Lisboa: 1932).
Preto, Rolão, *A Monarquia é a Restauração da Inteligência* (Lisboa: 1920).
Preto, Rolão, *Para Além do Comunismo* (Coimbra: 1932).
Preto, Rolão, *Salazar e a sua Época* (Lisboa: 1933).
Preto, Rolão, *Balizas. Manual do Sindicalismo Orgânico* (Lisboa: s.d.).
Preto, Rolão, *Carta aos Comunistas* (Lisboa: s.d.).
Preto, Rolão, *Nacional-Sindicalismo* (Lisboa: s.d.).
Preto, Rolão, *Orgânica do Movimento Nacional Sindicalista* (Lisboa: 1933).
Preto, Rolão, “El Movimiento Nacional-Sindicalista Portugués”, *Acción Española*, Madrid, nº 34, 45, 46, 47, 49, 50, octubre 1933/abril 1934.
Preto, Rolão, *Revolução Espanhola* (Lisboa: s.d.).
Preto, Rolão, *Justiça* (Lisboa: 1936).
Preto, Rolão, *O Fascismo* (Guimarães: 1939).
Preto, Rolão, *Em Frente! Discurso pronunciado pelo Dr. Rolão Preto no banquete dos intelectuais nacionalistas* (Castelo Branco: 1942).
Preto, Rolão, *Para Além da Guerra* (Lisboa: 1942).
Preto, Rolão, *A Traição Burguesa* (Lisboa: 1945).
Preto, Rolão, *Inquietação* (Lisboa: 1963).
Tinoco, António, *A Revolução Nacional dos Trabalhadores* (Lisboa: 1933).

FONTES SECUNDÁRIAS

1. IMPRENSA¹

Acção, Lisboa, 1936/38.
Acção Nacional, Lisboa, 1931.
Avante!, Lisboa, 1932/33.
Bandeira, A, Lisboa, 1928.
Batalha, A, Lisboa, 1923.
Boletim do INTP, Lisboa, 1934/35.
Comércio do Porto, Porto, 1932/34.
Cruzada Nacional, Lisboa, 1924.
Cruzada Nacional Nun'Alvares, Lisboa, 1922.
Diário da Manhã, Lisboa, 1931/35 e 1969.
Diário de Notícias, Lisboa, 1932/35.
Ditadura, A, Lisboa, 1923/25.
Época, Lisboa, 1922.
Eléctrico, O, Lisboa, 1933.
Força, A, Lisboa, 1923.
Frente Vermelha, 1933.
Ideia Livre, A, Anadia, 1932/33.
Imparcial, O, Lisboa, 1923.
Independência de Águeda, Águeda, 1932/34.
Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses, Lisboa, 1932.
Jornal de Notícias, Porto, 1932/35.
Jovem, O, Lisboa, 1933.
Monarquia, A, Lisboa, 1917/23.
Nação Portuguesa, Lisboa, 1922/25.
Novidades, Lisboa, 1932/34.

¹ As datas referem-se aos anos consultados.

Ordem, A, Porto, 1932/33.
Palavra, A, Porto, 1927/28.
Política, Lisboa, 1929/30.
Portugal, Lisboa, 1923.
A Reconquista, Lisboa, 1926.
Renovação, Porto, 1930.
República Social, Porto, 1932/34.
Revista Portuguesa, 1936/1940.
Revolução, Lisboa, 1922/23.
Revolução Nacional, Lisboa, 1926.
Século, O, Lisboa, 1932/33.
Rua, A, Lisboa, 1979.
Unidade, Lisboa, 1933.
Vida Mundial, Lisboa, 1947.
Voz, A, Lisboa, 1928/31.

2. LIVROS

Antunes, José Freire (Org.), *Salazar e Caetano. Cartas secretas, 1932-1968* (Lisboa: 1993).
Ascensão, Leão Ramos, *O Integralismo Lusitano* (Lisboa: 1943).
Braga, Luís Almeida, *Sob Pendão Real* (Lisboa: 1942).
Bretes, Faustino, *Ideias do Integralismo* (Lisboa: 1932).
Caetano, Marcelo, *Minhas Memórias de Salazar* (Lisboa: 1977).
Campos, Fernando, *A Genealogia do Pensamento Nacionalista* (Lisboa: 1931).
Castro, João de, *A Revolução Nacionalista* (Lisboa: 1922).
Castro, João de, *Rainha Santa – elegia* (Lisboa: 1923).
Cértima, António de, *Epopéia Maldita* (Lisboa: 1924).
Idem, *Legenda Dolorosa do Soldado Desconhecido em África* (Lisboa: 1925).
Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, *Presos Políticos no Regime Fascista, Vol. II (1936-1939)* (Lisboa: 1982).

Cruz, Visconde de Porto da, *Paixão e Morte de Sidónio* (Funchal: 1928).

Fernandes, Vasco da Gama, *Depoimento Inacabado. Memórias* (Lisboa: 1975).

Ferrão, Carlos, *O Integralismo. Autópsia de um mito* (Lisboa: 1964/1965).

Ferro, António, *Salazar – O Homem e a Obra* (Lisboa: 1933).

Ferro, António, *Obras, 1 – Intervenção Modernista* (Lisboa: 1987).

Filho, Homem Cristo, *Mussolini Batisseur d’Avenir. Harangue aux foules latines* (Paris: 1923).

Gonçalves, Assis, *Relatórios para Oliveira Salazar (1931-1939)* (Lisboa: 1981).

Integralismo Lusitano, *Instruções de Organização aprovadas pela Junta Central* (Lisboa: 1921).

Lupi, Luís C., *Memórias. Diário de um inconformista (1938 a 1945)* (Lisboa: 1972).

Manoilescu, Mihael, *Le Parti Unique. Institution Politique des Régimes Nouveaux* (Paris: 1936).

Nogueira, Franco, *Salazar, V. II – Os Tempos Áureos (1928-1936)* (Lisboa: 1977).

Pereira, Pedro Teotónio, *Memórias, Vol. I, 2ª edição* (Lisboa: 1973).

Pereira, Pedro Teotónio, *Correspondência para Oliveira Salazar, Vol. I* (Lisboa: 1987).

Ramos, Ramiro Ledesma, *Escritos Políticos, 1933-1934* (Madrid: 1985).

Ramos, Ramiro Ledesma, *Fascismo en España? La Pátria Libre. Nuestra Revolución* (Madrid: 1988).

Rocha, Pedro, *Escrito com Paixão* (Lisboa: 1991).

Raposo, Hipólito, *Dois Nacionalismos* (Lisboa: 1929).

Raposo, Hipólito, *Folhas do meu Cadastro* (Lisboa: 1945).

Raposo, Hipólito, *Folhas do meu Cadastro, Vol. II (1926-1952)* (Lisboa: 1986).

Rebelo, José Pequito, *Pela Dedução à Monarquia* (Lisboa: 1945).

Salazar, Oliveira, *Discursos, Vol. I* (Coimbra: 1935).

Salazar, Oliveira, *Discursos e Notas Políticas, Vol. II* (Coimbra: 1935).

Sardinha, António, *O Valor da Raça* (Lisboa: 1915).

Sardinha, António, *Ao Princípio era o Verbo* (Lisboa: 1924).

- Sardinha, António, *Ao Ritmo da Ampulheta* (Lisboa: 1925).
Sardinha, António, *Processo dum Rei* (Porto: 1937).
Valois, George, *La Monarchie et la Classe Ouvrière* (Paris: 1914).
Varzim, Abel, *Catolicismo e Nacional Sindicalismo* (Lisboa: 1933).

BIBLIOGRAFIA

1. GERAL

- Abreu, Luciano Aronne de, *Um Olhar Regional sobre o Estado Novo* (Porto Alegre: 2007).
Beetham, David, *Marxists in Face of Fascism. Writings by Marxists on Fascism from the Inter-war Period* (Manchester: 1983).
Berg-Schlosser, Dirk e Jeremy Mitchell (eds.), *Conditions of Democracy in Europe, 1919-1939 – Systematic Case Studies* (London: 2000).
Bermeo, Nancy, *Ordinary People in Extraordinary Times: The Citizenry and the Collapse of Democracy* (Princeton: 2000).
Bertonha, João Fábio, *Integralismo. Problemas, perspectivas e questões historiográficas* (Maringá: 2014).
Blinkhorn, Martin (Edited by), *Fascists and the Conservatives* (London: 1990).
Blinkhorn, Martin, “The Iberian States”, in Detlef Mühlberger (Edited by), *The Social Bases of European Fascist Movements* (London: 1987), p. 320-348.
Brooker, Paul, *Twentieth-Century Dictatorships. The Ideological One-Party States* (London: 1995).
Brunet, Jean-Paul, *Jaques Doriot. Du Communisme au Fascisme* (Paris: 1986).
Borejsza, Jerzy W., *Il Fascismo e L'Europa Orientale. Dalla propaganda all'aggressione* (Roma – Bari: 1981).
Bourderon, Roger, *Le Fascisme. Ideologie et pratiques (essai d'analyse comparée)* (Paris: 1979).

- Burrin, Philippe, “Le Fascisme: la révolution sans révolutionnaires”, *Le Débat*, 38, Janvier-Mars 1986, p. 164-176.
- Burrin, Philippe, “Politique et Société: Les structures du pouvoir dans L’Italie Fasciste et L’Allemagne Nazie”, *Annales ESC*, Mai-Juin 1988, n° 3, p. 615/637.
- Burrin, Philippe, *La Dérive Fasciste. Doriot, Déat, Bergery, 1933-1945* (Paris: 1986).
- Campo, Javier Jiménez, *El fascismo en la crisis de la II Republica* (Madrid: 1979).
- Cavaliere, Rosa Maria Feiteiro, *Integralismo. Ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)* (Bauru: 1999).
- Cleplair, Larry, *Under the Shadow of War. Fascism, Anti-Fascism, and Marxists, 1918-1939* (New York: 1987).
- Chauí, Marilena et alli, *Ideologia e Mobilização Popular* (Rio de Janeiro: 1978).
- Chueca, Ricardo, *El fascismo en los comienzos del régimen de Franco. Un estudio sobre la FET-JONS* (Madrid: 1983).
- Conway, Martin, *Collaboration in Belgium. Léon Degrelle and the Rexist Mouvement* (New Haven: 1993).
- Corner, Paul, *The Fascist Party and Popular Opinion in Mussolini’s Italy* (Oxford: 2012).
- Cronin, Mike, *The Blueshirts and Irish Politics* (Dublin: 1997).
- Cuzzi, Marco, *L’internazionale delle camicie nere. I CAUR 1933-1939* (Milano: 2005).
- Olivier Dard (dir.), *Georges Valois, Itinéraires et Réceptions* (Berne: 2011).
- De Grand, Alexander J., *The Italian nationalist Association and the Rise of Fascism in Italy* (Lincoln and London: 1978).
- Douglas, Allen, *From Fascism to Libertarian Communism. Georges Valois against the Third Republic* (Berkeley: 1992).
- Duverger, Maurice, *Les Partis Politiques*, 3^o ed. (Paris: 1957).
- Eley, Geoff, “What Produces Fascism: Preindustrial Traditions or a Crises of the Capitalism State?” in Michael N. Dobkowski and Isidor Wallimann (Edit. by), *Op. Cit.*, p. 69-99.

- Eliasson, K. and Svaasand, L., “The formations of mass political organizations: an analytical framework”, *Scandinavian Political Studies*, 10 (1975), p. 90/120.
- Ferreira, Jorge e Lucília de Almeida Neves Delgado (Org.), *O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estatismo* (Rio de Janeiro: 2003).
- Friedrich, Carl J. and Brzezinski, Zbigniew K., *Totalitarian Dictatorship and Autocracy* (Cambridge: 1956).
- Gentile, Emilio, *Storia del partito fascista, 1919-1922. Movimento e milizia* (Bari: 1989).
- Gregor, A. J., *The Young Mussolini and the Intellectual Origins of Fascism* (Berkeley: 1979).
- Griffin, Roger, *The Nature of Fascism* (London: 1991).
- Gonçalves, Leandro Pereira, “Plínio Salgado e integralismo: a relação franco-luso-italiana”, *Lusitania Sacra*, 26 (julho-dezembro 2012). p. 133-154.
- Gonçalves, Leandro Pereira e Renata Duarte Simões (Orgs.), *Entre tipo e recortes. Histórias da imprensa integralista*, 2 vols. (Guaíba: 2011/2012).
- Guchet, Yves, *Georges Valois. L'Action Française, Le Faisceau, La République Syndicale*, 2ª edição (Paris: 1990).
- Ioanid, Radu, *The Sword of the Archangel. Fascist ideology in Romania* (Boulder: 1990).
- Janos, Andrew C., *East Central Europe in the Modern World* (Berkeley: 2000).
- Jennings, J. R., *Georges Sorel. The character and development of his thought* (London: 1985).
- Kater, Michael H., *The Nazi Party. A Social profile of Member and Leaders, 1919-1945* (Cambridge, Ma.: 1983).
- Koon, Tract H., *Believe, Obey, Fight. Political Socialization of Youth in Fascist Italy, 1922-1943* (Chapell Hill and London: 1985).
- Laqueur, Walter (Edited by), *Fascism. A reader's Guide* (Harmondsworth: 1979).

- Larsen, Stein U. *et alli* (Edited by), *Who Were the Fascists. Social Roots of European Fascism* (Bergen: 1980).
- La Palombara, Joseph and Weiner, Myron (Edited by), *Political Parties and Political Development* (Princeton: 1966).
- Larsen, Stein U. *et alli* (Edited by), *Fascism and European Literature* (Bern and New York: 1991).
- Ledeen, M. A., *Universal Fascism* (New York: 1972).
- Linz, Juan J., “Totalitarian and Authoritarian Regimes” in F. Greenstein e N. Polsby (Edited by), *Handbook of Political Science* (Reading, Mas.: 1975), vol. 3, p. 175-411.
- Linz, Juan J. and Stepan, Alfred (Edited by), *The Breakdown of Democratic Regimes* (Baltimore: 1978).
- Linz, Juan J., “Some notes towards a Comparative Study of Fascism in Sociological Historical Perspective” in Walter Laqueur (Edited by), *Op. Cit.* (Berkeley: 1976), p. 3-121.
- Linz, Juan J., “Political Space and Fascism as a Late-Corner”, Stein Ugelvik Larsen *et alli* (Edited by), *Op. Cit.*, p. 153-189.
- Linz, Juan J., *Obras Escolhidas, Vol. 1 – Fascismo: perspectivas históricas y comparadas* (Madrid: 2008).
- Linz, Juan J., *Obras Escogidas, Vol. 3 – Sistemas Totalitários y Regimes Autoritários* (Madrid: 2009).
- Lipset, Seymour M., *Political Man: the social bases of politics* (New York: 1959).
- Lyttelton, Adrian, *La conquista del potere. Il fascismo dal 1919 al 1929* (Bari: 1974).
- Mann, Michael, *Fascistas* (Lisboa: 2011).
- Martinho, Francisco Palomanes Martinho e António Costa Pinto (Org.), *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Vargasismo* (Rio de Janeiro: 2007).
- Mazgaj, Paul, *The Action Française and Revolutionary Syndicalism* (Chapel Hill: 1979)
- Mckale, Donald M., *The Swastika Outside Germany* (Kent, Ohio: 1977).

- Mir, Miguel Jerez, *Elites Políticas y Centros de Extracción en España, 1938-1957* (Madrid: 1982).
- Montero, Jose M., *La CEDA. El catolicismo Social y Politico en la II Republica*, 2 Vol. (Madrid: 1977).
- Mommsen, Hans, *From Weimar to Auschwitz* (Princeton: 1991).
- Morodo, Raul, *Acción Española. Orígenes ideológicos del franquismo* (Madrid: 1980).
- Mosse, George L., *The Nationalization of the Masses* (New York: 1975).
- Mosse, George L. (Edited by), *International Fascism. New Thoughts and New Approaches* (London: 1979).
- Mouzelis, Nicos, *Politics in the Semi-Periphery. Early Parliamentarism and Late Industrialization in the Balkans and Latin America* (London: 1986).
- Mülgruber, Detlef (Edited by), *The Social Bases of European Fascist Movements* (London: 1987).
- Navarro, José Luís Gomez, *El Régimen de Primo de Rivera* (Madrid: 1991).
- Nolte, Ernst, *Three Faces of Fascism* (New York: 1964).
- Orlow, Dietrich, *The History of the Nazi Party: 1919-1933* (Pittsburg: 1969).
- Orlow, Dietrich, *The History of the Nazi Party: 1933-1945* (Pittsburg: 1973).
- Panbianco, Angelo, *Modelli di partito. Organizzazione e potere nei partiti politici* (Bologna: 1982).
- Payne, Stanley G., *Fascism. Comparison and definition* (Madison: 1980).
- Pi-Sunyer, Viver, *El Personal Político de Franco (1936-1945). Contribución empírica a una teoría del régimen franquista* (Barcelona: 1978).
- Pinto, António Costa, "Fascist Ideology Revisited: Zeev Sternhell and His Critics", *European History Quarterly*, Vol. 19 (1986), pp. 465-483.
- Pinto, António Costa, *The Nature of Fascism Revisited* (New York: 2011).
- Pinto, António Costa Pinto, "O corporativismo nas ditaduras da época do Fascismo", *Varia Historia*, Vol. 30, N. 52, 2014, pp. 17-49.
- Pinto, António Costa (Org.), *Governar em Ditadura. Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo* (Lisboa: 2012).

- Pinto, António Costa and Aristotle Kallis (eds.), *Rethinking Fascism and Dictatorship in Europe* (London: 2014).
- Pollard, John F., *The Vatican and Italian Fascism. A Study in Conflict, 1929-32* (Cambridge: 1985).
- Rogger, Hans and Weber, Eugen (Edited by), *The European Right. A historical profile* (Berkeley: 1965).
- Sartori, Giovanni, *Parties and Party Systems – A framework for analysis* (Cambridge: 1976).
- Silva, Giselda Brito (Org.), *Estudos do Integralismo no Brasil* (Recife: 2007).
- Sternhell, Zeev, *Maurice Barrès et le Nationalisme Français* (Paris: 1972).
- Sternhell, Zeev, “Anatomie d’un mouvement fasciste en France: le faisceau de Georges Valois”, *Revue Française de Sciences Politiques*, Vol. 26, fev. 1979, p. 5-39.
- Sternhell, Zeev, *et alli, Naissance de L’idéologie Fasciste* (Paris: 1989).
- Sternhell, Zeev, *La Droite Révolutionnaire. Les origines françaises du fascisme. 1885-1914* (Paris: 1978).
- Tarchi, Marco, *Partito Único e Dinamica Autoritaria* (Napoli: 1981).
- Thurlow, R., *Fascism in Britain* (Oxford: 1987).
- Trindade, Hélió, *O Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30*, 2ª edição (São Paulo: 1979).
- Turner, Henry A. Jr., “Fascism and modernization” in Henri A. Turner Jr. (Edited by), *Reappraisals of Fascism* (New York: 1975).
- Weber, Eugen, *L’Action Française* (Paris: 1964).
- Winok, Michel, *Nacionalisme, antisémitisme et fascisme en France* (Paris: 1982).
- Wolf, Dieter, *Doriot. Du communism à la collaboration* (Paris: 1969).
- Wynot, Edward D., *Polish Politics in Transition. The Camp of National Unity and the Struggle for Power, 1935-39* (Athens: 1974).
- Wolf, S. J. (Edited by), *European Fascism* (London: 1968).
- Wolf, S. J. (Edited by), *The Nature of Fascism* (New York: 1968).

2. SOBRE PORTUGAL²

- AA. VV., *Dicionário de Literatura* (Porto: 1976).
- AA. VV., *O Fascismo em Portugal* (Lisboa: 1982).
- AA. VV., *O Estado Novo – Das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*, 2 Vol. (Lisboa: 1987).
- AA. VV., *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação* (Lisboa: 1989).
- Araújo, António de, *A Lei de Salazar* (Lisboa: 2007).
- Baiôa, Manuel, *O Partido Republicano Nacionalista, 1923-1935* (Lisboa: 2015).
- Barreira, Cecília, “Sindicalismo e integralismo: o jornal “A Revolução” (1922-23)”. *Análise Social*, Vol. XVII (67-68), 1981, pp. 827-838.
- Barreira, Cecília, *Nacionalismo e Modernismo. De Homem Cristo Filho a Almada Negreiros* (Lisboa: 1981).§
- Barros, Júlia Leitão de, “Anglofilia e Germanofilia em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial”, AA. VV., *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação* (Lisboa: 1989), p. 93-136.
- Cabral, Manuel Villaverde, “The Aesthetics of Nationalism: Modernism and Authoritarianism in Early Twentieth-Century Portugal”, *Luso-Brazilian Review*, Vol. XXVI, 1, 1989, p. 15-43.
- Caldeira, Arlindo Manuel, “O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34)”, *Análise Social*, Vol. XXII (94), 1986, p. 943-977.
- Carrilho, Maria, *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Séc. XX. Para uma explicação sociológica do papel dos militares* (Lisboa: 1985).
- Castanheira, José Pedro, *Os Sindicatos e o Salazarismo. História dos Bancários do Sul e Ilhas, 1919-1969* (Lisboa: 1983).

² Apenas se incluem as referências bibliográficas mais ligadas aos temas deste livro, devendo a lista ser complementada com a já publicada pelo autor em *O Salazarismo e o Fascismo... op. cit.*, p. 138-143.

- Castelo-Branco, Miguel, *Homem Cristo Filho. Do anarquismo ao fascismo* (Lisboa: 2001).
- Cerqueira, Silas, “L’Église catholique et la dictature corporatiste portugaise”, *Revue Française de Sciences Politiques*, Vol. XXII, nº 3, juin 1973, p. 473-513.
- Chorão, Luís Bigotte, *A Crise da República e a Ditadura Militar* (Lisboa: 2009).
- Cruz, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo* (Lisboa: 1980).
- Cruz, Manuel Braga da, *Monárquicos e Republicanos sob o Estado Novo* (Lisboa: 1987).
- Cruz, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo* (Lisboa: 1988).
- Cruz, Manuel Braga da (Org.), *Salazar e Alfredo Pimenta. Correspondência, 1931-1950* (Lisboa: 2008).
- Desvignes, Ana Isabel Sardinha, *António Sardinha (1887-1925). Um Intelectual no Século* (Lisboa: 2006).
- Delgado, João Paulo Fialho de Almeida, *Uma Concepção Totalitária: “ARS Arquitetos”. Cultura, ideologia e tecnologia construtiva na década de 1930 em Portugal*, Dissertação de Doutoramento, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, ISCTE-IUL, 2015.
- Faria, Telmo, *Debaixo de Fogo! Salazar e as Forças Armadas (1935-1941)* (Lisboa: 2000).
- Farinha, Luís, *O Revirinho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940* (Lisboa: 1998).
- Farinha, Luís, *Cunha Leal, deputado e ministro da República. Um notável rebelde* (Lisboa: 2009).
- Ferreira, António Matos, “Le Catholicisme au Portugal (1914-1958)”, Jean Marie Mayeur (Dir.), *Histoire du Catholicisme. Des origines à nos jours, tome XII, Guerres mondiales et totalitarismes (1914-1958)* (Paris: 1990), p. 403-417.
- Ferreira, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares. Forças armadas e regimes políticos em Portugal no séc. XX* (Lisboa: 1992).

- Ferreira, Nuno Simão, “Alberto de Monsaraz e o Integralismo Lusitano: pensamento e acção”, *Lusíada* n. 2, 2005, p. 253-308.
- Ferreira, Nuno Simão, “Alberto de Monsaraz e a vaga dos nacionalismos e dos radicalismos politico-autoritários europeus do pós-I Guerra Mundial: um rumo até ao fascismo”, *Lusíada*, Série II, n. 4, 2007, p. 269-337.
- França, José Augusto, “O político e o jornalista”, AA. VV., *António Pedro (1909-1966)* (Lisboa: 1979), p. 43-45.
- Freire, João, *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofícios e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940* (Porto: 1993).
- Frugnoli, Elisa Maria, “O Nacional Sindicalismo de Rolão Preto”, *Estudos Políticos e Sociais*, Vol. XIX, nº 1-2, 1984, p. 149-172.
- Garrido, Álvaro, e Rosas, Fernando (Org.), *Corporativismo, fascismos, Estado Novo* (Coimbra: 2012).
- Gomes, Joaquim Cardoso, *Os Militares e a Censura. A censura à Imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)* (Lisboa: 2006).
- Gonçalves, Leandro Pereira, *Plínio Salgado. Um católico integralista entre Portugal e o Brasil (1895-1975)* (Lisboa: 2015).
- Ivani, Mario, *Esportare il Fascismo. Collaborazione di polizia e diplomazia culturale tra L'Italia fascista e Portogallo di Salazar (1928-1945)* (Bologna: 2008), p. 39-72.
- Kuin, Simon, “Fascists Italy and Salazar’s Portugal, 1926-1936”, *Yearbook of European Studies*, 3 - Italy/Europe (Amsterdam: 1990), p. 101-118.
- Kuin, Simon, “O Braço Longo de Mussolini: os C.A.U.R. em Portugal (1933-1937)”, *Penélope*, nº 11, 1993, p. 7-20.
- Kuin, Simon, “Mocidade Portuguesa nos Anos Trinta: a instauração de uma organização paramilitar de juventude”, *Análise Social*, Vol. XXVIII (122), p. 555-588.
- Leal, Ernesto Castro Leal, *António Ferro. Espaço Politico e Imaginário Social (1918-32)* (Lisboa: 1996).
- Leal, Ernesto Castro, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)* (Lisboa: 1999).

- Leal, Ernesto Castro, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)* (Coimbra: 2008).
- Lucena, Manuel, *A Evolução de Sistema Corporativo Português, Vol. I. O Salazarismo* (Lisboa: 1976).
- Lucena, Manuel de, “Interpretações do Salazarismo: notas de leitura crítica – I”, *Análise Social*, Vol. XX (83), 1984-4º, p. 423-451.
- Marchi, Riccardo, *Império, Nação, Revolução. As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)* (Lisboa: 2009).
- Marchi, Riccardo, (Coord.), *Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas* (Lisboa: 2014).
- Margarido, Alfredo, “La comparaison de l’incomparable: les solutions dictatoriales portugaise (1926-1974) et résilienne (1930-19445)”, *AAVV, Portugal, Brésil, France. Histoire et Culture* (Paris: 1988), p. 57-87.
- Martínez, Miguel Ángel, *El Estado franquista, Fundamentos ideológicos, bases legales y sistema institucional* (Madrid: 2014).
- Martinho, Francisco Palomanes, *A Bem da Nação. O sindicalismo português entre a tradição e a modernidade, 1933-1947* (Rio de Janeiro: 2002).
- Martins, Hermínio, “Portugal”, Stuart Woolf (Edited by), *European Fascism* (New York: 1969), p. 302-336.
- Martins, Hermínio Martins, *Classe, status e poder – ensaios sobre o Portugal contemporâneo* (Lisboa: 1998).
- Medina, João, *Salazar e os fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo. A história de um conflito (1932-1935)* (Lisboa: 1977).
- Meneses, Filipe Ribeiro de (Org.), *Paiva Couceiro. Diário, Correspondência e Escritos Dispersos* (Lisboa: 2011).
- Nunes, João Arsénio, “A formação do Estado fascista em Portugal à luz da correspondência diplomática britânica (1926-1933)”, *AA. VV., O Estado Novo – das origens ...*, p. 189-198.
- Oliveira, César, *O Salazarismo e a Guerra Civil de Espanha* (Lisboa: 1988).
- Oliveira, César (Prefácio e notas), *A ascensão de Salazar. Memórias de seis meses de Governo – 1929 – do general Ivens Ferraz* (Lisboa: 1988).

- Pais, José Machado, *As “Forças Vivas” e a Queda do Regime Liberal Republicano*, Madrid, Unpublished Dissertation, 1983.
- Pais, José Machado, “A crise do regime liberal republicano: algumas hipóteses explicativas”, AA VV, *O Estado Novo – das origens ...*, p. 129-144.
- Payne, Stanley G., “Salazarism: fascism or bureaucratic authoritarianism?”, AA VV, *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A. H. Oliveira Marques*, Vol. II – sécs. XVI-XX (Lisboa: 1983), p. 523-553.
- Pereira, José Pacheco, *Conflitos Sociais nos Campos em Portugal* (Lisboa: 1982).
- Pinto, António Costa e Ribeiro, Nuno, *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936). A juventude nacionalista nos primórdios do Estado Novo* (Lisboa: 1980).
- Pinto, António Costa, “A Formação do Integralismo Lusitano (1907-17)”, *Análise Social*, Vol. XVIII, 1982, p. 1409-1419.
- Pinto, António Costa, “O Fascismo e a Crise da I República: os Nacionalistas Lusitanos (1923-25)”, *Penélope*, nº 3, junho 1989, p. 43-62.
- Pinto, António Costa, “The Radical Right and the Military Dictatorship: The National May League (1928-1933)”, *Luso-Brazilian Review*, Vol. 23, nº 1, Summer 1986, p. 1-15.
- Pinto, António Costa, “The Literary Aspirations of Portuguese Fascism”, Stein U. Larsen *et alli* (Edited by), *Fascism and European Literature*, (Bern and New York: 1991), p. 238-253.
- Pinto, António Costa, *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. As interpretações das Ciências Sociais* (Lisboa: 1992).
- Pires, Daniel, *Dicionário das Revistas Literárias Portuguesas do Século XX* (Lisboa: 1986).
- Ramos, Rui, “O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-39)”, *Análise Social*, Vol. XXII (90), 1986, p. 109-135.
- Reis, Joana, *Melo e Castro* (Lisboa: 2013).
- Rezola. Maria Inácia, *O Sindicalismo Católico no Estado Novo* (Lisboa: 1999).

- Ribeiro, Nelson Costa, *Salazar e a BBC na Segunda Guerra Mundial: informação e propaganda* (Coimbra: 2014).
- Robinson, Richard, “The Religious Question and the Catholic Revival in Portugal, 1900-30”, *Journal of Contemporary History*, 12 (1977), p. 345-362.
- Robinson, Richard A. H., *Contemporary Portugal. A history* (London: 1979).
- Rocha, Clara, *Revistas Literárias do Século XX em Portugal* (Lisboa: 1985).
- Rodrigues, Ália Rosa C., *João de Castro Osório: Tragédia e Política* (Coimbra: 2012).
- Rodrigues, Luís Nuno, *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo, 1936-1944*, (Lisboa: 1996).
- Rosas, Fernando, *As Primeiras Eleições Legislativas sob o Estado Novo* (Lisboa: 1985).
- Rosas, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta. Elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)* (Lisboa: 1986).
- Rosas, Fernando, *Salazar e o Poder. A arte de saber durar* (Lisboa: 2012).
- Santos, Miguel Dias, *Os Monárquicos e a República Nova* (Coimbra: 2003).
- Seixas, Xosé M. Núñez, “Portugal e o Galeguismo até 1936. Algumas Considerações Históricas”, *Penélope*, nº 11, 1993, p. 67-81.
- Schmitter, Philippe C., “Corporatism and Public Policy in Authoritarian Portugal”, *Contemporary Political Sociological Series*, Sage Professional Series, Vol. I (London: 1975).
- Schmitter, Philippe C., “The Impact and Meaning of Non-competitive, Non-Free and Insignificant Elections in Authoritarian Portugal. 1933-74”, in Guy Hermet, Richard Rose and Alain Rouquié (Edited by), *Elections Without Choice* (London: 1978), p. 145-168.
- Schmitter, Philippe C., “The “Régime d’Exception” That Became the Rule: Forty-Eight Years of Authoritarian Domination in Portugal” in Lawrence S. Graham and Harry Makler (Edited by), *Contemporary Portugal. The Revolution and Its Antecedents* (Austin: 1979), p. 2-46.
- Silva, Armando Malheiro, *Sidónio e Sidonismo*, 2 Vols., (Coimbra: 2006).

- Schwartzman, Kathleen C., *The Social Origins of the Democratic Collapse. The First Portuguese Republic in the Global Economy* (Lawrence, Kansas: 1989).
- Silva, Armando Malheiro da, *Sidónio e Sidonismo*. Vols. 1-2, (Coimbra: 2006).
- Sousa, Acácio Fernando de, *Elites Políticas de Leiria. 1910-2000* (Leiria: 2015).
- Telo, António José, *Propaganda e Guerra Secreta em Portugal (1939-45)* (Lisboa: 1990).
- Telo, António José, *Portugal na Segunda Guerra (1941-45)*, 2 Vols. (Lisboa: 1991).
- Telo, António José, *A Primeira Republica. Vol.2 – Como cai um regime* (Lisboa: 2011).
- Valente, José Carlos, *O Estado Novo e a Alegria no Trabalho. Uma História Política da FNAT (1935-1958)* (Lisboa: 1999).
- Wiarda, Howard J., *Corporatism and Development. The Portuguese Experience* (Amherst: 1977).



SÉRIE MONUMENTA

Monumenta franqueia ao leitor brasileiro – ao estudante, ao diletante, ao especialista – um conjunto representativo dos maiores monumentos literários da historiografia da época moderna: clássicos que balizaram o pensamento histórico, político e toda a cultura ocidental, em traduções anotadas por nossos grandes especialistas.

LEANDRO PEREIRA GONÇALVES
COORDENADOR

SÉRIE MONUMENTA

01. MONTESQUIEU. *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência*. Apresentação, tradução e notas de Renato Moscateli. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2010.

02. MICHELET, Jules. *As mulheres da revolução*. Tradução de Daniela Kern. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2014.

03. VARELLA, Flávia; OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca. *História e historiadores no Brasil: da América Portuguesa ao Império do Brasil – c. 1730-1860*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

04. NICOLAZZI, Fernando (Org.). *História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República – c. 1870-1940*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

FORMATO 14 x 21 cm
TIPOGRAFIA Gandhi Sans
NÚMERO DE PÁGINAS 382
IMPRESSÃO E ACABAMENTO Gráfica EPECÊ
ANO 2015

